

FAJE - FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA

Raimundo Donato

REINO DE DEUS E CONVERSÃO
ESTUDO BÍBLICO-TEOLÓGICO-PASTORAL

Dissertação apresentada ao Departamento de Teologia de Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE, como requisição parcial à obtenção do título de Mestre em Teologia.

Área de Concentração: Teologia Sistemática

Orientador: Prof. Dr. Johan Konings

BELO HORIZONTE

2010

“A mensagem de Jesus é muito simples, sempre mais teocêntrica.
O que é novo e totalmente específico na sua mensagem é dizer:
Deus está em ação agora,
esta é a hora em que Deus se mostra na história,
de um modo que supera tudo o que aconteceu até agora,
como seu Senhor, como o Deus vivo”.

Joseph Ratzinger

Agradecimento

A meus pais:

Mateus Teodoro Raimundo

Ana Luiza Raimundo.

Ao meu Bispo:

D. José Alberto Moura.

*Ao meu orientador e professor, pela paciência
e presteza na elaboração desta Dissertação:*

Prof. Dr. Johan Konings.

*Aos professores, funcionários e alunos da FAJE,
de modo especial ao*

Prof. Dr. Geraldo de Mori.

Aos colegas da Pós-Graduação.

Aos amigos e amigas que me apoiaram
na realização deste trabalho.

RESUMO

A presente pesquisa de dissertação surge de um desejo de aprofundamento a respeito da categoria “reino de Deus”, que é uma das mais importantes categorias bíblico-teológicas. Nosso objetivo não é fazer exegese bíblica do tema reino de Deus, mas colocar os conhecimentos exegeticos a serviço da pastoral. Esta dissertação aprofunda os conceitos bíblicos de reino de Deus e de conversão para chegar a uma práxis que seja mais reinocêntrica e humanizadora. A conversão, neste contexto, surge como uma porta que nos leva para dentro do reino de Deus. Ao final do trabalho, chegamos à conclusão de que a conversão pastoral é de suma importância para a concretização do Reino, e a esperança que nos move adiante é a missão continental, na qual, como povo de Deus, buscamos mais justiça e vida para o povo latino-americano, pois o Deus do Reino é o Deus da vida.

Palavras-chaves

Reino - conversão - discipulado - América Latina

ABSTRACT

This dissertation research project emerges from a desire to gain a deeper understanding regarding the category of the kingdom of God, one of the most important biblical-theological categories. Our objective is not to do biblical exegesis on the topic of the kingdom of God, but rather to place exegetical knowledge at the service of pastoral work. This dissertation simply deepens the concepts of the kingdom of God and conversion in the biblical-theological field in order to reach a more kingdom-centered and humanizing praxis. Conversion, in this context, emerges as a door which leads us into the kingdom of God. Ultimately, we conclude that pastoral conversion is of utmost importance for the concretion of the Kingdom and that the hope that moves us forward is a continental mission, whereby as the people of God we search for more justice and life for the Latin American people, because the God of the Kingdom is the God of life.

Key-words:

Kingdom – conversion – discipleship – Latin America

ABREVIATURAS E SIGLAS

<i>Adv. Haer</i>	<i>Adversus Haereses</i>
<i>AG</i>	<i>Ad Gentes</i>
<i>CELAM</i>	<i>Conselho Episcopal Latino-americano</i>
<i>DAp</i>	<i>Documento de Aparecida</i>
<i>DCE</i>	<i>Deus caritas est</i>
<i>DGAE</i>	<i>Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil</i>
<i>DM</i>	<i>Documento de Medellín</i>
<i>DP</i>	<i>Documento de Puebla</i>
<i>Did</i>	<i>Didaqué</i>
<i>DSD</i>	<i>Documento de Santo Domingo</i>
<i>EN</i>	<i>Evangelii Nuntiandi</i>
<i>GS</i>	<i>Gaudium et Spes</i>
<i>LG</i>	<i>Lumen Gentium</i>
<i>NMI</i>	<i>Novo Millenio Ineunte</i>
<i>PNE</i>	<i>Projeto Nacional de Evangelização</i>
<i>PP</i>	<i>Populorum Progressio</i>
<i>RP</i>	<i>Reconciliação e Penitência</i>
<i>RMi</i>	<i>Redemptoris Missio</i>
<i>SCa</i>	<i>Sacramentum caritatis</i>
<i>SS</i>	<i>Spe Salvi</i>

As citações referentes aos escritos do Mar Morto são tiradas de Geza VERMES, *Manuscritos do Mar Morto*.

As abreviaturas dos livros bíblicos são as da *Bíblia Sagrada* da CNBB.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 Problema, estado da questão e exploração inicial.....	13
1.1 A pergunta pelo significado da conversão e do reino de Deus	13
1.2 As respostas na reflexão da Igreja.....	14
1.2.1 Os antigos	14
1.2.2 A Idade Média e Moderna.....	17
1.2.3 Alguns autores da atualidade.....	20
1.2.4 A voz da Igreja hoje	31
1.2.5 A prática das nossas comunidades	39
1.3 Conceitualização bíblico-teológica	42
1.3.1 A conversão.....	42
1.3.2 O reino de Deus na perspectiva bíblica.....	44
1.3.3 O reino de Deus no Novo Testamento	47
1.4 Conclusão.....	68
2 A pregação da conversão por João Batista	70
2.1 A figura de João Batista na tradição evangélica	70
2.2 O início da pregação de João Batista	75
2.3 O batismo de João Batista como sinal da conversão radical a Deus.....	82
2.4 A Esperança de João em relação à renovação de Israel.....	88
2.5 O novo começo	91
2.6 João Batista e o reino de Deus	92
2.6.1 Segundo Marcos (e Lucas): o batismo de arrependimento para remissão dos pecados	92
2.6.2 Segundo Mateus: João anunciando o Reino e reconhecendo as obras do Messias	95

2.7 A missão de João Batista como ponto de partida e referência para a missão de Jesus	96
2.8 Conclusão.....	98
3 O reino de Deus e a conversão na pregação de Jesus	100
3.1 A esperança do Novo Testamento: o reino de Deus está próximo	100
3.2 O batismo de Jesus inaugura a chegada do reino de Deus.....	102
3.3 As razões para o batismo de Jesus segundo Mt 3,15	105
3.4 A “conversão” de Jesus.....	107
3.5 A missão de Jesus como prolongamento e contraste com a obra de João Batista	109
3.5.1 João é preso e Jesus o sucede	109
3.5.2 Jesus inicia sua missão de profeta itinerante	110
3.6 Jesus inicia seu novo projeto.....	115
3.7 Como entender o Reino anunciado por Jesus?	119
3.8 A certeza do reino de Deus	121
3.9 A novidade de Jesus: O reino escatológico de Deus como próximo e iminente.....	123
3.10 A oração para a vinda do Reino: “Venha a nós o teu Reino”	127
3.11 Conclusão.....	128
4 O sentido do Reino anunciado por Jesus	130
4.1 Os sinais da presença do reino de Deus	130
4.2 As parábolas como chave hermenêutica para o reino de Deus	132
4.3 As bem-aventuranças e o reino de Deus	135
4.4 Os milagres, sinais comprobatórios da proximidade iminente do Reino.....	137
4.5 Os primeiros destinatários da Boa-Nova do Reino.....	139
4.5.1 A predileção de Deus pelos pobres	139
4.5.2 As crianças têm lugar privilegiado (Mt 19,13-15)	141
4.6 A demora da chegada do Reino	142
4.7 O paradoxo do “já” e do “ainda não” do reino de Deus	143

4.8 A Igreja como tardança do reino de Deus	145
4.9 Conclusão.....	146
5 O reino de Deus e a “conversão pastoral” da Igreja na América Latina	148
5.1 A realidade latino-americana	148
5.2 A Igreja latino-americana ante a realidade dos pobres	149
5.3 A Igreja Povo de Deus e o Reino	151
5.4 Por uma práxis pastoral reinocêntrica centrada na missionariedade.....	152
5.5 A renovação estrutural da Igreja e a conversão pastoral.....	153
5.6 A Espiritualidade da “obediência”	157
5.7 Conclusão.....	159
CONCLUSÃO	163
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	165

INTRODUÇÃO

Como serviço à fé eclesial e, portanto, à Igreja, a teologia é, antes de tudo, um serviço ao reino de Deus¹, que se visibiliza na prática da justiça, da solidariedade e da caridade a favor do povo de Deus. A teologia, enquanto reflexão sistemática do ensinamento da Revelação e do magistério da Igreja, ilumina e fundamenta a práxis eclesial.

O sintagma *reino de Deus/dos Céus* abarca o pensamento central da mensagem de Jesus. Ele inicia sua pregação anunciando que o reino de Deus estava chegando (Mc 1,15). Toda a sua pregação e atuação têm como tema central esta verdade fundamental: o reino de Deus chegou, está presente.

Uma dificuldade que se percebe de início é o fato de não se saber quais são os conteúdos precisos deste reino de Deus que Jesus anuncia. O que é que Jesus queria indicar com semelhante sintagma? Jesus nunca definiu os conteúdos do Reino. Jesus falava do reino de Deus como se os seus ouvintes entendessem os seus conteúdos e os seus contornos.

A categoria *reino de Deus* é central na teologia latino-americana. Já foi abordada por Jon Sobrino, João Batista Libanio, Juan Luiz Segundo, Inácio Neutzing, Ignacio Ellacuría, dentre outros, sob diferentes enfoques teológicos. Para Jon Sobrino, a categoria reino de Deus é a via com maior capacidade de organizar sistematicamente o todo da teologia².

Na década de 1990, a América latina passou por uma nova fase histórica, que gerou profundas mudanças no modo de se conceber a realidade. Dois acontecimentos afetam negativamente, e com intensidade, a utopia e o profetismo do cristianismo: o pentecostalismo e o secularismo. Esses acontecimentos tendem a mostrar que o tema do reino de Deus/ dos Céus seria radicalmente irrelevante no contexto atual.

¹ Usaremos normalmente a expressão reino de Deus, a não ser onde o estudo do contexto de Mateus impõe a expressão equivalente reino dos Céus.

² Cf. SOBRINO, J. Centralidad del Reino de Dios, p. 472-423.

Diante da ideia de “fim do mundo”, colocado na cabeça das pessoas, sobretudo pelo pentecostalismo, surgiu a ideia da destruição do mundo, quase como um aniquilamento cósmico. Porém, é necessário frisar que Jesus nunca falou a respeito da destruição do mundo. Jesus fala de reino de Deus/ dos Céus, e ele vê esse Reino dentro da perspectiva da teologia profética, como um grande processo evolutivo que já começou e que culminará na plenificação desse mundo, dessa história. Esta última plenificação é o reino de Deus em plenitude. É muito mais bíblico entender o mundo em termos de uma *última plenificação*, ideia que foi retomada pelo Concílio Vaticano II. A partir dessa constatação de uma interpretação errônea do final dos tempos, torna-se necessário um estudo a respeito da categoria teológica “reino de Deus”. Como tal, essa categoria é portadora de densa força semântica e é inseparável da realidade pessoal de Jesus. A categoria “reino de Deus” possibilita adequada compreensão da totalidade da mensagem de Jesus. O reino de Deus/dos Céus quer significar para nós a soberania de Deus sobre todas as coisas (Sl 22,28), quando todas as coisas estão em perfeita harmonia com sua vontade (Mt 6,10). Deus está agindo na história humana, redimindo-a em Cristo a fim de fazer com que sua vontade soberana seja conhecida e experimentada pelos homens (Ef 1,5-9; Rm 12,1-2).

Procuraremos entender Jesus, nesta dissertação, a partir da sua profunda comunhão com Deus, seu Pai, sem a qual nada se pode compreender e a partir da qual Ele se torna presente no hoje da nossa história. Acreditamos que, sem essa dimensão da comunhão entre Jesus e o Pai, tudo permanece na obscuridade, e a tarefa teológica se torna mera especulação vazia de significado e de pertinência, sobretudo, para a fé.

No Capítulo 1, apresentamos *o status quaestionis* sobre a pregação de João Batista e de Jesus nas perícopes de Marcos 1 e Mt 3-4. Queremos analisar e desenvolver os dois temas principais da pregação de João Batista e de Jesus: a *conversão* e o *reino de Deus*. Mostraremos como eles foram abordados nos diferentes períodos da história da Igreja, enfocando de modo especial três autores da atualidade - Joseph Ratzinger, José Antonio Pagola e Ignacio Ellacuría - que fizeram a redescoberta da categoria “reino de Deus”, presente nas páginas do Evangelho e ofuscada ao longo dos séculos.

No Capítulo 2, nos deteremos de forma mais pormenorizada na figura de João Batista como nos transmitiram os Evangelhos. João Batista sabe que sua missão é a de estar ali como alguém que prepara o caminho a outro totalmente misterioso; que toda a

sua missão está orientada para esse outro, que é o “mais forte” que ele (Jo 1,30-33). Com a pregação de João Batista, as profecias (Is 40,3; Ml 3,1; Ex 23,20) se tornam realidade. Por isso, a pregação de João era profundamente carregada de novidade. E o batismo que ministrava era batismo de conversão para o perdão dos pecados. Esse capítulo pretende mostrar o caráter escatológico da pregação de João Batista.

No Capítulo 3, analisaremos a pregação de Jesus Cristo sobre o reino de Deus/dos Céus. Esse Reino tem caráter universal, não se restringe à raça de Israel. O capítulo mostra a esperança de Israel sobre a vinda do Messias e, com isso, o Reino. Jesus com sua pregação afirma que o Reino esperado já chegou. Essa é a novidade. Ele prega o Reino presente e atuante no mundo através da sua pessoa. Por meio de Jesus, o Deus do Reino e Deus da Vida continua agindo na história humana, transformando todas as estruturas de morte em vida.

No capítulo 4, aprofundaremos o sentido do Reino anunciado por Jesus. As curas e os exorcismos serão vistos como sinais da presença libertadora e salvadora do reino de Deus. Analisaremos também algumas parábolas para maior compreensão da expressão “reino de Deus”. Os destinatários do Reino são as crianças e os pobres. Depois, será feita pequena consideração a respeito do atraso do Reino, que ainda não chegou de forma definitiva. E, por fim, falaremos da Igreja enquanto intermediária entre a inauguração do Reino e sua plenificação no fim dos tempos.

No capítulo 5, trabalharemos o tema do reino de Deus e a conversão pastoral da Igreja na América Latina. Procura-se apontar pistas para a reflexão da práxis eclesial. A teologia ajuda a Igreja a entender seu futuro e a caminhar em direção a ele. Em sintonia com o Concílio Vaticano II e também com o Documento de Aparecida, propõe-se a conversão pastoral, entendida como conversão estrutural da Igreja, caminho necessário para se chegar, enquanto comunidade de fieis, ao reino de Deus. Neste capítulo, nos restringimos à análise do reino de Deus a partir do contexto latino-americano. Não se tem a pretensão de aprofundar questões teológicas, eclesiológicas ou dogmáticas, mas, sim, lançar luzes que norteiem o agir eclesial em direção ao reino de Deus. O capítulo desemboca na Espiritualidade da obediência, pois, a exemplo de Jesus Cristo, o reino de Deus se instaura na obediência ao Pai. Quanto mais dóceis e obedientes a Deus, mais o reino se aproxima de nós. Inversamente, quanto mais desobedientes, mais nos afastamos do Reino, isto é, de Deus.

É impossível falar de Deus sem senti-lo e sem ser agente da *missio Dei* no mundo. É impossível falar de Deus sem sentir Deus, sem agir em Deus, sem experimentá-lo. Fazer teologia, hoje, significa falar de Deus e do homem, e agir no mundo a partir dos valores do reino de Deus. A esperança do reino de Deus impulsiona o cristão a inserir-se na missão de transformar o mundo: “Venha o teu Reino, seja feita a tua vontade, como no céu, assim na terra” (Mt 6,10).

1 Problema, estado da questão e exploração inicial

Segundo o evangelho de Marcos, a pregação de Jesus põe em primeiro plano o anúncio da proximidade do reino de Deus e a exigência de conversão que esta “Boa-Nova” implica (Mc 1,14-15). Tal mensagem provoca perguntas, tanto em relação com o momento em que Jesus a proclamou quanto em relação a nós, hoje. É o que pretendemos aprofundar neste estudo.

1.1 A pergunta pelo significado da conversão e do reino de Deus

João batizava e pregava a conversão em vista do evento escatológico, interpretados por ele principalmente como juízo (Mt 3,10). Jesus anunciava a proximidade do reino de Deus e exortava à conversão em vista deste (Mc 1,15). Se o reino de Deus exige conversão, a primeira conclusão que daí se tira é de que sua chegada não é algo automático, algo que se imponha sem a participação do ser humano. A conversão, à primeira vista, parece apontar para uma mudança de atitude que faça com que a mensagem da proximidade do Reino seja uma Boa Notícia. Isso provoca imediatamente uma segunda reflexão: de quem se exige tal mudança?

Os evangelhos de Marcos e Mateus, que priorizamos neste estudo, mas também o de Lucas, a seu modo, relatam, de modo impactante, como veremos, o anúncio da proximidade do reino de Deus como início da pregação de Jesus. Que significavam para os contemporâneos de Jesus e seus discípulos o reino de Deus e a conversão? Quais as conotações que esses termos evocavam nos seus corações? Estavam preparados para entender ou tinham o coração “endurecido”, necessitado de mudança, de “conversão”? Como ressoavam essas palavras aos ouvidos deles como indivíduos e como “povo de Deus”?

Por outro lado, se trazemos essa mensagem para nosso horizonte podemos fazer perguntas semelhantes. Será que entendemos por “reino de Deus” e por “conversão” a mesma coisa que Jesus anunciava, ou será que, no decorrer dos séculos, os termos perderam o sentido original e, quem sabe, até nos afastaram daquilo que Jesus quis dizer? Como se apresenta a nós hoje aquilo que Jesus quer dizer com a exigência da

conversão em vista do reino de Deus? Como imaginamos, hoje, o reino de Deus e o que significa conversão para nós como indivíduos e como comunidade, como Igreja?

1.2 As respostas na reflexão da Igreja

Antes de entrar no estudo dos textos neotestamentários, e para ampliar o horizonte deste estudo, tentaremos ouvir algumas vozes representativas da reflexão teológica de nossa comunidade de fé em torno da mensagem bíblica.

1.2.1 Os antigos

O cristianismo primitivo, com a demora do advento do reino de Deus, viu-se obrigado a adequar-se ao mundo. Até então, os cristãos haviam se limitado a aceitar as circunstâncias políticas e a evitar conflitos com o poder estatal (cf. Rm 13,1-7; 1Pd 2,13-17), já que se pensava que o fim fosse iminente. Com a mudança, começam os problemas e as diversas interpretações sobre a relação entre o reino de Deus e a história do mundo. As duas posições fundamentais nesta época primitiva pré-cristã, são: o *quiliasmo* e a *espiritualização*, e tanto uma como a outra, apóiam-se numa exegese particular de textos do Novo Testamento¹.

O *quiliasmo* é a crença na chegada de um reinado de mil anos de paz e de felicidade, seguido do juízo universal e do fim do mundo. Apóia-se em Ap 20,1-6, e foi defendido por Tertuliano, Irineu e Lactâncio, entre outros. Reflete a esperança escatológica do reino de Deus. Tratava-se de se consolar e de suportar o Estado pagão e suas perseguições, as quais são entendidas como sinais do fim que começa. Evitou-se um conceito privado e meramente individual da salvação².

A *espiritualização* é a posição oposta à anterior, e é defendida por Clemente de Alexandria e por Orígenes, apoiando-se numa interpretação interiorizada de Lc 17,21: “O reino de Deus está dentro de vós”. E, assim, o reino de Deus se transforma em ideal ético e em meta do esforço de perfeição que o ser humano deve fazer³.

Orígenes caracterizou Jesus como a *autobasiléia*, ou seja, Jesus é a personificação do reino de Deus. Nele se pode contemplar o Reino acontecendo na

¹ Cf. BERNABÉ, Reino de Deus, p. 681.

² Cf. BERNABÉ, Reino de Deus, p. 681.

³ Cf. BERNABÉ, Reino de Deus, p. 681.

terra. “O Reino, para Orígenes, não é uma coisa, não é um espaço de domínio como um reino do mundo. É pessoa: o Reino é Jesus”⁴.

A escatologia, que se pode entrever no conceito do reino de Deus do cristianismo pré-constantiniano, acentua o caráter de não cumprimento e de gratuidade absoluta dele. A Igreja é vista como realidade provisória, temporal e contingente que o próprio Deus levará à sua consumação⁵. Igreja e reino de Deus, embora relacionados entre si, de forma alguma são idênticos e não se harmonizam com nenhum Estado político. Essa situação mudará drasticamente com Constantino.

“A reviravolta política de Constantino traz consigo mudança radical na concepção do reino de Deus, que, no contexto da política imperial, vai se transformar numa categoria teológico-política”⁶. O representante máximo desta teologia política do reino de Deus é Eusébio de Cesareia, que vê em Constantino a representação do Logos celeste, em nome do qual o imperador deve assumir o domínio sobre a terra. A monarquia divina e a política são manifestações do único regime universal de Deus, que se manifesta no império terrestre de Constantino, no qual se torna presente o reino de Deus e no qual se enquadra a Igreja terrena. A missão do imperador é a de realizar a soberania de Deus ou de Cristo na terra, transformando-se, assim, no órgão destacado da vontade divina. No governo de Constantino, devia se tornar realidade o plano de Deus concernente ao mundo: conduzir a história humana ao verdadeiro conhecimento de Deus⁷.

Eusébio legitima a dignidade imperial baseando-se no Antigo Testamento⁸. Neste contexto, o conceito de reino de Deus perde o seu conteúdo escatológico e passa a ser um prolongamento e uma exaltação do presente⁹.

Na época patrística, os Pais da Igreja foram muito influenciados pela filosofia grega. Tentavam fazer uma ponte entre a fé cristã e o pensamento grego. Eles conceituaram o Reino, somente, em categorias espirituais. O governo de Deus era espiritual.

⁴ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 59.

⁵ Cf. *Did.* 10,5-6; Irineu, *Adv. Haer.* 5,26 in: BERNABÉ, Reino de Deus, p. 681.

⁶ BERNABÉ, Reino de Deus, p. 681.

⁷ Cf. BERNABÉ, Reino de Deus, p. 681.

⁸ Cf. *Vita Const.* 1,12

⁹ Cf. BERNABÉ, Reino de Deus, p. 681.

Agostinho de Hipona rejeita a interpretação do reino de Deus que davam tanto o quiliasmo quanto os imperialistas. “Em sua crítica, propõe a teoria das duas cidades, uma *civitas Dei*, em que reina o amor de Deus, e uma *cidade terrena*, onde é o amor de si mesmo que governa”¹⁰. Agostinho explica, em *A Cidade de Deus*, a origem das duas cidades,

dois amores fundaram, pois duas cidades, a saber: o amor próprio, levado ao desprezo a Deus, a terrena; o amor a Deus, levado ao desprezo de si próprio, a celestial. Gloria-se a primeira em si mesma e a segunda em Deus, porque aquela busca a glória dos homens e tem esta por máxima glória a Deus testemunha de sua consciência¹¹.

Para explicar sua teoria sobre as duas cidades, Agostinho ocupa a segunda parte de sua obra. Nela tratará tanto da origem (cap. XI-XIV) e desenvolvimento (cap. XV-XVIII) das duas cidades, quanto de seus respectivos fins (cap. XIX-XXII)¹².

Agostinho não identifica a *civitas terrena* com o Estado e muito menos equipara a *civitas Dei* à Igreja. Agostinho entende que pertencem à *civitas Dei* todos os homens que se deixam guiar pelo amor de Deus¹³, estando ou não dentro das barreiras visíveis da Igreja.

Os dois tipos são ideais e se definem pelas respectivas concepções de paz: a paz terrena (ausência de guerras...) e a paz celeste (a tranquilidade, a ordem...). As fronteiras de ambos os reinos se confundem no tempo e sua separação será real só no juízo final. Agostinho recusa tanto uma realização intramundana do conceito de reino de Deus como a integração da Igreja no Império cristão. E, com isto, sua pretensão de levar a cabo este reino de Deus como realidade intra-histórica¹⁴. Destaca a condição escatológica deste Reino que foge à soberania e à manipulação humana. Rebate as pretensões de poder cesaropapista e ressalta o valor específico e relativo da *cidade terrena* em sua função de serviço à *Cidade de Deus*.

Agostinho, em *A Cidade de Deus*, inicia uma teologia da história. Descobre um fio condutor que move a história, começando com a própria criação, movendo-a através dos tumultos e das agitações do mundo (cidade terrena), e se conclui com a realização

¹⁰ BERNABÉ, Reino de Deus, p. 681.

¹¹ AGOSTINHO, *A Cidade de Deus*, p. 169 (cap. XXVIII).

¹² Cf. AGOSTINHO, *A Cidade de Deus*, p. 19.

¹³ Cf. BERNABÉ, Reino de Deus, p. 681.

¹⁴ Cf. BERNABÉ, Reino de Deus, p. 681

do reino de Deus (Cidade de Deus). Para Agostinho, a história tende a se completar na lei divina.

Com o tempo, sua doutrina foi se mitigando. Esquecendo o caráter idealista de ambos os reinos, acabou por identificar a *cidade terrena* com o Estado, e a *Cidade de Deus*, com a Igreja. Foi o começo da problemática medieval, que teve duas características principais: a) controvérsia entre reino e o sacerdócio, em que o primeiro tinha de se submeter ao segundo, se não quisesse transformar-se em inimigo de Deus; b) desescatologização da teologia, já que a Igreja, identificada com a *Cidade de Deus*, une-se com o sacro Império, ao se apresentarem juntos como portadores terrenos das esperanças escatológicas¹⁵.

Nesse período, com raras exceções, a expressão reino de Deus aparece nos escritos dos santos Padres e, por conseguinte, desaparece dos manuais. Agostinho, como vimos, trabalhou o tema do reino de Deus identificando-o com a cidade celeste, na obra *Civitas Dei*. Depois, a expressão silencia-se no pensamento teológico antigo.

1.2.2 A Idade Média e Moderna

A Idade Média foi uma época marcada pelas pretensões, tanto da Igreja quanto do Império, em relação ao reino de Deus¹⁶. A ideia do rei sacerdote (*rex et sacerdos*) tinha sua base no Antigo Testamento e na concepção constantiniana. Os imperadores carolíngios pretenderam assumir a direção da Igreja universal, baseando-se na ideia da união eclesial e estatal de toda a cristandade, identificada com o reino de Deus que já se via cumprido nela. Os imperadores creram que sua missão, pela vontade divina, era a de impor o reino de Deus na terra. Isto é, deviam preparar os povos, mediante política adequada, para a chegada do Imperador celestial. Isto foi chamado Sacro Império.

A reação por parte da Igreja não tardou: aconteceu a denominada “luta das investiduras”. Seu objetivo foi a liberdade da Igreja perante as pretensões religioso-políticas do Império. A Igreja, entendida como Igreja hierárquica e clerical, reivindica sua identidade com o reino de Deus. Eram os anos de Gregório VII, Inocêncio III, Bonifácio VIII¹⁷.

¹⁵ Cf. BERNABÉ, Reino de Deus, p. 682.

¹⁶ Cf. BERNABÉ, Reino de Deus, p. 682.

¹⁷ Cf. BERNABÉ, Reino de Deus, p. 682.

A Igreja eximia o Império da antiga pretensão de tornar efetivo o reino de Deus. Competia ao sacerdócio fazer isso, aproveitando a religiosidade política do poder estatal. Esta é a ideia que subsiste em instituições como “a trégua de Deus” ou nas cruzadas. As fronteiras espaciais do reino de Deus se identificam com as da cristandade¹⁸.

A disputa para ver quem era o administrador do reino de Deus se desenvolveu, cada vez mais, como luta entre a Igreja e o Estado. Por consequência desta pretensão da Igreja, produziu-se uma secularização crescente que resultou na emancipação do Império. Esta situação fez surgir movimentos contra as pretensões absolutistas, tanto da Igreja quanto do Estado, através da interpretação crítica do conceito reino de Deus.

Joaquim de Fiore, monge cisterciense do século XII, ficou famoso por sua teoria da história dividida em três períodos: o do Pai (Antigo Testamento), o do Filho (Novo Testamento) e o reino do Espírito Santo, ou do amor. As pessoas da Trindade passam a ser, portanto, para Joaquim de Fiore, realidades teológicas e históricas. Teológicas, pela sua própria natureza; históricas por estarem associadas a períodos cronológicos e estruturais da história humana. Joaquim de Fiore anunciava “um reinado vindouro do Espírito, caracterizado pela humanidade, pelo serviço e pela imitação de Cristo, que precederá o reino de Deus definitivo”¹⁹.

O método pelo qual Joaquim imaginava que o fim dos tempos e a nova idade estariam próximos (1260) baseava-se num cálculo do número de gerações aproximado em cada idade: cada uma teria a duração aproximada de quarenta gerações, e cada geração duraria mais ou menos trinta anos. Com base nessas premissas, Joaquim chegou à conclusão de que o *eschaton* se daria por volta de 1260²⁰. Assim, podemos dizer que procurava preparar a Cristandade para uma transformação radical que se daria muito em breve, como eclosão do Espírito Santo na Terra.

A Igreja era, para ele, simples realidade transitória. Joaquim de Fiore não pretendia atacá-la diretamente. Sua doutrina foi acolhida pelos franciscanos espirituais,

¹⁸ Cf. BERNABÉ, Reino de Deus, p. 682.

¹⁹ BERNABÉ, Reino de Deus, p. 682.

²⁰ Cf. COHN, Na senda do milênio, p. 90.

que a transformaram em crítica acirrada contra a Igreja. Para eles, o reino de Deus já começava nas comunidades fraternais²¹.

“A condenação da doutrina de Joaquim de Fiore teve por consequência a ênfase na hierarquia clerical, a desescatologização da teologia, a identificação do reino de Deus com a Igreja concreta”²². Além disso, supôs a eliminação de todo o potencial de crítica positiva à Igreja e uma fixação desta em suas formas e conteúdos históricos concretos. A teoria da história dividida em três períodos deu origem a erros gravíssimos milenaristas. “Todos os erros milenaristas surgidos posteriormente no Ocidente tiveram raiz em Joaquim de Fiore, inclusive o terceiro *Reich* de Hitler se inspirou no terceiro reino de Joaquim de Fiore”²³. As heresias mais virulentas da Idade Média tiveram relação com as doutrinas joaquimitas. Os primeiros a serem contaminados pelos erros joaquimitas foram os chamados Espirituais Franciscanos, depois os Pseudo-apóstolos, os dolcinianos, os gibelinos, entre os quais, Dante²⁴.

A mística dominicana, dentre outras, espiritualizou o conceito de reino de Deus e acentuou o seu caráter individual. O reino de Deus surge no fundo da alma, unindo Deus e o homem de forma espiritual (Eckhart, Tauler)²⁵.

Lutero elaborou a doutrina sobre os dois reinados, baseada na de santo Agostinho. Com ela, se desprende da concepção católica teocrática da Igreja e também dos “iluminados”. A justificação pela fé, na pregação do evangelho, é constitutiva do regime espiritual de Deus, que é visível, e a característica constitutiva do regime temporal é a lei. Este último regime é, em si, ambivalente e, embora o cristão deva exercê-lo com fé, deve salvar a sua autonomia.

Na Idade Moderna, a partir do século XVI, produz-se a queda dos diversos planos - religioso, social, político, geográfico - que haviam configurado a imagem medieval do mundo. Esta mudança atinge, também, a concepção de reino de Deus, que não pode mais se articular em uma representação concreta, com possibilidade de se tornar realidade através do poder, tanto eclesiástico quanto estatal. As diversas

²¹ Cf. BERNABÉ, Reino de Deus, p. 682.

²² BERNABÉ, Reino de Deus, p. 682.

²³ BERNABÉ, Reino de Deus, p. 682.

²⁴ Cf. BERNABÉ, Reino de Deus, p. 682.

²⁵ Cf. BERNABÉ, Reino de Deus, p. 682.

concepções do reino de Deus passam a ser tarefa de uma filosofia ou de uma teologia especulativas.

O iluminismo acolheu o conceito do reino de Deus, despojou-o de sua forma histórica e o transformou em ideia racional.

No século XIX, volta-se a produzir mudança no conceito do reino de Deus. A escola de Tubinga retoma o reino de Deus como conceito teológico-moral. O reino de Deus está a serviço da interpretação da Igreja e da existência cristã como realidade histórico-salvífica, cuja presença temporal já está marcada pela chegada do Reino, que ocorreu em Cristo e pela esperança de sua consumação pela ação de Deus²⁶.

Por último, teria que se mencionar a doutrina marxista ou a utopia de Bloch, nas quais o reino de Deus é entendido de forma totalmente secularizada.

1.2.3 Alguns autores da atualidade

Queremos, neste tópico, tratar o enfoque que é dado ao reino de Deus na atualidade e, para entender isto, apresentaremos uma visão muito geral de três autores: Joseph Ratzinger, José Antonio Pagola e Ignacio Ellacuría, procurando perceber como abordam a questão do reino de Deus.

Ao se recuperar o Jesus histórico e o significado revelador de sua existência terrena, descobre-se um fato central para a cristologia: Jesus não fez de si mesmo o centro de sua pregação. Então, quais são as realidades centrais da vida e da pregação de Jesus? Na vida e na pregação de Jesus, qual é a relação com o reino de Deus e com o Deus do Reino?

O Vaticano II procurou tirar as consequências do conceito “reino de Deus” fundamentado na Bíblia, e se conscientizou de suas implicações para a autocompreensão do cristianismo. Desta forma, volta-se a entender a Igreja como povo de Deus contingente, temporal e a caminho. Sua consumação é reservada a Deus, mas a Igreja deve se tornar crível, em sua história e mediante sua mensagem e práxis, pois nela se torna presente a esperança de salvação definitiva (LG 3; 9; GS 39,72).

A Igreja se vê como comunidade de irmãos e de irmãs, portadora, guardiã e sinal antecipado dessa esperança, que deve dar expressão digna de crédito, tanto com sua

²⁶ Cf. BERNABÉ, Reino de Deus, p. 683.

palavra, quanto com sua ação²⁷. O reino de Deus se transforma em paradigma da salvação universal para todos os seres humanos, varões e mulheres, e, embora sua consumação seja obra exclusiva de Deus, requer a necessidade do esforço humano²⁸.

Na década de 50, aparece fortemente na teologia do Novo Testamento a cisão entre o “Jesus histórico” e o “Cristo da fé”. Existe a tendência de se fixar o pensamento teológico no Cristo da fé em detrimento do Jesus histórico, esboçado de forma tão atual e sempre nova nos Evangelhos. Com o surgimento da pesquisa histórico-crítica, buscou-se entender, através da *crítica das fontes*, se nas narrativas evangélicas tudo era verdadeiramente histórico, autêntico. Isso resultou em *relativismo histórico* e uma *estranheza hermenêutica*²⁹. O *relativismo histórico* consiste em constatar que não se possui uma imagem historicamente confiável de Jesus, mas, mesmo que se tivesse, restaria o problema de que esse personagem, enquanto inserido em um contexto histórico, acabou por se diluir nesse mesmo contexto, logo, Jesus foi menos singular e absoluto do que se acreditava³⁰. E, como se não bastasse essa constatação, ainda surge a *estranheza hermenêutica* que afirma que, mesmo que fosse possível encontrar o Jesus histórico por meio documental e fontes confiáveis, isso não bastaria, pois, sempre se esbarraria na distância abissal da história de um Jesus que “isolou-se em seu mundo passado, cheio de exorcismos e estranhos temores pelo fim do mundo”³¹.

A história da pesquisa sobre o Jesus histórico é uma história de sempre novos distanciamentos e aproximações em relação a Jesus. Por isso é bom frisar que a história das imagens científicas a respeito de Jesus de maneira nenhuma esgota a história das imagens de Jesus, pois essa será sempre mais rica do que aquela³².

A partir dessa breve introdução, percebemos que o foco, na atualidade, se volta mais para a *pessoa* de Jesus, em busca de encontrar os seus reais contornos, o que, por sinal, é importante para a credibilidade e razoabilidade da fé. Nesta busca, porém, acaba-se por supervalorizar o mensageiro e ofuscar a sua mensagem (o reino de Deus). Diante disso, priorizaremos estudar a *mensagem* de Jesus – o reino de Deus – e ver

²⁷ Cf. BERNABÉ, Reino de Deus, p. 683.

²⁸ Cf. BERNABÉ, Reino de Deus, p. 683.

²⁹ Cf. THEISSEN; MERZ, O Jesus Histórico, p.20.

³⁰ Cf. THEISSEN; MERZ, O Jesus Histórico, p.20.

³¹ THEISSEN; MERZ, O Jesus Histórico, p.20.

³² Cf. THEISSEN; MERZ, O Jesus Histórico, p.20.

como alguns teólogos contemporâneos procuram redescobrir essa categoria teológica, que foi o centro norteador do Jesus histórico.

Cabe apontar aqui a valorização do estudo histórico-crítico pelo Magistério da Igreja. Em 1943, o papa Pio XII escreveu a Encíclica *Divino afflante spiritu*, que se tornou um importante ponto de referência e um passo muito significativo do magistério, indicando caminhos para a aplicação correta e coerente do método histórico-crítico à teologia católica. Outro passo significativo do magistério foi a Constituição Conciliar *Dei Verbum*, sobre a divina revelação. Além disso, são também importantes dois documentos da Pontifícia Comissão Bíblica: *A interpretação da Bíblia na Igreja*, lançada em 1993, e *O povo judeu e a sua Escritura Sagrada na Bíblia cristã*, lançado em 2001, os quais oferecem um juízo amadurecido no campo da exegese católica³³.

Nessa busca por resgatar, no pensamento teológico contemporâneo, a categoria *reino de Deus*, iniciamos com o teólogo Joseph Ratzinger, atual papa Bento XVI. Nossa pesquisa se limita ao seu livro intitulado *Jesus de Nazaré*, especificamente ao capítulo 3 intitulado: “O Evangelho do Reino de Deus”, onde faz uma releitura atual da categoria reino de Deus. Como ele mesmo explica no prefácio, essa é a primeira parte de seu projeto de contribuir, enquanto teólogo, e acima de tudo, enquanto cristão, com a verdade sobre a pessoa de Jesus, que vem ao mundo com a desafiante missão de inaugurar o reino de Deus. E esse passa a ser o conteúdo central da sua missão³⁴.

Ratzinger, no prefácio de *Jesus de Nazaré*, afirma que, dentre os exegetas católicos do século passado, o “mais significativo foi Rudolf Schnackenburg”³⁵. Schnackenburg, em sua obra: *A pessoa de Cristo no espelho dos quatro Evangelhos* (1993), procurou ajudar os cristãos que professam a fé em Cristo e que se sentem inseguros por causa da pesquisa histórica, a fundamentarem a fé na pessoa de Jesus Cristo como o portador da salvação e redentor do mundo³⁶.

³³ Cf. RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 12.

³⁴ Para Ratzinger, o anúncio do reino de Deus forma realmente o centro da palavra e do ministério de Jesus. Uma indicação estatística pode sublinhar isto: a expressão “reino de Deus” ocorre no conjunto do Novo Testamento 122 vezes; destas, encontra-se 99 vezes nos Sinóticos e, destas, de novo, 90 pertencem às palavras de Jesus. No Evangelho de S. João e nos restantes escritos do Novo Testamento, a expressão representa um papel muito limitado. Pode-se dizer: enquanto o eixo da pregação pré-pascal de Jesus é a mensagem do reino de Deus, a cristologia constitui o centro da pregação apostólica pós-pascal (RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 58.)

³⁵ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 10.

³⁶ Cf. RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 10.

Ratzinger inicia o capítulo terceiro mencionando Mc 1,14-15, onde o Evangelista relata a prisão de João Batista e o início da atividade missionária de Jesus com a célebre expressão: “Completo-se o tempo, o reino de Deus está próximo. Converti-vos e acreditai no Evangelho”³⁷. Ratzinger, recordando o sentido primigêneo do termo Evangelho, ressalta que, na sua origem, nem sempre foi uma Boa-Nova, pois “esta palavra designava as mensagens que vinham do imperador romano”³⁸ que, na maioria das vezes, poderia ser tudo, menos uma Boa Notícia. A mentalidade da época era que o que vinha do imperador seria “uma mensagem redentora, não uma simples notícia, mas uma mudança do mundo para o bem”³⁹.

Quando o termo “evangelho” foi assumido pelos escritores dos Evangelhos passou por uma reinterpretação, ou seja, foi elevado ao grau mais alto de significado e eficácia. Para Ratzinger, “o que o imperador, que se fazia passar por Deus, sem razão pretendia, isso acontece aqui: mensagem cheia de poder, que não é simples discurso, mas realidade”⁴⁰. Com a mudança semântica do termo “evangelho”, esse adquire uma “força eficaz que entra no mundo como força transformadora”⁴¹. O evangelista Marcos entende a Boa-Nova que Jesus anuncia como “Evangelho de Deus”, e, com isso, ressalta que “não são os imperadores romanos que irão salvar o mundo, mas Deus”⁴². Quer dizer, aquilo que os imperadores, que se julgavam senhores do mundo civilizado, pretendiam realizar ao fazer uso do termo Evangelho, não conseguiam na realidade, pois lhes faltava o poder eficaz para isso. Porém, quando o Evangelho se torna palavra de Jesus, esse o potencializa e garante a sua realização, “porque entra em ação o verdadeiro Senhor do mundo, o Deus vivo”⁴³.

Segundo Ratzinger, quando Jesus anuncia que o reino de Deus está próximo, “é colocada uma marca de tempo, algo de novo acontece. E é exigida uma resposta do homem a esta oferta: conversão e fé”⁴⁴. Aqui ele indica um ponto importante do nosso

³⁷ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 57.

³⁸ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 57.

³⁹ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 57.

⁴⁰ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 58.

⁴¹ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 58.

⁴² RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 58.

⁴³ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 58.

⁴⁴ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 58.

estudo: conversão. A conversão é a resposta do ser humano à proposta do anúncio de Jesus. É a porta de entrada para o reino de Deus, por isto é a Boa-Nova.

Ratzinger se detém no pensamento de Alfred Loisy, que afirmou: “Jesus anunciou o Reino e o que veio foi a Igreja”⁴⁵. Percebe que o discurso de Loisy é carregado de certa ironia, mas também de tristeza. “Em vez da grande esperança do reino de Deus, do mundo novo renovado por Deus, algo totalmente diferente – e tão pobre! – chegou, a Igreja”⁴⁶. Ratzinger procura, então, mostrar a questão mais profunda e fundamental que está por detrás, não uma questão meramente eclesiológica, mas, sim, cristológica, visto dizer respeito à relação do reino de Deus com Cristo. Sem essa correta relação, fica comprometida nossa compreensão de Igreja⁴⁷.

Para aprofundar a relação que existe entre Jesus e o Reino, Ratzinger analisa a concepção de Reino nos santos Padres. Por exemplo, Orígenes “entendia Jesus como a *autobasiléia*, isto é, como o reino de Deus em pessoa”⁴⁸. Comentando Orígenes, afirma que,

a expressão “Reino de Deus” seria ela mesma uma cristologia oculta: no prodígio que é Deus mesmo estar n’Ele presente entre os homens, que Ele é a presença de Deus, conduz os homens para Ele através do modo como Ele fala do “Reino de Deus”⁴⁹.

Outra concepção de Reino que Ratzinger ressalta é a concepção *idealista*, iniciada também por Orígenes. O Reino se encontra no interior do próprio ser humano. Quer dizer, não está fora do homem, em um local qualquer do mundo, mas na interioridade do homem. “Aí ele cresce, e é a partir daí que ele atua”.⁵⁰

Uma terceira dimensão que Ratzinger salienta pode ser designada de *explicação eclesiológica*. “O reino de Deus e a Igreja são colocados de um modo distinto um em relação ao outro e mais ou menos aproximados um do outro”⁵¹. Para o teólogo, a explicação eclesiológica influenciou a teologia do século XIX e do início do século XX, onde se via a Igreja como realização do Reino no interior da história.

⁴⁵ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 58.

⁴⁶ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 59.

⁴⁷ Cf. RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 59.

⁴⁸ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 59.

⁴⁹ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 59.

⁵⁰ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 60.

⁵¹ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 60.

Citando a teologia liberal do início do século XX, recorda Adolf von Harnack, que via o reino de Deus como dupla revolução em relação ao judaísmo do primeiro século. Enquanto no judaísmo tudo tendia ao coletivo, para o povo da eleição, Jesus priorizava o indivíduo e tinha reconhecido precisamente o valor infinito do indivíduo e o tinha constituído fundamento de sua doutrina. A segunda oposição, segundo Harnack, era de natureza cultural. “No judaísmo, o cultural (e com ele o sacerdócio) tinha dominado; Jesus teria colocado de lado o cultural, estruturando sua mensagem de um modo estritamente moral”⁵². Jesus não olhava para os aspectos exteriores de pureza ou santificação, mas os interiores. Sondava a alma do ser humano. “A ação moral de cada um, as suas obras de amor são decisivas, independentemente do fato de cada um entrar no Reino ou dele ser excluído”⁵³.

Ratzinger, após comentar algumas tendências teológicas que foram surgindo ao longo da história, chega à categoria de Reino, que foi o centro da mensagem de Jesus. Reino, para a corrente reinocêntrica, significou “simplesmente um mundo no qual domina a paz, a justiça e o respeito pela criação”⁵⁴. Este Reino representaria o objetivo final da história. O seu fim último. E as religiões teriam a tarefa de conjuntamente propagar esse Reino⁵⁵.

Porém, por causa do secularismo, Deus desapareceu e, com isto o reinocentrismo tornou-se uma utopia quase irrealizável. Ratzinger propõe, como alternativa de um mundo “ateu”, o regresso à fonte de onde emana o Evangelho: o próprio Jesus real⁵⁶. Observa que, quando se fala de *Reino*, não deve se tratar de algo iminente ou a constituir-se, mas, sim, “da realeza de Deus sobre o mundo, a qual, de um modo novo, se torna acontecimento na história”⁵⁷.

De modo muito acessível ao intelecto humano e, ao mesmo tempo, com profundidade e amadurecimento reflexivo, Ratzinger conclui que, quando Jesus fala do reino de Deus/dos Céus, não está criando uma megaestrutura, ou algo que esteja para além deste mundo. “Mas está tão somente falando e anunciando Deus, simplesmente

⁵² RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 61.

⁵³ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 61.

⁵⁴ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 63.

⁵⁵ Cf. RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 63.

⁵⁶ Cf. RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 64.

⁵⁷ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 64.

Deus e precisamente o Deus vivo, que é capaz de agir de modo concreto no mundo e na história e que já está exatamente agora em ação”⁵⁸. Em outras palavras, Jesus está dizendo: Deus existe”⁵⁹.

Ratzinger nos leva a pensar que a mensagem de Jesus é muito simples e profundamente teocêntrica, e que a novidade da sua pregação consiste em afirmar categoricamente que “Deus está em ação agora, esta é a hora em que Deus se mostra na história, de um modo tão original, que supera tudo o que aconteceu até agora, como seu Senhor, como o Deus vivo”⁶⁰. Ainda observa que a tradução “reino de Deus” é insuficiente, pois “seria melhor se se falasse da condição *senhorial* de Deus ou da soberania de Deus”⁶¹.

O segundo teólogo é José Antônio Pagola, que, já há certo tempo, vem se dedicando ao estudo da figura de Jesus e, de modo especial, reinterpretando sua mensagem sobre o Reino. Faremos uma breve explanação de sua obra *Jesus: Aproximação Histórica*, recentemente traduzida para o português.

No contato com a obra de Pagola, percebemos a elaboração de um estudioso que, além de dedicar boa parte de sua vida ao estudo do Jesus histórico, é também um cristão profundamente fascinado pela figura de Jesus Cristo, como deixa transparecer em seus escritos. Pagola afirma na apresentação de seu livro que, “Jesus é o melhor que a humanidade produziu. O potencial mais admirável de luz e de esperança com que nós, seres humanos, podemos contar”⁶².

O objetivo do autor é possibilitar aos cristãos um contato mais próximo com a pessoa histórica de Jesus de Nazaré, sem cair em abstrações de cunho metafísico ou elucubrações, que mais afastam que aproximam de seu objetivo.

Pagola, no decorrer da obra, tentando ajudar os leitores, enfoca pontos que, para ele mesmo, ainda não são claros e fáceis de serem entendidos e professados pela fé, como tradicionalmente é explicada. Assinala que tem dificuldades em crer “num Cristo sem carne”, ou seja, tem dificuldade em acreditar no Jesus da Fé com ausência do Jesus histórico, ou em um Jesus doutrinário, que somente pode ser encontrado nos manuais

⁵⁸ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 64.

⁵⁹ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 64.

⁶⁰ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 64.

⁶¹ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 65.

⁶² PAGOLA, Jesus, p. 11.

teológicos e não, na realidade concreta da existência humana. Adverte sobre o risco de se reduzir a pessoa de Jesus a um mero objeto de culto, desprovido de sua condição de profeta do reino de Deus.

Pagola procura ressaltar que não há como chegar ao genuíno Jesus, se esse for desvinculado do Reino. Jesus e o Reino estão em perfeita relação. O que ocupa o lugar central na vida de Jesus não é Deus simplesmente, mas Deus com seu projeto sobre a história humana, que culminará com o advento do Reino definitivo.

O objetivo que perpassa toda a obra é o de resgatar a memória a respeito desse profeta itinerante e carismático que nasceu e viveu na Palestina, no primeiro século da era cristã, e que acreditava ser o Filho de Deus e o anunciador de uma Boa Notícia de salvação, que consistia na “proximidade do reino de Deus” (Mc 1,15). Sua intenção com a obra é colocar Jesus à disposição de todos, pois sua vida e a mensagem que traz consigo não são propriedade exclusiva dos cristãos, mas patrimônio da humanidade.

Pagola opta pela perspectiva narrativa com a intenção de aproximar o leitor, crente ou não, do Jesus histórico. Esse é o mérito da obra: levar o leitor a fazer uma experiência semelhante à experiência vivida por todas aquelas pessoas que se encontraram com Jesus, e, assim, aprender com o próprio Mestre tudo aquilo a que hoje temos acesso pelos evangelhos, mas de que não temos compreensão satisfatória. O caminho de acesso ao Jesus histórico, proposto por Pagola, é o *seguimento a Jesus*. Esse seguimento brota de um encontro pessoal com Jesus, seguido de profundo fascínio que, conseqüentemente, leva à proposta de Jesus para segui-lo (Mt 4,19) e à resposta generosa de seguimento.

No capítulo 3, Pagola esboça um Jesus que é um “buscador singular de Deus”⁶³, mas de um Deus cujo agir se pauta sobre a compaixão e a misericórdia. É um Deus que quer entrar no coração do povo. Por isso, Jesus vai ao deserto. Anseia por ouvir esse Deus que, no deserto, “fala ao coração”⁶⁴ de forma amorosa e compassiva. Pois, segundo Pagola, a melhor metáfora para expressar a ideia de Deus é a do “Deus compassivo”⁶⁵. Jesus, então, é a externalização da compaixão divina. Em seu falar e

⁶³ PAGOLA, Jesus, p. 87-107.

⁶⁴ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 88.

⁶⁵ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 159-175.

agir, revela o Deus das compaixões. No capítulo 5, desenvolve esse belíssimo tema da compaixão, denominando Jesus de “Poeta da Compaixão/ Misericórdia”⁶⁶.

“De acordo com Jesus, o reino de Deus é uma oportunidade que ninguém deverá deixar passar. É preciso arriscar tudo que for preciso para conseguir acolhê-lo”⁶⁷. A partir dessa proposição, Pagola começa a se questionar: “Terá razão Jesus? Onde se esconde esse ‘tesouro’ que ele descobriu? [...] Em que consiste essa força salvadora de Deus, que já está transformando secretamente a vida?”⁶⁸. Pagola comenta que, diante de todos esses questionamentos, Jesus procurou responder com “as parábolas mais belas e comovedoras que jamais saíram de seus lábios”⁶⁹. E todas elas convidam a intuir a incrível misericórdia de Deus, como apresentada na cativante “Parábola do pai bom”⁷⁰.

Jesus é um profundo apaixonado pelo reino de Deus: este o norteia e dá sentido a sua vida. Esse amor profundo que Jesus tem pelo reino de seu Pai faz com que traduza na história, em gestos efetivos, a Boa-Nova que recebeu de seu Pai. A Boa-Nova de Jesus consiste em poder afirmar, com certeza, que “Deus está se empenhando em construir uma vida mais ditosa para todos”. O sinal concreto de que Deus está realmente agindo na história é comprovado na atividade de Jesus, através de sua pregação e dos milagres que realiza. O anúncio do Reino realizado por Jesus é desenvolvido, por Pagola, no capítulo 6, com o título de “Curador da Vida”⁷¹. Nesse capítulo, sintetiza o ministério de Jesus enquanto “força curadora de Deus”⁷², que cura os enfermos do mal físico e também espiritual e “liberta o ser humano das forças do demônio”⁷³. Jesus tinha o poder de despertar energias desconhecidas no ser humano, criando com isso as condições necessárias para que se restabelecesse a saúde. No ministério de Jesus, Pagola perscruta sinais de um mundo totalmente novo que já está irrompendo e transformando a realidade deste mundo⁷⁴.

⁶⁶ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 145-186.

⁶⁷ PAGOLA, Jesus, p. 158.

⁶⁸ PAGOLA, Jesus, p. 158-159.

⁶⁹ PAGOLA, Jesus, p. 159.

⁷⁰ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 159.

⁷¹ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 191-214.

⁷² Cf. PAGOLA, Jesus, p. 202-206.

⁷³ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 206-212.

⁷⁴ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 212-214.

Outro traço importante de Jesus para Pagola é a acolhida aos pobres. Há uma identificação de Jesus com os últimos da sociedade de seu tempo. Jesus vai aos poucos ensinando que o caminho para chegar a Deus não passa necessariamente pela religião institucional, pelo culto ou ritos pomposos, mas pela compaixão para com os mais pequeninos. Trata-se de uma grande revolução religiosa provocada por Jesus, que abre um novo caminho de acesso a Deus, que passa pela acolhida e compromisso com os necessitados, sobretudo os mais pobres. Esse tema Pagola desenvolve no Capítulo 7, cujo título é “Defensor dos últimos”⁷⁵. Nesse capítulo, Jesus é aquele que, ao anunciar a Boa-Nova do Reino, restabelece a dignidade para os indesejáveis da sociedade.

No capítulo 8, temos mais uma das novidades de Jesus apresentadas por Pagola: ele é “amigo das mulheres”⁷⁶. Diante da discriminação sofrida por elas, Jesus lança um olhar diferente sobre elas, dando-lhes maior visibilidade e presença. Mostra como as mulheres fizeram parte do grupo dos discípulos desde o início, permanecendo fieis, todo tempo, a Jesus e à causa do Reino. O autor sugere que elas estiveram presentes na última ceia e tiveram um papel de protagonistas na origem da fé pascal. Merece atenção a belíssima reflexão que o autor faz sobre Maria Madalena, “a melhor amiga de Jesus”⁷⁷. Pagola apresenta Maria Madalena como fiel seguidora de Jesus e testemunha da Ressurreição⁷⁸.

Desse modo, Pagola oferece um novo modo de reinterpretar a figura histórica de Jesus e, com isso, reinterpretar o sentido do reino de Deus inaugurado por ele.

Um terceiro autor é o teólogo jesuíta espanhol, Ignacio Ellacuría. Para Ellacuría, o reino de Deus é aquela realidade que Jesus viveu e anunciou até com a própria morte. Jesus assumiu totalmente a vontade do Pai, de modo que sua morte é aceita como consequência de sua fidelidade incondicional ao Pai e ao reino de Deus. “É o Reino de Deus que se torna realidade com Jesus e na existência dos que recebem sua Boa notícia”⁷⁹. Ellacuría insiste em que a morte de Jesus não deve ser vista como fato isolado, mas em conexão com toda a sua missão. A morte na cruz é a síntese da vida de Jesus.

⁷⁵ PAGOLA, Jesus, p. 219-252.

⁷⁶ PAGOLA, Jesus, p. 255-283.

⁷⁷ PAGOLA, Jesus, p. 280-283.

⁷⁸ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 280-283.

⁷⁹ SCHNACKENBURG, Signoria e Regno di Dio, p. 139.

A realidade do reino de Deus presente em Jesus e realizada através de seus gestos, liga-se à práxis cristã atual. Ellacuría aponta para uma práxis cristã que se desenvolve no espírito de Jesus. Aí ocorre “uma circulação hermenêutica que vai do Reino à práxis, mas que volta da práxis ao Reino, com o que ambos os pólos se vão reinterpretando pela presença e o influxo do Espírito de Cristo”⁸⁰. A relação entre o reino de Deus e a práxis é construtiva e explicitadora do alcance de ambos, a partir das situações concretas. Isso evidencia que o reino de Deus não é algo abstrato ou meramente teórico, mas, o fundamento e o sentido da práxis cristã.

Ellacuría acredita que é necessária uma adequada compreensão do anúncio do Reino, a partir do interior da inserção em uma prática concreta. Nessa prática, incluem-se, de modo estrutural, os elementos constitutivos da prática do próprio Jesus. “O Reino de Deus é o fim de uma práxis cristã iniciada em nome de Jesus e sustentada na esperança ativa que flui do Ressuscitado e de sua presença nova na história”⁸¹. Ellacuría reconhece que há um grau de condicionamento nessa forma de aproximação do conteúdo do reino de Deus. Porém, não ocorre um reducionismo do Reino a uma práxis ou realidade meramente temporal. Essa formulação da noção de reino de Deus possibilita uma contínua atualização histórica da própria prática de Jesus⁸².

Ellacuría entende que não se pode, pura e simplesmente, identificar o reino de Deus com determinadas práticas de libertação, pois seria reducionismo. Porém, para que se possa falar de Reino, de modo pertinente e credível, é preciso que ocorram acontecimentos históricos concretos que sejam libertação para quem se encontra oprimido. Assim, se torna razoável aceitar-se que a supressão da miséria, da exploração, da fome, etc., sejam sinais comprobatórios de que o reino de Deus já chegou.

Uma das grandes contribuições de Ellacuría para o pensamento atual sobre o reino de Deus é a articulação que faz entre a noção de reino de Deus e a vida de fé concreta dos cristãos que leva a uma práxis libertadora. Ou seja, o reino de Deus como

⁸⁰ ELLACURÍA, La teología como momento ideológico, p. 468.

⁸¹ ELLACURÍA, La teología como momento ideológico, p. 468.

⁸² Esta compreensão do significado do reino de Deus encontra sua fundamentação no evangelho de Lucas que, segundo Schnackenburg, pode ser considerado um evangelho “histórico”. O evangelista traça a linha da história da salvação de maneira tal que a presença de Jesus não é mera preparação para o futuro da soberania de Deus. Para Lucas, a força escatológica do Reino de Deus já está atuando eficazmente no presente e se manifesta nos bens salvíficos atuais, sobretudo no Espírito Santo que age na existência dos discípulos (cf. SCHNACKENBURG, Signoria e Regno di Dio, p. 140.).

realidade concreta e atuante na vida do povo, libertando contra as forças hostis presentes na história. Nesse sentido, o seguimento a Jesus e seu Reino é algo concreto. Exige uma práxis concreta. Tanto os cristãos como as comunidades de fé estão imbuídos do valor histórico e transcendente do reino de Deus. Por isso, se fala da esperança de um mundo onde se respeite a dignidade dos mais fracos⁸³.

A abordagem que Ellacuría faz sobre a vida e a atuação de Jesus acentua o que Jesus fez, relacionando seus gestos com a justiça e a conversão pessoal e eclesial a Jesus Cristo e ao reino de Deus. Há íntima ligação entre o conteúdo cristológico e a eclesiologia. A Igreja é chamada a seguir Jesus no serviço solidário à humanidade. E, no seguimento solidário a Jesus, o Reino vai acontecendo e mudando a realidade do mundo.

1.2.4 A voz da Igreja hoje

A Igreja, na atual transformação da América Latina, à luz do Concílio Vaticano II, apresenta, especialmente, dois grandes documentos conciliares: a *Lumen Gentium*, com a nova compreensão da Igreja; e a *Gaudium et Spes*, que situa a Igreja dentro do mundo de hoje. Percebemos, assim, na Igreja Católica do último meio século, uma retomada do conceito do reino de Deus nos documentos conciliares *Lumen Gentium* (LG 3; 9; 35) e *Gaudium et Spes* (GS 39; 72) e na teologia da libertação.

1.2.4.1 O Concílio Vaticano II: Igreja Povo de Deus a caminho do Reino

O Concílio Vaticano II, XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica, foi convocado pelo papa João XXIII, em 25 de dezembro de 1961, e aberto em 11 de outubro de 1962, através da bula papal *Humanae Salutis*⁸⁴. O Vaticano II foi o que poderíamos chamar de “o sonho de João XXIII”. Duas palavras sintetizam o que pretendia com o Concílio: *aggiornamento e diálogo*, como bem observou um insigne participante⁸⁵. Duas realidades que se completam, mas que também se implicam mutuamente.

O Concílio e as próprias encíclicas de João XXIII olham com especial carinho e cuidado para todas as situações concretas que ferem a dignidade humana e colocam em

⁸³ Cf. ELLACURÍA, La teología como momento ideológico, p. 468.

⁸⁴ Cf. BRESSOLETTE, Vaticano II, p. 1820.

⁸⁵ Cf. LORSCHIEDER, Introdução, p. 6.

risco a vida, depondo contra os valores da justiça e da fraternidade, sinais do Reino que a Igreja, no seguimento de Jesus, é chamada a construir.

Com o Concílio Vaticano II, repensa-se o lugar social da Igreja, que deve estar inserida no mundo, com a finalidade de fermentá-lo com o fermento bom do Evangelho, oferecendo a todos, sem exclusão, direitos reconhecidos, dignidade respeitada, enfim, vida nova e plena (cf. Jo 10,10).

Toda a importância da Igreja deriva de sua estreita relação com Cristo. “E o Concílio Vaticano II, de diversos modos, descreveu a Igreja como povo de Deus, Corpo de Cristo, Esposa de Cristo, Templo do Espírito Santo, Família de Deus”⁸⁶. Ao enfatizar a *Igreja Povo de Deus*, o Concílio apresentou uma reflexão profunda sobre a natureza do povo de Deus, falando do “sacerdócio comum dos fiéis e do sacerdócio ministerial, como realidades ordenadas uma a outra” (LG 10). O Concílio propôs uma nova imagem do papa e dos bispos, cujo traço dominante é o de pastor. O próprio magistério define-se como servidor da palavra de Deus; não está acima da Palavra, mas a serviço da Palavra (DV 10)⁸⁷.

Porém, não era suficiente mudar o lugar social. Era necessário reformular também o lugar eclesial. Se a vocação da Igreja é “ser sacramento do Reino para e no mundo”, o exemplo deve começar por ela. Então surge uma das mais belas intuições do Vaticano II que foi sugerir a imagem da Igreja como Povo de Deus, com igualdade de direitos e obrigações, onde o Sacramento do Batismo confere a todos a mesma dignidade: um povo de irmãos que, na diversidade de dons e carismas concedidos pelo único Espírito, é responsável pela missão de construir o reino de Deus no mundo.

Na Constituição Dogmática sobre a Igreja, *Lumen Gentium*, os padres Conciliares resgataram a imagem bíblica “de Povo de Deus”. Essa consciência tem dupla consequência: uma, a superação de uma eclesiologia jurídica; e a outra, a consciência de uma nova relação com o reino de Deus e com o mundo. O Sínodo acena para a Igreja como instrumento de Deus no mundo, cuja missão é a de proclamar a Boa-Nova do reino de Deus. E, para isso, a Igreja precisa estar inserida no mundo, voltando sua atenção para aquilo que é o essencial e o “sonho de Jesus”, o reino de Deus.

⁸⁶ CERFAUX, As imagens simbólicas da Igreja no Novo Testamento, p. 331-345.

⁸⁷ Cf. LATOURELLE, *Vaticano II*, in: DTF, Petrópolis-Aparecida, p. 1046.

Com essa visão, está preparado o terreno fértil que tornará fecunda a Conferência de Medellín, cujo contexto é similar ao do Concílio, porém com agravantes no que concerne à realidade singular da América Latina.

Na Constituição Dogmática *Lumen Gentium* lemos:

O mistério da santa Igreja manifesta-se na sua fundação. O Senhor Jesus deu início à Sua Igreja pregando a Boa-Nova, isto é, o advento do reino de Deus prometido nas Escrituras havia séculos: “Porque completou-se o tempo e o reino de Deus está próximo” (Mc 1,15; cf. Mt 4,17). Este Reino manifesta-se na palavra, nas obras e na presença de Cristo. A palavra do Senhor é comparada à semente semeada no campo (Mc 4,14): aqueles que a ouvem com fé e entram a fazer parte do pequeno rebanho de Cristo (Lc 12,32), já receberam o Reino; depois, por força própria, a semente germina e cresce até o tempo da messe (cf. Mc 4, 26-29) (LG 5).

A Constituição salienta que Jesus iniciou sua Igreja a partir do anúncio da Boa-Nova do reino de Deus, que foi prometido aos antigos e que se torna realidade na vida e pregação de Jesus. O texto prossegue:

Cristo Jesus “que era de condição divina... despojou-se de si mesmo, tomando a condição de escravo (Fl 2, 6) e por nós, ‘sendo rico, fez-se pobre’ (2Cor 8,9): assim também a Igreja, embora necessite dos meios humanos para o prosseguimento da sua missão, não foi constituída para alcançar a glória terrestre, mas para divulgar a humildade e abnegação, também com o seu exemplo. Cristo foi enviado pelo Pai para ‘evangelizar os pobres, sanar os contritos de coração’ (Lc 4,18), ‘procurar e salvar o que tinha perecido’ (Lc 19,10). Semelhantemente, a Igreja abraça com amor todos os afligidos pela fraqueza humana; mais ainda, reconhece nos pobres e nos que sofrem a imagem do seu fundador pobre e sofredor. Faz o possível para mitigar-lhes a pobreza, e nele procura servir a Cristo. Mas enquanto Cristo ‘santo, inocente, imaculado’ (Hb 7,26)” (LG 8).

O texto insiste em afirmar que, se a Igreja inaugurada na pregação de Jesus quiser permanecer na fidelidade a ele, tem que viver em constante exercício de *kênosis*, tem que ser uma Igreja quenótica e servidora do Reino.

Quando a *Lumen Gentium* fala sobre a nova aliança como novo Povo de Deus, assim se expressa:

Este povo messiânico tem por cabeça Cristo, ‘o qual foi entregue por causa dos nossos pecados e ressuscitou para nossa justificação’ (Rm 4,25) e, tendo agora alcançado um nome superior a todo o nome, reina glorioso nos céus. Tem por condição a dignidade e a liberdade dos filhos de Deus, em cujos corações o Espírito Santo habita como num templo. A sua lei é o mandamento novo de amar como o próprio Cristo nos amou (cf. Jo 13,34). Por último, tem por fim o reino de Deus, iniciado pelo próprio Deus na terra, a ser estendido mais e mais até que no fim dos tempos seja consumado por Ele próprio, quando Cristo, nossa vida, aparecer (cf. Cl 3,4) e ‘a própria criação for liberta do domínio da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus’” (Rm 8,21) (LG 9).

O novo Povo de Deus, que surge da nova aliança com Cristo, é chamado a viver na liberdade de filhos de Deus, e a única lei que deve nortear seus corações e seu agir é a lei do amor. E não basta qualquer tipo de amor, mas tem que ter a mesma intensidade do amor com que Cristo amou a humanidade (Jo 13,34). Vivendo a lei do amor em seus corações, o povo messiânico tem a firme esperança de ser herdeiro do Reino vindouro, que será consumado no fim dos séculos. E aqui está uma das grandes intuições do Vaticano II: somos povo (Igreja) que caminha em direção ao reino de Deus.

A todo o povo de Deus, o Concílio, através da *Lumen Gentium*, lembra que:

Mesmo quando se ocupam com as tarefas temporais, os leigos podem e devem exercer preciosa ação para a evangelização do mundo. Porque se já alguns deles, na falta de ministros sacros, ou estando os mesmos impedidos no regime de perseguição, suprem na medida do possível os ofícios sacros; e se muitos dentre eles dedicam todas as suas forças no labor apostólico: todos, contudo, devem cooperar na dilatação e incremento do Reino de Cristo no mundo (LG 35).

O Concílio, fiel às palavras de Cristo, exorta a todos os fiéis para que se empenhem no anúncio da Boa-Nova a todas as gentes (cf. Mt 28,19). Recorda que ninguém pode se eximir da obrigação de difundir “o reino de Cristo” aos corações humanos. Diante do Reino que surgirá no final dos tempos, na Parusia, todo o povo de Deus, leigos e pastores, devem somar forças para que o Evangelho do Reino seja difundido em toda a Terra.

A Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo, *Gaudium et Spes*, quando trata da atividade econômica e o reino de Cristo, assim afirma:

Tendo adquirido competência e experiência, absolutamente indispensáveis no meio das atividades terrestres, observem a hierarquia dos valores, fiéis a Cristo e ao Evangelho, de tal modo que toda a sua vida, individual e social, seja impregnada do espírito das Bem-aventuranças, destacando-se pobreza. Todo aquele que, obedecendo a Cristo, procura em primeiro lugar o Reino de Deus, encontrará, em consequência, um amor mais forte e mais puro para ajudar todos os seus irmãos e realizar a obra da justiça inspirada pela caridade (GS 72).

A Constituição afirma que há uma hierarquia de valores para os cristãos, uns de maior, outros de menor peso, pelo que é necessário um discernimento para não correr o risco de se apegar ao menos importante e esquecer o essencial, que é o reino de Deus e sua justiça. O restante vem por acréscimo (Mt 6,24-34). Segundo Mateus, devemos viver buscando “em primeiro lugar, o reino de Deus e a sua justiça” (Mt 6,33). Paulo identifica a justiça com o reino de Deus. “Pois o reino de Deus não é comida nem bebida, mas justiça, paz e alegria no Espírito Santo” (Rm 14,17).

1.2.4.2 De Medellín a Aparecida: Igreja discípula missionária a serviço do Reino

Em 1968, ainda sob o sopro do Espírito Santo presente no Concílio Vaticano II, realizou-se na cidade de Medellín, Colômbia, a II Assembléia Geral do Episcopado Latino-Americano, que deu origem ao documento que passou a ser chamado “Documento de Medellín”. Em Medellín, explodiu forte o grito bíblico de libertação, de opção pelos pobres, com uma Igreja a serviço do Reino. Foi aí que deslanchou a caminhada das CEBs, que procuram vivenciar a prática concreta de Jesus e o sonho de realizar o reino de Deus. Termos como justiça, fraternidade, solidariedade, compromisso e caminhada revelam o seguimento a Jesus e a vontade de implantar concretamente o reino de Deus.

A “Igreja de Medellín”, amadurecida à luz do Concílio, propõe e realiza a abertura de novos caminhos para a América Latina em diversos níveis: na luta para garantir os direitos humanos dos povos, na substituição do assistencialismo pela verdadeira promoção humana e social, no empenho consciente para que os países em desenvolvimento não deixem na margem os pobres e os operários, na articulação de fé e vida, na superação do autoritarismo e da centralização eclesial, no valor da vida comunitária e social, na construção de sociedades solidárias e democráticas que evidenciem os sinais do reino de Deus.

Por fim, Medellín propõe pistas de ação pastoral, visando a transformar, no sentido do reino de Deus e da libertação dos pobres, a realidade atravessada por estruturas de pecado e pelo clamor e esperança dos pequenos. Seu olhar pastoral parte da periferia do sistema, da sociedade real da América Latina em processo de transformação.

A III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano realizou-se em Puebla, no período de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979. O tema desta conferência foi “Evangelificação no presente e no futuro da América Latina”. Em Puebla ouviram-se fortes apelos à comunhão, à participação co-responsável na Igreja, e à defesa da dignidade humana. Puebla representou a busca de uma nova estratégia pastoral.

Puebla explicitou a opção pelos pobres já presente em Medellín. É importante sublinhar o significado transcendente dessa opção evangélica e, ao mesmo tempo, estratégica para a vida e a pastoral da Igreja. Iluminada pela opção de Puebla, o agir da Igreja não mais devia articular-se a partir do poder, mas a partir do pobre, na ótica do

pobre. A Igreja devia entrar no tecido social pela porta da sociedade civil e, nela, pelo caminho dos pobres⁸⁸. O agir eclesial possibilitaria a construção de uma Igreja fundada no binômio “comunhão e participação”. “Comunhão”, enquanto criaria as condições de unidade do corpo eclesial em vista da sua missão evangelizadora, “participação”, enquanto criaria as condições para um compromisso efetivo na transformação da realidade social.

A IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano realizou-se em Santo Domingo, no período de 12 a 28 de outubro de 1992. Foi convocada e inaugurada pelo Papa João Paulo II. Santo Domingo teve um objetivo bastante específico: comemorar os 500 anos da evangelização do Continente e fazer-lhe um balanço. O tema já orienta para isso: *Nova Evangelização, promoção humana, cultura cristã*. Ele aponta para a evangelização inculturada que postula uma pedagogia pastoral adequada. Santo Domingo, também, valorizou o protagonismo do leigo na Igreja.

Em Santo Domingo aparecem dois grandes temas que servem como fio condutor de todo o Documento : a *promoção humana* e a *inculturação*. Postulam nova pedagogia pastoral para o projeto da nova evangelização. A discussão central deu-se justamente, em torno da “nova” evangelização. Como deve ser a evangelização para ser nova em relação aos processos tradicionais de evangelização? O que ela exige de cada cristão?

Na preparação da Assembléia de Santo Domingo havia duas tendências na abordagem da questão da cultura e da inculturação⁸⁹. Uma compreendia a cultura como a consciência consolidada de um grupo social, ligada a formas culturais já assentadas historicamente. Essa corrente tendia a compreender a “cultura cristã” como “meta-cultura, reguladora das demais”, superior às demais. Preferia falar de “evangelização da cultura”. A expressão “cultura cristã”, nesse contexto, dificilmente escapa à suspeita de fazer parte da proposta de nova cristandade.

A outra tendência buscava justamente a compreensão mais dinâmica e processual. Apresentava a cultura como processo ligado ao mundo vital dos sujeitos históricos concretos. Este mundo vital dos sujeitos culturais é diferenciado, plural. Neste sentido, a evangelização, para ser nova, deve partir do pressuposto de que “toda

⁸⁸ Cf. PALÁCIO, Uma consciência histórica irreversível, p. 59-83; CALIMAN, Identidade histórica da Igreja no Brasil nos últimos 20 anos, p. 17-33.

⁸⁹ Cf. TABORDA, Nova Evangelização, promoção humana, cultura cristã, p. 9.

cultura pode chegar a ser cristã, ou seja, a fazer referência a Cristo e inspirar-se nele e em sua mensagem”⁹⁰. Essa tendência prefere falar de “evangelização inculturada”. Visa à promoção da pessoa humana no sentido da libertação integral e à inculturação do Evangelho nas culturas.

De 13 a 31 de maio de 2007, realizou-se em Aparecida, São Paulo, a V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, solenemente inaugurada pelo papa Bento XVI. Os bispos tiveram a oportunidade de refletir sobre a realidade e os desafios eclesiais latino-americanos. Como conclusão, foi elaborado um documento com o título: “Discípulos missionários de Jesus Cristo para que nossos povos nele tenham vida. Textos conclusivos da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe”, que servirá para orientar a caminhada da Igreja Latino-Americana e Caribenha no trabalho pastoral e evangelizador dos próximos anos.

Nosso tempo caracteriza-se para alguns, como pós-cristão, ou pós-cristandade. Nele é de fundamental importância a personalização da fé, ou seja, a reconstrução do elo perdido entre o indivíduo e a fé eclesial. Para que o fiel discípulo de Jesus Cristo chegue a ser missionário, é preciso que a apropriação subjetiva da fé, como experiência pessoal, seja acompanhada por uma adesão firme aos conteúdos objetivos da fé. Só assim o individualismo religioso pode ser vencido. O cultivo da intimidade com o Deus de Jesus Cristo se torna fonte de entusiasmo missionário pelo reino de Deus.

A Conferência de Aparecida significou para a América Latina “uma hora de graça”, um “novo Pentecostes”, um autêntico ‘acontecimento salvífico’ que pôs a Igreja, peregrina nestas terras, num estado permanente de missão (DAp 547).

O método VER-JULGAR-AGIR perpassa o documento inteiro, mesmo que seja de maneira bastante sutil. O julgar é marcado por três eixos que explicitam a experiência cristã: a) o encontro pessoal com Jesus Cristo que nos torna discípulos missionários, fonte de grande alegria e paz (cap. III-IV); b) a vivência eclesial, onde todos se sintam acolhidos e valorizados como sujeitos eclesiais (cap. V); c) o processo formativo permanente, capaz de gerar convicção forte e corajosa (cap. VI). O agir que segue é missão para valer, fecundo e permanente. Atinge de cheio a realidade sócio-econômica, política, cultural, religiosa (cap. VII-X).

⁹⁰ JOÃO PAULO II, Discurso Inaugural, Conclusões de Santo Domingo, n. 4.

Algumas novidades que aconteceram na V Conferência Episcopal: 1) A presença de um número significativo de participantes de todos os estados do Brasil, que fez com que os bispos não se esquecessem da Igreja Povo de Deus, ainda mais por se realizar no santuário mariano que tem sua história relacionada com o povo pobre, os negros e excluídos da sociedade. 2) O Fórum de participação fazendo referência aos mártires da América Latina e do Caribe, homens, mulheres e crianças que doaram a vida pelo reino de Deus. 3) A presença de um grupo de teólogos(as), exegetas, pastoralistas e cientistas sociais, e do grupo Ameríndia, que colaboraram com os bispos na linha da reflexão teológica, bíblica e pastoral. 4) A retomada da colegialidade na Igreja latino-americana e caribenha.

Chama a atenção a retomada da opção pelos pobres, que a V Conferência inseriu na fé cristológica. Pode-se ainda elencar outros aspectos importantes, como o diálogo ecumênico e inter-religioso, base fundamental para se construir um mundo de justiça e de paz. Outro ponto salientado pelo Documento é a realidade de exclusão, fome e violência, presente na América Latina e no Caribe. O documento dá atenção especial ao “cuidado” para com os pobres e excluídos. A V Conferência mostrou o rosto indígena e afro-americano da Igreja latino-americana e caribenha. Outro fruto importante foi o tema da vida para todos os homens e mulheres, vida para todas as criaturas, vida para a natureza. Enfim, para que todos tenham vida e a tenham em abundância (cf. Jo 10,10).

Clodovis Boff afirma que, em Aparecida, a opção pelos pobres ganha nova amplitude:

Foram identificados “novos rostos” da pobreza: os desempregados, os refugiados e migrantes, os aidéticos e os tóxico-dependentes, a população de rua, as mulheres vítimas da violência e exploração sexual, os presos e tantos outros rostos mais. Mas, é, sobretudo, a qualidade desta opção que é mais sublinhada pelo documento. Trata-se de uma opção verdadeiramente evangélica, no sentido de vir banhada e mesmo encharcada da fé em Cristo. E isso, tanto em sua origem (ela nasce do encontro com o Filho de Deus, “que de rico se fez pobre”) quanto em seu exercício (ela vibra com os sentimentos do coração do Bom Pastor). Quanto às aplicações concretas, além das indicações práticas que dão, os bispos apelam para a “imaginação da caridade”, a que se referiu João Paulo II⁹¹.

O rosto da Igreja esboçada pelo Documento de Aparecida é de uma Igreja profundamente missionária, que anuncia com alegria e entusiasmo a Boa-Nova do amor

⁹¹ Entrevista de Clodovis Boff concedida à Revista do Instituto Humanitas Usuinis: *Os rumos da Igreja a partir de Aparecida*, p. 17. <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1182195938.41pdf.pdf> acessada em 11/07/2010.

de Deus em Cristo, e, nesse amor, o ser humano encontra sentido para sua existência concreta. Igreja servidora cuja atitude concreta se traduz no cuidado com os irmãos, em especial os mais necessitados. Clodovis Boff diz que a Igreja da V Conferência será “uma Igreja ‘agápica’, enquanto se faz samaritana de todos os caídos à beira das estradas do mundo, cuidando deles e curando-os”⁹².

Para João Batista Libanio,

uma das grandes luzes de Aparecida decorre da alegria de ter-se encontrado com o Senhor. De tal experiência, brotam os desejos de segui-lo e anunciar-lhe o Evangelho do Reino da Vida aos povos latino-americanos. A revitalização da vida do discípulo missionário parte de um fato primeiro que se traduz na alegria de ser discípulo para anunciar o evangelho do Reino da Vida. Há uma boa notícia que antecede ao cristão, que ele recebe e de que faz porta-voz convencido. Na base de tal convicção está o encontro com Cristo, que chama para segui-lo e o envia para o anúncio na força do Espírito Santo⁹³.

“O prazo se cumpriu. O reino de Deus está chegando. Convertam-se e creiam no Evangelho” (Mc 1,15).

Na próxima Assembléia Ordinária do CELAM, que se realizará em Cuba será trabalhado o projeto da Grande Missão Continental. É preciso aguardar para saber quais serão as iniciativas propostas para marcar essa nova etapa na caminhada pastoral da Igreja Latino-Americana e Caribenha.

1.2.5 A prática das nossas comunidades

Para entendermos as práticas de nossas comunidades, faz-se necessária uma releitura de algumas práticas do passado, a fim de termos uma compreensão mais consistente da realidade atual e encontrarmos luzes que possam nortear o momento presente.

Para a Reforma e o Renascimento, a fé é a “confiança” na graça que salva e nos liberta da lei, inclusive da Lei de Deus⁹⁴. A graça justifica o ser humano e, recoberto por ela, a justiça de Cristo o faz justo, mesmo que permaneça no pecado. A justificação, para a doutrina luterana clássica, é a imputação forense da justiça legal: não somos justos, mas apenas considerados justos. Confiando nesta justiça – crendo nela – é

⁹² BOFF, C. Os rumos da Igreja a partir de Aparecida, p. 15.

⁹³ Entrevista de João Batista Libanio concedida à Revista do Instituto Humanitas Usininos: Aparecida significou quase uma surpresa. http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=482. Acesso em 10/07/2010.

⁹⁴ <http://www.montfort.org.br/index.php?secao=veritas&subsecao=papa&artigo=spe-salve-revolucao&lang=bra>

possível estar seguro de ser salvo. Esta segurança-confiança é a essência da esperança protestante: já estar salvo em Cristo! Pode-se dizer que *esta esperança é a presunção da salvação presente* e, portanto, não é mais a esperança, pois nada mais se espera, apenas se considera o dom gratuito como propriedade individual. Os católicos também correm o risco de cair na presunção de batalhar, apenas, para sua conversão e salvação individuais e esquecer-se de criar meios que auxiliem o evangelho a chegar a todos os corações, porque Deus quer que todos se salvem e cheguem ao conhecimento d'Ele, que é a verdade (cf. 1Tim 2,3-4).

O individualismo pastoral separa da verdadeira vida que existe no conjunto. Só a unidade doutrinal e pastoral capacita a Igreja para mostrar que merece credibilidade. O testemunho arrasta e molda as consciências para um ritmo de permanente conversão, ao contrário de palavras dos mestres conhecedores de toda a verdade: *mais acolhimento e menos condenação, mais humanismo integral e menos moralismos redutores*.

É interessante perceber o individualismo na Igreja. Em grupos católicos carismáticos, por exemplo, mais facilmente se conecta com carismáticos católicos de outros países do que com católicos não carismáticos do bairro, onde se mora, estuda e trabalha. A religião aproxima os iguais e os distancia dos outros, agrega e imprime identidade, como faz a cultura. Mas, como se trata de uma escolha e não mais de um atributo herdado, o outro do qual tal pessoa se afasta pode ser a própria família ou indivíduos que, naturalmente, lhe seriam próximos.

A formação é a única forma de permitir à fé adulta explicar como agir e como intervir com correponsabilidade. Senão, corre-se o perigo de cair numa espécie de pentecostalismo, que tira proveito da quebra do monopólio católico, da fraqueza institucional da Igreja Católica e da longa tradição mágica da religiosidade popular latino-americana.

Existem talvez três falhas graves no modo de o cristão viver a fé:

a) *Fé individualista*: a busca das forças transcendentais e da religião para atender a interesses individuais, sobretudo de índole material. Quem assim se comporta facilmente, procura manipular Deus e todas as forças religiosas.

Analisando a religiosidade dos fiéis católicos, percebe-se que o devocionismo está carregado de busca pelo milagroso, extraordinário, esotérico, de manipulação dos santos em favor do restabelecimento da saúde e aquisição de emprego, dinheiro e

sucesso. Em geral, são os fiéis que têm defasagem no conhecimento *bíblico*. Não demonstram esforço de conversão eclesial, que se abra aos demais grupos, mas somente uma *pseudo-conversão*, profundamente intimista e individualista, que os leva a valorizar o imediatismo (curas, riquezas etc.) e a não assumir responsabilidades e compromissos eclesiais e sociais. A conversão, em seu sentido genuíno, torna o ser humano aberto ao outro, o desaloja do egocentrismo religioso e o lança para o horizonte do Reino, colocando a soberania de Deus em primeiro lugar. “Procurai primeiro o Reino e a justiça de Deus, e tudo isso vos será dado por acréscimo” (Mt 6,33).

Há também outra faceta do individualismo entre os católicos: a busca de Deus para satisfação afetiva e emocional. Evidentemente, esse tipo de fé individualista não conduz à melhora nas relações tanto familiares como na sociedade.

b) Fé intimista. A ênfase da fé intimista está, acima de tudo, em “sentir-se bem”, na compreensão de que a religião existe para isso: cura interior, autossatisfação. Na fé intimista, alguns valores evangélicos se ofuscam, como, por exemplo, a caridade, a solidariedade, o compromisso social, segundo os valores do Reino.

c) Fé desencarnada. A fé individualista e intimista é, obviamente, desencarnada, com o risco de um cristianismo de “gueto”, que não estabelece diálogo com o mundo e carece da dimensão profética de anunciar os valores do Reino e denunciar as injustiças sociais.

d) Fé superficial. A fé superficial é um verniz. É necessário um processo de aprofundamento e vivência da fé que possibilite a vivência comunitária, criando condições para a educação da fé das crianças e dos jovens, na família, na escola, nos meios de comunicação e, sobretudo, na comunidade eclesial.

O Papa Bento XVI, na Encíclica *Spe Salvi*, ressalta o perigo da esperança da salvação individual e egoísta, afirmando que a esperança bíblica a respeito do reino de Deus foi substituída pela esperança do reino do homem, pela esperança de um mundo melhor que seria o verdadeiro “reino de Deus” (SS 13-15).

Acreditamos que é necessário, para superar a tendência constante de se voltar para uma fé e uma conversão individualistas, uma maior atenção à *catequese*, para que esta assuma realmente o seu papel de formar cristãos adultos na fé, capazes de dialogar com as diferenças e entender-se como ser em constante necessidade de conversão, a fim de vencer o individualismo que impede a verdadeira comunhão que conduz ao reino de

Deus. A formação teológico-pastoral dos agentes de pastoral e movimentos através das escolas de formação (Teologia para Leigos) deve possibilitar cristianizar os valores que o adulto possui, favorecendo a experiência pessoal com Jesus Cristo; retirar a pessoa da fé intimista, individualista e desencarnada, que a fecha em si a desvincula do compromisso ético no seu agir; e apontar a conversão como caminho de encontro pessoal com o Deus do Reino e com a comunidade fiel que aguarda a chegada do Reino definitivo.

1.3 Conceitualização bíblico-teológica

Depois de constataremos essa tomada de consciência, podemos tentar uma conceitualização provisória do nosso tema, segundo as grandes linhas da teologia bíblica.

1.3.1 A conversão

Iniciamos a abordagem bíblica pelo tema da conversão, que está presente nos textos bíblicos desde os primórdios, especialmente nos textos proféticos, e permeia o conjunto das Escrituras. Deus convida o ser humano a entrar em comunhão com Ele. Ora, trata-se de homens pecadores. Pecadores de nascença (Sl 51,7): por culpa do primeiro pai, o pecado entrou no mundo (Rm 5,12) e, desde então, habita no mais íntimo do seu “eu” (7,20). Mas Deus não deixa de chamar os pecadores. A resposta a esse chamado de Deus exigirá deles, no ponto de partida, uma conversão, e depois, durante toda a vida, uma atitude penitente. Por isso, a conversão e a penitência ocupam um lugar considerável na revelação bíblica. Contudo, o vocabulário que as exprime só aos poucos foi assumindo seu pleno sentido, à medida que se aprofundava a noção do pecado. Certas fórmulas evocam a atitude do homem que deliberadamente se orienta para Deus: “buscar a YHWH” (Am 5,4; Os 10,12), “buscar a face” (Os 5,15; Sl 24,6; 27,8), “humilhar-se diante dele” (1Rs 21,29; 2Rs 22,19), “firmar nele o coração” (1Sm 7,3). Mas o termo mais empregado é o verbo *shûb*⁹⁵, traduz a ideia de “volta”, “voltar”, de “tornar atrás”, “arrepender”⁹⁶. Teologicamente, *shûb* é a palavra mais importante, porque é usada com mais frequência no sentido técnico do arrependimento ou

⁹⁵ Cf. WITHERUP, A conversão no Novo Testamento, p. 19.

⁹⁶ Cf. WITHERUP, A conversão no Novo Testamento, p. 19.

afastamento humano do pecado⁹⁷. Em contexto religioso, significa afastar-se do que é mau e voltar-se para Deus.

Como conversão é um “chamado” para mudar ou retornar, o Antigo Testamento enfatiza que Deus é quem faz a proposta inicial: “Voltai, filhos apóstatas! Curarei completamente vossa apostasia” (Jr 3,22). Na história de Israel, surgem mediadores, como Moisés e os profetas, que se tornam porta-vozes para a palavra de Deus, porém, sempre é Deus quem faz o chamado⁹⁸.

A conversão veterotestamentária é descrita não como acontecimento único, mas como *processo constante* de realinhamento com Deus⁹⁹. Por meio da conversão, o ser humano vai, aos poucos, mudando suas disposições interiores para reatar de novo o seu relacionamento com Deus.

Quando a Escritura afirma que os próprios israelitas são chamados à conversão, a voltar para o pleno relacionamento com Deus, isso significa que a conversão não é *voltar-se* para algo totalmente novo, mas, sim, retornar ao que antes era conhecido¹⁰⁰.

Nisto se define o essencial da conversão, que implica a mudança de conduta, uma nova orientação de todo o comportamento. Em época tardia, fez-se maior distinção entre o aspecto interior da penitência e os atos exteriores que ela provoca. Por isso, a Bíblia grega usa, conjuntamente, o verbo *epistrefein*, com a conotação de retorno a Deus, do qual resulta a mudança da conduta prática, e o verbo *metanoein*, que visa à virada interior (a *metanoia* é o arrependimento, a penitência). Analisando os textos bíblicos, é preciso considerar esses dois aspectos distintos, mas estreitamente complementares.

No Novo Testamento, a forma verbal *metanoeo* significa mudar de ideia, arrepender-se, converter-se e é pouco usada com o significado de “conversão”. Marcos faz uso apenas uma vez do substantivo *metanoia* e, duas vezes, do verbo¹⁰¹. O substantivo aparece no ministério de João Batista que prega: “um batismo de conversão (*metanoia*) para o perdão dos pecados” (Mc 1,14). Mateus usa o substantivo apenas duas vezes e a forma verbal, cinco vezes. Lucas usa o substantivo cinco vezes e o verbo,

⁹⁷ Cf. WITHERUP, A conversão no Novo Testamento, p. 19.

⁹⁸ Cf. WITHERUP, A conversão no Novo Testamento, p. 30.

⁹⁹ Cf. WITHERUP, A conversão no Novo Testamento, p. 30.

¹⁰⁰ Cf. WITHERUP, A conversão no Novo Testamento, p.30.

¹⁰¹ Cf. WITHERUP, A conversão no Novo Testamento, p. 31.

nove. O evangelho de João não menciona uma vez sequer, nem na forma verbal, nem na nominal¹⁰².

Toda vez que é usada a forma nominal da palavra *metanoia* (22 vezes no Novo Testamento), é sempre no singular, não no plural. Este uso enfatiza a conversão como processo e não como ação realizada, uma vez por todas. A forma verbal é, frequentemente, usada no modo imperativo, como exortação à conversão¹⁰³.

A palavra conversão é mais que penitência e arrependimento. Significa, essencialmente, *reviravolta*, isto é, mudança radical e profunda da própria vida, produzida pela descoberta de algo que dá sentido totalmente novo a nossa existência. “Sendo ‘reviravolta’, a conversão exige rupturas profundas, muitas vezes bruscas e violentas, algo que a pessoa não esperava”¹⁰⁴ (At 9,1-19). Enquanto estiver amarrado e condicionado, dificilmente, se poderá entrar no processo de conversão. Fomos chamados à liberdade (Gl 5,13) e, somente na liberdade, seremos capazes de viver de forma mais autêntica a conversão proposta por Jesus Cristo. Somente a vida que não se deixa mais condicionar pela escravidão pode perceber a “provocação” de Deus na realidade e ser sensível aos “sinais dos tempos”¹⁰⁵.

O termo “conversão” tem um entendimento bastante amplo no Novo Testamento e merece ser melhor aprofundado. Porém esse não é o nosso objetivo nesta pesquisa. Por isso, passaremos a discorrer sobre o reino de Deus, ligado ao tema da conversão.

1.3.2 O reino de Deus na perspectiva bíblica

A pregação do reino de Deus por Jesus e, segundo Mateus, já por João Batista, deve ser entendida sobre o pano de fundo veterotestamentário. Assim escreve Frank Matera:

O conceito veterotestamentário do reinado de Deus fornece contexto apropriado para entender o que Jesus quis dizer ao proclamar o reinado de Deus: ele anunciou a realeza de Deus sobre a criação e a história. Essa realeza é realidade dinâmica, e também quando Jesus fala de entrar “no reinado de Deus” (Mc 9,47; 10,23-25), quer dizer entrar na esfera ou campo do governo, do reinado ou da realeza dinâmica de Deus¹⁰⁶.

¹⁰² Cf. WITHERUP, A conversão no Novo Testamento, p.31.

¹⁰³ Cf. WITHERUP, A conversão no Novo Testamento, p.31.

¹⁰⁴ OLIVEIRA, Teologia da vocação, p. 55.

¹⁰⁵ OLIVEIRA, Teologia da vocação, p. 55.

¹⁰⁶ MATERA, Ética do Novo Testamento, p. 27.

A ideia de YHWH-Rei ou de reino não aparece no início do Antigo testamento. O Deus de Abraão, de Isaac e Jacó não tem nenhum traço real, nem mesmo durante a revelação do seu sagrado nome a Moisés (cf. Ex 3,1-22). Porém, depois da instalação de Israel em Canaã, o povo recorreu a esta representação simbólica para expressar a situação entre Israel e YHWH¹⁰⁷. “O reinado de Deus começa com a eleição do povo hebreu (Dt 7,6-14), destinado a ser o depositário da revelação divina pré-cristã e o canal pelo qual chega a Redenção”¹⁰⁸.

Embora o reinado de Deus seja uma noção veterotestamentária fundamental para o Novo Testamento, especialmente para os evangelhos Sinóticos, a expressão como tal ocorre só uma vez nos escritos da Bíblia Hebraica (1Cr 28,5, “reinado de YHWH”) e uma vez nos escritos deuterocanônicos (Sb 10,10 “reinado de Deus”). Na concepção do Cronista, o trono em Jerusalém é o “trono régio de YHWH sobre Israel” (1Cr 28,5; 29,23; 2Cr 9,8)¹⁰⁹. No Templo de Jerusalém, construído por Salomão, havia a arca da aliança e esta era considerada o trono de Deus na terra (1Rs 8,6s)¹¹⁰. Assim como Deus está no seu trono no Templo, Isaías também O vê sentado no seu trono celeste, como senhor do Céu e da Terra (Is 6,3.5)¹¹¹.

Nas descrições poéticas (Jó 38; Sl 104), nas orações e cânticos (Sl 29; 17,12; 1Cr 29,11), aparece a imagem do dominador universal que coloca a humanidade em atitude de reverência (Mt 5,34). O judeu piedoso, no Templo, chega a uma relação pessoal com esse senhor do universo e o chama de “meu rei e meu Deus” (Sl 5,2; 44,5; 68,25; 74,12; 84,4). Deus é rei de Israel (Is 44,6; 41,21; 43,15; Sf 3,15).

O Antigo Testamento apresenta dois aspectos da ideia de realza, isto é, o senhorio protetor de Deus sobre seu povo e o domínio universal sobre o universo, finalmente surge a convicção firme de que Javé também é rei sobre os povos estrangeiros, por mais fortes e invencíveis que estes possam parecer¹¹².

A primeira referência concreta ao reino de Deus aparece em Dn 2,44:

Mas, na época desses reis o Deus do céu fará surgir um reino que não será jamais destruído; e este reino não passará a outro povo; esmiuçará e consumará todos esses reinos, mas ele mesmo subsistirá para sempre.

¹⁰⁷ Cf. DEVILLE; GRELOT, Reino, p. 950.

¹⁰⁸ PELAIA, Reino de Dios, p. 500.

¹⁰⁹ SCHNACKENBURG, Reino de Deus, p. 948.

¹¹⁰ Cf. SCHNACKENBURG, Reino de Deus, p. 948.

¹¹¹ SCHNACKENBURG, Reino de Deus, p. 948.

¹¹² SCHNACKENBURG, Reino de Deus, p. 948.

Desconsideramos expressões como 1Cr 29,11 (“*teu, Senhor, é o reino*”), que podem aludir a Israel ou ao domínio de Deus, e passagens semelhantes no livro dos Salmos. A ideia de um reino comparado aos reinos da terra, só a encontramos em Daniel.

Em Is 52,7-8, se lê: “Como são formosos, sobre os montes, os pés do que anuncia as Boas-Novas, que faz ouvir a paz, do que anuncia o bem, que noticia a salvação, dizendo a Sião: Teu Deus começou a reinar”. Baseando-se neste texto, Xavier Léon-Dufour afirma que “o reino de Deus começa no exato instante em que o mensageiro anuncia que, com o povo hebreu, YHWH volta a Sião”¹¹³. Pois, para a mentalidade semítica, palavra e realidade estão profundamente unidas: “Quando Deus ‘diz’, ele realiza o que ele diz: A Palavra de Deus cria o que ela proclama”¹¹⁴.

Os sinais maiores da realeza divina são, de fato, segundo a tradição bíblica e hebraica, a criação do mundo e a saída do Egito¹¹⁵. Ao transformar o mundo, de *caos* em *cosmos*, conforme nos é apresentado no Gênesis, e, ao tirar o povo hebreu da escravidão do Egito, levando-os para a terra prometida (cf. Êxodo), Deus realiza o seu senhorio e manifesta a sua realeza. Faltam-nos, porém, as qualificações necessárias para descrever apropriadamente essa presença misteriosa. Aloysius Ambrocic o expressou muito bem: “é um reino ainda por vir que, paradoxalmente, já está presente”¹¹⁶.

O conceito central do anúncio jesuânico, que comumente traduzimos como “reino de Deus”, na sua origem hebraico-aramaica (*malkuth hashamayim*), queria significar “realeza” ou “senhorio (régio) de Deus”¹¹⁷. A βασιλεία τοῦ θεοῦ/τῶν οὐρανῶν, comumente traduzido como “reino/reinado de Deus”, é um conceito fundamental nas religiões abraâmicas: Judaísmo, Cristianismo e Islamismo. A realeza divina é uma ideia comum a todas as religiões do antigo Oriente¹¹⁸.

A palavra grega tradicionalmente traduzida por “reino” reflete a ideia abstrata veterotestamentária do domínio ou governo de um rei, onde é não raro traduzida como “realeza” ou o “reinado” de determinado rei¹¹⁹.

¹¹³ LÉON-DUFOUR, *Leitura do Evangelho segundo João*, I, p. 20.

¹¹⁴ LÉON-DUFOUR, *Leitura do Evangelho segundo João*, I, p. 20.

¹¹⁵ Cf. DI SANTE, *Liturgia Judaica*, p. 69.

¹¹⁶ AMBROCIC, *The Hidden Kingdom*, p. 61.

¹¹⁷ SCHNACKENBURG, *Reino de Deus*, p. 947.

¹¹⁸ Cf. DEVILLE; GRELOT, *Reino*, p. 871.

¹¹⁹ MALONEY, *Mensagem urgente de Jesus para hoje*, p. 62.

O termo grego βασιλεία, bem como o hebraico *malkuth*, significam em primeiro lugar a dignidade, o poder e, sobretudo, o governo ativo de um rei e depois seu território¹²⁰. Contudo, o termo *malkuth* é entendido também como território, sobretudo, em Est 1,14.20; 2,3; Jr 10,7; Dn 1,20; 9,1. Em alguns textos do Novo Testamento, encontramos a concepção de reino como território (Mt 4,8; 5,20; 12,25; 19,23; Mc 6,23). Em textos como Mc 10,14-23, porém, o termo não diz respeito a território como tal, mas precisamente enquanto submisso ao domínio do Reino¹²¹.

1.3.3 O reino de Deus no Novo Testamento

1.3.3.1 Em geral

“A ideia do reino de Deus é uma ideia fundamental e primordial: o anúncio da iminência da chegada do reino de Deus constituía o conteúdo principal da pregação de Jesus”¹²². Jesus possui uma intuição profunda do reino de Deus, e todo o seu ministério baseia-se na certeza de que o Reino está às portas, a qualquer instante irromperá no mundo.

“No Novo Testamento, sobretudo, os Sinóticos gostam de apresentar a atuação salvífica de Deus no mundo sob a imagem de um domínio régio”¹²³. O reino de Deus, portanto, designa o governo ou domínio que tem Deus por soberano ou governante. Os Sinóticos resumem o ensinamento de Jesus na frase lapidar: “O tempo completou-se e o reino de Deus está próximo, convertei-vos e crede no evangelho” (Mc 1,14-15; cf. Mt 4,17; Lc 4,43). A relação de Jesus com o reino de Deus surge nos Sinóticos como questão central. Jesus mostra o Reino e sua proximidade como realmente último. E a consequência do Reino e da sua justiça será a morte na cruz. A ressurreição manifesta a resposta de Deus a quem, por causa do Reino, foi morto pelo anti-reino. Desse modo, para conhecer o especificamente cristão do reino de Deus é necessário voltar a Jesus; e, para conhecer Jesus, é urgente voltar ao reino de Deus¹²⁴.

¹²⁰ Cf. NELIS, Reino de Deus, p. 1288.

¹²¹ Cf. NELIS, Reino de Deus, p. 1289.

¹²² PIXLEY, O Reino de Deus, p. 11.

¹²³ NELIS, Reino de Deus, p. 1289.

¹²⁴ Cf. SOBRINO, Cristologia Sistemática, p. 576.

No Novo Testamento, os temas do reino de Deus e da realeza messiânica de Jesus se unem de forma muito estreita, porque o Rei-Messias é o mesmo Filho de Deus¹²⁵. Nunca, na boca de Jesus, o reino é entendido como exercício de poder imposto.

A expressão “reino de Deus” (βασιλεία τοῦ θεοῦ) é encontrada em Marcos, na fonte Q, na tradição de Lucas e de João, em Paulo, embora não seja seu modo preferido de falar. Mateus usa a expressão “reino dos Céus” (βασιλεία τῶν οὐρανῶν), possivelmente devido à tendência, no judaísmo, de se evitar o uso direto do nome de Deus. A expressão “reino de Deus” (βασιλεία τοῦ θεοῦ/τῶν οὐρανῶν) é encontrada em vários estilos de escrita, como parábola, bem-aventurança, oração, história de milagre e aforismo.

Segundo Jesus, o reino de Deus está entre / dentro das pessoas (ἐντὸς ὑμῶν ἐστιν) (Lc 17,20-21). É apreendido pelo entendimento (Mc 12, 34), acolhido na simplicidade da criança (παιδίου) (Mc 10,15) e no fazer a vontade de Deus (ὁ ποιῶν τὸ θέλημα τοῦ πατρὸς) (Mt 7,21). É um reino herdado pelos pobres (πτωχοί) (Mt 5,3//Lc 6,20). Existe também o anti-reino (Lc 11,18), ou reino de satanás (ἡ βασιλεία ὁ σατανᾶς). Segundo Paulo, pertence aos justos (δίκαιοι) (1Cor 6,9). Em João, significa o renascimento espiritual (γεννηθῆ ἔξ ὕδατος καὶ πνεύματος) (Jo 3,5)

Monloubou e Du Buit observam que

o mesmo termo hebraico pode-se traduzir por duas palavras de nossa língua: reino e reinado. O primeiro remete a um território, coisa que não acontece com o segundo. Toda realeza humana se acha ligada a um território (Am 1,3-2,3); a realeza divina porém não implica necessariamente esta referência; parece até às vezes ultrapassá-la. Com Deus se trata, em geral, menos de um *reino* que de um *reinado*¹²⁶.

O reino de Deus é uma fórmula característica da pregação jesuana, tal como transmitem os Sinóticos. Mas a geração apostólica, e mais ainda as outras gerações que vieram depois dela, renunciam à expressão “reino de Deus”, que, provavelmente, era pouco conhecida aos novos ouvintes a quem a pregação era destinada¹²⁷.

Monloubou e Du Buit¹²⁸ explicam o reino de Deus do seguinte modo:

¹²⁵ Cf. DEVILLE; GRELOT, Reino, p. 679.

¹²⁶ MONLOUBOU; DU BUIT, Rei/Reino, p. 677.

¹²⁷ Cf. MONLOUBOU; DU BUIT, Rei/Reino, p. 678-678.

¹²⁸ Cf. MONLOUBOU; DU BUIT, Rei/Reino, p. 678-678.

- 1) *O Reino é uma realidade escatológica*: assinala o termo da História e situa-se além da História. Sua consumação será marcada pela Parusia de Jesus que virá com o seu reino (Mt 16,28; Mc 9,1; Lc 9,27). Este é um reino eterno e entra-se nele após a morte (Lc 23,42);
- 2) *O Reino é uma realidade atual*: é preciso “buscar o Reino e sua justiça” (Mt 6,33; Lc 12,41); em Rm 14,17, o Reino se realiza entre todos os homens que se submetem ao Espírito. O Reino se encontra “no meio” dos homens (Lc 17,20-21). A busca do Reino se estende por toda a vida (Mt 5,20; 7,21; 18,3). As bem-aventuranças (Mt 5,3.10) mostram que este Reino exige, agora, desde já, uma vida bem diferente da dos outros homens.
- 3) Este *duplo aspecto do Reino* é explicado nas parábolas (Mc 4; Mt 13; 18; 20; 25; Lc 8; 13);
- 4) *A vinda do Reino já se acha consumada na pessoa de Jesus*. Jesus é o único judeu da Antiguidade que conhecemos que anunciou não somente que as pessoas estavam à beira do final dos tempos, mas, ao mesmo tempo, que o novo tempo de salvação já havia começado¹²⁹. Jesus falava do reino de Deus que havia chegado como se nada mais viesse depois disso¹³⁰. Lucas constata que o reino de Deus já está entre nós na pessoa de Jesus (Lc 17,21). O Reino aparece vinculado e consumado na pessoa e obra de Jesus.
- 5) *Inaugurada em Jesus, a vinda do Reino se prolonga mediante a Igreja*, como o mostra, sobretudo, Mateus. A Igreja é esse Reino, onde se misturam a boa semente e o joio. Um Reino frágil, tal como a assembléia de convidados, dos quais um é expulso da sala do banquete (Mt 22,1-4). A Igreja é, no entanto, um Reino que não se pode abalar (Hb 12,28). Deste Reino, que as forças do mal não podem destruir, Pedro tem as chaves (Mt 16,19).

Jesus anuncia que o reino de Deus está próximo: esse é o objeto primário da pregação de João Batista (Mt 3,2) e de Jesus (Mc 1,15). Jesus não se preocupa em

¹²⁹ THEISSEN; MERZ, O Jesus Histórico, p. 279.

¹³⁰ THEISSEN afirma que, o problema permanente na exegese da pregação de Jesus sobre a βασιλεία é explicar a justaposição de declarações presentes e futuras a respeito do reino de Deus: “Jesus falava...do reino de Deus que havia chegado como se nada mais viesse depois disso, e do Reino por vir como se ele ainda não tivesse chegado” (THEISSEN; MERZ, O Jesus Histórico, p. 264).

definir, em termos diretos e precisos, o que vem a ser o reino de Deus porque, com respeito à soberania de Deus, partilha com seus ouvintes a noção comum, cujas raízes mergulham na tradição bíblica tal como se atualizava nas sinagogas judaicas. “A novidade que Jesus transmite, ou seja, aquilo que lhe é original é a sua proclamação segura de que Deus se manifesta e atua como Senhor presente”¹³¹. Essa declaração aparece no anúncio de Mateus e de Marcos, colocados no início da pregação de Jesus na Galileia, como também em algumas afirmações de Jesus, onde ele auto-interpreta a atividade relacionada ao reino de Deus¹³².

O reino de Deus, quanto ao seu sentido teológico profundo, é uma realidade absoluta e transcendente, que não pode ser limitada a conceitos sistemáticos ou qualquer que seja a descrição narrativa. Porém, pode-se formular uma descrição de seu significado conceitual. Quando se faz uso da expressão reino de Deus/dos Céus, como categoria teológica no discurso teológico, assegura-se o devido respeito ao sagrado nome de Deus. Esse respeito ao nome divino pode ser verificado através da afirmação de que o Reino lhe pertence e, portanto, não é obra do ser humano. Por outro lado, afirma-se sua importância e o significado para a fé cristã e para a vida humana, a partir de situações reais e concretas da experiência humana.

Critério preponderante para a adequada referência ao reino de Deus é a verificação de que algumas práticas ou situações, ao menos incoativamente, manifestam-se conforme o evangelho. Alguns fatos nos permitem captar a presença do reino de Deus atuante na história, a saber: a justiça, a misericórdia, a fraternidade, a liberdade, a opção pelos pobres, o amor. Porém, o fato de alguém constatar a existência de sinais dessa natureza em determinada realidade não o autoriza, por si só, a falar da presença salvífica de Deus na história. Gustavo Gutierrez, citando Ellacuría, afirma: “a opção preferencial pelos pobres, mais que um sinal que manifesta o reino de Deus, é uma opção pelo reino de Deus”¹³³. “As bem-aventuranças são uma clara afirmação de que reino de Deus e Deus são a razão última da opção pelos pobres” (DAp 383).

Essas considerações preliminares a respeito do significado teológico do reino de Deus conduzem à aproximação da noção sistemática do mistério do Reino. “O Reino

¹³¹ FABRIS, Jesus de Nazaré, p. 106.

¹³² Cf. FABRIS, Jesus de Nazaré, p. 106.

¹³³ GUTIERREZ, Teología de la liberación, p. 25.

tem um caráter profundamente misterioso porque somente o Pai, através do Filho, pode revelá-lo e conceder ao ser humano o dom de nele entrar” (Mc 4,11; Mt 13,10-14; Lc 8,9-10). É interessante perceber, nas narrativas evangélicas, que, quando Jesus anuncia o Reino, mostra-o como realidade transcendente e, ao mesmo tempo, muito próxima do ser humano. Em sentido figurado, quase dá para tocar no Reino. Jesus mostra, pelo seu anúncio e, também, por seu modo de agir, esse caráter de proximidade do Reino. Ao mesmo tempo, esse Reino é inalcançável pela capacidade humana, a não ser que Deus mesmo venha em auxílio de nossa limitação. É preciso que Deus mesmo tome a iniciativa de possibilitar que o ser humano o encontre. Pela sua transcendência e presença, mas não controlada a partir do homem, o Reino não pode ser definido¹³⁴. O próprio Jesus jamais definiu o Reino, mas fez uso de imagens da natureza, ligada à realidade rural de seus ouvintes, para fazer entenderem e perceberem que o Reino estava se realizando no meio deles¹³⁵.

O reino de Deus é o reinado da vontade de Deus, revelada por Jesus entre os seres humanos. Esta noção de Reino tem dois núcleos fundamentais que correspondem ao que Jesus revelou e anunciou por palavras e gestos. O primeiro é a realização da vontade de Deus, que remete ao primeiro mandamento, isto é, o amor de Deus. A Boa-Nova está toda esculpida no amor e, ao ampliá-lo, Jesus sintetiza os dez mandamentos em apenas dois: “Amar a Deus acima de todas as coisas, eis o primeiro e grande mandamento, e ao próximo como a ti mesmo” (Mt 22,37-40). Esta é a regra áurea do

¹³⁴ Há diferenças no modo de se focar as noções de reino de Deus conforme as diferentes escolas teológicas. Segundo a escola liberal, no pensamento de Jesus, o reino de Deus é uma realidade de ordem espiritual, totalmente interior e atual. O Reino liberta o homem de toda opressão do mal, desenvolvendo nele uma forma de vida que o torna protegido contra todas as espécies de sofrimento. Já para a escola escatológica, o reino de Deus é uma realidade futura, como um estado que acontecerá em um momento dado por uma intervenção soberana de Deus. A exegese católica entende que o reino de Deus é, ao mesmo tempo, atual e futuro. Ele é atual no sentido de que existe já no coração dos discípulos em germe chamado a se desenvolver e expandir. Ele é futuro no sentido de que não chegará à sua plena expansão, senão em um futuro ainda muito distante, talvez ao fim de uma evolução. Deve-se observar que essa visão atribuída à exegese católica é muito insuficiente, pois considera o reino de Deus como uma realidade situada na esfera individual. Além disso, não parece ter qualquer relação com a vida concreta e real do ser humano, no que se refere ao problema histórico concreto. Nessa concepção de Reino, deixa a desejar, portanto, a dimensão histórica e temporal objetiva do reino de Deus, o que se vê na prática de Jesus. (cf. LEMONNYER; CERFAUX, *Théologie du Nouveau Testament*, p. 43)

¹³⁵ Cf. Lc 17,21; Mt 3,2; 4,17 etc. Jesus fala do Reino sobretudo por meio de parábolas (= comparação) entre elas há as chamadas “parábolas escatológicas”. Estas tinham a intenção de aplicar o apelo de Jesus aos homens para que reconhecessem que o reino de Deus estava presente em tudo e tem importantes consequências, e que, por meio das parábolas, julgariam a si mesmos como fiéis ou infiéis, sábios ou estultos. Quando aquela crise passou, elas foram adaptadas à Igreja para tentar chamar o homem a preparar-se para a segunda [crise] e a Parusia – crise que se acreditava estar próxima (cf. DODD, *The parables*, p. 141).

cristianismo. Ama-se a Deus, cumprindo o que manda sua palavra. O segundo núcleo é o lugar onde se atua esta vontade divina, ou seja, na vida humana concreta. Este dado remete, por sua vez, ao segundo mandamento, que é o amor ao próximo. “Em Jesus, o mandamento do amor se torna o mandamento capital de sua proposta, ao anunciar o reino de Deus”¹³⁶. Essa noção de Reino exprime o sentido mais profundo de sua realidade e se impõe como referência para discernir o que se contrapõe ao reino de Deus na vida real da sociedade¹³⁷.

O radicalismo existencialista bultmaniano o leva a restringir o significado histórico do reino de Deus ao *hic et nunc* (lit. aqui e agora) da decisão pessoal do ser humano diante da proposta de Jesus, que lhe apresenta o reino de Deus como salvação. Na concepção de Bultmann, resguarda-se o caráter soberano do Deus do Reino e a absolutilidade do reino de Deus como realidade escatológica, mas se perdem os aspectos comunitários e socio-históricos da salvação cristã. Diante disso, o valor do ser humano é relativizado no âmbito histórico e restringido à decisão no íntimo de sua consciência.

Segundo Bultmann,

o valor do ser humano para Jesus não é determinado por qualquer que seja a qualidade humana ou pela capacidade de sua vida psíquica, mas unicamente por como o homem se decide no *hic et nunc* de sua existência. Jesus vê, portanto, o ser humano como alguém que está no seu *hic et nunc*, na decisão, com a possibilidade de decidir-se por meio de sua livre ação. Somente o que o homem realiza agora é que lhe dá o seu valor¹³⁸.

Uma visão diversa observamos em Schnackenburg, quando fala sobre a soberania do reino de Deus. Explicando o *logion* de Lc 17,21, o exegeta pondera as diversas interpretações que se opõem, o Reino está “dentro de vós” ao está “entre vós”. Sua posição rejeita a ideia espiritualista de soberania de Deus, onde a graça teria um

¹³⁶ Cf. SCHNACKENBURG, Le message moral du Nouveau Testament, p. 85.

¹³⁷ A respeito da questão sobre o reino de Deus, Bultmann deu uma resposta que deve considerar significativa, sem desconhecer sua opção por uma hermenêutica existencialista radical. “A resposta é aparentemente simples: o Reino de Deus significa a salvação para o homem, e exatamente a salvação escatológica, que põe termo a toda realidade terrestre. Esta salvação é a única salvação de que se pode falar. Por isso exige do homem uma decisão. Não é algo que se pode possuir junto com outros bens, pelos quais se pode interessar junto com outras preocupações” (BULTMANN, Gesù, p. 31). Para Bultmann, o Reino de Deus é uma realidade essencialmente escatológica. Por isso, chama a atenção para o caráter perigoso das representações modernas que falam de cidadãos e membros do Reino de Deus.

¹³⁸ BULTMANN, Gesù, p. 46.

reino interior. “A maior parte dos exegetas contemporâneos escolhe com razão a tradução ‘no meio de vós’”¹³⁹.

Para León-Dufour, “o conteúdo do reino de Deus implica por si mesmo a séria questão de sua realização, por ser ele uma realidade em realização”¹⁴⁰. Ele se refere à totalidade do reino de Deus nomeando o hoje deste Reino, o seu crescimento e o seu futuro. O Reino é uma realidade já presente, mas continua tendo caráter futuro¹⁴¹.

Levando em consideração tudo o que foi dito sobre o significado do reino de Deus e a vida concreta do ser humano, pode-se afirmar que o reino de Deus é uma realidade transcendente presente no imanente. No entanto, apesar da sua imanência, não perde a dimensão da transcendência. Além disso, seu conteúdo teológico, adequadamente exposto, assegura a verdade da prática teológica e pastoral. A base teológica do reino de Deus garante que a própria teologia e a ação evangelizadora da Igreja se mantenham em sintonia com o que revela a história de Jesus. Para não cair na abstração a respeito do Reino, é necessário o efetivo seguimento de Jesus, a fim de que não se desvincule a realidade do Reino da realidade existencial concreta do ser humano.

1.3.3.2 Sentido específico nos diversos Evangelhos

A título de informação, elencamos aqui os textos Neotestamentários em que ocorre a expressão “reino de Deus/dos Céus”.

Segundo Sénen Vidal, a expressão “reino de Deus/dos Céus” aparece 96 vezes nos Sinóticos: 14 em Marcos, 47 em Mateus e 35 em Lucas. Em textos independentes, desconsiderando os paralelos, aparece 72 vezes: 14 em Marcos, 11 (ou 10) e Q, 30 em textos independentes de Mateus e 17 em textos independentes de Lucas. Normalmente, encontra-se dentro de ditos de Jesus ou em referência à proclamação deste ou de seus discípulos¹⁴².

Kloppenburger afirma que o uso da expressão “reino de Deus/dos Céus” possui fixidez apesar das diferenças de fontes e de tempo da composição¹⁴³. Tão surpreendente acordo só é possível se admitimos que o consenso repousa sobre uma fórmula já muito

¹³⁹ SCHNACKENBURG, Signoria e Regno di Dio, p. 135-138.

¹⁴⁰ LÉON-DUFOUR, Les Évangiles et l’histoire de Jésus, p. 396.

¹⁴¹ Cf. LÉON-DUFOUR, Les Évangiles et l’histoire de Jésus, p. 396.

¹⁴² Cf. VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 111.

¹⁴³ Cf. KLOPPENBURG, Basileia, o reino de Deus, p. 16.

difundida e, de tal maneira estereotipada, que ninguém sentia a necessidade de modificá-la. Sua disposição, nos vários textos neotestamentários, nos põe diante de um tema amplamente conhecido e que não pertence apenas a uma fonte, corrente ou tendência. O tema do Reino e sua formulação são anteriores aos redatores do Novo Testamento. Faz parte da doutrina cristã como originalidade de Jesus¹⁴⁴.

Em Marcos, a expressão “reino de Deus” aparece sempre em ditos de Jesus, exceto em 15, 43, que se refere a José de Arimatéia, um simpatizante do reino de Deus.

Em Mateus, aparece a expressão “reino dos Céus”, sendo que 30 (ou 31) vezes a expressão aparece em textos próprios de Mateus e 47 vezes, no total.

Em Lucas, a expressão “reino de Deus” aparece 17 vezes em textos próprios do evangelista e 35 vezes em todo o Evangelho.

No Evangelho de João, a expressão “reino de Deus” encontra-se ligada à tradição batismal. Em Jo 3,3, fala-se em “ver o reino de Deus”; já em Jo 3,5 em “entrar no reino de Deus”¹⁴⁵.

Nas Cartas de Paulo, aparece o sentido de “herdar”, como o caso de Rm 4,17; 1Cor 4,20; 6,9-10; 15,50; Gl 5,21; 1Tes 2,12. Em 1Cor 15,24, no qual, dentro do esquema apocalíptico tradicional dos vv. 23-28, o termo “reino” se refere diretamente ao reino messiânico de Jesus, que, no final, será entregue a Deus Pai¹⁴⁶.

Para Atos dos Apóstolos, o “reino de Deus” é o conteúdo global da pregação cristã, uma forma de Lucas uniformizar a proclamação cristã com a de Jesus.

Apresentamos abaixo as ocorrências da expressão “reino de Deus” e suas variações no Novo Testamento:

1) *Marcos*: 1,15; 4,11; 4,26; 4,30; 9,1; 9,47; 10,14; 10,15; 10,23; 10,24; 10,25; 12,34; 14,25; 15,43.

2) *Mateus*: 3,2; 4,17; 4,23; 5,3; 5,10; 5,19 (2x); 5,20; 7,21; 8,11; 8,12; 9,35; 11,11; 11,12; 12,28; 13,11; 13,24; 13,31; 13,33; 13,38; 13,43; 13,44; 13,45; 13,47; 13,52; 16,19; 16,28; 18,1; 18,3; 18,4; 18,9; 18,23; 19,12; 19,14; 19,23; 19,24; 20,1; 21,31; 21,43; 22,2; 23,13; 24, 14; 25,1; 25,34; 26,29; 27,57.

¹⁴⁴ Cf. KLOPPENBURG, Basiléia, o reino de Deus, p. 16.

¹⁴⁵ VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 115.

¹⁴⁶ Cf. VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 116.

3) *Lucas*: 4,43; 6,20; 7,28; 8,1; 8,10; 9,2; 9,11; 9,27; 9,60; 9,62; 10,9; 10,11; 11,20; 12,32; 13,18; 13,20; 13,28; 13,29; 14,15; 16,16; 17,20 (2x); 17,21; 18,16; 18,17; 18,24; 18,25; 18,29; 19,11; 21,31.

4) *João*: 3,3; 3,5.

5) *Atos dos apóstolos*: 1,3; 8,12; 14,22; 19,8; 20,25; 28,23; 28,31.

6) *Cartas de Paulo*: Rm 14,17; 1Cor 4,20; 1Cor 6,9; 1Cor 6,10; 1Cor 15,50; Gl 5,21; Cl 4,11; 1Ts 2,12.

7) *Carta a Tiago*: 2,5.

8) *Apocalipse*: 11,15; 12,10; 2Ts 1,5.

a) A tradição Q

O texto chamado de Fonte dos Ditos, “Q” (abreviada do alemão *Quelle* = *fonte*)¹⁴⁷ é uma fonte hipotética, postulada por muitos investigadores para explicar o que chamávamos antes da “dupla tradição”, quer dizer, as concordâncias entre Mateus e Lucas, em material ausente de Marcos¹⁴⁸. “Mateus e Lucas, oferecem [...] vários textos comuns, na maioria material de ditos, que eles acolheram independentemente uns dos outros, como se pode demonstrar”¹⁴⁹.

Taylor acredita que, o material atestado, tanto por Mateus como por Lucas, pode ser atribuído a fonte “Q” com alguma certeza, e a sequência original deve ser supostamente a de Lucas, não a de Mateus¹⁵⁰. É provável que esses ditos de Jesus foram primeiramente utilizados por peregrinos carismáticos, que deram continuidade ao estilo de vida e à pregação de Jesus. A principal preocupação do anúncio era o chamado para o seguimento de Jesus em face da aproximação iminente do reino de Deus¹⁵¹.

Segundo Sénen Vidal, a expressão “reino de Deus” aparece na Fonte Q (11 [ou 10] vezes¹⁵²: sempre em ditos de Jesus) vejamos a seguir:

1. *Q* 6,20: bem-aventurança para os pobres: “porque vosso é o reino de Deus” (Mt 5,3: “porque deles é o reino dos Céus”);

¹⁴⁷ Cf. THEISSEN; MERZ, *O Jesus Histórico*, p. 48.

¹⁴⁸ Cf. BROWN, *Introducción al Nuevo Testamento*, p. 180.

¹⁴⁹ THEISSEN; MERZ, *O Jesus Histórico*, p. 48.

¹⁵⁰ Cf. citação de THEISSEN; MERZ, *O Jesus Histórico*, p. 48.

¹⁵¹ Cf. THEISSEN; MERZ, *O Jesus Histórico*, p. 49.

¹⁵² Cf. VIDAL, *Jesus, o Galileu*, p. 112-113.

2. *Q* 7,28: “o menor no reino de Deus é maior que ele [João]” (Mt 1,11: “no reino dos Céus”);
3. *Q* 10,9: missão dos discípulos, curando e proclamando: “chegou para vós o reino de Deus” (Mt 10,7: “chegou o reino dos Céus”);
4. *Q* 11,2: Pai Nosso: “venha teu Reino” (Mt 6,10);
5. *Q* 11,20: “se, com o dedo de Deus, eu expulso os demônios, então, chegou para vós o reino de Deus” (Mt 12,28: “se, com o Espírito de Deus, expulso os demônios, então chegou para vós o reino de Deus”);
6. *Q* 11,52? : ameaça aos escribas: “ai de vós, escribas, porque cerrais o reino de Deus aos homens; vós não entrais nem deixais entrar os que desejam entrar” (o texto é muito duvidoso: a expressão “reino de Deus” só aparece em Mateus 23,13: “ai de vós, escribas e fariseus hipócritas, porque cerrais o reino dos céus ante os homens; vós não entrais nem deixais entrar os que desejam entrar”; porém não figura em Lucas 11,52: “ai de vós, escribas, porque tirastes a chave do conhecimento!”);
7. *Q* 12,31: “buscai, antes, seu Reino” (Mt 6,33: “buscai primeiro o reino de Deus” [texto duvidoso]);
8. *Q* 13,18-19: parábola do grão de mostarda (“a que é semelhante o reino de Deus e a que o compararei? É semelhante...” (Mt 13,31: “é semelhante ao reino dos Céus...”));
9. *Q* 13,20: parábola do fermento: “Com que compararei o reino de Deus?” (Mt 13,33: “o reino dos Céus é semelhante...”);
10. *Q* 13,28-29: banquete dos congregados do Oriente e do Ocidente com os patriarcas “no reino de Deus” (Lucas 13,28-29 repete a expressão “no reino de Deus”; Mt 8,11-12: “no reino dos Céus”, e designa os rechaçados, “vós”, como “os filhos do Reino”);
11. *Q* 16,16: “A lei e os profetas, até João; desde então, o reino de Deus sofre violência e os violentos desejam apoderar-se dela” (Lc 16,16: “o reino de

Deus é anunciado, e todos fazem violência contra ele [ou talvez: “todos forçam sua entrada nele”]; Mateus 11,12-13 transforma muito o dito: “o reino dos Céus”)

b) Marcos

Para Marcos, o anúncio do reino de Deus é o específico de Jesus, à diferença de João Batista, que já desapareceu da cena:

Depois que João foi preso, veio Jesus para a Galileia proclamando o Evangelho de Deus: Completou-se o tempo e o reino de Deus está próximo; Converti-vos e crede no Evangelho (Mc 1,14-15).

Uma nova realidade, chamada “reino de Deus”, está próxima, quer dizer, aproxima-se ou já chegou, e os ouvintes, para poderem participar dela, devem dar uma meia-volta moral. Ao invés de se afastar de Deus, devem mudar o rumo e ir na direção d’Ele.

Marcos considera o reino de Deus, não somente como sinônimo de vida eterna, pelo que, nem o apresenta somente na perspectiva escatológico-futura, mas pensa que está já inaugurado neste mundo com a pregação e a obra salvífica do Messias¹⁵³. Por isso, o Reino é uma realidade complexa, pois se apresenta como celeste e terrestre.

Marcos registra o início do ministério público de Jesus como fato histórico-temporal, “depois que João foi preso” (Mc 1,14). A atuação de Jesus começa na margem – o deserto, os recantos desprezados da Galileia¹⁵⁴. Jesus faz uma escolha em seu ministério, deixa Jerusalém e a região da Judeia, que era o centro político-religioso de Israel, e passa a atuar na Galileia, região pobre e esquecida. Jesus fez a “opção Galileia”, deixa o centro e vai para a periferia, lugar onde se encontra com o povo marginalizado e esquecido, do lado pobre da Palestina. A Boa Notícia que Jesus anuncia na Galileia é “o Evangelho de Deus” (εὐαγγέλιον τοῦ θεοῦ) (Mc 1,14).

Marcos 1,14-15 pretende introduzir o tema central da pregação de Jesus: o “reino de Deus” ou “reinado de Deus”¹⁵⁵. O reino de Deus é a síntese da Boa Notícia anunciada por Jesus.

O reino de Deus (βασιλεία τοῦ θεοῦ) é “um evento paradigmático”¹⁵⁶ para entendermos o evangelho de Marcos. É uma chave para desvendar tudo o que Jesus

¹⁵³ Cf. PANIMOLLE, Reino de Dios, p. 1618.

¹⁵⁴ Cf. MALONEY, Mensagem urgente de Jesus para hoje, p. 64.

¹⁵⁵ Cf. TRILLING, O Anúncio de Cristo nos Evangelhos Sinóticos, p. 37.

anuncia e realiza com a sua ἐξουσία¹⁵⁷. A expressão “reino de Deus”, enquanto tal, ocorre quatorze vezes em Marcos¹⁵⁸. Porém, fica subentendido em tudo o que Jesus diz e faz. Em Mc 1,15, Jesus anuncia que se cumpriu (πεπλήρωται) o tempo e o reino de Deus “ficou perto” (ἤγγικεν).

O verbo grego ἤγγικεν usado por Marcos é difícil de se determinar. Por um lado, pode significar que o Reino fez sua aparição inicial ainda que não tenha chegado plenamente¹⁵⁹. Tanto πεπλήρωται quanto ἤγγικεν estão no pretérito perfeito, o que indica que algo aconteceu e os seus resultados continuam. O tempo não tinha vindo apenas para o anúncio, mas também para o reino.

Para Marcos, a βασιλεία τοῦ θεοῦ está próxima porque Jesus cura os doentes (Mc 1,29-31: a cura da sogra de Pedro; 1,40-45: a cura do leproso; 3,1-6: a cura da mão ressequida; 5,21-43: a cura da hemorroíssa e a ressurreição da filha de Jairo; 6,53-56: as curas em Genesaré; 7,31-37: cura de um surdo-gago; 10,46-52: cura do cego Bartimeu), expulsa os demônios (Mc 1,23-28: a cura do homem com espírito impuro; 7,24-30: a expulsão do demônio da filha da mulher siro-fenícia) e prega a conversão dos pecadores.

“*Completo-se o tempo*” (πεπλήρωται ὁ καιρὸς) – é a definição teológica do momento da aparição de Jesus. A sua manifestação pública ocorreu no momento divinamente predestinado¹⁶⁰. “Com a aparição de Jesus, está terminado o tempo do Batista, que cederá lugar ao tempo de Jesus”¹⁶¹. O período Batista tem apenas caráter

¹⁵⁶ MATERA, Ética do Novo Testamento. Os legados de Jesus e de Paulo, p. 31.

¹⁵⁷ Segundo VINE, a palavra *exousia* denota “autoridade” (derivado do verbo impessoal *exesti*, “é legal”). Derivado do significado de “licença” ou “permissão”, ou a liberdade de fazer como a pessoa quiser, passou ao sentido de “habilidade ou força com que a pessoa é dotada”, e daí, ao significado do “poder de autoridade”, o direito de exercer poder (por exemplo: Mt 9,6; 21,23, 2Cor 10,8); (VINE, Dicionário VINE, p. 425-426).

¹⁵⁸ Cf. SCHNACKENBURG, Evangelho e Reino de Deus, p. 32

¹⁵⁹ O verbo grego que significa “acercar-se, aproximar-se, chegar perto”, deriva de *engus*, “perto”, é usado acerca de: (a) lugar e posição, literal e fisicamente (Mt 21,1; Mc 11,1; Lc 12,33; 15,25), figurativamente, “aproximar-se de Deus” (Mt 15,8; Hb 7,19; Tg 4,8); (b) o tempo com referência a coisas que são iminentes, como o reino do Céu (Mt 3,2; 4,17; 10,7); o Reino de Deus (Mc 1,15; Lc 10,9-11); o tempo de frutos (Mt 21,34); a desolação de Jerusalém (Lc 21,8); a redenção (Lc 21,28); o cumprimento de uma promessa (At 7,17); o Dia de Cristo em contraste com a vigente noite das trevas espirituais do mundo (Rm 13,12; Hb 10,25); a vinda do Senhor (Tg 5,8); o fim de todas as coisas (1 Pe 4,7). O termo também é usado para se referir a alguém que está próximo da morte (Fp 2,30) (VINE, Dicionário VINE, p. 425-426).

¹⁶⁰ Cf. VERMES, O Autêntico Evangelho de Jesus, p. 310.

¹⁶¹ TRILLING, O Anúncio de Cristo nos Evangelhos Sinóticos, p. 38.

de preparação. Ele é chamado de “precursor”. O batismo de Jesus não pertence mais ao tempo do Batista. Mas já é irrupção do cumprimento messiânico¹⁶².

É interessante observar que Marcos, ao dizer *completou-se o tempo*, não utiliza a palavra χρόνος, que engloba a duração do dia ou do ano, mas faz uso de καιρὸς que indica um momento preciso, a ser discernido e para o qual é necessário permanecer atento, de sobreaviso, pois não se sabe quando acontecerá¹⁶³.

A razão para a urgência do arrependimento é que se cumpriu o tempo e o reino de Deus ficou perto, ou está à mão¹⁶⁴. Ele não se refere a um lugar nem a uma época, mas a condição na qual a liderança de Deus é reconhecida pela humanidade, e uma condição na qual as promessas de Deus de um universo restaurado, livre do pecado e da morte, são, ou começam a ser, cumpridas.

“A composição do evangelho de Marcos está caracterizada pela ideia de que, através da obra e da Palavra de Jesus, o reino de Deus já está presente de modo escondido”¹⁶⁵. “Para Marcos, o Reino de Deus irrompe com a vida de Jesus. Na compreensão marcana, não é possível separar a pessoa de Jesus e o Reino de Deus”¹⁶⁶.

Fries entende que Mc 4,10-12 exprime claramente como o evangelista entende a presença de Jesus,

o mistério do reino de Deus (que Deus comunicou aos discípulos, enquanto que aos “outros de fora” é apresentado só em parábolas) é precisamente a *presença* do reino já no momento histórico atual. Nota essencial da situação já evoluída, que Marcos reflete no seu Evangelho, é o fato de que ele quer explicar a importância da pregação na sua comunidade: pertence à sua mentalidade sublinhar a presença escondida de Cristo na pregação, e, portanto, vê a pregação como acontecimento escatológico. Marcos é movido pela mais intensa expectativa da parusia¹⁶⁷.

Segundo H. Conzelmann e W. Marxsen, Marcos não coloca em relação temporal o “antes” da pregação de Jesus e o “hoje” da comunidade com a vinda do Reino, e nem mesmo o explica no sentido de uma sucessão, segundo uma concepção linear do tempo. Mas, antes, o vê como um todo compenetrado. Portanto, a relação entre passado e futuro

¹⁶² Cf. TRILLING, O Anúncio de Cristo nos Evangelhos Sinóticos, p. 38.

¹⁶³ Cf. LÉON-DUFOUR, Agir segundo o Evangelho, p. 24-25.

¹⁶⁴ Cf. MATERA, Ética do Novo Testamento, p. 24.

¹⁶⁵ FRIES, Dicionário de Teologia, p. 25.

¹⁶⁶ NODARI; CESCONE, Aprendendo com o evangelho de Marcos, p. 14.

¹⁶⁷ FRIES, Dicionário de Teologia, p. 25.

não constitui mais um problema para ele. É decisivo o “agora” da pregação. Com este modo de entender o εὐαγγέλιον, ele se mostra bastante vizinho de Paulo.

Fries afirma que

o que lhe é próprio, é o seu ligar este “agora” à história de Jesus, impedindo-lhe, assim, de se tornar o “agora” fora do tempo do fanatismo gnóstico. Isto ele obtém, não fazendo indagação sobre o kerygma, mas apresentando-o com imagens concretas tomadas do material transmitido (que até então ainda não tinha sido organizado)¹⁶⁸.

Segundo Schnackenburg, “na concepção judaica, o Messias era o Filho de Davi, o rei de Israel, que derrubaria os inimigos e restauraria o Reino de Israel em Justiça e Santidade”. Porém, essa concepção de “rei” Marcos não aceita, por mais que, na condenação de Jesus, ela apareça. Quando Ele é questionado se é “rei dos judeus”, Jesus só diz “Tu o dizes”¹⁶⁹.

Para entender a irrupção do reino de Deus, por meio de Jesus Cristo, em Marcos,

é preciso caminhar com Jesus Cristo de Nazaré na prática pelo Reino, assumindo as suas consequências, e entendendo a dinâmica de Marcos desde o título – “Começo da Boa Notícia de Jesus, o Messias, o Filho de Deus” (Mc 1,1) até a sua incompletude final, o medo e o silêncio das mulheres. “Então as mulheres saíram do túmulo correndo, porque estavam com medo e assustadas. E não disseram nada a ninguém, porque estavam com medo”(Mc 16,8)¹⁷⁰.

O evangelho de Marcos é como ele mesmo afirma o começo da Boa-Nova, que teve seu início com Jesus Cristo (Mc 1,1). Marcos insiste que é necessário que o discípulo volte sempre à Galileia (Mc 16,7), onde iniciou a vida pública de Jesus. Taylor afirma que, “a aparição na Galileia cumpre a profecia de Mc 14,18. A Galileia é a terra da consumação escatológica”¹⁷¹.

c) O desenvolvimento por Mateus

O foco do evangelho de Mateus é a pessoa de Jesus Cristo. Pode-se obter alguma ideia de quem ele é e do que faz ao se meditar sobre os vários títulos concedidos a Jesus (Filho de Davi¹⁷², Filho de Abraão¹⁷³, Filho de Deus¹⁷⁴, “Filho do Homem etc.). Mas os

¹⁶⁸ FRIES, Dicionário de Teologia, p. 25.

¹⁶⁹ CF. SCHNACKENBURG, Jesus Cristo nos quatro Evangelhos, p. 75.

¹⁷⁰ NODARI; CESCONE, Aprendendo com o evangelho de Marcos, p. 15.

¹⁷¹ TAYLOR, Evangelio según San Marcos, p. 736.

¹⁷² *Filho de Davi*: a ênfase sobre as ligações davídicas de Jesus diz respeito à afirmação do Evangelho de que Jesus, na verdade, é o Rei de Israel, embora a manifestação da realeza dEle difira, de forma marcante, da norma. Ele é um rei que se caracteriza pela humildade, conforme Mateus, citando Zacarias 9,9, declara: “Dizei à filha de Sião: Eis que o teu Rei aí te vem, humilde e assentado sobre um jumento filho de uma jumenta” (Mt 21,5) (cf. ZUCK, Teologia do Novo Testamento, p. 27).

títulos não esgotam a mensagem de Mateus a respeito de Jesus. Os relatos do que Jesus fez e continua a fazer apontam para quem ele é e mostra que o Mestre de Nazaré é o objeto de fé adequado¹⁷⁵.

O retrato apresentado por Mateus mostra, de forma muito habilidosa, que Jesus é “manso e humilde de coração” (Mt 11,29), descrição enfatizada pela aplicação das palavras de Is 42,2-3 sobre: “Não contenderá, nem gritará, sua voz não se ouvirá nas praças; não esmagará a cana quebrada e não apagará o pavio que ainda fuma, até que faça triunfar a justiça” (Mt 12,19-20). Mateus também mostra Jesus, mesmo em sua humildade, como aquele que já exerce grande autoridade para que a moléstia (8,1-4), a enfermidade (vv. 5-13), a doença (vv.14-15), os demônios (v.16), os poderes do mundo natural (vv. 23-27) e a própria morte (9,18-26) se submetam a sua ordem¹⁷⁶.

O próprio nome Jesus já revela quem ele é e qual será a sua missão. O nome “Jesus” é a forma grega do nome hebraico “Yeshua” que quer dizer “o Senhor salva”. O nome de Jesus foi escolhido pelo próprio Deus, e descreve o que ele está destinado a fazer: “Ele salvará o seu povo dos seus pecados” (Mt 1,21)¹⁷⁷.

Mateus faz uso de duas expressões: em uns poucos textos, sob a influência de Marcos, usa “reino de Deus” (Mt 6,33; 12,28; 13,43; 21,31.43; 26,29), mas normalmente escreve “reino dos Céus”, segundo o costume judaico de usar “os Céus” como paráfrase do nome de “Deus”¹⁷⁸. Essa expressão, encontrada somente em Mateus, aparece no seu Evangelho 33 vezes¹⁷⁹. Mas, nada exclui que Jesus, praticando o mesmo

¹⁷³ *Filho de Abraão*: é mais um lembrete de que Jesus é judeu, descendente de Abraão, o pai da nação israelita. Talvez os leitores também devam pensar na promessa que Deus fez para Abraão de que “em ti serão benditas todas as famílias da terra” (Gn 12,3) e ver na vida e ministério de Jesus, Filho de Abraão, o cumprimento dessa promessa (cf. ZUCK, Teologia do Novo Testamento, p. 28).

¹⁷⁴ *Filho de Deus*: Esse é o título mais comum para Jesus no Evangelho de Mateus e, diriam alguns, o mais importante. No Antigo Testamento, às vezes, a expressão filhos de Deus serve para se referir a Israel como um todo (Os 11,1) e a diferentes grupos ou a indivíduos de Israel, como os reis (2Sm 7,14) ou os sacerdotes (Ml 1,6). No Novo Testamento, os cristãos também são chamados de filhos de Deus (por exemplo, Rm 8,14). A importância da ideia de filiação aplicada a todos esses diversos grupos é que se espera que os chamados de filho representem com fidelidade Deus, seu Pai, e que realizem a vontade d’Ele (cf. ZUCK, Teologia do Novo Testamento, p. 28).

¹⁷⁵ Cf. ZUCK, Teologia do Novo Testamento, p. 26.

¹⁷⁶ Cf. ZUCK, Teologia do Novo Testamento, pp. 32-33.

¹⁷⁷ Cf. ZUCK, Teologia do Novo Testamento, p. 26.

¹⁷⁸ Em 26,29, escreve “o reino de meu Pai”, onde Mc 14,25 escreve “o reino de Deus”.

¹⁷⁹ Cf. SCHNACKENBURG, Reino de Deus, p. 947.

linguajar palestino que se reflete no evangelho de Mateus, tenha usado essa mesma expressão.

Aquilo que para Marcos especifica o advento da βασιλεία τοῦ θεοῦ, que é a cura dos doentes, a expulsão de demônios e o anúncio da conversão, para Mateus é visto como ações messiânicas, denominadas dinâmica do Reino. À cura do leproso (cf. Mt 8,1-4), do servo do centurião (cf. Mt 8,5-13), da sogra de Pedro (cf. Mt 8,14-15) e à expulsão do demônio (cf. Mt 8,16), Mateus acrescenta o ensino de Jesus como um ensino feito com autoridade. “O novo Moisés, que explica a vontade de Deus, torna-a mais clara e, ao mesmo tempo, permite o acolhimento confiante da soberania de Deus Pai”¹⁸⁰.

Ao se referir ao “reino dos Céus”, Jesus entendia nada diferente de “reino de Deus”, mas não se pode negar que esse termo salienta a natureza exaltada daquele a quem o Reino pertence. Ou seja, a palavra “Céus” (οὐρανοί), primariamente, qualifica a Deus e descreve sua grandeza, não a do Reino. Se o Antigo Testamento usa, como vimos, apenas duas vezes a expressão “reino de Deus”, a expressão “reino dos Céus” (βασιλεία τῶν οὐρανῶν) não é encontrada no Antigo Testamento, porém, a palavra “Céus” (οὐρανοί) aparece em associação significativa com a ideia de reino futuro. Em Daniel 2,44-45 lemos que “o Deus do céu” estabelecerá um Reino e isso significa que o novo Reino se originará de maneira sobrenatural, advindo do mundo espiritual. Para Jesus, “Céus” e o sobrenatural eram ideias cognatas (p.ex. Mt 16,17 e Mt 21,25//Mc 11,30) . O fato de que, na mente de Jesus, a ideia de absoluta perfeição do mundo celestial como determinador do caráter do Reino pode muito bem ter sido associada com a frase “reino dos Céus”, aparece em íntima conexão entre a segunda e a terceira petição na oração do Pai Nosso: “Venha o teu Reino; “Faça-se a tua vontade, como no céu, assim também sobre (a) terra” (ἐλθέτω ἡ βασιλεία σου· γένηθῇ τὸ θέλημά σου, ὡς ἐν οὐρανῷ καὶ ἐπὶ γῆς·) (Mt 6,10). A mesma ideia de perfeição encontramos em outra passagem onde Jesus exorta: “Sede, portanto, perfeitos como o vosso Pai celeste é perfeito” (Ἔσεσθε οὖν ὑμεῖς τέλειοι ὡς ὁ πατὴρ ὑμῶν ὁ οὐράνιος τέλειός ἐστιν) (Mt 5,48).

¹⁸⁰ TRIMAILLE, Manger et boire das l’oeuvre de Luc, p. 131.

Considerando o profundo significado que Jesus atribuiu ao contraste entre os mundos celeste e terreno, é bem improvável que o termo “os Céus” significasse Deus em geral, mas Deus como conhecido e revelado nas regiões celestiais.

O Reino pode descrever, de forma mais ampla, as bênçãos de Deus associadas à salvação. Em algumas passagens, por exemplo, entrar no Reino e ganhar a vida eterna são tratadas como experiências sinônimas. Um jovem rico pergunta a Jesus o que deveria fazer para “conseguir a vida eterna” (Mt 19,16-30). Depois que o jovem foi embora, Jesus disse aos discípulos que “é difícil entrar um rico no reino dos Céus [...] é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no Reino” (vv.23-24). No relato do julgamento do Filho do Homem, ele diz, aos bem-aventurados, que recebam sua herança, ou seja, “o Reino que vos está preparado” (vv.28-30), herança descrita no final do discurso como “a vida eterna” (v. 29). A partir desse contexto, as parábolas do *tesouro escondido* e da *pérola*¹⁸¹ se tornam mais compreensíveis (Mt 13,44-46). Essas parábolas demonstram a alegria da pessoa que se depara com esse tesouro, antes escondido, mas, agora revelado. A vida eterna é um tesouro de valor infinito, digno de se vender tudo o que se possua para adquiri-lo, fato que o jovem rico não conseguiu aceitar, pois possuía muitos bens, Mt 19,22. Os dois relatos são uma provocação feita por Jesus para que os ouvintes tomem posição e se comprometam diante do Reino anunciado por ele como realidade que bate à porta da existência humana. O tesouro e a pérola foram descobertos. O Reino foi revelado aos homens. Cabe agora ao ouvinte, diante da descoberta do tesouro que é o Reino, abandonar tudo e acolhê-lo¹⁸².

Assim, o conhecimento dos “mistérios do reino dos Céus” (13,11) dado aos discípulos equivale à revelação da verdade do evangelho em relação ao que Deus estava realizando na vida de Jesus. A “palavra do Reino” (13,19), quando ouvida e entendida,

¹⁸¹ Trata-se de duas parábolas paralelas, tendo o mesmo significado e unidas já na sua origem. Mateus as recebeu de uma tradição não bem definida. Comuns aos dois brevíssimos relatos são estes motivos essenciais: uma descoberta extraordinária, a venda de todas as coisas e a aquisição do tesouro e da pérola. A primeira parábola tem como protagonista um pobre trabalhador que trabalha no campo do seu patrão. Arando, acontece-lhe descobrir um tesouro escondido debaixo da terra. Na segunda, ao contrário, é um rico negociante de coisas preciosas que se encontra com uma pérola fabulosa. Em ambos os casos, o interesse narrativo cai sobre o comportamento dos protagonistas diante da descoberta, isto é, sobre a sua decisão de vender tudo para apoderar-se do tesouro ou da pérola preciosíssima (BARBAGLIO; FABRIS; MAGGIONI, Os Evangelhos, I, p. 227).

¹⁸² Cf. BARBAGLIO; FABRIS; MAGGIONI, Os Evangelhos, I, p. 227.

produz frutos na vida individual, “um produz cem, outro sessenta e outro trinta por um” (13,23).

O início do reino do Filho do homem parece coincidir com o começo do ministério de Jesus. A explicação da parábola do joio (13,36-43) também aponta nessa direção.

O reino de Deus é apresentado no evangelho de Mateus como realidade presente (Mt 3,2; 4,17.23; 9,35), mas também é realidade futura¹⁸³ (Mt 5,3.10.19; 7,21; 8,11) que se identifica com a vida eterna. O reino de Deus também é apresentado como sendo a Igreja (Mt 16,18;18,17), enquanto comunidade hierarquicamente organizada em torno dos apóstolos. Tendo essas ideias na mente, podemos ter esperança de entender, mesmo que às apalpadelas, algo do sentido profundo pelo qual Jesus chamou o Reino de “reino dos Céus”.

O reino de Deus, para Mateus, apresenta “uma ênfase ética”: a entrada no Reino, a qual permanece como realidade propriamente escatológica e não deve ser confundido com a Igreja, está ligada ao respeito a certas exigências éticas¹⁸⁴ (cf. Mt 5,20; 7,21; 18,3; cf. 5,3-12; 21,43).

No evangelho de Mateus, pode-se observar, já do ponto de vista das fórmulas usadas, um deslocamento visual. Mateus introduziu a fórmula: βασιλεία τῶν οὐρανῶν na tradição sinótica; o uso frequente, que faz dela, mostra que isto é um ponto importante da sua concepção.

Não existe em Mateus a ideia de uma βασιλεία presente à maneira de um acontecimento. “Cumprindo toda justiça” através de sua humilhação (Mt 3,15), Jesus mostrou aos discípulos, chamados a imitá-lo (seguimento), como a βασιλεία se torna já atual no cumprimento da vontade de Deus, a qual ele dá um novo sentido (cf. 6,10 que explica 6,9; 6,33). A ideia de βασιλεία é toda voltada para o futuro. A sua atuação acontecerá na consumação dos séculos, quando tudo se completará (cf. 19,29 e Mc

¹⁸³ ZUCK opina que, de forma distinta de muitas passagens do Antigo Testamento que se referem ao Reino de Deus como uma realidade presente, no Evangelho de Mateus têm em vista, em geral, um reino futuro ou a entrada no reino que ainda está no futuro (ZUCK, Teologia do Novo Testamento, p. 38).

¹⁸⁴ Cf. SCHLOSSER, Reino de Deus, p. 1502.

10,30). Todavia, sem se identificar com a Igreja, os fundamentos do Reino já estão postos agora¹⁸⁵.

Fries escreve que

juntamente com a tradição, Mateus crê firmemente na realização futura da *Basiléia*. Além disso, segundo a sua tendência didática, ele distingue com maior precisão do que as fontes, os vários acontecimentos escatológicos (retorno de Cristo e juízo final, gáudio e condenação eterna etc.) e escolhe cuidadosamente a relativa terminologia¹⁸⁶.

Diante da incerteza da data da vinda do Senhor, a atitude do cristão tem que ser de vigilância (cf. Mt 24,27-25,13.19). Nas exortações parenéticas inspiradas pelo juízo, o motivo da iminência é substituído pelo da severidade do próprio juízo. Mateus insiste particularmente sobre o fato de que a Igreja foi chamada a prestar atenção ao juízo final, que será o único a realizar a escolha definitiva (cf. Mt 13,24-30.36-43; 22,1-14). De fato, a Igreja não é ainda “assembleia dos eleitos, nascidos para a eternidade, mas um *corpus mixtum*..., que vai de encontro ao juízo final, quando haverá a definitiva separação do bem e do mal”¹⁸⁷. A medida do juízo será o amor demonstrado ou negado aos menores (25,31-46). Em suma, isso significa que todo discípulo é chamado a seguir a voz da “justiça melhor” (5,20).

Fries afirma que

a escatologia de Mateus ocupa uma posição intermediária: esta fez a experiência do tempo, mas permanece ligada, a despeito de tudo, com o Senhor presente na sua Igreja. O “agora” da comunidade conserva toda a sua importância escatológica; e, assim, por outra parte preserva a Igreja do perigo de se identificar com o reino de Deus¹⁸⁸.

d) O desenvolvimento em Lucas-Atos

A coisa é diferente para o evangelho de Lucas, por causa da nova situação da sua comunidade, que, pelo atraso da parusia e pela experiência da existência da Igreja, se acha, desde já, estabelecida no “tempo” que se alonga¹⁸⁹. Lucas concebe o tempo de modo muito particular (o vê como extensão), faz do presente e do futuro do Reino dois períodos sucessivos, claramente distintos do ponto de vista da História da Salvação¹⁹⁰.

¹⁸⁵ Cf. ZUCK, Teologia do Novo Testamento, p. 38.

¹⁸⁶ FRIES, Dicionário de Teologia, p. 27.

¹⁸⁷ FRIES, Dicionário de Teologia, p. 27.

¹⁸⁸ Cf. FRIES, Dicionário de Teologia, p. 28.

¹⁸⁹ Cf. FRIES, Dicionário de Teologia, p. 25-26.

¹⁹⁰ Cf. FRIES, Dicionário de Teologia, p. 26.

Para Lucas-Atos, um traço dominante se acha na apresentação do Reino como centro da pregação ou do ensino. Em certas fórmulas de Atos (19,8; 28,31 etc.), é dado ao vocábulo um sentido amplo e vago: o fato cristão ou a religião cristã (cf. Cl 4,11). O parentesco das expressões relativas ao Reino, nas duas partes da obra de Lucas, convida a ver aí um dos símbolos com os quais o autor marca a continuidade entre o tempo de Jesus e o da Igreja.

O período da vida histórica de Jesus, precisamente porque é a realização do tempo da promessa do Antigo Testamento, constitui o centro do tempo. Neste, através da Palavra e da obra de Jesus, se realiza plenamente a salvação, a presença do Reino (βασιλεία). Com a ascensão de Jesus, que é vista como retorno à direita do Pai, este período se finaliza. Só com a parusia, que Lucas coloca no fim da História, o Senhor glorioso exercerá novamente a função histórico-salvífica de “lugar” imediatamente presente da salvação, que o distinguia durante a sua existência terrena. Agora, no tempo da Igreja (entre ascensão e parusia), o *Kyrios* pode certamente intervir na História com ações extraordinárias. O cristão, porém, se beneficia da salvação, obra do Espírito, e “no seu (de Jesus) nome”, isto é, na força da relação com a vida passada de Jesus. De fato, segundo a concepção de Lucas, a salvação, já presente na vida terrena de Jesus, possui agora, no seu nome, a sua eficácia atual. Lucas desloca, portanto “o lugar” da participação do *nunc* escatológico do encontro com o Senhor glorificado (como quer Marcos) ao *nunc* do tempo de Jesus, tempo irrepetível e historicamente determinado: desloca-o, na História. O presente da Igreja, através da História da Salvação, perde o seu alcance escatológico. Conseguimos, assim, importante solução para o problema da escatologia (presente-futura) de Jesus. Esta pode, sem dúvida, levar à separação dos dois aspectos – presente e futuro – da escatologia e obscurecer um pouco o caráter escatológico do presente da Igreja¹⁹¹.

e) O Quarto Evangelho

Em João, somente aparecem duas afirmações relativas ao Reino (Jo 3,3.5). Mas os valores semânticos do tema são desenvolvidos no vocabulário da “vida eterna”, com o qual João estabelece conexões muito nítidas (cf. 3,3 e 3,36), como, aliás, já fazia a tradição sinótica (Mc 9,43-47; 10,17-31)¹⁹².

¹⁹¹ Cf. FRIES, Dicionário de Teologia, p. 26.

¹⁹² Cf. SCHLOSSER, Reino de Deus, p. 1502.

Para João, o evento escatológico já está presente. Não faltam, porém, no seu evangelho, acenos à escatologia de futuro (Jo 5,28-30; 6,39-54; 12,48)¹⁹³.

“Todos os estudiosos de João, estão de acordo em reconhecer que ele põe o acento sobre a presença já atual do *escaton*. As noções que, originariamente correspondem ao futuro, como vida eterna, juízo, “aquele” dia, encontro, alegria, paz etc., são tornadas realidades já atuais”¹⁹⁴.

O *vir* e o *voltar* de Jesus são entendidos como evento escatológico. Significam o juízo sobre o “mundo” (Jo 3,19; 9,39). João entende κρίμα e κρίσις no duplo sentido de juízo e de cisão. De fato, no encontro com Jesus, a fé se separa da incredulidade (Jo 3,18). Quem não crê, já está julgado; quem crê nele, já possui *agora* a vida eterna (Jo 3,36; 6,47; 11,26; 1Jo 5,12). O “agora”, sobre o qual fala Jesus, é a hora escatológica da ressurreição dos mortos (Jo 5,24-30). Jesus é a ressurreição e a vida (Jo 11,25; cf. 8,51)¹⁹⁵.

1.3.3.3 A articulação dos temas em Marcos e Mateus

Nossa pesquisa se limitou às perícopes iniciais de Mc 1 e Mt 3–4. Em Mt 3–4, o anúncio primitivo do Reino parte da pessoa de João. Convém distinguir a pregação de João Batista em Marcos (Mc 1,4), que fala da conversão sem tocar no tema do Reino, da pregação do Batista em Mateus (Mt 3,2), que fala da conversão e do Reino. Mateus 3,2, diferentemente de Mc 1,4, afirma que João também pregou a proximidade do Reino. Assim, a mensagem de João é muito semelhante à de Jesus em Mc 1,15: “O tempo se completou e o reino de Deus está próximo: convertei-vos e crede no evangelho”.

Nosso enfoque está, principalmente, sobre a pregação de Jesus, que anuncia o Reino dando nova dimensão ao tema da conversão.

MARCOS	MATEUS
<p><u>João anuncia a conversão sem falar do Reino</u></p> <p>Mc 1,4: “João, o Batizador, apresentou-se no deserto, proclamando um batismo de conversão para o perdão dos pecados”</p> <p><u>Jesus anuncia o Reino mais a conversão</u></p> <p>Mc 1,15: Jesus: “Completo-se o tempo, e o reino de Deus aproximou-se: convertei-vos e crede no Evangelho”</p>	<p><u>João anuncia a conversão e o Reino</u></p> <p>Mt 3,2: “João Batista: Convertei-vos: o reino dos Céus aproximou-se.</p> <p><u>Jesus anuncia conversão e o Reino</u></p> <p>Mt 4,17: Daí então Jesus começou a proclamar: “Convertei-vos: o reino dos Céus aproximou-se”.</p> <p><u>Jesus anuncia o Reino, mas sem falar da conversão</u></p> <p>Mt 10,7: Jesus: “proclamai que o reino dos Céus se aproximou”.</p>

¹⁹³ Cf. FRIES, Dicionário de Teologia, p. 24.

¹⁹⁴ FRIES, Dicionário de Teologia, p. 24.

¹⁹⁵ Cf. FRIES, Dicionário de Teologia, p. 25.

No decorrer das pesquisas, constatamos que, no evangelho de Marcos, existe certa separação entre os temas da *conversão* e do *reino de Deus*. Enquanto João anuncia a conversão sem falar do Reino (Mc 1,4), Jesus anuncia o Reino e a conversão (Mc 1,15). Já em Mateus, os temas da *conversão* e do *reino dos Céus/de Deus* aparecem misturados (Mt 3,2). João Batista anuncia a conversão e o Reino (3,2), assim como Jesus (Mt 4,14). Jesus anuncia o Reino sem falar da conversão (10,7).

1.4 Conclusão

A proximidade do reino de Deus é um problema escatológico. O caráter escatológico foi redescoberto no início do século XX por J. Weiss e A. Schweitzer. A partir disso, surgem entre os especialistas várias especulações a respeito do tema da proximidade do Reino. A discussão se concentra em dois pontos: a) se, com Jesus, o Reino já chegou definitivamente ou não. Trata-se, portanto, do caráter temporal do Reino; b) se, para Jesus, o Reino é pura obra de Deus ou ação do homem. Trata-se, portanto, do caráter gratuito do Reino¹⁹⁶.

Mas, o que Jesus realmente pensou quando anunciou o Reino? Pensou na vinda futura do Reino, provavelmente, durante sua vida ou ao final dela. O Reino não se fazia totalmente presente com a vinda de Jesus e, no entanto, ele pregou, no presente, algo último. Jesus também concebeu o Reino como dom de Deus presente e atuante em sua vida.

O que Jesus propõe como escatológico e último é viver na proximidade do Reino. A plenitude, a gratuidade, a historicidade, a transcendência do Reino convergem na resposta do ser humano ao seguimento a Jesus Cristo (cf. Mc 8,34)¹⁹⁷.

Quando Jesus expulsa os demônios (cf. Lc 11,20), simboliza a proximidade do reino de Deus e não a ultimidade de si mesmo. As antíteses do Sermão da Montanha: “Ouvistes o que foi dito aos antigos [...] eu, porém, vos digo” (Mt 5,22.28.31-34.38-39.43-44), mostram a ultimidade da nova forma de vida. O seguimento radical exigido

¹⁹⁶ Cf. SOBRINO, Jesus na América Latina, p. 139-140.

¹⁹⁷ Cf. SOBRINO, Jesus na América Latina, p. 139-140.

por Jesus (cf. Mc 8,34-38) expressa o serviço da última salvação ou condenação do ser humano¹⁹⁸.

O seguimento a Jesus se torna lugar primordial de toda a epistemologia teológica cristã. Propõe que a plenitude do Reino se concretiza na história daqueles que vivem conforme a vontade de Deus. O seguimento exige viver a prática do amor solidário em favor dos pobres e estar disposto a mudar, a converter-se em vista do Reino que se faz próximo. Enfim, a proximidade do reino de Deus significa a proximidade do juízo para o qual João pregou a conversão, mas significa, também, a presença já de uma nova realidade, que dá à conversão um sentido novo. E esse sentido novo trazido pela proximidade do Reino acontecerá quando as estruturas de pecado forem eliminadas e for construída a civilização do amor. Diante da chegada iminente do Reino, não há tempo a perder. É preciso deixar tudo e seguir a Jesus e ao seu Reino. A proposta de Jesus permanece atual: “Vinde em meu seguimento” (Mc 1,17)

¹⁹⁸ Cf. SOBRINO, Jesus na América Latina, p.123.

2 A pregação da conversão por João Batista

Neste capítulo, apresentaremos a pregação de João Batista, Precursor do Messias e de sua ação inauguradora do reino de Deus. Enfocaremos de modo especial o chamado à conversão que o Batista anuncia na perspectiva da realidade escatológica.

2.1 A figura de João Batista na tradição evangélica

Marcos inicia seu evangelho proclamando a atividade batizadora de João Batista na margem do rio Jordão (Mc 1,2-8). “Esse testemunho de Marcos coincide tanto com a fonte ‘Q’ (3,2b-4.7-9.16-17.21-22), como com o evangelho de João (1,19-34)”¹. Vidal afirma que

encontramos aqui “um *dado fixo* de toda a antiga tradição evangélica. Esta começa seu relato sobre o caminho de Jesus não com uma atuação direta deste [Jesus], mas com a “missão de João Batista. Jesus aparece em cena pela primeira vez precisamente nesse episódio, e concretamente em dependência da missão de João, ao vir de Nazaré da Galileia para ser batizado por João como tantos outros judeus do primeiro século”².

Esses fatos certamente causaram um impacto profundo nos grupos cristãos, que, certamente, fixavam os primórdios de sua pregação na pregação de Jesus, sendo que este, e não, João Batista, era considerado seu fundador. Ainda mais quando João era venerado entre os grupos batistas, que, em alguns textos, se apresentam como competidores dos grupos cristãos³. Estamos aqui diante de um choque dentro da comunidade cristã que causa certo incômodo. “Os escritos evangélicos refletem essa sensação de incômodo em relação ao batismo de Jesus realizado pelo Batista, visto que tentaram acomodá-la ou camuflá-la”⁴.

O modo encontrado pela tradição evangélica para tentar amenizar a tensão causada pelo Batista no seio da comunidade foi antepor um relato sobre *as origens grandiosas* de Jesus. Mateus e Lucas, cada qual a seu modo, tentaram acomodar a tensão na comunidade retocando o quadro pintado que já existia, antepondo a figura

¹ VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 16.

² VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 16.

³ Cf. VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 16.

⁴ VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 16.

Jesus à do Batista, o foco central recaindo sobre a pessoa de Jesus. O Prólogo joanino produz o mesmo efeito.

Sénen Vidal comenta essa anteposição, afirmando que

os Evangelhos de Mateus e Lucas, antes de sua narração sobre a missão de João, na qual combinam o evangelho de Marcos e a fonte Q, trazem um amplo relato sobre as origens do Messias Jesus (Mt 1-2; Lc 1-2). A singularidade do tom e do interesse desse relato é evidente. Utilizando os motivos típicos do judaísmo e do helenismo sobre as origens portentosas de personagens famosos, seu claro centro de interesse é a justificação da confissão de fé do movimento cristão sobre o Messias Jesus. De modo semelhante, o Evangelho de João antepõe à narração sobre a missão de João um hino sobre a origem misteriosa de Jesus, a Palavra divina (Jo 1,1-18)⁵.

Em consequência dos retoques e adaptações feitas pelas comunidades cristãs, restaram-nos poucas notícias sobre as origens do Batista. Temos alguns indícios no relato de Lucas 1,5-25.57-80, que provavelmente vem de uma tradição dos seguidores de João, que são denominados de grupos batistas⁶. Restou-nos um quadro muito obscurecido do Batista.

Adentremos então nesse quadro que nos foi deixado pela tradição evangélica. No décimo quinto ano de Tibério César⁷, conforme narra Lc 3,1, veio a Palavra de Deus a João para que iniciasse seu ministério. Assim, João começou a percorrer o deserto da Judeia, ao redor do Jordão, pregando o “batismo de conversão, para o perdão dos pecados” (Lc 3,2-3). João não só pregava o arrependimento, mas também batizava os arrependidos. Por causa de seu ministério de batizador, isto é, por batizar com água, foi cognominado de “o Batista”.

“O dado histórico mais relevante é, sem dúvida, a origem de João numa *família sacerdotal rural*”⁸. João, em virtude de sua descendência⁹, poderia ter exercido sua atividade sacerdotal no Templo, como fazia seu pai, Zacarias (Lc 1,5). Porém, sentiu

⁵ VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 16.

⁶ Cf. VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 21.

⁷ Theissen e Merz afirmam que: O sincronismo de Lc 3,1 pelo qual se data a aparição do Batista (e provavelmente a de Jesus) é a mais precisa indicação de tempo nos evangelhos, mas também deixa algumas lacunas. Por exemplo: o período em questão não pode ser verificado com certeza, pois “o décimo quinto ano do governo de Tibério César” é uma declaração ambígua. Inicialmente Tibério foi co-regente por três anos ao lado de Augusto no oriente do Reino (provavelmente desde outubro de 12 d.C); ele passa a governar sozinho a partir de setembro do ano 14 d.C. Não se sabe ao certo se os três anos da co-regência nas províncias foram incluídos por Lc. Levando em consideração os diferentes calendários, há um possível lapso de janeiro de 26 a abril de 30. O mais plausível para eles, parece ser que Lucas esteja pensando em agosto de 28 – agosto de 29, mas outubro de 27 – outubro de 28 é possível e, acrescentando o período da co-regência, o ano 26/27 (THEISSEN; MERZ, O Jesus Histórico, p. 175).

⁸ VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 21.

⁹ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 89.

que Deus o chamava para outra missão. Na verdade, desde o nascimento, João foi escolhido para ser o profeta do Altíssimo, o último e maior dos profetas, ou seja, “mais do que um profeta” (Mt 11,9; Lc 7,26), pois recebeu a missão de ser o “precursor”¹⁰ do Messias esperado pelo povo judeu. Como precursor, sua missão era a de promover o reavivamento espiritual de Israel, a fim de preparar a nação judaica para a vinda do Messias esperado (Lc 1,16-17; cf. Ml 3,1.23-24).

“A tradição evangélica se interessa por João unicamente em função subordinada ao seu intento, que é o de apresentar e recomendar a figura e atividade de Jesus”, observa Fabris¹¹. Há uma tendência, na tradição evangélica, de querer “cristianizar” João Batista¹², subordinando-o a Jesus e identificando-o com o profeta Elias, pois, em Ml 3,1.23-24 se diz que Elias virá como precursor do Messias. Porém, esta profecia se realiza em João Batista¹³, que é o precursor profetizado (Mt 11,10; 17,10-13). De fato, a caracterização de João como o Elias esperado aparece em vários textos da tradição sinótica (Mc 9,11-13; Mt 11,14; Lc 1,16-17). O texto de João 1,21.25 nega expressamente que João Batista fosse Elias, mas isso, devido à polêmica dos grupos cristãos joaninos com os grupos batistas seguidores de João¹⁴. Como o novo Elias, João estava incumbido de restaurar Israel para a iminente chegada de Deus que libertaria o povo da situação de pecado em que estava mergulhado.

Se, simplesmente, subordinarmos João Batista ao Messias, tornar-se-á insustentável a interpretação dos dados do Evangelho, tanto no que diz respeito ao

¹⁰ Os evangelhos citam dois textos da tradição israelita para descrever essa função precursora de João. É provável que fora o próprio Batista que recorreu aos textos para sua autoapresentação como profeta. O primeiro texto é de Isaías 40,3 (Mc 1,3; Q 3,4; Jo 1,23): “Voz do que clama no deserto: Preparai o caminho do Senhor, endireitai as “veredas” de Deus. A função do precursor era predispor o povo para acolher a vinda definitiva de Javé. O segundo texto é o de Mc 1,2 (Q 7,27). Em Marcos 1,2, sem dúvida sob o influxo da citação de Is 40,3 no verso seguinte (Mc 1,3), o texto é introduzido equivocadamente como pertencente ao livro de Isaías, enquanto na fonte Q 7,27 é citado simplesmente como pertencente à Escritura (“está escrito”). Tanto o texto de Marcos como da fonte Q, com pequenas diferenças entre si, parecem ser uma combinação do texto grego de Ex 23,20 (“e eis que eu [Javé] envio o meu mensageiro diante de ti [Israel] para que te proteja no caminho, a fim de que te introduza na terra que preparei para ti”) com o texto grego de Malaquias 3,1 (“eis que eu [Javé] envio o meu mensageiro, e ele cuidará do caminho diante de mim”). Normalmente, essa junção dos dois textos escriturísticos é entendida como uma transformação cristã da figura de João que, de precursor de Javé (Ml 3,1), havia se convertido em precursor de Jesus (o “tu” do texto). Vidal, porém, acredita que seja mais provável que se trate de uma interpretação original, não cristianizada, da figura de João (cf. VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 44).

¹¹ FABRIS, Jesus de Nazaré, p. 94.

¹² Cf. VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 17.

¹³ Cf. FABRIS, Jesus de Nazaré, p. 98.

¹⁴ Cf. VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 44.

batismo de Jesus, no qual o messias desempenha um papel subordinado com respeito ao profeta precursor, como todas as outras declarações em que Jesus faz elogio a João ou apela para sua autoridade e testemunho com o objetivo de credenciar a própria missão (cf. Mt 11,7 par.; 21,23-27 par.; 21,32)¹⁵.

Apesar de a tradição evangélica tender a cristianizar o Batista, não se pode negar a credibilidade que os Evangelhos atribuem a João Batista, bem como a sua relação muito estreita com Jesus de Nazaré.

Vidal apresenta os textos que dizem especificamente respeito a João Batista na tradição evangélica¹⁶:

1) *Textos do evangelho de Marcos* (e paralelos em Mateus e Lucas), que começam precisamente com a missão de João: Mc 1,2-11: missão de João e Batismo de Jesus; Mc 1,14-15: apresentação de João e começo da missão de Jesus na Galileia; Mc 2,18-22: questão sobre o jejum dos discípulos de João e dos discípulos de Jesus; Mc 6,14-19: opinião do povo sobre Jesus como João redivivo, e morte de João; Mc 8,28: opinião do povo sobre Jesus como João redivivo; Mc 9,11-13: questão sobre o destino de Elias, identificado com João; Mc 11,27-33: recurso ao batismo de João na questão sobre a autoridade de Jesus em sua ação no Templo.

2) *Textos da Fonte Q* que começam também com a missão de João: Q 3,2b-4,7-9.16-17.21-22 (Mt 3,1-3.5b.7-13.16-17): missão de João e provavelmente também o batismo de Jesus; Q 7,18-35; 16,6 (Mt 11,2-19; 21,31b-32): pergunta de João a Jesus e diversos ditos sobre a relação entre João e Jesus, com transformações por parte de Lucas e Mateus.

3) *Textos próprios do evangelho de Lucas*: Lc 1,5-25.36.39-56.57-80: origens de João e sua relação com as origens de Jesus; Lc 11,1: João ensina seus discípulos a orar. É bom lembrar também os textos de *Atos dos Apóstolos*, todos eles, provavelmente redação do autor da obra: At 1,5.22; 10,37; 11,16; 13,24-25; 18,25; 19,1-7.

4) *Textos do evangelho de João*: Jo 1,6-8.15.19-42: testemunho de João sobre Jesus e seguidores de João como primeiros discípulos de Jesus; Jo 3,22-30: atividade batizadora de Jesus junto com seus discípulos e atividade batizadora de João; Jo 4, 1-2: atividade

¹⁵ Cf. FABRIS, Jesus de Nazaré, p. 95. – Mt 21,32 demonstra parentesco com Lc 7,29.

¹⁶ VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 19-20.

batizadora de Jesus e seus discípulos; Jo 5,33-36: testemunho de João sobre Jesus; Jo 10,40-42: o povo acreditou em Jesus.

João Batista aparece nos evangelhos com uma pregação no deserto¹⁷ de cunho ético-religioso, acompanhado de um rito batismal por imersão para o perdão dos pecados do povo de Israel. Com isso, João arrebanha um número considerável de seguidores, que acaba por deixar o tetrarca Herodes Antipas amedrontado com possível rebelião, como testemunha Flávio Josefo¹⁸. A fidelidade de João ao projeto de Deus o levará à prisão e, posteriormente, à morte.

Os evangelhos sinóticos completam os dados do historiador Flávio Josefo com as particularidades sobre o lugar de sua atividade – o deserto, nas proximidades do rio Jordão –, o modo de vestir e o estilo de vida austera¹⁹ de João, em sintonia com seu apelo premente à conversão, cujo pano de fundo é o iminente juízo de Deus (Mc 1,1-8; Mt 3,1-12; Lc 3,3-18)²⁰.

É interessante perceber que os elementos típicos da pregação de João, como a ira iminente, o fogo do juízo com o correspondente apelo à conversão, permanecem à margem do anúncio de Jesus. Segundo os evangelhos sinóticos, Jesus não realizava o rito do batismo que João fazia para o perdão dos pecados do povo. No evangelho, segundo João, aparece o problema do relacionamento histórico entre Jesus e João Batista. Para se obter um quadro, uma visão geral da questão do relacionamento entre

¹⁷ O termo “deserto” (Mc 1,3.4; Q 3,2.4; Q 7,24; Jo 1,23) indica, uma região desabitada, não cultivada. Por ser o rio Jordão o lugar onde João efetuava o batismo, tratava-se, obviamente, da região desabitada da margem do dito rio (Mc 1,5.9; Q 3,3). Isso enquadra perfeitamente com a caracterização que Josefo faz da margem do Jordão, entre o lago de Genesaré e o Mar Morto, como uma “grande região desértica” (*Rolo da Guerra* 3, 515) (VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 36). A referência toponímica “Deserto” aparece como substantivo sempre no singular, em Mc 1,3.4.12.13, e como adjetivo em Mc 1,35.45 e 6,31.32.33, unido ao substantivo lugar. Em Mc 8,4 “deserto” refere-se a lugar. “Lugar desértico” e “Deserto” têm significado diferentes. “Deserto” aparece no contexto da introdução do Evangelho onde a significação vai na direção de mostrar o cenário no qual começa a se realizar a antiga promessa do Antigo Testamento. De uma parte João e seu batismo, no meio do povo, depositário da Palavra de Deus, e de outra parte Jesus numa experiência de oposição e tentação de Satanás (AZEVEDO, Comunidade e missão no Evangelho de Marcos, p. 96).

¹⁸ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 103.

¹⁹ A austeridade do Batista é confirmada por Mt 11,18; Lc 7,33. Os dados fidedignos que se podem tirar da narrativa de Lucas sobre as origens de João não ampliam o quadro, pois nos relatos do anúncio e nascimento de João estão projetadas as informações já conhecidas pela tradição cristã (Lc 1,5-25.39-45.57-80). O elemento novo seria que João pertencia a uma família sacerdotal da Judeia (Lc 1,5) e foi educado desde jovem no deserto (Lc 1,80). Também as referências ao batismo de João nos Atos dos Apóstolos confirmam a tradição sinótica tal como testemunhada por Lucas (cf. At 1,22; 10,37; 13,24; 18,25; 19,3-4).

²⁰ Cf. FABRIS, Jesus de Nazaré, p. 95.

Jesus e João, é preciso levar em conta tudo o que se refere a esse respeito no Quarto Evangelho. De fato, observa-se aí uma estranha contradição. Por uma parte, aparece mais do que evidente a tendência a subordinar João – nunca designado com o cognome *baptistes* – a Jesus, de quem dá testemunho em nome de Deus (Jo 1,6-8.15.29-34). Ele declara abertamente que não é o Messias, nem Elias, nem o profeta escatológico (Jo 1,19-21); ele não é a luz, mas simples lâmpada que arde por breve tempo (Jo 5,33.35). Por outra parte, o Quarto Evangelho fornece algumas particularidades topográficas acerca da atividade de João e seu relacionamento com a atividade de Jesus²¹.

Levando em conta essas observações de Fabris, tem-se a impressão de que, durante certo período de tempo, Jesus também praticou o rito do batismo, ao mesmo tempo em que João, porém em lugares diferentes. “Jesus com seus discípulos se dirigiu à Judeia; ficou com eles e começou a batizar. Também João batizava em Enom, perto de Salim, onde havia água abundante. A multidão acorria e se batizava” (Jo 3,22-23). Mas, como se quisesse prevenir uma objeção tácita dos leitores, o evangelista acrescenta logo uma observação²²: “Na verdade, Jesus mesmo não batizava, mas os seus discípulos” (Jo 4,2).

2.2 O início da pregação de João Batista

Sénen Vidal vê João Batista como o profeta do momento decisivo da história de Israel, baseando-se no testemunho da fonte Q/Lc 3,7-9 que diz:

João dizia à gente que vinha para ser batizada: “Raça de víboras, quem vos ensinou a fugir da ira que vem chegando? Dai, pois, um fruto digno da conversão e não creiais que podeis dizer: ‘Temos por pai a Abraão’. Porque vos digo que Deus pode fazer surgir destas pedras filhos de Abraão. Já está posto o machado junto à raiz das árvores. Toda árvore, pois, que não der bom fruto será cortada e jogada no fogo²³.”

Por um lado, ameaça: “O machado está posto à raiz das árvores” (Mt 3,10), “a ira está próxima” (Mt 3,7). Por outro, a proximidade dos tempos messiânicos: “É a voz daquele que brada no deserto: Preparai o caminho do Senhor, aplanai as suas veredas... e assim todo homem verá a salvação de nosso Deus” (Lc 3,4-5)²⁴.

²¹ Cf. FABRIS, Jesus de Nazaré, p. 96.

²² Cf. FABRIS, Jesus de Nazaré, p. 96-97.

²³ VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 28.

²⁴ DUQUOC, Cristologia, vol. 1, p. 39.

O evangelho de Marcos exhibe a atividade de João Batista como cena inicial. Marcos vê na atividade de João a realização das profecias sobre o advento do tempo messiânico. “Tanto Marcos quanto a Fonte Q concordam que João era um *pregador de conversão*, que chama todo o Israel à μετανοια (penitência/conversão)”²⁵. Marcos inicia citando a passagem do profeta Malaquias que afirma: “Vede, eu envio um mensageiro para me preparar o caminho” (Ml 3,1), ou seja, “Deus envia um mensageiro, antes que ele mesmo venha realizar o seu juízo sobre o mundo”²⁶. Logo após, o evangelista cita Is 40,3, onde está escrito: “Uma voz grita: no deserto preparai um caminho para o Senhor, aplainai na estepe uma estrada para o nosso Deus”. “Em todos os textos do Antigo Testamento trata-se de uma intervenção salvadora de Deus para julgar e salvar: é para Ele que a porta deve ser aberta, que o caminho deve ser preparado”²⁷.

No Antigo Testamento, em Is 40,3, se lê: “Uma voz clama: Preparai um caminho no deserto”. Marcos 1,2 diz que “a voz clama no deserto: Preparai um caminho”. Acentua, assim, a referência à pregação de João no “deserto”. O deserto evoca o lugar onde Deus constituiu como seu o povo de Israel, quando o tirou do Egito. Foi, também, pela travessia do deserto, que reconstituiu seu povo, quando o fez voltar do exílio babilônico. O deserto é o lugar da conversão, da “volta”, isto é, da renovação do povo²⁸. Em sentido teológico, “o deserto é o lugar da revelação, o lugar onde se experimenta a proximidade de Deus. É o lugar das grandes decisões e onde Deus realiza suas ações”²⁹. Schnackenburg afirma que “o deserto é o lugar de preparação. E é nele que Jesus se prepara para iniciar a sua pregação”³⁰. “Com a pregação de João Batista, todas as antigas palavras de esperança se tornaram realidade: era algo de novo que se anunciava”³¹.

Tanto no Êxodo, quanto na volta do exílio babilônico, o povo atravessou o rio Jordão para entrar na Terra Prometida. Também João, ao ministrar o batismo no rio

²⁵ THEISSEN; MERZ, O Jesus Histórico, p. 224.

²⁶ KONINGS, Marcos, p. 9.

²⁷ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 31.

²⁸ Cf. KONINGS, Marcos, p. 9.

²⁹ AZEVEDO, Comunidade e missão no Evangelho de Marcos, p. 97.

³⁰ SCHNACKENBURG, Vangelo secondo Marco, p. 17.

³¹ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 31.

Jordão, quer levar seus ouvintes a repetirem a mesma experiência do passado, de passar da escravidão para a liberdade, através do batismo. “O batismo com água, feito por imersão no Jordão, é o fato característico da obra de João, que influenciou fortemente no modo de conceber sua figura pela tradição”³².

Quando João chega à região desértica do Jordão, estão muito difundidos por todo o Oriente os banhos sagrados e as purificações com água. Muitos povos atribuíam à água um significado simbólico de caráter sagrado, pois a água lava, purifica, refresca e dá a vida. Também o povo judeu realizava as abluções e os banhos para obter a purificação diante de Deus. Era um dos meios mais expressivos de renovação religiosa³³.

Os judeus estavam familiarizados com as abluções cerimoniais, pois, Israel era “um reino de sacerdotes e nação santa” (Ex 19,6). Tinham muito contato com o Templo em Jerusalém, e qualquer impureza excluía o povo das atividades e orações no Templo. O caminho da restauração passava pelo oferecimento de sacrifícios e pela lavagem em água.

O batismo de João se diferencia das abluções praticadas entre os fariseus e os essênios, pelo fato de não ser um autobatismo, mas vinha administrado por outra pessoa. Ser administrado por outra pessoa correspondia a seu caráter de ato de penitência, isto é, de conversão religiosa e moral. Enquanto confissão dos pecados, não deveria efetuar purificação meramente ritual, mas significar renovação moral. Enfim, caracterizava-se por seu caráter expressamente messiânico³⁴. Pesch diz que “o batismo de penitência prepara o caminho a Jesus e abre o tempo messiânico”³⁵.

O batismo de João significava que a Lei e todos os seus esforços para observá-la não eram capazes de abolir os pecados do povo³⁶. Precisava-se de algo mais. João impunha o batismo de conversão para reforçar a mensagem de que a verdadeira espiritualidade não depende do legalismo e nem da identificação com alguma nacionalidade. Não bastava ser “filhos de Abraão” (Mt 3,8 par.). João praticava um batismo condicionado à conversão a um novo caminho. Ao exigir a submissão ao

³² SCHMID, J. L’Evangelo secondo Marco, p. 36.

³³ Cf. PAGOLA, Jesús, p. 68.

³⁴ Cf. SCHMID, J. L’Evangelo secondo Marco, p. 37.

³⁵ PESCH, Il vangelo di Marco, p. 148.

³⁶ CF. SCHMID, J. L’Evangelo secondo Marco, p. 37.

batismo, o Batista colocava os judeus no mesmo plano que os gentios diante da iminente visita messiânica. Declarava-os impuros e necessitados de arrependimento (Mt 3,2.7-12 par.)³⁷. Coisa semelhante aprendemos do evangelho segundo João: o que dizer de Nicodemos que já se julgava dentro do Reino? Foi preciso Jesus dizer-lhe que, apesar de ser um estudioso da Lei e dos Profetas, necessitava passar por uma renovação espiritual, *nascer de novo* (Jo 3,5-9).

João Batista anuncia a *conversão radical*³⁸. No ano décimo quinto de Tibério (Lc 3,1-2), o Batista surge no horizonte religioso da Palestina como profeta original e independente que provoca forte impacto em todo o povo³⁹. Convida todos a marcharem para o deserto, para viverem uma conversão radical, serem purificados nas águas do Jordão e, uma vez recebido o perdão, poderem ingressar de novo na terra prometida para a espera iminente da chegada de Deus. “Com sua marcha para o deserto, destaca João o caráter escatológico de seu discurso”⁴⁰. “Afirma-se, inequivocadamente, que a chegada do reino de Deus está visível desde o momento em que começou a pregação do Batista”⁴¹. Terminou o tempo das profecias, conforme uma possível tradução de Mt 11,13 (cf. Lc 16,16). Podemos imaginar a impressão extraordinária que a figura e a mensagem do Batista provocavam em Jerusalém. “Finalmente, estava de novo em Israel um profeta, cuja própria vida se identificava como tal. Finalmente, se anuncia de novo a ação de Deus na história”⁴². João Batista não era mais um, dentre os diversos profetas que surgiram no decorrer da história de Israel. Ao contrário, era o último e o maior de todos os profetas. Na pregação do Batista se cumpria as promessas do profetismo (Is 40,3; Ml 3,1 etc.).

João Batista ocupa um lugar especial na opinião de Jesus e da comunidade cristã. Jesus o chama de “maior nascido de mulher” (Mt 11,11; Lc 7,28). Flávio Josefo, em *Ant.* XVIII, 5.2, diz que João foi um homem bom, que exortou os judeus a praticar a

³⁷ Cf. FUELLENBACH, Reino de Deus, p. 741.

³⁸ Cf. LOHSE, Teología del Nuevo Testamento, p. 35.

³⁹ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 88-89.

⁴⁰ LOHSE, Teología del Nuevo Testamento, p. 35.

⁴¹ LOHSE, Teología del Nuevo Testamento, p. 39.

⁴² RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 31.

virtude, a fazer justiça aos outros, a ser piedosos com Deus e que se aproximassem para receber o Batismo⁴³.

“O Batista anuncia o iminente juízo da ira divina, exorta à conversão e batiza os que confessam suas culpas para o perdão dos pecados”⁴⁴. Pesch opina que “o batismo que João proclama e administra conduz à remissão dos pecados, isto é, ao perdão divino para quem estiver disposto à conversão e se submete ao rito simbólico do banho no Jordão”⁴⁵. “João anunciava a proximidade do fim do mundo e a necessidade de se preparar para isso, e a mudança começa pelo coração”⁴⁶. O próprio Jesus se deixa batizar por João no deserto. A comunidade cristã vê em João a figura de Elias que ressurgiu (Lc 1, 17).

João, dando exemplo a todos, foi o primeiro a ir para o deserto. Deixa sua pequena aldeia e se dirige a uma região desabitada da bacia oriental do Jordão. O lugar fica na região da Pereia, às portas da terra prometida, porém fora dela⁴⁷.

João anuncia “o que havia de vir” sem dar-lhe um nome. Compreende que seu batismo é provisório. No evangelho de João, “o batismo de João serve apenas para revelar Jesus a Israel (Jo 1,35-36) e para sua identificação como o que batiza com o Espírito” (Jo 1,31)⁴⁸. Depois dele virá alguém mais poderoso e tão superior que o Batista confessa-se indigno mesmo de carregar-lhe as sandálias (Mt 3,11 par.). Vítório opina que “esta humilde confissão de João tem como pano de fundo a polêmica da Igreja sobre os seguidores de João Batista, muitos anos depois (At 19,3)”⁴⁹. A tradição cristã apresenta João Batista perguntando se é Jesus o que havia de vir (Mt 11,3; Lc 7,19). Jesus responde com a indicação de que as promessas proféticas começam a se cumprir (Mt 11,4-6; Lc 7,21-22). As obras do Messias estão se realizando (cf. Mt 11,2). Jesus é aquele que possui a *exousia*⁵⁰. Ele realiza obra ainda maior que a de João, pois

⁴³ Cf. KÜMMEL, La Teologia del Nuovo Testamento, p. 28.

⁴⁴ LOHSE, Teología del Nuevo Testamento, p. 35.

⁴⁵ PESCH, Il vangelo di Marco, p. 147.

⁴⁶ VITÓRIO, Mateus, p. 18.

⁴⁷ PAGOLA, Jesus, p. 91.

⁴⁸ THEISSEN; MERZ, O Jesus Histórico, p. 228.

⁴⁹ VITÓRIO, Mateus, p. 19.

⁵⁰ A *exousia* diz respeito ao poder-autoridade de Jesus. Marcos fala muitas vezes que Jesus dispõe do poder ou autoridade (*exousia*) sobre os espíritos imundos (1,27; 3,15), sobre o sábado (2,28), sobre o pecado (2,10), etc. Ele “pode” (9,23). Seus milagres chamam-se (gestos de) poder ou força (*dynamis*). Por trás disso está o único a quem pertencem o poder e a autoridade, Deus, e este os outorga ao “filho do homem”, que é Jesus (8,31); cf. Dn 7,13-14 (KONINGS, Marcos, p. 16).

“batizará no Espírito Santo e no fogo”⁵¹ (Mt 3,11; Lc 3,16) . Batizar com o Espírito Santo⁵² significa batizar com a Força de Deus.

O que significa a conversão pregada por João? No Novo Testamento, o seu sentido é aprofundado, e denota primariamente mudança do entendimento – o “coração” segundo a linguagem bíblica –, resultando numa visão mais sábia do passado, incluindo o pesar pelo mal praticado e levando à mudança da vida para melhor. Converter-se não é apenas passar de uma direção consciente para outra, mas fazê-lo com aversão, claramente percebida, para a direção anterior. A pessoa que passa pelo processo de conversão torna-se consciente da sua ignorância e do seu erro, da sua obstinação e da sua loucura. Sua conversão inclui fé e o arrependimento. Walden chega à conclusão de que o termo transmite a ideia de “uma mudança geral na mente que se torna, em seu desenvolvimento mais completo, uma regeneração intelectual e moral”⁵³. Pode-se perguntar, contudo, se não devemos supor também uma forte dimensão comunitária.

João conduz novamente o povo ao deserto. O “deserto”, escolhido intencionalmente, se encontrava em frente a Jericó, no lugar preciso em que, segundo a tradição, o povo conduzido por Josué havia cruzado o rio Jordão para entrar na terra prometida (Js 4,13-19)⁵⁴. Pagola interpreta:

A nova libertação de Israel precisa começar ali onde havia começado. O Batista chama as pessoas a situar-se simbolicamente no ponto de partida, antes de cruzar o rio. Assim como aconteceu com a “primeira geração do deserto”, também agora o povo deve escutar a Deus, purificar-se nas águas do Jordão e entrar renovado no país da paz e da salvação⁵⁵.

O destaque que Marcos dá a João Batista certamente é o menor dos quatro Evangelhos. Marcos está centrado em Jesus, o Filho de Deus⁵⁶, e omite todas as informações sobre o Batista para chegar a Jesus. A única outra referência sobre João

⁵¹ Em Mc 1,8; Jo 1,33 não menciona o “fogo”. O que significa o uso da palavra fogo em Mt e Lc ? Temos então em Mt 3,12 a resposta: “A sua pá, ele a tem na mão e limpará completamente a eira; recolherá o seu trigo no celeiro, mas queimará a palha em fogo inextinguível”. O celeiro no v. 12 e o Espírito Santo no v. 11 têm o mesmo sentido de “reinado dos Céus”, e o “fogo” inextinguível” no v. 12 e o “fogo” do v. 11 estão relacionados com a “ira vindoura”.

⁵² Para THEISSEN e MERZ, o batismo escatológico com o Espírito Santo, caso não seja considerado um acréscimo cristão, tem seu modelo no Antigo Testamento e na literatura judaica do período apenas como ação escatológica de Deus (Ez 36,25-27; Jl 3,1-5; Jub 1,23; 1QS IV, 21) (cf. THEISSEN; MERZ, O Jesus Histórico, p. 225).

⁵³ WALDEN, The great meaning of metanoia, p. 76.

⁵⁴ Cf. VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 37.

⁵⁵ PAGOLA, Jesus, p. 92.

⁵⁶ Cf. COMBLIN, A cristologia do evangelho segundo Marcos, p. 39.

Batista, depois da descrição de Mc 1,9-13, encontra-se em Mc 6,14-29, onde se narra, no quadro do ministério de Jesus na Galileia, a morte de João.

João inicia sua atividade, segundo Marcos, com a inquietante pregação: “Completo-se o tempo, e o reino de Deus está próximo. Convertei-vos e crede no Evangelho” (πεπλήρωται ὁ καιρὸς καὶ ἤγγικεν ἡ βασιλεία τοῦ θεοῦ· μετανοεῖτε καὶ πιστεύετε ἐν τῷ εὐαγγελίῳ) (Mc 1,15), em outras palavras, “mudem de mentalidade” (de ideias, de posicionamento ou de comportamento), porque chegou o reino de Deus. O grito de João Batista foi, sem dúvida, incômodo e inoportuno. É como se disséssemos hoje: “Jesus chegou para julgar o mundo... O tempo terminou... não existe mais oportunidade para o arrependimento”.

A pregação de João se deu no “deserto” (Mc 1,3.4; Q 3,2.4; Q 7,24; Jo 1,23). “Onde ele atuava, não trazia consigo afastamento do *contato com o público*”⁵⁷. A missão do Batista exigia que se tornasse próximo do povo. O local escolhido favorecia esse contato direto, cumpria essas condições, “por se tratar de uma encruzilhada no Jordão continuamente transitada, na altura de Jericó, por onde passa uma importante via da região”⁵⁸.

Para os Sinóticos (Mc 1,4 par.), João pregava no deserto da Judeia. Já no Quarto Evangelho, João afirma que o local da pregação e atividade de João Batista era Enom, perto de Salim, e, aí, havia água com fartura (cf. Jo 3,23). “É nesse espaço que se localiza, com toda probabilidade, Betânia da Transjordânia, de que fala o Evangelho de João”⁵⁹ (Jo 1,28; cf. Jo 3,6; 10,40). As duas passagens não se contradizem, pois a topografia da região é muito acidentada, com extensões de terrenos áridos e secos. O local chamado Enom se localiza num ponto mais baixo, com grande quantidade de fontes de águas que escorriam para o rio Jordão. Talvez o termo “descampado” tenha significação mais abrangente que “deserto”.

João Batista dirigia suas palavras a ouvintes que não eram os entendidos em religião, mas viajantes vulgares, possivelmente, comerciantes e peregrinos que estavam a caminho de Jerusalém ou regressando de lá.

⁵⁷ VIDAL Jesus, o Galileu, p. 37.

⁵⁸ VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 37.

⁵⁹ VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 37.

2.3 O batismo de João Batista como sinal da conversão radical a Deus

João não só conhece a profunda crise em que se encontra o povo. Diferentemente de outros movimentos contemporâneos, que abordavam diversos aspectos, concentra a força de seu olhar profético na raiz de tudo: o pecado e a rebeldia de Israel. Seu diagnóstico é conciso e certo: a história do povo eleito chegou a seu fracasso total. O projeto de Deus ficou frustrado⁶⁰.

João sabia que o problema dos judeus era que já se consideravam membros natos do reino de Deus e, portanto, achavam desnecessário se preparar para a próxima fase. Já eram israelitas de nascimento. Abraão era seu pai. Eram filhos da Aliança. Em sua pregação, João primeiramente denuncia-lhes os pecados e, em seguida, convida-os a entrarem pela porta da conversão (Mt 3,7-10 par.). João censurava os fariseus por se fiarem de sua nacionalidade como garantia da salvação (Mt 3,9 par.).

Se consideramos a formulação de Mt 3,2, que, à diferença de Marcos, coloca na boca de João Batista o anúncio do “reino dos Céus”, podemos pensar que esta expressão tenha emocionado a nação judaica. Mas, a expressão “convertei-vos” não teve muito efeito. Isso porque a maioria dos judeus considerava o Reino apenas do ponto de vista político (Lc 2,13-30), e não, espiritual. “Arrependei-vos dos vossos pecados?” Não concordavam com isso, pois se consideravam com muito orgulho serem descendentes de Abraão e não havia nada de errado com eles (Jo 8,33). Sabiam que eram servos dos romanos, mas não aceitavam e não sabiam que eram servos do pecado (Jo 8,34).

Banhos sagrados e purificações com água estavam muito difundidos por todo o Oriente, nos dias de João⁶¹. Era costume comum, em alguns povos orientais, atribuir à água um significado simbólico de caráter sagrado. Atribuía-se-lhe um caráter renovador, purificador. No Templo de Jerusalém, realizavam-se também abluções e banhos para obter a purificação diante de Deus. Era um dos meios mais expressivos de renovação religiosa⁶².

O batismo de João era realizado na água do rio Jordão, porque a água corrente era exigida pela tradição judaica para os banhos purificadores nos

⁶⁰ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 89.

⁶¹ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 92-93.

⁶² PAGOLA, Jesus, p. 93.

casos de impureza mais contaminante, e esse era o caso do batismo de João, que tinha por objeto limpar a impureza de Israel⁶³.

Era realizado com um rito de imersão. A designação “batismo”, que se refere ao rito de João, significa um banho de corpo inteiro⁶⁴. “Quanto mais submersos se encontravam em seu pecado e suas desgraças, mais precisavam de uma purificação que os limparia de toda maldade”⁶⁵.

O desejo de purificação gerou, entre os judeus do século I, a difusão surpreendente de ritos purificatórios e a aparição de diversos movimentos batistas. É muito provável que João entendesse o perdão dos pecados como ligado, diretamente, ao mesmo *rito eficaz* do “batismo de conversão”⁶⁶. “Era necessário pôr-se em dia com Deus para poder enfrentar o fim do mundo”⁶⁷.

João parece não ter sido o único batizador. A consciência de viver afastado de Deus, a necessidade de conversão e a esperança de salvar-se no “dia final” levavam não poucos a buscarem sua purificação no deserto. Em Qumran, havia uma numerosa comunidade de “monges” que eram obcecados pela pureza ritual, observada ao longo do dia com banhos e ritos de purificação em pequenas piscinas feitas justamente para essas ocasiões. A atração do deserto como lugar de conversão e purificação devia ser muito intensa⁶⁸.

O motivo mais evidente do rito de João era a *purificação*. Ele a apresentava como sinal efetivo da “conversão” do povo de Israel (Mc 1,4), ou seja, de seu retorno a Deus por causa da atual situação de extrema maldade. O rito efetuado por João representava, nessa situação, o único meio de salvação que Deus concedia a seu povo, já que, segundo a visão radical do profeta João, todas as instituições sagradas – inclusive o culto do Templo – nas quais Israel confiava para purificação e restauração, estavam totalmente contaminadas⁶⁹.

O batismo de João e, sobretudo, seu significado eram absolutamente novos e originais. Não é um rito praticado de qualquer maneira. Para começar, não o realizava em tanques ou piscinas como se fazia no “mosteiro” de Qumran ou nos arredores do

⁶³ VIDA, Jesus, o Galileu, p. 39-40.

⁶⁴ Cf. VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 39-40.

⁶⁵ PAGOLA, Jesus, p. 93, com referência a Ez 36,24-26.

⁶⁶ VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 41.

⁶⁷ VITÓRIO, Mateus, p. 19.

⁶⁸ PAGOLA, Jesus, p. 93.

⁶⁹ Cf. VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 40-41.

Templo, mas em plena corrente do rio Jordão⁷⁰. Isso não é casual. João quer purificar o povo da impureza, que era fruto da infidelidade a Deus e de suas maldades enraizadas em seus corações. “João sabe, quando se trata de impurezas muito graves e contaminantes, a tradição judia exige usar não água estancada ou ‘água morta’, mas ‘água viva’, uma água que flui e corre”⁷¹.

A quem aceita seu batismo, João submerge nas águas do Jordão. Seu batismo é um banho completo do corpo, não aspensão com água nem lavagem parcial das mãos e dos pés, como era costume em outras práticas purificadoras da época. Seu novo batismo aponta à purificação total. Por isto, mesmo, se realiza só uma vez, como um começo novo da vida, e não como as imersões que praticavam os “monges” de Qumran várias vezes ao dia para recuperar a pureza ritual perdida ao largo da jornada⁷².

“Mas há algo mais original. Até a aparição de João, não existia entre os judeus o costume de batizar a outros”⁷³. Conhecia-se grande número de ritos de purificação e imersões, porém, os que buscavam purificar-se sempre se lavavam a si mesmos. João é o primeiro em atribuir-se a autoridade de batizar a outros. Foi por isto que começaram a chamá-lo “batizador”, ou o “submergidor”⁷⁴. Isto dá a seu batismo caráter singular e cria vínculo estreito entre os batizados e João.

Para o povo judeu, as abluções que se praticavam eram um evento que acontecia a cada ano, ritos privados que se repetiam sempre que se considerava necessário. O batismo do Jordão é diferente. O povo fala do “batismo de João”⁷⁵. O batismo do Jordão possuía caráter de acolhimento e incorporação ao novo povo de Israel, renovado pelas águas do Jordão. A novidade que distinguia o batismo de João dos demais ritos de batismo existente era o fato de ser realizado uma única vez. Não sendo necessário, como

⁷⁰ É uma questão debatida se o Batista teve algum contato com a comunidade monástica de Qumran ou inclusive se pertenceu a ela durante algum tempo. Sua atuação no deserto (justificada, como em Qumran, com o texto de Is 40,3), seu chamado radical à conversão, sua crítica ao templo, seu rito purificador, seu esquema escatológico, o aproximam muito de Qumran (Hollenbach, Paul, Barbaglio). No entanto, a singularidade de seu rito, a vinculação dos batizados à sua pessoa e mensagem, o oferecimento universal da salvação, a pregação do “mais forte” e outros aspectos, o distanciam da comunidade de Qumran (Stegemann). Muitos autores situam João no centro de um fenômeno religioso mais amplo de movimentos e práticas batistas (Meier, Perrot, Scobie) (PAGOLA, Jesus, p. 96).

⁷¹ PAGOLA, Jesus, p. 94.

⁷² Cf. PAGOLA, Jesus, p. 93.

⁷³ PAGOLA, Jesus, p. 94.

⁷⁴ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 94.

⁷⁵ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 94.

o costume judaico, repeti-lo a cada ano, o batismo de João tem caráter definitivo, puro dom de Deus. É Deus mesmo que concede a purificação a Israel. O batismo de João se torna, assim, sinal e compromisso de conversão radical a Deus. O gesto expressa, solenemente, o abandono do pecado em que está envolvido o povo e a volta à Aliança com Deus⁷⁶.

O deserto escolhido por João para realizar o seu batismo marcava o sentido específico e *fundamental* do rito⁷⁷. Como vimos, segundo a tradição de Israel, tratava-se do mesmo espaço da margem oriental do Jordão por onde o Israel das origens havia ingressado na Terra Prometida. Tinha o significado simbólico do *novo ingresso* de Israel na Herança de Deus⁷⁸.

O batismo de João tinha *caráter de iniciação*, sem a pretensão de marcar o ingresso numa nova comunidade de batizados. Através do batismo de João, o judeu era novamente reinserido no Israel autêntico para fazer parte dele⁷⁹.

Ao realizar o batismo, João lembrava aos iniciados “o compromisso ético” que decorria daquele ato religioso, esperava-se que o recém-batizado gerasse frutos de conversão (Q 3,8), mudando seu modo de pensar e de agir, reconhecendo-se membro da nova eleição feita com Deus⁸⁰.

É necessário dar “frutos de conversão” para ser acolhido pelo Senhor que vem. Belas palavras e boas intenções não salvam ninguém. Somente gestos concretos podem trazer a salvação (Mt 7,16-20). Fora disto, qualquer argumento é inútil, como seja. “temos Abraão por Pai”. Fazer surgir filhos de Abraão é fácil, pois “Deus pode fazer brotar destas pedras filhos de Abraão”. O desafio consiste em viver, realmente, como filhos de Abraão⁸¹.

Embora Flávio Josefo, como vimos, atribua a morte de João ao sucesso popular que Herodes Antipas temia, devemos considerar também que a exigência ética de João levou Herodes Antipas, arredio ao caminho da conversão, a condená-lo ao cárcere e à

⁷⁶ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 94.

⁷⁷ Cf. VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 41.

⁷⁸ Cf. VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 41.

⁷⁹ Cf. VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 42.

⁸⁰ Cf. VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 42.

⁸¹ Cf. VITÓRIO, Mateus, p. 19.

morte. A causa de sua morte violenta foi, então, a defesa das normas da Aliança, às quais o novo povo de Israel tinha de adequar sua conduta⁸².

O batismo de João não é, meramente, sinal visível de conversão. Esse rito inclui a participação do próprio Deus que concede generosamente o perdão ao povo de Israel. João proclama um batismo de conversão para o perdão dos pecados. Ratzinger entende que a conversão presente no anúncio de João, “trata-se de vencer verdadeiramente a existência até então pecadora, de partir para uma vida nova, para uma vida transformada”⁸³.

“Este único e último perdão concedido por Deus na última hora àquele povo completamente perdido é provavelmente o que mais seduz a muitos”⁸⁴. Aos sacerdotes de Jerusalém, pelo contrário, escandaliza. O Batista está atuando à margem do Templo, depreciando o único lugar onde é possível receber eficazmente o perdão de Deus. A pretensão de João é inaudita. Deus oferece seu perdão ao povo, porém longe daquele templo corrompido de Jerusalém⁸⁵.

O batismo de João se distinguia, porém, do batismo cristão porque não possuía caráter sacramental e não comunicava o “Espírito Santo” e, com isso, a nova vida⁸⁶. O batismo de João visa a conversão e servia para purificar o povo de Israel no início da época da salvação (cf. Is 1,16; Ez 36,25; Zc 13,1)⁸⁷.

João, ao realizar o batismo, não está pensando em fundar uma comunidade “fechada”, como a de Qumran. Seu batismo não é um rito de iniciação para formar um grupo de eleitos. João não faz acepção de pessoas, mas acolhe e oferece o batismo a todos. No Jordão, está se iniciando a “restauração” de Israel. “Os batizados retornam às suas casas para viver de maneira nova, como membros de um povo renovado, preparado para acolher a chegada já iminente de Deus”⁸⁸.

Enfim, podemos resumir os traços principais do batismo de João como segue:

⁸² Cf. VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 42.

⁸³ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 32.

⁸⁴ PAGOLA, Jesus, p. 106.

⁸⁵ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 97.

⁸⁶ Cf. SCHMID, L’Evangelo secondo Marco, p. 37.

⁸⁷ Cf. SCHMID, L’Evangelo secondo Marco, p. 37.

⁸⁸ PAGOLA, Jesus, p. 96.

1) *O batismo de João tinha caráter de conversão*⁸⁹: João realizava o batismo como sinal da “conversão” do povo de Israel (Mc 1,4), como última oportunidade de seu retorno a Deus por causa da situação atual de extrema maldade⁹⁰. João encontra grande aceitação por parte do povo, especialmente os pecadores, mas também depara com a resistência por parte das elites religiosas (cf. Mt 11,18/Lc 7,33; Mt 21,31-46/Lc 7,29-35; Lc 3,10-14)⁹¹. Para João, todas as instituições sagradas de Israel estavam contaminadas e corrompidas, inclusive o próprio Templo de Jerusalém, que era o único lugar onde se podia realizar os ritos de purificação. “Isso implicava que o rito batismal de João distribuía, da parte de Deus, *o perdão dos pecados* ao povo perdido. Era um ‘batismo de conversão para o perdão dos pecados’” (Mc 1,4)⁹².

2) *Fomentava um compromisso ético*⁹³: “Convertei-vos, porque o reino dos Céus está próximo”(Mt 3,2). O batismo de João era sinal externo do arrependimento do pecado confessado pela pessoa batizada (Mt 3,6.8-11; Lc 3,10-14). “João lembrava a todos que eram batizados por ele o *compromisso ético*, que consistia em dar ‘frutos dignos de conversão’” (Q 3,8)⁹⁴. O novo Israel deveria adequar a sua conduta às normas da aliança de Deus, que havia sido renovada no rito batismal. De fato, o motivo ético é muito destacado no testemunho de Flávio Josefo sobre João (*Antiguidades* 18,117)⁹⁵.

3) *O batismo não era repetido*, como faziam os ritos de purificação, por isso tinha caráter de “iniciação”. “Por tratar-se do rito de constituição do novo Israel, tinha de equivaler ao rito da *nova eleição* do povo e da *nova aliança* de Deus com ele”⁹⁶. O batismo de João era de caráter simbólico, com a finalidade de despertar os corações para o arrependimento sincero, para assim, com o coração renovado, poderem melhor acolher o Messias e o seu Reino.

4) *Tinha caráter de juízo*⁹⁷. Tendo muitos pontos de contato com as profecias de juízo do Antigo Testamento e da Apocalíptica, é transmitida apenas em Q (Mt 3, 7-

⁸⁹ THEISSEN; MERZ, O Jesus Histórico, p. 224.

⁹⁰ Cf. VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 40.

⁹¹ Cf. THEISSEN; MERZ, O Jesus Histórico, p. 224.

⁹² Cf. VIDAL, Jesus, O Galileu, p. 41.

⁹³ Cf. VIDAL, Jesus, O Galileu, p. 42.

⁹⁴ VIDAL, Jesus, O Galileu, p. 42.

⁹⁵ Cf. VIDAL, Jesus, O Galileu, p. 42.

⁹⁶ VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 42.

⁹⁷ Cf. THEISSEN; MERZ, O Jesus Histórico, p. 224.

10.12/ Lc 3,7-9.17)⁹⁸. Vidal afirma que “o batismo de João não pode ser entendido como simples garantia para o perdão futuro no juízo de Deus”⁹⁹. O batismo, além do perdão dos pecados, introduzia o batizado no grupo dos que esperavam a chegada do Messias, constituindo assim a sua Comunidade (Mt 3,2-11;Jo 1,19-34).Theissen e Merz lembram que, “sob a imagem do machado já posto junto à raiz da árvore, está o anúncio do juízo colérico iminente sobre todo o Israel, do qual não basta ser filho de Abraão para conseguir se salvar”¹⁰⁰.

2.4 A Esperança de João em relação à renovação de Israel

De acordo com J. A. Pagola,

segundo o Batista, o mal corrompe tudo. O povo inteiro está contaminado, não só os indivíduos; todo Israel tem de confessar seu pecado e converter-se radicalmente a Deus, se não quiser perder-se sem remédio. E mesmo o templo está corrompido; já não é um lugar santo; não serve para eliminar a maldade do povo; são inúteis os sacrifícios de expiação que ali se celebram; requer-se um rito novo de purificação radical, não ligado ao culto do templo¹⁰¹.

João não se considerou nunca o Messias dos últimos tempos. Ele era apenas aquele que iniciava a preparação. João pensava na vinda do Messias em duas etapas bem precisas. “A primeira fase seria a da pregação, cujo protagonista principal era João Batista e o cenário será o deserto”¹⁰². Nessa primeira etapa, aparece o batismo no Jordão: é o grande sinal que expressa a conversão a Deus e a acolhida do perdão. Na segunda fase, haveria uma figura misteriosa e João se dirige a ela, denominando-a o “mais forte”¹⁰³. Depois daquele batismo iniciático de João, virá o “batismo de fogo”, que transformará o povo de forma definitiva e o conduzirá à vida plena¹⁰⁴.

João esperava, além do batismo de fogo, o “batismo com Espírito Santo”¹⁰⁵, através do qual, Israel faria a experiência da força transformadora de Deus, a efusão

⁹⁸ Cf. THEISSEN; MERZ, O Jesus Histórico, p. 224.

⁹⁹ VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 41.

¹⁰⁰ THEISSEN; MERZ, O Jesus Histórico, p. 224.

¹⁰¹ PAGOLA, Jesus, p. 65.

¹⁰² PAGOLA, Jesus, p. 97.

¹⁰³ Essa denominação do “mais forte” (Mc 1,7) ou “aquele que há de vir” (Mt 11,3) nunca é empregada nas comunidades primitivas para se referir a Jesus Cristo. Isso reflete com quase toda certeza a pregação original do Batista (PAGOLA, Jesus, p. 97).

¹⁰⁴ Ao contrário do que muitas vezes se pensa, João Batista não considera a segunda etapa como “o fim do mundo”, mas como renovação radical de Israel numa terra transformada (Webb, Stegemann, Vidal) in: PAGOLA, Jesus, p. 97.

¹⁰⁵ PAGOLA, Jesus, p. 98.

vivificante de seu Espírito. A purificação final de Israel abriria o caminho ao grande *Shalom*, isto é, ao estado permanente de paz e de vida plena do povo, que João chama “batismo com Espírito Santo”¹⁰⁶ (Mc 1,8; Q 3,16; Jo 1,33). “O povo conhecerá, por fim, uma vida digna e justa numa terra transformada. Viverá uma Aliança nova com seu Deus”¹⁰⁷.

João utiliza imagens do ambiente agrícola muito comuns na linguagem de um homem rural. Imagens revestidas de tal violência que, sem dúvida, causariam impacto nos camponeses que o ouvissem. João via Israel como a plantação de Deus que precisa de uma limpeza radical. Está no tempo de fazer a limpeza, cortando e queimando as árvores que não dão os bons frutos esperados (Lc 3,9; Mt 3,10)¹⁰⁸. Só permanecerão vivas e em pé, na grande plantação de Deus, as árvores que derem frutos: a autêntica plantação de Deus, o verdadeiro Israel. Outra imagem usada por João é de Israel como a eira de um povoado onde há de tudo: cereais, poeira e palha. É preciso que ocorra limpeza completa para separar o grão e armazená-lo no celeiro e recolher a palha e queimá-la no fogo. Essa imagem remete ao dia do juízo de Deus, momento em que, de uma vez por todas, se eliminará tudo o que não serve e se recolherá a boa colheita (Mt 3,12)¹⁰⁹.

O grande juízo purificador desembocará numa situação nova de paz e de vida plena. Para isto, não, basta o “batismo de fogo”, como anunciado segundo o texto da fonte Q, assumido por Mt 3,11 e Lc 3,16¹¹⁰. João espera, além disso, um “batismo no Espírito Santo” (βαπτίσει ὑμᾶς ἐν πνεύματι ἁγίῳ) (Mc 1,8; Lc 3,16; Mt 3,11). “A crise atual não é uma crise a mais. É o ponto final a que se chegou numa longa cadeia de pecados. O povo encontra-se agora diante da reação definitiva de Deus”¹¹¹.

¹⁰⁶ Em conformidade com a tradição israelita (Ez 36, 24-27 e 37, 1-14), o “Espírito Santo” lembrava a potência de Deus que vai realizar a renovação última de Israel, concedendo-lhe a plenitude da vida. Assumindo essa mesma tradição bíblica, a comunidade de Qumran expressava sua esperança de um modo semelhante ao modo de João, ao falar de um batismo com “espírito e santidade” do final (*Regra da comunidade*, 1Q 4,19-26). Isto quer dizer que esse motivo do “batismo com Espírito Santo” quadra perfeitamente com a esperança israelita e a de João, sem necessidade de supor interpretação posterior cristã da proclamação de João (VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 42).

¹⁰⁷ PAGOLA, Jesus, p. 98.

¹⁰⁸ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 97.

¹⁰⁹ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 98.

¹¹⁰ As palavras “em fogo” não se encontram no paralelo de Mc 1,8.

¹¹¹ PAGOLA, Jesus, p. 89.

A maldade é tamanha, que contamina inclusive a terra. Por isto, Israel precisa marchar para o deserto a fim de se purificar da maldade. No deserto, passará por uma purificação e, depois, voltará como povo convertido e reconciliado com Deus. É inútil reclamar a eleição por parte de Deus. De nada serve sentir-se “filho de Abraão” (Lc 3,8/Mt 3,9). Nada dispensa de uma conversão radical, que fará com que o povo restabeleça a Aliança com seu Deus.

O ‘batismo’ que João oferece é precisamente o novo rito de conversão e perdão radical que Israel necessita: o começo de uma eleição e de uma aliança nova para esse povo fracassado. O templo, os sacrifícios, as interpretações da Lei, a pertença mesma ao povo escolhido: tudo fica relativizado. Somente uma coisa é decisiva e urgente: converter-se a Deus e acolher seu perdão¹¹².

Os Sinóticos (Mc 1,1-6; Mt 3,1-10; Lc 3,1-14) apresentam João como pregador que convidava todo o Israel ao arrependimento. E muitas pessoas deram resposta positiva à proposta de João Batista, “especialmente os pecadores públicos, como era o caso dos coletores de impostos, as prostitutas e os soldados”¹¹³. Israel experimentará a força transformadora de Deus, a efusão vivificante de seu Espírito. O povo conhecerá, por fim, uma vida digna e justa numa terra transformada. Viverá uma Aliança nova com seu Deus.

O movimento de João Batista não era somente rompimento com o antigo sistema, mas também era palco onde teria início o novo sistema, fundamentado sobre Jesus Cristo. João tinha consciência de que algo de extraordinário estava irrompendo e que o povo precisava ser preparado para esse evento. João anunciava e esperava a manifestação da presença salvadora de YHWH que transformaria “O sinal preparatório dessa presença era, precisamente, o ‘rito batismal’ purificador e de novo ingresso na Terra Prometida que João fazia acontecer nas águas do Jordão”¹¹⁴.

A tradição de Israel acreditava que a vinda de YHWH seria o momento em que apareceria de forma efetiva dentro da história de Israel, libertando e transformando a situação trágica em que se encontrava mergulhado o povo. Nesse sentido, a esperança de João coincidia com a esperança da tradição de Israel¹¹⁵. A tradição Israelita sobre a intervenção de Deus entendia que isso começaria pela renovação histórica do povo de

¹¹² PAGOLA, Jesus, p. 95.

¹¹³ THEISSEN; MERTZ, O Jesus Histórico, p. 224.

¹¹⁴ VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 48.

¹¹⁵ Cf. VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 48.

Israel. Seria a renovação do mundo terreno, com um cunho meramente histórico-imanente. “A base última dele tem de ser buscada na fé no Deus libertador e criador, indefectivelmente fiel a seu povo e à sua criação”¹¹⁶. Tanto no discurso de João, como no discurso de Jesus e do cristianismo nascente, percebemos a presença do caráter histórico da esperança da vinda de YHWH. Só a partir dos séculos II e III, é que houve uma evolução na concepção da vinda de YHWH, que passou da esfera de renovação deste mundo terreno para a tendência de espiritualização e desmundanização¹¹⁷. Se quisermos entender adequadamente o *projeto de João*, de *Jesus* e do *cristianismo antigo*, devemos colocar como pano de fundo o caráter histórico da esperança israelita, pois influenciou profundamente na pregação e na esperança dos três¹¹⁸.

2.5 O novo começo

“A conhecida tradição evangélica não permite fazer uma representação precisa da transformação de Israel, como João esperava e anunciava para um imediato futuro”¹¹⁹. Para Sénen Vidal, João Batista entende o novo começo como processo dinâmico que ocorreria em dois estágios: iniciar-se-ia, num *primeiro momento*, com o *juízo de Javé*, que destruiria toda a maldade e faria a purificação definitiva do povo. O *segundo momento* seria um *estado permanente de paz* e de vida plena do povo renovado pelo espírito de Deus¹²⁰.

João não pretende afundar o povo na desesperança. Ao contrário, sente-se chamado a convidar a todos a marchar ao deserto para viver uma conversão radical, ser purificado nas águas do Jordão e, uma vez recebido o perdão, poder ingressar de novo na terra prometida para acolher a iminente chegada de Deus¹²¹.

João torna-se exemplo para todos, ao se retirar para uma região deserta e, ali, dar início à conversão radical. O rito consistia em ser purificado dos pecados nas águas do Jordão, para depois retornar à terra prometida e aguardar confiante a tão esperada chegada do “reino de Deus”.

¹¹⁶ VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 48.

¹¹⁷ Cf. VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 48.

¹¹⁸ Cf. VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 48.

¹¹⁹ VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 52.

¹²⁰ Cf. VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 52.

¹²¹ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 66.

João escolheu um lugar estratégico para iniciar o batismo de conversão. Por um lado, encontrava-se próximo ao rio Jordão, onde havia abundância de água possibilitando os ritos do batismo¹²². O “deserto” escolhido se encontrava diante de Jericó, no lugar preciso em que, segundo a tradição, o povo conduzido por Josué havia cruzado o rio Jordão para entrar na terra prometida (Js 4,13-19)¹²³. João coloca de novo o povo às portas da terra prometida. A permanência de João no deserto era sinal de uma vida fora da terra prometida. “Simboliza exatamente a morada de Israel no deserto, antes do ingresso em sua terra”¹²⁴. A nova libertação de Israel deve ter início ali onde havia começado. Além disso, essa localização demonstra o caráter profético de João Batista, pois, “ao aparecer no mesmo lugar onde Elias havia desaparecido para subir ao céu, João se apresentava como o novo Elias esperado, o precursor da vinda de Deus” (Mt 3,1.23.24)¹²⁵. João Batista convida o povo a situar-se simbolicamente no ponto de partida, antes de cruzar o rio. A exemplo dos seus antepassados, o povo precisa escutar a Deus, purificar-se nas águas do Jordão e entrar renovado na terra da paz e da salvação¹²⁶.

João aparece como o profeta que chama à conversão e oferece o batismo para o perdão dos pecados.

2.6 João Batista e o reino de Deus

Já observamos, acima, que segundo Mt 3,2, João Batista anunciava a chegada do Reino, tema que Marcos evita incluir na pregação do Batista, reservando-o estritamente para o anúncio de Jesus, em Mc 1,14-15. Mesmo admitindo que Mateus acertou ao julgar que a pregação do Batista fez parte da chegada do Reino, devemos aprofundar esta questão para elucidar a relação entre o Precursor e o Messias.

2.6.1 Segundo Marcos (e Lucas): o batismo de arrependimento para remissão dos pecados

No evangelho de Marcos, João não fala do reino de Deus. Sua mensagem foi sintetizada por Marcos como “arrependimento para a remissão dos pecados” (Mc 1,4).

¹²² Cf. PAGOLA, Jesus, p. 91.

¹²³ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 91.

¹²⁴ VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 37.

¹²⁵ VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 37.

¹²⁶ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 92.

A pregação do Reino caberá a Jesus, após João sair de cena (Mc 1,14-15). João pregou a possibilidade do perdão dos pecados, na condição de arrependimento. A recepção da proposta de perdão foi expressa simbolicamente com o ser mergulhado nas águas do rio Jordão, pelo que João recebeu o epíteto de “o Batista”¹²⁷. Assim se explica que os judeus da Judeia e de Jerusalém se submetessem ao batismo de João, confessando seus pecados (Mc 1,5 // Mt 3,6).

A ligação entre o perdão e o ser imerso em água decorre do fato de que, no ritual de purificação do Antigo Testamento, é frequente o uso metafórico da água para a limpeza moral¹²⁸ (Sl 51,4-11; Is 1,16-17; Ez 36,25). João explora essa associação metafórica, e usa a imersão na água como símbolo para o perdão que o povo recebeu na condição de arrependimento. João deve ter entendido “ser imerso na água”, não só como símbolo do perdão, mas como um meio de purificação ritual. Dá-nos a impressão de que João estava oferecendo ao povo tanto o perdão como também a purificação ritual.

Também Lucas descreve João Batista pregando no deserto um batismo de conversão que leva à remissão dos pecados (Lc 3,8). “A sua pregação desafia o povo a produzir frutos dignos de penitência e não, se apoiar em seu status de descendentes físicos de Abraão”¹²⁹. Mc 1,4 é citado por Lucas, em At 11,16: “João batizou com água, mas vós sereis batizados com o Espírito Santo”. Logo após, em At 11,21, lemos: “E a mão do Senhor estava com eles e grande número acreditou e se converteu ao Senhor”. Este é o verdadeiro arrependimento bíblico, reconhecer a culpa de um pecado e voltar para o Senhor a fim de receber o perdão. Para João Batista, a conversão significa ruptura com a vida de pecado”¹³⁰. “Na narrativa da infância, o anjo Gabriel define a atividade de João como ‘fazer voltar’” (ἐπιστρέφω)¹³¹ os filhos de Israel ao Senhor seu Deus, a fim de preparar um povo digno e agradável ao Senhor (cf. Lc 1,16-17).

¹²⁷ Cf. supra.

¹²⁸ Para o uso da metáfora da lavagem com água para transmitir a ideia de purificação escatológica do pecado, cf. Ez 36,25-29; Is 4,3-5.

¹²⁹ MATERA, Ética do Novo Testamento, p. 95.

¹³⁰ LÉON-DUFOUR, Agir Segundo o Evangelho, p. 25.

¹³¹ VINE afirma que ἐπιστρέφωμαι significa “voltar-se, virar-se, virar em direção a”, é usado no transitivo ἐπιστρέφω, e assim traduzido em Tg 5, 19-20 por “converter” (fazer uma pessoa virar). Em outros lugares, o verbo é usado ou na voz média e uso intransitivo, ou na voz passiva, com o significado de voz média ἐπιστρέφωμαι (Mt 13,15; Mc 4,12; Lc 22,32; At 3,19; 28,27) (VINE, Dicionário VINE, p. 508).

João vai dando ao povo instruções morais de como deve ser, de como se portar diante da chegada iminente do reino de Deus (cf. Lc 3, 10.12.14). “O ensinamento ético de João prefigura tema importante da pregação de Jesus: o uso correto das posses”¹³². Diante da pregação de João Batista, somos informados de que o povo e os publicanos aceitaram o batismo de João, porém, os fariseus e escribas recusaram ser batizados por ele e desprezaram o plano salvífico de Deus (cf. Lc 7,29-30).

Quando o Apóstolo Paulo encontrou em Éfeso alguns dos discípulos de João, disse-lhes que João batizava com batismo de conversão, instruindo o povo a crer naquele que era o “mais poderoso do que eu”¹³³ (ὁ ἰσχυρότερός μου) (Mc 1,7), ou seja, Jesus de Nazaré (At 19,4).

Lucas tinha, assim, plena consciência de que a obra do Batista ainda não era a inauguração do Reino que aconteceria com Jesus. Ele exprimiu isso, literariamente, aprofundando a separação temporal entre a atividade dos dois já na cena do batismo de Jesus, que pode ser considerada como a investidura do Messias. Jesus é o agente messiânico¹³⁴. Para evitar qualquer confusão, e para não ter de voltar a falar sobre o Batista no episódio do banquete de Herodes (Mc 6,17-29 // Mt 14,3-12), Lucas encerra definitivamente o período de João (conforme o dito de Lc 16,16), relatando a morte do Precursor ainda antes de descrever a investidura do Cristo (Lc 3,20). Além disso, transforma a cena do batismo de Jesus, em relação a Mc 1,9-11, situando a teofania e descida do Espírito Santo não no momento do batismo, mas na oração de Jesus que se seguiu ao batismo (Lc 3,21-22).

Na apresentação de Marcos e Lucas, João Batista era um pregador muito direto e sem rodeios. Aos fariseus e saduceus que vinham ao seu batismo, dizia-lhes sem temor: “Crias de víboras, quem vos ensinou a fugir da ira vindoura?” (Mt 3,7//Lc 3,7). Na pregação de João Batista não há relatos de milagres ou curas. O grande milagre que João fazia era a transformação da mentalidade dos seus ouvintes.

João Batista anunciou a iminência da intervenção de Deus na história. “Com a aparição de Jesus, está terminado o tempo do Batista, que cederá lugar ao tempo de

¹³² MATERA, Ética do Novo Testamento, p. 95.

¹³³ VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 58.

¹³⁴ Cf. VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 60.

Jesus”¹³⁵. O período Batista tem apenas caráter de preparação. Ele é chamado de “precursor”. O batismo de Jesus não pertence mais ao tempo do Batista. Mas já é irrupção do cumprimento messiânico¹³⁶.

A missão de João apontava para fora dele mesmo. Ele era um precursor, arauto para proclamar que “Aquele que era maior do que ele” estava para aparecer e para prevenir o povo para recebê-lo. Assim, João era um construtor de estrada para Jesus e executou sua missão de três modos:

- 1) anunciando que o Messias estava para surgir (Mt 3,11-12; Mc 1,7-8; Lc 3,16-18);
- 2) convidando as pessoas para preparar-se, abandonando os pecados (Mt 3,2; Mc 1,15; Lc 3,3);
- 3) batizando-as como demonstração pública de que haviam dado ouvido à mensagem d’Aquele que haveria de vir (Mt 3,5-6; Mc 1,4-5; Lc 3,7) .

2.6.2 Segundo Mateus: João anunciando o Reino e reconhecendo as obras do Messias

Se Marcos e Lucas respeitam a periodização que apresenta a pregação do Precursor, separadamente, da proclamação do reino pelo Cristo, já na interpretação de Mateus, João se refere ao reino dos Céus (Mt 3,1-2):

Naqueles dias chega João, o Batista, proclamando no deserto da Judeia¹³⁷ e dizendo: “Convertei-vos, pois chegou o reino dos Céus”.

Isso pode explicar-se como intervenção redacional de Mateus para associar mais intimamente a figura do Batista à obra de Jesus, eliminando assim a impressão de separação entre a obra de João e a de Jesus. Mateus, o evangelista do discipulado, faz de João praticamente um discípulo de Jesus antes da hora. Neste sentido, faz João pronunciar a superioridade de Jesus na própria hora do Batismo: “Eu devo ser batizado por ti, e tu vens a mim?”(Mt 3,14), ao que Jesus responde com uma referência à

¹³⁵ TRILLING, O Anúncio de Cristo nos Evangelhos Sinóticos, p.38.

¹³⁶ Cf. TRILLING, O Anúncio de Cristo nos Evangelhos Sinóticos, p.38.

¹³⁷ A localização em Mateus 3,1 como “o deserto da Judeia” é sem dúvida acomodação posterior desse evangelho, identificando o deserto da tradição evangélica antiga com a zona desértica bem conhecida da região da Judeia, a oeste do Jordão. A antiga tradição dos evangelhos Sinóticos não especifica se se tratava da margem oriental ou ocidental do rio. Porém, a tradição do evangelho de João fala da Transjordânia (Jo 1,28; 3,26; 10,40). Confirma esse dado a notícia de que João foi preso, e posteriormente, executado por Herodes Antipas. Logo, teve de atuar então na *margem oriental do Jordão*, dentro da região da Pereia, que pertencia ao território governado por esse soberano (cf. VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 36-37)

solidariedade de ambos: “Deixa por ora, pois assim cabe-nos cumprir toda a justiça”, isto é, o plano de Deus (Mt 3,15).

A associação de João à obra de Jesus é acentuada, por Mateus, também em sua construção redacional das “obras do Messias”. De fato, Mateus remanejou as diversas sequências de milagres de Jesus relatados por Marcos e pela fonte Q, criando um conjunto de dez milagres, em Mt 8,1–9,34. Depois, Jesus associa os doze discípulos à sua missão (Mt 9,35–10,42). Então, insere o texto (da fonte Q) sobre a pergunta de João e o elogio que recebeu de Jesus (Mt 11,2-19 // Lc 7,18-35). Com este detalhe, Mateus faz com que João verifique “as obras do Messias”, que são o cumprimento da profecia de Is 35,5-6 (Mt 11,2a, próprio de Mt: “João, tendo ouvido falar na prisão *das obras do Messias*”...).

A “inclusão” do Batista no período de Jesus, por Mateus, poderia ser aprofundada, mas não é o assunto aqui. Para Mateus, Jesus é Rei e Messias desde seu nascimento. Daí iniciar seu evangelho com a genealogia, mostrando que Jesus é o (esperado) filho de Davi (Mt 1,1-17; em Lucas, a genealogia segue depois do batismo e a investidura de Jesus, Lc 3,23-38. Também a cena da adoração dos magos aponta neste sentido (Mt 2,1-6). Podemos dizer que, em Mateus, João é o protodiscípulo de Jesus.

2.7 A missão de João Batista como ponto de partida e referência para a missão de Jesus

Seja qual for o relacionamento no plano histórico entre João, o batizador, e Jesus de Nazaré, e independentemente da interpretação própria de Mateus, acima explicada, não se pode negar que para as primeiras comunidades cristãs, a missão histórica de Jesus é inseparável da de João¹³⁸.

João Batista distinguia duas etapas bem diferentes em seu projeto evangelizador. A primeira etapa era a do momento *presente*, que era sua missão de Precursor, aquele que veio preparar os corações para a chegada do Messias. “Estava localizada fora da terra de Israel e era preparatória da etapa futura”¹³⁹. Essa primeira etapa “teria por finalidade *o novo começo do povo*, ao estilo do Israel dos inícios”¹⁴⁰. A segunda etapa, a decisiva, aconteceria já dentro de Israel, num *futuro* muito próximo. Senén Vidal

¹³⁸ Cf. FABRIS, Jesus de Nazaré, p. 91.

¹³⁹ VIDAL, Los três projectos de Jesús, p.305.

¹⁴⁰ VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 218.

acredita que “João esperava e anunciava a manifestação efetiva da presença salvadora de Javé, que realizaria a *transformação histórica* do povo de Israel dentro de sua terra renovada”¹⁴¹. Essa nova etapa aconteceria por intermédio de uma figura que não seria João, mas uma figura misteriosa que João designava como “*o mais forte (poderoso)*” (ὁ ἰσχυρότερός μου) (Mc 1,7-8)¹⁴².

G. Vermes observa:

Algo que para nós hoje é muito difícil é identificar as verdadeiras relações que havia entre o grupo de Jesus e seus discípulos, de um lado, e o grupo de João Batista, do outro ¹⁴³.

A partir dos textos que temos nos evangelhos, somos motivados a acreditar que havia uma amizade e estima recíproca. “Porém, uma análise mais atenta dos indícios [...] leva a pensar que, pelo menos em nível dos respectivos discípulos dos dois, havia rivalidade entre os discípulos dos dois grupos”¹⁴⁴.

Como observamos no ministério de João Batista, ele anunciou o arrependimento (Mc 1,4), mas não proclamou a proximidade do Reino, ao menos na tradição de Marcos. Jesus, porém, fala do Reino, anunciando o “Evangelho de Deus” (εὐαγγέλιον τοῦ θεοῦ). A palavra “Evangelho” (εὐαγγέλιον) ecoa a ideia veterotestamentária do anúncio da “Boa-Nova” da salvação para Israel (cf. 2Sm 18,20-27; 2Rs 7,9; Is 40,9; 41,27; 52,7)¹⁴⁵.

Fabris estima que, “não é improvável que Jesus, depois de receber o batismo de João no Jordão, haja feito parte do grupo dos discípulos do Batista”¹⁴⁶. Depois, Jesus se teria separado do grupo, arrastando para junto de si alguns simpatizantes, e deste grupo, alguns se tornaram discípulos de Jesus (Jo 1,37-42).

A primeira fase da atividade de Jesus em relação a João decorreu na zona da Pereia, além do Jordão, e, a seguir, depois da sua separação do Batista, na Judeia, ao passo que João se trasladara para junto das fontes da Samaria, atual Ain Farah, 12 km a nordeste de Siquém¹⁴⁷.

¹⁴¹ VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 218.

¹⁴² Cf. VIDAL, Jesus, o Galileu, p. 219.

¹⁴³ VERMES, Jesus, o Judeu, p. 32.

¹⁴⁴ VERMES, Jesus, o Judeu, p. 32.

¹⁴⁵ Cf. MALONEY, Mensagem urgente de Jesus para hoje, p. 62.

¹⁴⁶ FABRIS, Jesus de Nazaré, p. 97.

¹⁴⁷ Cf. FABRIS, Jesus de Nazaré, p. 97.

Embora João e Jesus, em certo momento, se tivessem separado, ainda permaneceu viva, na opinião popular e em alguns seguidores de Herodes, a ideia de que a atividade taumatúrgica de Jesus era sinal de que João Batista havia ressuscitado dos mortos (Mc 6,14-16; 8,24 par.). “De fato, foi somente depois da prisão de João que Jesus inaugurou a sua nova atividade na Galileia com o anúncio programático do reino de Deus”¹⁴⁸.

Percebemos algumas características que são próprias de Jesus e que destoam de João Batista. Em lugar do banho de conversão, Jesus apelava para a confiança em seu anúncio do senhorio de Deus, que se revelava nos seus gestos de acolhimento e libertação, em favor dos pobres, pecadores e doentes¹⁴⁹.

Apesar da distinção que havia entre a pregação de Jesus e a do Batista, Jesus não renega o relacionamento fraterno que teve com o profeta do deserto, João Batista. Acreditamos que a grande distinção que transparece entre as figuras de João e de Jesus é que João, embora investido de função excepcional e única, permaneceu no limiar do projeto de salvação, que Jesus exprimia com a imagem do reino de Deus irrompendo com veemência na história dos homens (Mt 11,11.12-15 par.)¹⁵⁰.

2.8 Conclusão

Embora a informação de que João anunciou a vinda de Jesus seja certamente um produto cristão, não deve haver dúvida sobre o caráter escatológico de sua mensagem. A redação cristã não conseguiu suprimir completamente a mensagem original de João, ou seja, o anúncio da vinda do julgamento de Deus. A declaração sobre o machado que está colocado à raiz da árvore em Mt 3,10 e Lc 3,9 remete ao julgamento iminente de Deus. Também o anúncio daquele que “batizará com o espírito e o fogo” em Mt 3,11 e Lc 3,16 se refere ao julgamento escatológico.

O batismo realizado por João no Jordão deve ser entendido como um selo escatológico, sinal da conversão radical a Deus. Quem recebesse o batismo de João seria poupado no dia do julgamento de Deus. João seria mais do que um precursor do Messias, seria um intérprete do espírito escatológico ou messiânico que estava impregnando grande número da população judia do século I a.C.

¹⁴⁸ FABRIS, Jesus de Nazaré, p. 97-98, remetendo a Mc 1,14-15par.

¹⁴⁹ Cf. FABRIS, Jesus de Nazaré, p. 98.

¹⁵⁰ Cf. FABRIS, Jesus de Nazaré, p. 98.

João, assim como Jesus, anuncia a vinda iminente de Deus e do seu Reino. João fala unicamente sobre a vinda de Deus para julgar Israel. João acabou por criar um movimento que se estendeu para além de sua morte. O episódio dos discípulos de João Batista em Éfeso relatado em Atos 18,1-7 pode indicar que o movimento batista se difundiu para além da Palestina.

De suma importância foi a influência que João Batista exerceu sobre Jesus e seus discípulos. As evidências de que Jesus foi discípulo de João estão no fato de que ele foi batizado por João. Temos em Jo 1,35-40 que, alguns dos primeiros discípulos de Jesus eram do grupo do Batista. Não sabemos por que Jesus se separou do grupo de João Batista.

Mt 11,7-11, com a declaração de Jesus de que João era “mais do que um profeta” e “o maior nascido de mulher”, preserva a memória de que Jesus teve grande apreço e consideração por João, memória que os editores posteriores procuraram ofuscar com o acréscimo de Mt 11,10.11b “o menor no reino dos Céus é maior do que ele”.

3 O reino de Deus e a conversão na pregação de Jesus

Descobrimos, no capítulo 2, o caráter escatológico da pregação de conversão por João Batista. A pregação e atividade de Jesus se mostrarão a plenificação desse caráter escatológico.

Aos pecadores que recebem o batismo no Jordão, João propõe o “caminho da justiça” e um compromisso de conversão, que se inspira substancialmente na tradição bíblico-judaica¹. Jesus, ao contrário, vê no movimento dos pecadores que receberam o perdão o sinal do novo tempo que irrompe em que o reino de Deus entra na história como oferta gratuita de salvação para toda humanidade. O Reino pregado por Jesus tem caráter universalista. A insistência de Jesus em um judaísmo universalista de orientação espiritual faz eco aos grandes profetas do Antigo Testamento.

Concentrando-se em nossa necessidade de amar e perdoar os outros, Jesus enfatizou a universalidade de sua mensagem; em lugar do separatismo característico do judaísmo palestino de sua época.

3.1 A esperança do Novo Testamento: o reino de Deus está próximo

O interesse escatológico dos primeiros cristãos não foi mera crença de sua experiência religiosa, mas o coração de sua inspiração. Eles acreditavam que o mundo vindouro não seria o produto de um desenvolvimento natural, mas de uma intervenção *divina* que transformaria qualitativamente o curso da história humana. E o motivo mais profundo do anseio por esta mudança radical “deste mundo” brotava da percepção de uma estrutura de maldade e pecado que se arrastava e a cada dia mais se tornava maior.

A nossa dificuldade ao tratar da esperança escatológica no Novo Testamento consiste no fato de não haver somente uma, mas várias perspectivas escatológicas. O fato central da revelação cristã, a ressurreição de Cristo e a esperança da consumação final, dependente deste fato, foram refletidos e transmitidos pelas comunidades de maneiras muito diversas, algo que se reflete nos diferentes escritos do Novo

¹ Cf. FABRIS, Jesus de Nazaré, p. 103.

Testamento². Para uma análise pormenorizada, teríamos que analisar os escritos do Novo Testamento, o que não pertence ao objetivo de pesquisa. Contudo, apresentaremos um pequeno aceno sobre a esperança escatológica no Novo Testamento.

O reino de Deus é um conceito escatológico. Ele se refere ao governo de Deus que põe termo ao atual curso do mundo, que destrói tudo que é contrário a Deus, tudo que é satânico, tudo o que agora faz o mundo gemer. E, desse modo, pondo fim a todo sofrimento e dor, estabelece a salvação para o povo de Deus que espera pelo cumprimento das promessas proféticas³.

É no contexto dessas expectativas que se situa a pregação de Jesus. Faltam-lhe, contudo, toda a erudição e o elaborado imaginário dos apocalípticos. À diferença dos apocalípticos, Jesus não olha para trás, nem faz cálculos sobre quando virá o fim⁴. Jesus renuncia a toda tentativa de descrever pictoralmente e em detalhes o juízo, a ressurreição dos mortos e a glória vindoura. Tudo é dominado pelo único pensamento de que então Deus reinará⁵. Jesus assume para si apenas alguns traços isolados do imaginário da apocalíptica futura.

Jesus está convencido de que o atual curso do mundo está sob o domínio de satanás e de seus demônios, cujo tempo agora passou (Lc 10,18). Ele espera a vinda do “Filho do homem” como juiz e salvador (Mc 8,38; Mt 24,27 etc.). Ele espera a ressurreição dos mortos (Mc 12,18-27) e o juízo (Lc 11,31-32). Compartilha a ideia do inferno de fogo, no qual são lançados os condenados (Mc 9,43-48; Mt 10,28). Ele fala da ceia celestial, quando os justos se sentarão à mesa dos Patriarcas (Mt 8,11), ou ainda da esperança de beber novamente o vinho no reino de Deus (Mc 14,25).

Em Paulo e nos Sinóticos, a escatologia tende a ser “futura”: Cristo virá consumir a obra de Deus (Mc 16,62 par.). Por outro lado, os escritos deuteropaulinos (em especial Efésios e Colossenses) e a tradição joânica tendem a mostrar uma escatologia “presente”. Na fé em Cristo e na vida cristã, já ocorre a salvação. Nas epístolas paulinas “autênticas” (Romanos, Coríntios, Gálatas, 1 Tessalonicenses, Filipenses, Filemon) o esquema é temporal: presente-futuro. Em Efésios, aparece o

² Cf. POLITI, História e Esperança, p. 135.

³ Cf. BULTMANN, Teologia do Novo Testamento, p. 41.

⁴ “Assim, pois, vigiai, por que não sabeis o dia em que chegará vosso Senhor” (Mt 24,42); “Portanto, vigiai, porque não sabeis nem o dia nem a hora” (Mt 25,13).

⁵ Cf. BULTMANN, Teologia do Novo Testamento, p. 42.

elemento espacial: céu-terra. Nos primeiros escritos, a *Parusia* é algo que vai acontecer imediatamente. Nos últimos, a espera imediata diluiu-se e passa a fazer parte de uma “doutrina” que se deve guardar como é o caso das Cartas Pastorais⁶.

No Novo Testamento, o escatológico apresenta-se, portanto, com um fundo temporal complexo: “já” está presente e atuante na história, mas “ainda” não está consumado.

A “proximidade do Reino” passou a ser o núcleo escatológico comum em todo o Novo Testamento expresso nos evangelhos sinóticos⁷. A realização escatológica aconteceu, definitivamente, em Jesus de Nazaré. A existência cristã acontecerá sempre, a partir do evento Jesus Cristo, uma tensão entre o “já” e o “ainda não”.

3.2 O batismo de Jesus inaugura a chegada do reino de Deus

“Com Jesus, aproxima-se a soberania régia de Deus e irrompe o tempo da salvação (Mc 1,15), que culminará no reino Escatológico de Deus, onde Deus será tudo em todos” (1Cor 15,28)⁸. Em Jesus, o Evangelho começa a ser pregado e não cessará de ser pregado em todo mundo (Mc 14,9). Schnackenburg afirma que, quando o Evangelho começa a ser anunciado, “Jesus se transforma de anunciador em anunciado, de mensageiro da Boa-Nova em seu objeto e conteúdo essencial”⁹.

Segundo Marcos, Jesus entra em cena nas margens do Jordão, no momento em que é batizado por João (Mc 1,9-11). Marcos não inclui Jesus na confissão dos pecados (Mc 1,5), embora nada impeça que Jesus se tenha solidarizado com esse ato de seu povo. Em compensação, Marcos relata que o Espírito Santo desce sobre Jesus, dando testemunho de sua eleição divina¹⁰. Sua pregação na Galileia pode, então, ter início¹¹. “João Batista representa a ligação entre os profetas e Jesus: o que os profetas viram e entreviram como futuro, João o mostra presente”¹².

Enquanto em Mc 1,11 a teofania é estritamente privada (a voz diz só a Jesus: “Tu és...”), em Mt 3,17 os presentes, em primeiro lugar, o Batista, ouvem a voz (“Este

⁶ Cf. POLITI, História e Esperança, p. 145-146.

⁷ Cf. RUIZ DE LA PEÑA, La outra dimensión, p. 135.

⁸ NODARI; CESCÓN, Aprendendo com o evangelho de Marcos, p. 16.

⁹ SCHNACKENBURG, El Evangelio según San Marcos, p. 14.

¹⁰ Cf. DUQUOIC, Cristologia, vol. 1, p. 40.

¹¹ Cf. SCHNACKENBURG, Evangelho e Reino de Deus, p. 33.

¹² ALONSO SCHÖKEL, Bíblia do Peregrino, nota Mc 3,1-12, p. 2322.

é...”). Em Lc, a teofania se dá para Jesus privativamente, na oração (Lc 3,21). Também no Quarto Evangelho, o Batista é testemunha da descida do Espírito Santo. E o Batista, que já havia anunciado o “que vós não conheceis” (Jo 1,26), teve um entendimento mais profundo a respeito de Jesus. Ele chama Jesus inicialmente de o “Cordeiro de Deus”, e termina testemunhando que ele é o “filho de Deus” (Jo 1,29-34).

Ao que parece, Jesus quando se aproxima do Batista, não tem ainda um projeto próprio bem definido. No entanto, sua decisão de fazer-se batizar por João Batista deixa transparecer algo de sua busca pessoal.

Se aceita o “batismo de João”, isto significa que compartilha sua visão sobre a situação desesperada de Israel: o povo precisa de uma conversão radical para acolher o perdão de Deus. Mas Jesus compartilha também e, sobretudo, a esperança do Batista¹³.

Jesus se sente atraído pela ideia de preparar o povo para o encontro com Deus, carinhosamente, chamado de Pai. João acreditava que, sem muita demora, todos em Israel iriam conhecer e testemunhar a irrupção salvadora de Deus. Israel seria restaurado e a Aliança seria renovada e as pessoas poderiam desfrutar novamente de vida mais digna, justa e fraterna. “Esta esperança, recolhida inicialmente da pregação de João Batista, Jesus não a esquecerá jamais”¹⁴. Será seu objetivo principal, quando, já dentro de um horizonte novo, se dedicar a torná-la realidade, sobretudo entre os mais abandonados e excluídos; chamar o povo para acolher seu Deus; despertar a esperança nos corações; trabalhar pela restauração de Israel e buscar uma convivência mais justa e fiel à Aliança. Provavelmente, Jesus já ia esboçando, no deserto do Jordão, as linhas mestras de sua futura missão¹⁵.

Segundo Marcos, Jesus proclama a Boa-Nova: Jesus é o Filho de Deus. Se o anúncio dessa Boa-Nova abre uma nova era, o batismo de Jesus é a inauguração. É o que dão a entender alguns indícios: a abertura dos céus, a vinda do Espírito Santo, a Voz Celeste¹⁶.

O movimento iniciado por Jesus possuía visão bastante dinâmica. “Aguardava a transformação do mundo pelo reino de Deus e demandava a transformação do ser humano pelo arrependimento”¹⁷.

¹³ PAGOLA, Jesus, p. 100.

¹⁴ PAGOLA, Jesus, p. 101.

¹⁵ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 101.

¹⁶ DUQUOC, Cristologia, vol. 1, p. 41.

¹⁷ THEISSEN, O Movimento de Jesus, p. 357.

Em Marcos 1,10, ainda se afirma que Jesus “*viu os céus se rasgarem*” (εἶδεν σχιζομένους τοὺς οὐρανοὺς). Pode-se pensar que o sentido dessa abertura dos céus talvez não seja apocalíptico¹⁸. De qualquer modo, para o evangelista, a “abertura marca a inauguração de novas formas de relações entre Deus e os homens, e a doação dos bens divinos”¹⁹.

Depois de longo silêncio, figurado pelo fechamento dos céus, Deus se decide, enfim, a falar (Is 51,9-10). Há muito tempo o Espírito de profecia “não trabalhava” em Israel. A abertura dos céus significa a inauguração de uma época de graça²⁰.

Ao afirmar que o céu se abriu, Marcos está como que dizendo que foi inaugurada a época da graça.

O povo de Israel podia perceber nas águas do rio Jordão uma espécie de símbolo das grandes intervenções de Deus na história de seu povo. “O deserto, tanto quanto o Jordão, são motivos teológicos relacionados com a tipologia do Êxodo”²¹.

Jesus assumiu o batismo como sinal e compromisso de uma mudança radical. Assim o exigia o Batista a todos que acorriam para mergulhar no Jordão. Também Jesus quer concretizar sua “conversão” e o faz tomando uma primeira determinação: daqui em diante dedicar-se-á a colaborar com o Batista em seu serviço ao povo. Não é este o melhor modo de acolher esse Deus que chega já para purificar e salvar Israel?²²

Jesus desliga-se de sua família e entrega-se a servir o seu povo. Abandona também seu trabalho. No seu coração, está pulsando a ideia de colaborar com aquele movimento admirável de conversão iniciado por João no Jordão.

Quando, no meio do silêncio do deserto, calam-se de noite os gritos do Batista e não se ouve o murmúrio da confissão dos pecados daqueles que mergulham no Jordão, Jesus escuta a voz de Deus, que o chama a uma missão nova²³.

Parece que o batismo por João não significa, para Jesus, um batismo recebido em sinal de penitência pelos próprios pecados. É um batismo de preparação para a missão que lhe é atribuída pelo Pai. Significa que, a partir daquele acontecimento simbólico, inicia-se uma nova realidade: Jesus inaugura seu reino messiânico, que se realiza sob a moção do Espírito Santo, de acordo com a tipologia do Êxodo e segundo

¹⁸ Embora haja quem reconheça a sintonia de Mc com o imaginário apocalíptico, p. ex. em Mc 13 e em Mc 15,38 (o véu do Templo que “se rasga”, mesmo verbo que em 1,10).

¹⁹ DUQUOC, Cristologia, vol. 1, p. 42.

²⁰ Cf. DUQUOC, Cristologia, vol. 1, p. 42.

²¹ DUQUOC, Cristologia, vol. 1, p. 42.

²² PAGOLA, Jesus, p. 101.

²³ PAGOLA, Jesus, p. 101.

as profecias. Assim, o dom do Espírito o designa como instaurador da comunidade messiânica. O Espírito lhe é dado em vista da missão que Jesus entende ser o anúncio do “reino de Deus”.

Após o batismo, Jesus não retorna imediatamente à Galileia, mas permanece durante algum tempo no deserto (junto ao Batista?).

Ignoramos como pode ter sido a vida dos que se moviam em torno de João. A maioria deles, uma vez batizados, retornava às suas casas, embora mantivessem viva a consciência de fazer parte do povo renovado que ia se gestando em torno ao Batista. Alguns, porém, permaneciam com ele no deserto, aprofundando-se mais em sua mensagem e ajudando-o de perto em sua tarefa. Provavelmente levavam um estilo de vida austera e de oração, sob a inspiração do Batista (Lc 5,33// Mt 9,14; Lc 11,1-2)²⁴.

Jesus, ao que parece, acolheu o projeto de João e aderiu a este grupo de discípulos e colaboradores²⁵. As fontes das quais dispomos não permite que se diga mais a respeito da relação e da influência de João sobre a vida de Jesus. É possível que Jesus tenha ajudado João em sua atividade batizadora. O Quarto Evangelho deixa transparecer isso (Jo 3,22-24)²⁶. Ali conheceu dois irmãos chamados André e Simão e um amigo deles, Filipe, que eram da cidade de Betsaida (Jo 1,35-44). Os três inicialmente pertenciam ao movimento do Batista, mas depois deram sua adesão ao movimento messiânico de Jesus²⁷.

3.3 As razões para o batismo de Jesus segundo Mt 3,15

Cabe refletir um instante sobre a interpretação própria do batismo que transparece no texto particular de Mt 3,15: “Deixa por ora, pois assim cabe-nos cumprir toda a justiça”. João, então, permitiu-o. Nesta linha, consideremos as seguintes razões para o batismo de Jesus:

1. *Cumprir toda a justiça*: Diante da recusa do Batista em batizar Jesus, o Mestre teve que explicar que era necessário que toda a justiça fosse cumprida, pois o Messias veio “sob o jugo da Lei” (Gl 4,4), ou seja, dentro do contexto do ensinamento da justiça de Deus na Torá. Portanto, deveria dar exemplo de plena obediência à Lei diante do

²⁴ PAGOLA, Jesus, p. 102.

²⁵ Este dado é amplamente aceito na investigação atual – Jeremias, Hollenbach, Becker, Meier, Webb, Murphy- O’Connor, Stuhlmacher, Vidal (cf. PAGOLA, Jesus, p. 102).

²⁶ Veja, porém, o que foi dito no capítulo anterior.

²⁷ São muitos os autores que procuram reconstruir a permanência de Jesus no grupo de João Batista partindo do material fornecido pelo evangelho de João (Jo 1,35-51; 3,22-36; 4,1-2), mas parece demasiado arriscado. Por outro lado, a posição de Méier, que diz ser provável que Jesus tenha continuado a batizar durante toda a sua vida, quase não teve acolhida entre os exegetas.

povo israelita. Não por nada um dos títulos de Jesus na proclamação será “o Justo” (At 3,14; 7,52; 22,14; cf. Lc 23,47).

2. *Identificação solidária com os pecadores*: Embora Jesus não necessitasse do arrependimento de pecados (1Pd 2,24), ele se fez pecado (2Cor 5,21: “Aquele que não conheceu pecado, ele [Deus] por nós se fez pecado, para que nele fôssemos feitos justiça [diante] de Deus”)²⁸, a fim de se identificar solidariamente com a humanidade pecadora. “E aconteceu que, ao ser todo o povo batizado, também o foi Jesus” (Lc 3,21).

3. *Para confirmar sua investidura messiânica*: O batismo de Jesus marca sua unção e aprovação da parte de Deus, o Pai. Como o rito dos sacerdotes no Antigo Testamento (Ex 29,4-7), o batismo aprovou o ministério de Jesus, o Filho predileto de Deus (Mc 1,11), à semelhança dos sacerdotes antigos. No rito batismal, há um aspecto que indica que o batizando está abandonando a vida anterior e entrando numa nova vida. Jesus estava fazendo exatamente isso. Porém, não estava passando de uma vida de pecados para uma vida na graça, mas passando para uma vida “quenótica”, de total aniquilamento de sua condição divina (Fl 2,7). Jesus estava iniciando uma nova vida, com a missão toda especial de anunciar o reino de Deus sob a força do Espírito Santo (Mc 1,12).

4. *Para confirmar o ministério de João Batista*: Ao ser batizado pelo Batista, Jesus queria outorgar o ministério de João como sendo proveniente do Céu (Mt 21,25). Deixando-se batizar, Jesus demonstra reconhecimento à autoridade e à missão de seu precursor, João Batista.

Ratzinger opina que Mt 3,15 possui um sentido enigmático cuja resposta não é fácil de decifrar. No entanto, Ratzinger observa que, esconde-se no “termo *achri* – ‘por agora’ – certa reserva: numa situação específica, provisória, prevalece um determinado modo de agir”²⁹. Decisivo para a interpretação da resposta de Jesus é o sentido da palavra “justiça”: toda “justiça” deve ser cumprida. Justiça é concebida na época de Jesus, como “a resposta do homem à Torá, aceitar toda a vontade de Deus, levar o ‘jugo do reino de Deus’”³⁰, tal como fora formulado. “O batismo de João Batista não foi

²⁸ O termo pecado pode também ser traduzido “oferta pelo pecado” (gr. *hamartía*, hebr. *hattat*).

²⁹ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 33.

³⁰ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 33.

previsto pela Torá, mas Jesus reconhece-o com esta palavra – ‘justiça’ – como expressão para o ilimitado sim à vontade de Deus, como acolhimento obediente do seu jugo”³¹.

3.4 A “conversão” de Jesus

Segundo a visão sintética de J. A. Pagola,

num determinado momento, Jesus aproximou-se do Batista, escutou seu chamado à conversão e se fez batizar por ele nas águas do rio Jordão. O fato ocorreu por volta do ano 28 e é um de seus dados mais seguros. Nas primeiras comunidades cristãs a ninguém teria ocorrido inventar um episódio tão embaraçoso, que não podia senão criar dificuldades aos seguidores de Jesus³².

O batismo de Jesus levanta, em especial, dois problemas para a comunidade cristã primitiva:

Se Jesus se submeteu ao batismo ritual de João, não era Jesus inferior ao Batista? E mais, se realmente Jesus desceu ao rio Jordão como todos os demais penitentes, confessando os pecados, não era também Jesus um pecador? Não eram meras especulações descabidas, porque alguns cristãos viviam, provavelmente, em contato com ambientes que seguiam o Batista e não, Jesus³³.

Os cristãos não puderam negar o fato, mas apresentaram-no de tal maneira, que não depreciasse a dignidade de Jesus³⁴. Marcos, que é a fonte mais antiga, afirma que Jesus “foi batizado por João no Jordão”. Mas, imediatamente, acrescenta que, ao sair das águas, Jesus teve uma experiência estranha: viu que o Espírito de Deus descia sobre ele “como pomba” e ouviu uma voz que do Céu lhe dizia: “Tu és meu filho amado”. Marcos quer passar para seus leitores a ideia de que, apesar de ter-se deixado batizar por João, Jesus era, na realidade, aquele personagem “mais forte” do qual o Batista falava; aquele que viria depois dele para “batizar com Espírito” (Mc 1,9-11).

Mateus dá um passo a mais. Quando Jesus se aproxima para pedir o batismo a João, este se afasta com essas palavras³⁵: “Eu é que preciso ser batizado por ti, e tu vens a mim?” Jesus lhe responde: “Deixa por enquanto, pois assim nos convém cumprir toda a justiça” (Mt 3,14-15). Segundo Duquoc, “A recusa de João Batista é situada numa

³¹ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 33.

³² PAGOLA, Jesus, p. 99.

³³ PAGOLA, Jesus, p. 99.

³⁴ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 99.

³⁵ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 99.

intenção apologética”³⁶. “Portanto, deve ficar claro que Jesus não precisa ser batizado; se o faz é por alguma razão desconhecida que o impele a agir assim”³⁷.

Lucas não precisa fazer nenhum retoque porque, embora mencione o batismo de Jesus, suprime a intervenção do Batista, que já está preso por ordem de Herodes Antipas³⁸. Duquoc sugere que Lucas evita entrar na dificuldade sobre o batismo de Jesus, mencionando que João já estava preso³⁹. O evangelho de João nem sequer narra o batismo. A função do Batista no Quarto Evangelho não é o de batizar Jesus, mas ser a testemunha daquele que vem “batizar com o Espírito Santo” (Jo 1,29-30. 33-34)⁴⁰. O evangelista João menciona um relato que põe em cena João Batista e Jesus, cuja finalidade, segundo Duquoc, seria a de afastar o gesto de Jesus da esfera da penitência. Jesus não confessa seus pecados, mas o Espírito dá testemunho de sua eleição divina (Jo 1,29-34)⁴¹.

Não aprofundaremos aqui a discussão sobre o batismo de Jesus, porém, o fato é que ele se deixou batizar por João. Segundo Duquoc,

a ambiguidade do batismo de Jesus, inerente a seu significado inicial, dificultou sua interpretação. Apesar do valor litúrgico que a Igreja do Oriente lhe atribuiu ao celebrar a Epifania, os antigos teólogos e os Padres não lhe deram toda a atenção necessária. Na verdade, Jesus é sem pecado, e de nenhuma forma tem necessidade de receber um batismo de penitência. Se a isto se submete, é para dar exemplo. Com isso, o batismo de Cristo perdeu seu sentido teológico em proveito de um valor moral⁴².

Para Pagola, o batismo de Jesus é o único fato historicamente comprovável que possibilita aproximar-nos do “início” da atividade missionária de Jesus⁴³. Para Jesus é um momento decisivo, pois significa uma guinada total em sua vida. Para Ratzinger, no batismo, “Jesus inaugura o seu ministério inserindo-se no lugar dos pecadores. Ele inaugura-o com a antecipação da Cruz”⁴⁴. O batismo no Jordão é o início de um processo de “cumprir toda a justiça”, que somente poderá ser entendido na Cruz. O batismo é a aceitação da morte pelos pecados da humanidade. E a voz no batismo que

³⁶ DUQUOC, Cristologia, vol. 1, p. 40.

³⁷ PAGOLA, Jesus, p. 99.

³⁸ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 99-100.

³⁹ Cf. DUQUOC, Cristologia, vol. 1, p. 40.

⁴⁰ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 100.

⁴¹ Cf. DUQUOC, Cristologia, vol. 1, p. 40.

⁴² DUQUOC, Cristologia, vol. 1, p. 40-41.

⁴³ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 100.

⁴⁴ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 33.

diz: “Este é o meu filho amado” (Mc 3,17) é uma antecipação do chamado de atenção para a ressurreição⁴⁵.

3.5 A missão de Jesus como prolongamento e contraste com a obra de João Batista

3.5.1 João é preso e Jesus o sucede

Marcos situa o ministério de Jesus depois do ministério de João Batista e sintetiza sua atividade numa fórmula:

Depois que João foi entregue, Jesus veio para a Galileia proclamando o evangelho de Deus: **completou-se o tempo**, e o reino de Deus aproximou-se. Converti-vos e crede no evangelho.

Essa fórmula possui profundo significado, pois salienta que “a pregação de Jesus é o ato pelo qual a salvação se torna presente no meio dos homens”⁴⁶. É como se Jesus dissesse: Chega de esperar pelo que já chegou, mas convertam-se à Boa-Nova que Deus lhes preparou. Abram seus corações ao Reino que está aqui no vosso meio (cf. Mt 1,23).

O evangelista Lucas narra que Jesus volta a sua terra natal, Nazaré e, num dia de sábado, lhe é dado o rolo da Escritura que contém o texto do profeta Isaías que diz:

O Espírito do Senhor está sobre mim, porque me ungiu para anunciar o evangelho aos pobres; enviou-me para proclamar libertação aos cativos e restauração da vista aos cegos, para por em liberdade os oprimidos, para proclamar o ano acolhedor do Senhor⁴⁷.

Os evangelistas relatam mais amplamente a prisão de João. Eles interpretam a prisão do Batista como sendo sinal de Deus. Os evangelhos dizem que João “foi entregue” (Mc 1,14; Mt 4,12). Mas nenhuma pessoa é mencionada como sendo a autora dessa “entrega” de João. O uso da voz passiva, muitas vezes, indica que é Deus que está agindo. João era muito querido pelo povo, e, com isso, não tinha ninguém com motivos para entregá-lo a Herodes. É um forte indício e alusão à direção divina. Deus dirigiu tudo de tal maneira que João acabou seu ministério na prisão de Herodes e, posteriormente, na morte, pela mão do mesmo Herodes.

Para Jesus, a prisão de João é um sinal inconfundível de que deveria iniciar seu ministério como aquele que veio depois de João. Na prisão de João, vemos o prenúncio da prisão do próprio Jesus.

⁴⁵ Cf. RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 34.

⁴⁶ DUQUOC, Cristologia, vol. 1, p. 64.

⁴⁷ A citação de Isaías é interrompida antes do final ameaçador: *um dia de vingança para o nosso Deus*. O ano de acolhimento designa o ano jubilar fixado pela lei a cada cinquenta anos (Lv 25,10-13).

João continuava a aplanar os caminhos para o Senhor. Primeiro, ele fez isso indo ao povo com sua mensagem e, agora, ele aplanar o caminho com sua prisão e morte. Jesus o seguirá, primeiro pregando às multidões e, depois, sendo preso e executado

3.5.2 Jesus inicia sua missão de profeta itinerante

Segundo R. Fabris,

fato admitido mesmo entre quem defende a impossibilidade de reconstruir o anúncio original de Jesus a partir dos evangelhos atuais é este: o núcleo em volta do qual gravitam o ensinamento e a atividade histórica de Jesus consiste no reino de Deus⁴⁸.

A conclusão se impõe pela impressionante frequência da expressão “reino de Deus” ou “reino dos Céus” no anúncio de Jesus nos textos dos Sinóticos⁴⁹, contra duas vezes apenas em João (Jo 3,3.5).

Segundo Mc 1,15, Jesus inicia seu ministério com a pregação: “Completo-se o tempo, e o reino de Deus aproximou-se. Converti-vos e crede no evangelho”. A formulação mostra a mão do evangelista. Faz referência ao cumprimento do tempo e, no final da frase, menciona o conceito cristão de *εὐαγγέλιον*⁵⁰.

“*Completo-se o tempo*” (πεπλήρωται ὁ καιρὸς) – é a definição teológica do momento da aparição de Jesus. A sua manifestação pública ocorreu no momento divinamente predestinado⁵¹. A expressão, que pode ser traduzida de modo mais literal como “*o tempo está cumprido*”, diz respeito ao cumprimento das profecias antigas.

Como João, Jesus prega a conversão (cf. Mc 1,4)⁵², mas Jesus acrescenta uma nova dimensão. Enquanto João pregava que o Messias esperado estava para vir, Jesus proclamou que o Messias chegou: “*O tempo está cumprido*” (πεπλήρωται ὁ καιρὸς); e acrescenta: “*Converti-vos e crede no evangelho*” (μετανοεῖτε καὶ πιστεύετε ἐν τῷ

⁴⁸ FABRIS, Jesus de Nazaré, p. 104.

⁴⁹ Apresentamos aqui a nossa pesquisa pessoal a partir do texto grego da frequência em que aparecem as expressões “reino de Deus/reino dos Céus” nos Evangelhos: Marcos: 1,15; 4,11; 4,26; 4,30; 9,1; 9,47; 10,14; 10,15; 10,23; 10,24; 10,25; 12,34; 14,25; 15,43; Mateus: (reino de Deus) 6,33; 12,28; 19,24; 21,31; 21,43; (reino dos Céus) 3,2; 4,17; 5,3; 5,10; 5,19; 5,20; 7,21; 8,11; 11,11; 11,12; 13,11; 13,24; 13,31; 13,33; 13,44; 13,45; 13,47; 13,52; 16,19; 18,1; 18,3; 18,4; 18,23; 19,12; 19,14; 19,23; 20,1; 22,2; 23,13; 25,1; Lucas: 4,43; 6,20; 7,28; 8,1; 8,10; 9,2; 9,11; 9,27; 9,60; 9,62; 10,9; 10,11; 11,20; 13,18; 13,20; 13,28; 13,29; 14,15; 16,16; 17,20; 17,21; 18,16; 18,17; 18,24; 18,25; 18,29; 19,11; 21,31; 22,16; 22,18; 23,51; João: 3,3; 3,5

⁵⁰ Cf. LOHSE, Teologia del Nuevo Testamento, p. 41.

⁵¹ Cf. VERMES, O Autêntico Evangelho de Jesus, p. 310.

⁵² Sobre a interpretação de Mateus, que apresenta João mencionando a proximidade do Reino, cf. acima, cap. 2.

εὐαγγελίῳ) (Mc 1,15). Converter-se quer dizer “voltar-se para”, responder a um chamado. Exige deixar entrar em sua vida esta mensagem nunca antes ouvida e deixar-se vencer pela Boa Notícia⁵³.

Dunn explica que

o chamado é para algo radical, uma virada completa na direção básica da vida e das atitudes de seus ouvintes, é claramente indicada por algumas de suas parábolas, particularmente a do filho pródigo (Lc 15,17), e por alguns de seus encontros, particularmente com o jovem rico (Mc 10, 17-31) e com Zaqueu (Lc 19,8; talvez antes de todas as coisas seus seguidores devem se converter e se tornar como crianças (Mt 18,3; Mc 10,15/Lc 18,17)⁵⁴.

Fuellenbach salienta que “o motivo para a conversão é o irromper do reino de Deus, que já chegou e não, uma exigência qualquer de preparar-se para uma vinda futura”⁵⁵.

Os autores dos Evangelhos se sentem embaraçados diante da figura de João Batista. Todos eles, especialmente o quarto evangelista, dão ênfase especial ao fato de Jesus ser muito maior que João Batista. “Os Evangelhos, ao mencionarem o relacionamento de João com Jesus, revelam certa tensão, para não dizer, em alguns casos, uma aberta contradição”⁵⁶. De um lado, tendem a realçar a continuidade das suas respectivas funções, no sentido de que João prenuncia e prepara a missão de Jesus; por outro lado, realçam a novidade e o distanciamento de Jesus relativamente ao profeta precursor.

No contexto do Novo Testamento, o Evangelho é o cumprimento das profecias do Antigo Testamento. Para Marcos, o Evangelho era o cumprimento das profecias antigas a respeito do reino de Deus. O texto diz que Jesus andava pela Galileia proclamando que “o tempo está cumprido e o reino de Deus está próximo” (Mc 1,15). Com esse anúncio do reino de Deus e a exortação à conversão, temos um resumo do conteúdo da pregação de Jesus⁵⁷.

Marcos entende o ministério de Jesus como continuidade do ministério do Batista. Jesus inicia seu ministério na Galileia somente após a prisão de João (Mc 1,14).

⁵³ Cf. FUELLENBACH, Reino de Deus, p. 741.

⁵⁴ DUNN, Unidade e Diversidade no Novo Testamento, p. 80.

⁵⁵ FUELLENBACH, Reino de Deus, p. 741.

⁵⁶ FABRIS, Jesus de Nazaré, p. 98.

⁵⁷ Cf. LOHSE, Teologia del Nuevo Testamento, p. 41.

Quando termina o de João Batista, inicia-se o de Jesus. “O destino dos profetas, que foi a sorte de João, é anunciado profeticamente para o próprio Jesus”⁵⁸.

Mateus retoma o paralelismo entre Jesus e João Batista, mas com uma modificação significativa: a pregação de João é a mesma que a de Jesus (compare Mt 3,2 com Mt 3, 17) . Mateus lança o olhar para o passado e vê entre João e Jesus não simplesmente uma continuidade de ministério, como deixa entender Marcos. Mas, vê entre os dois “mais uma sucessão cronológica do que a compenetração dos destinos”⁵⁹.

O autor do Quarto Evangelho registra que as trajetórias de João Batista e de Jesus coincidem até certo ponto (Jo 3,22-24), o que, provavelmente, é verdade. Isso sugere que Jesus pode ter se afastado do círculo de João Batista e iniciado um ministério com ênfase diferente da de João.

Jesus faz uso do termo “reino de Deus”, presente na escatologia judaica, porém lhe dá uma roupagem nova, um re-significado. Desvincula do futuro de Israel, a chegada e o desenrolar desse Reino. Não diz nada a respeito do triunfo desse Reino sobre os gentios. A única afirmação categórica que Jesus faz é que chegou o Reino tão esperado pelos judeus.

A chegada desse Reino não depende do desenrolar de uma sucessão de acontecimentos apocalípticos como pensavam os judeus. Nem tampouco da obediência cega à Lei, obediência que deveria acelerar a época messiânica. Os fariseus acreditavam, com efeito, que, com a obediência estrita à Lei e à prática da piedade, acelerariam a chegada do reino messiânico e o fim da miséria e da escravidão. O Messias expulsaria, de uma vez por todas, as forças estrangeiras que oprimiam o povo judeu. Jesus, porém, não aceita entrar nesse molde do messias político. Para ele, a única ação apropriada para vencer o mal e o Reino acontecer é converter-se e voltar-se, de coração, para Deus. Não existe outro modo que seja eficaz a não ser este: a conversão.

João era profeta escatológico, preparando o povo para a intervenção de Deus. Segundo Mc 1,15, Jesus proclama que “o tempo está cumprido”, declara o cumprimento escatológico das antigas profecias. Isto significa que chegou finalmente o tempo determinado (Gl 4,4) por Deus para dar cumprimento ao seu plano salvífico. A comunidade cristã vê em João o precursor de Jesus, porque “o que há de vir”, anunciado

⁵⁸ TRILLING, O Anúncio de Cristo nos Evangelhos Sinóticos, p. 39.

⁵⁹ TRILLING, O Anúncio de Cristo nos Evangelhos Sinóticos, p. 39-40.

pelo Batista, se manifesta em Jesus de Nazaré (cf. Mt 11,3//Lc 7,19)⁶⁰. “João foi visto como aquele que prepara o povo, não mais para o advento de Deus, mas, sim, para a chegada de Jesus”⁶¹. Para os evangelistas, João Batista representa a verdadeira preparação ao ministério de Jesus, pois, segundo eles:

A melhor preparação para aceitar a mensagem que Jesus proporá consiste em suscitar previamente no povo o anticonformismo e o desejo de mudança, adquirindo espírito crítico que lhes permita perceber a injustiça que impera e sua própria cumplicidade com ela. Somente assim poderão romper com esta sociedade e estarão dispostos a aceitar a mensagem de sociedade alternativa⁶².

Segundo Pagola, Jesus não tinha um projeto próprio quando se encontra com o Batista. Imediatamente foi seduzido por este profeta do deserto. Não havia visto nada igual. Também lhe causa fascínio a ideia de criar um “povo renovado”, para começar de novo a história, acolhendo a intervenção salvadora de Deus⁶³. Nada causou tamanha admiração em Jesus como causou João Batista. A nenhuma outra pessoa Jesus dedicou declaração tão elogiosa. Jesus o considerava como sendo “mais que um profeta” (περισσότερον προφήτου) (Lc 7,26// Mt 11,9). É inclusive “o maior entre os nascidos de mulheres” (μείζων ἐν γεινητοῖς γυναικῶν) (Lc 7,28// Mt 11,11).

Depois da tentação no deserto (Mc 1,12-13; Mt 4,1,1-11; Lc 4,1-13), Marcos registra o início da vida pública de Jesus com uma referência temporal, “*depois que João foi preso*” (lit. “*entregue*”) (Mc 1,14) seguido por um “programa da mensagem de Jesus”⁶⁴, ou seja, o conteúdo programático (Mc 1,15; Mt 4,12-17; cf. Lc 14,12-14).

O Reino de Deus, a sua vinda, constituía o tema principal do anúncio de Jesus. E, porque é agora que Jesus inicia a sua pregação, é o momento no qual se tem início o Reino de Deus, este instante predestinado por Deus é de uma grandeza toda particular na história da salvação; chega a hora dos homens tomarem uma decisão⁶⁵.

Jesus faz uma escolha em seu ministério, deixa Jerusalém e a região da Judeia, que era o centro político-religioso de Israel, e passa a atuar na Galileia, região pobre e esquecida. Jesus faz a “opção Galileia”, deixa o centro e vai para a periferia, lugar onde se encontra com o povo marginalizado e esquecido do lado pobre da Palestina.

⁶⁰ Cf. LOHSE, Teologia del Nuevo Testamento, p. 39.

⁶¹ CROSSAN; REED, Em busca de Deus, p. 153.

⁶² MATEOS; CAMACHO, Evangelho, p. 17.

⁶³ Cf. PAGOLA, Jesus, p. 64.

⁶⁴ SCHMID, L’Evangelo secondo Marco, p. 42.

⁶⁵ SCHMID, L’Evangelo secondo Marco, p. 45.

Desde o início, os evangelhos descrevem Jesus como um pregador popular e conservam diversos tipos de propósitos que lhe são atribuídos. Algumas de suas pregações podem ter sido transmitidos tais quais, mas outras foram reformuladas pela Igreja primitiva; outras ainda são interpolações, destinadas a imputar a autoridade inerente às “palavras do Senhor” a determinadas crenças em voga e em um estágio mais tardio da evolução doutrinal⁶⁶.

A Boa Notícia que Jesus anuncia na Galileia é “o evangelho de Deus” (τὸ εὐαγγέλιον τοῦ θεοῦ) (Mc 1,14). “Em Marcos, não lemos que João tenha anunciado tal Boa-Nova. Ele era o precursor. Agora o tempo do precursor acabou. Com Jesus, inicia-se novo tempo”⁶⁷. Contrariamente aos essênios, que reservavam a instrução exclusivamente aos iniciados, mas exatamente como João Batista, Jesus se dirigia na Galileia a todos os judeus que estavam dispostos a ouvi-lo. “Com efeito, ele nunca teve em vista uma missão sistemática entre os gentios: ‘Fui enviado exclusivamente às ovelhas perdidas da casa de Israel’”⁶⁸.

Embora João fosse figura de admirável importância nos propósitos de Deus, pertencia ainda à antiga ordem. As obras e os atos de Jesus anunciam um novo tempo. Uma presença misteriosa irrompe na história. É o reino de Deus que se inicia. Jesus inicia sua pregação ao norte de Jerusalém, na sua Galileia nativa, lugar considerado impuro pela aristocracia do Templo⁶⁹. O fato de Jesus anunciar o reino de Deus fora do centro religioso e político demonstra que o Reino querido por Deus é independente dos intermediários do poder religioso e político estabelecidos⁷⁰. O Reino é uma alternativa que Deus oferece aos marginalizados e excluídos da religião oficial, representada pelo Templo e suas autoridades.

Anunciar o Reino é a grande missão de Jesus. Depois da prisão do Batista, Jesus inicia a grande tarefa de instaurar o reino de Deus e anunciar o Deus do Reino. Jesus tem a certeza de que o Reino é algo maior do que Ele, pois Deus é maior, mais importante (cf. Jo 14,28). Jesus volta a atenção dos discípulos e seguidores para o Reino, que é “a ação salvadora de Deus, soberano último e definitivo de todo criado e de tudo o que o ser humano constrói”⁷¹.

⁶⁶ VERMES, Jesus, o Judeu, p. 27.

⁶⁷ KONINGS, Marcos, p. 10.

⁶⁸ VERMES, Jesus, o Judeu, p. 27.

⁶⁹ Cf. MALLONEY, Mensagem urgente de Jesus para hoje, p. 64.

⁷⁰ Cf. MALLONEY, Mensagem urgente de Jesus para hoje, p. 65.

⁷¹ LIBANIO, A redescoberta do Reino na Teologia, p. 54.

“A mensagem de Jesus era mais misericordiosa e cheia de perdão do que a de João Batista”⁷². Os ouvintes preferidos de Jesus, por serem mais receptivos, eram os ignorantes, os pobres, os pecadores e todos os excluídos da sociedade (Mc 2,15-17 e par.). A grande preocupação de Jesus era a missão de conscientizar os seres humanos de seus pecados e chamá-los para o arrependimento, para fazerem a experiência da misericórdia e da bondade de Deus e, curados do corpo e da alma, viverem uma relação de amor e fraternidade com seus semelhantes, formando uma grande família. A mensagem de Jesus coloca as pessoas no âmbito familiar do reino de Deus. “Todos os que se aproximavam de Jesus para escutá-lo eram chamados a arrepender-se e advertidos da iminência do reino de Deus sobre o mundo”⁷³. “A conversão, portanto, é precedida pela ação de Deus a que somos chamados a responder. A conversão é a reação de uma pessoa a uma ação anterior de Deus”⁷⁴. É a resposta generosa ao amor de Deus e a adesão ao seu Reino inaugurado por Jesus.

3.6 Jesus inicia seu novo projeto

A interrupção da obra de João Batista não significa para Jesus o fim de seu projeto.

Em Jesus brota uma convicção: Deus vai atuar nesta situação desesperada de um modo insuspeitado. A morte do Batista não será o fracasso dos planos de Deus, mas o começo de sua ação salvadora. Deus não vai abandonar o povo. Pelo contrário, é agora que irá revelar ainda melhor sua misericórdia⁷⁵.

O movimento inaugurado por João começa a ser percebido em todo o território de Israel, inclusive, os grupos tachados de indignos e pecadores, como os arrecadadores de impostos ou as prostitutas, acolhem sua mensagem. Só as elites religiosas e os herodianos do círculo de Antipas resistem à conversão proposta pelo Batista (Lc 7,33// Mt 11,18; Lc 3,10-14; 7,29-30 // Mt 21,21-32). A elite se opõe. Por um lado, de modo geral, todo entusiasmo do povo por uma nova ordem de coisas costuma inquietar os governantes. Por outro lado, o Batista denunciava com destemor o pecado de todos, inclusive os pecados do rei Herodes Antipas. João se tornara profeta perigoso,

⁷² FORWARD, Jesus, p. 90.

⁷³ VERMES, Jesus, o Judeu, p. 27.

⁷⁴ FUELLENBACH, Reino de Deus, p. 741.

⁷⁵ PAGOLA, Jesus, p. 104.

sobretudo, quando Herodes repudiou sua esposa⁷⁶ para casar-se com Herodíades, mulher de seu meio-irmão Filipe. Não é difícil entender o mal-estar que este fato provocou.

A situação tornou-se explosiva quando o Batista, que pregava a menos de 20 km da fronteira com os nabateus, denunciou publicamente a atuação do rei, considerando-a contrária à Torá. Herodes receava que a enorme influência, que João possuía diante do povo, provocasse algum tipo de revolta e optou por tirá-lo de cena, prendendo-o na fortaleza de Maqueronte e, depois, no momento oportuno⁷⁷, decapitando-o.

A morte do Batista deve ter causado grande impacto. Com ele, desapareceu o profeta encarregado de preparar Israel para a vinda definitiva de Deus. Todo o projeto de João ficava interrompido e inacabado. A conversão de Israel ficava inacabada. O que iria acontecer agora com o povo? Como iria atuar Deus? Entre os discípulos e colaboradores de João tudo é inquietude e confusão⁷⁸.

O transtorno e o modo com que o Batista foi silenciado levam Jesus a agir de maneira surpreendente. Não abandona a esperança que animava o Batista, mas a radicaliza até os extremos. Não continua a batizar como os discípulos de João o fizeram após sua morte (cf. At 19,1-7). Jesus considera como terminada a preparação que o Batista havia iniciado. Por isto, transforma seu projeto em outro, marcado pela novidade.

Jesus nunca põe em dúvida a missão e autoridade de João, mas inicia um projeto diferente para a renovação de Israel. Em Jesus brota uma convicção: Deus vai atuar nesta situação desesperada de um modo insuspeitado⁷⁹.

A morte do Batista não será o fracasso dos planos de Deus, mas o começo de sua ação salvadora. Deus não vai abandonar o povo. Pelo contrário, é agora que revelará, plenamente, a sua misericórdia à humanidade.

O apelo que a mensagem de Jesus faz ao arrependimento e à fé possibilitava a participação no reino de Deus no final dos tempos e nas suas bênçãos: “Bem-aventurados vós, os pobres, porque vosso é o reino de Deus” (Lc 6,20/Mt 5,3).

⁷⁶ Antipas havia se casado com a filha de Aretas IV, rei da Nabateia. O matrimônio selava a paz entre a região da Pereia e aquele povo fronteiriço, sempre hostil e guerreiro. Agora, porém, este divórcio rompe novamente a estabilidade. Os nabateus consideram-no um insulto a seu povo e dispuseram-se a lutar contra Herodes Antipas.

⁷⁷ Marcos (6,17-29) conserva uma lenda popular que corria entre as pessoas sobre a execução de João Batista. No fundamental ela coincide com as informações deixadas pelo historiador Flávio Josefo nas Antiguidades dos judeus 18,5,2.

⁷⁸ PAGOLA, Jesus, p. 104.

⁷⁹ PAGOLA, Jesus, p. 104.

Dunn ainda acrescenta:

A oferta de Jesus em particular, incluía as bênçãos do perdão e da aceitação (Mc 2,5; Lc 7,36-50) – uma oferta que é apresentada em diversas parábolas, por exemplo, a parábola da dívida gigantesca e a do credor incompassivo (Mt 18,23-35: “o reino é semelhante...”), a parábola dos dois devedores (Lc 7,41-50)⁸⁰.

Jesus transforma o juízo de Deus, pregado por João, no grande dom de sua salvação. Nesta situação desesperada, o povo, que não pôde levar a cabo sua conversão, veria não a irrupção da ira divina, mas, ao contrário, conheceria a incrível compaixão de Deus. Segundo a interpretação de Pagola,

imediatamente Jesus começa a falar uma linguagem nova: está chegando o “reino de Deus”. Não se deve ficar esperando, é preciso acolhê-lo. O que a João parecia algo ainda longínquo, já está irrompendo; rapidamente mostrará sua força salvadora. O povo se converterá, mas a conversão não consistirá em preparar-se para um juízo, como pensava João, e sim em “entrar” no “reino de Deus” e acolher seu perdão salvador ⁸¹.

Esta interpretação pode ser reforçada pelo que escreveu J. Guillet: “Jesus anuncia *para aquele próprio instante*, no meio do tempo que segue seu curso, eventos que se desenrolam, o evento sem precedentes, sem sinal previsível, sem razão explicável: o reino de Deus” ⁸². Jesus nunca define o Reino diretamente, dele só fala fazendo uso de parábolas, e essas só têm sentido “para os de dentro” (cf. Mc 4,11), para aqueles que aceitam abrir a porta para acolher o evento que se aproxima.

Jesus pregou um reino que estava às portas, algo que estava perto de acontecer. A Boa Notícia dizia respeito a algo que as pessoas deveriam fazer agora e que era urgente, pois a novidade estava irrompendo. Chegou o reino de Deus. “A mensagem de Jesus era simples, contudo revolucionária. Ele radicalizou a reivindicação de Deus: atingir o lugar mais recôndito da motivação humana secreta” (Mt 5,21-32)⁸³. Por isso, era uma mensagem atrativa, uma Boa Notícia para quem a ouvia. Mas, como faca de dois gumes: no momento em que despertava o coração para o amor e a conversão, também despertava a intolerância e o ciúme, nos que não estavam dispostos a aderir ao projeto de Jesus.

Ao proclamar que mudanças eram necessárias no governo e nos ensinamentos religiosos, a mensagem desafiou o *status quo*. “A visão do reino de Deus conjuga

⁸⁰ DUNN, Unidade e Diversidade no Novo Testamento, p. 80-81.

⁸¹ PAGOLA, Jesus, p. 104.

⁸² GUILLET, Jesus Cristo e sua fé, p. 33. O grifo é nosso.

⁸³ DUNN, Unidade e Diversidade no Novo Testamento, p. 81.

imagens do exercício de poder político e de uma vida na casa e na família. Deus é, ao mesmo tempo, soberano e Pai”⁸⁴. Na tradição de Jesus, Deus assume o senhorio, porém, não como rei, mas, como Pai⁸⁵. No Reino anunciado por Jesus, têm oportunidade os impotentes, os oprimidos, os famintos, os sofredores, os iletrados etc. Esse serão os destinatários do Reino, os bem-aventurados (Mt 5,1-12). Os pobres, os famintos e os sofredores terão uma vida nova.

O modo que Jesus encontrou para visibilizar o perdão e a aceitação dos pecadores e excluídos da sociedade de seu tempo foi, particularmente, a comunhão e mesa. Dunn salienta que, nas reuniões que Jesus realiza à mesa,

não excluía ninguém, nem mesmo os abertamente pecadores, expressavam o coração de sua mensagem, pois eram a amostra do banquete messiânico da nova era (Lc 14, 13. 16-24). Daí Marcos 2,17 – “não vim chamar os justos (isto é, para a festa das núpcias), e sim pecadores”. Assim também seu grupo imediato de discípulos ao incluir dois ou três publicanos e ex-prostitutas. Essa era a razão dele ser chamado depreciativamente de “um amigo de publicanos e pecadores” (Mt 11,19/Lc 7,34; 15,1s; 19,7)⁸⁶.

Ora, “diante do reino de Deus trazido por Jesus, é necessário uma decisão: é preciso converter-se, abraçar as exigências do reino para se tornar discípulo de Jesus”⁸⁷. As lideranças religiosas, porém, tentam dificultar o anúncio que Jesus realiza sobre o reino de Deus.

Dunn resume os traços característicos do anúncio de Jesus do seguinte modo⁸⁸:

- 1) Na proclamação do reino de Deus, tanto a sua iminência como a sua presença, Jesus via a si mesmo como instrumento dessa soberania no fim dos tempos. Mas, ele não se apresentava como o conteúdo de seu *kerygma*.
- 2) No chamado para o arrependimento e a fé, em face ao poder e à reivindicação de Deus no fim dos tempos, Jesus mesmo não era o objeto da fé.
- 3) A oferta de perdão e de participação no banquete messiânico instaura nova ordem, com seu corolário ético do amor.

⁸⁴ THEISSEN, O Movimento de Jesus, p. 357.

⁸⁵ Cf. THEISSEN, O Movimento de Jesus, p. 357.

⁸⁶ DUNN, Unidade e Diversidade no Novo Testamento, p. 81.

⁸⁷ SCHNACKENBURG, Vocabulário de Teologia Bíblica, p. 874.

⁸⁸ Cf. DUNN, Unidade e Diversidade no Novo Testamento, p. 81.

3.7 Como entender o Reino anunciado por Jesus?

Num estudo inspirador, José de Anchieta Lima Costa declara: “O centro e o conteúdo da mensagem de Jesus não é uma pessoa em particular, mas o anúncio da chegada do Reino de Deus e da sua proximidade na vida do povo de Israel”⁸⁹.

A pregação de Jesus apresentava a iminência da intervenção de Deus, como a de João, mas a sua ideia do reino que se aproxima tinha características próprias⁹⁰. Jesus, diferentemente de João, pretende, em e por seu agir, “ser a revelação definitiva de Deus e a autodoação de Deus aos homens”⁹¹. Por isso, passemos agora a observar algumas características que são próprias da pregação jesusuânica, segundo Sebastián Politi⁹²:

a) *O reino não é um lugar nem uma instituição política, mas um acontecimento*, do qual Deus é o protagonista e o homem, o coadjuvante. O sujeito desse acontecimento sempre dinâmico é *Deus mesmo*, ou seja, este Reino não é mero fruto da ação humana. “O reino transcende este mundo e tende a um novo céu e uma nova terra”⁹³. Um ponto que salta aos ouvidos de quem ouve a pregação de Jesus é que esse Reino já está presente e atuante na história humana. Um exemplo dessa vitalidade de Deus implantando seu Reino pode ser percebido na parábola da semente que cresce por si só (Mc 4,26-29). Contudo, “embora o Reino seja uma ação de Deus, não isenta o homem de fazer sua parte para que isso aconteça. A vinda do Reino exige dos homens a abertura e a decisão”⁹⁴. Fuellenbach argumenta que, diante desse acontecimento (reino de Deus), “toda autoridade legítima deve ser colocada sob o reino que está por vir e que exige a reestruturação e o reordenamento de todas as relações humana”⁹⁵.

b) *O Reino, na pregação de Jesus, é salvífico e universal*⁹⁶. A ascendência judaica não dava garantia de salvação⁹⁷. A universalidade do reino significa que é para todos; não se faz acepção de pessoas. Porém, possui alguns destinatários privilegiados: os pobres, as crianças, os famintos e os sofredores. Quando falamos nessas categorias

⁸⁹ COSTA, Conhecer Jesus, p. 77.

⁹⁰ Cf. POLITI, História e Esperança, p. 139.

⁹¹ POLITI, História e Esperança, p. 144.

⁹² Cf. POLITI, História e Esperança, p. 139.

⁹³ FUELLENBACH, Reino de Deus, p. 749.

⁹⁴ POLITI, História e Esperança, p. 140.

⁹⁵ FUELLENBACH, Reino de Deus, p. 749.

⁹⁶ Cf. POLITI, História e Esperança, p. 141.

⁹⁷ Cf. FUELLENBACH, Reino de Deus, p. 741.

de pessoas, as quais têm a precedência no reino de Deus, nos vêm à mente as Bem-Aventuranças (Lc 6,20-21). São pessoas reais os destinatários do Reino, as quais não têm voz e nem vez, os últimos da sociedade. Para esses, Jesus tem um presente. Ele lhes anuncia uma “Boa Notícia”: eles são felizes e serão ainda mais, quando o Reino se concretizar plenamente. O Reino vindouro é deles.

c) *A vinda do Reino não pode ser prevista, calculada*⁹⁸. “Não há em Jesus nenhum indício da atividade apocalíptica de especular acerca do *como* e *quando* isso vai acontecer”⁹⁹. Porém, algo é certo: esse Reino já irrompeu e está crescendo no mundo. Um exemplo para ilustrar esse terceiro ponto é a parábola do “grão de mostarda” (cf. Mc 4,30-32)¹⁰⁰. Como a semente de mostarda, o Reino inicia-se de forma minúscula e muito tímida. Porém, vai se desenvolvendo e irrompe num grande *acontecimento*.

d) *O começo do reino de Deus pode ser percebido na pessoa e na obra de Jesus*¹⁰¹. Jesus, em tudo o que diz e faz, manifesta o reinar de Deus. “Jesus raramente fala o que é o reino de Deus. Quando assim o faz, diz simplesmente que o Reino está aí, e o seu conteúdo vai sendo explicitado por sua própria vida”¹⁰². Nos evangelhos, há muitos indícios dessa manifestação do Reino pelas obras de Jesus, como no caso de expulsar o demônio, onde se diz: “Se é pelo dedo de Deus que eu expulso os demônios, então o reino de Deus já chegou para vós” (Q/Lc 11,20 par.). Os milagres que Jesus realiza também manifestam a soberania de Deus agindo no mundo, o Reino irrompendo e mudando a realidade profundamente. “O Reino é uma realidade que está sempre em movimento e, por isso, não pode ser delimitado geograficamente nem situacionalmente”¹⁰³. “A chegada do reino de Deus não está sujeita a cálculos; nem dirão: Ei-lo aqui! Ei-lo ali! Porque está no meio de vós” (Q/Lc 17,20-21).

e) *A urgente necessidade da conversão e livre aceitação da mensagem de Jesus*. “Nos sinóticos a resposta que Jesus requer dos ouvintes pode ser resumida nestas duas palavras: arrepender-se e crer”¹⁰⁴. Não há tempo para se pensar muito. É necessário

⁹⁸ Cf. POLITI, História e Esperança, p. 142.

⁹⁹ POLITI, História e Esperança, p. 142.

¹⁰⁰ Cf. POLITI, História e Esperança, p. 142.

¹⁰¹ Cf. POLITI, História e Esperança, p. 143.

¹⁰² COSTA, Conhecer Jesus, p. 85.

¹⁰³ COSTA, Conhecer Jesus, p. 85.

¹⁰⁴ DUNN, Unidade e Diversidade no Novo Testamento, p. 80.

arriscar-se ao novo que está chegando na pessoa de Jesus. Chama-nos a atenção a alta frequência das expressões “reino de Deus” e sua variante “reino dos Céus” nas falas e nos discursos de Jesus narrados pelos Evangelhos Sinóticos¹⁰⁵. A conversão é a condição *sine qua non* para entrar no reino de Deus. Jesus convida os pecadores a sentar-se à mesa do Reino: “Não vim chamar justos, mas pecadores” (Mc 2,17). E para conseguir tocar o ser humano no seu íntimo, Jesus mostra, com palavras, que a misericórdia de Deus é sem limites, e, para os pecadores que se convertem, acontece uma grande festa no céu, pois “há alegria no céu por um único pecador que se arrepende” (Lc 15,7). Jesus repudia o pecado, mas, pelo dom do perdão, abre novas possibilidades ao pecador. A conversão abre para o pecador arrependido as portas do Reino. Como Jesus diz a Zaqueu: “Hoje aconteceu a salvação a esta casa” (Lc 19,9).

3.8 A certeza do reino de Deus

Diante de quem se aproxima para conhecê-lo, Jesus contenta-se em dizer: “Vinde e vede” (Jo 1,39). Do mesmo modo, aos que ouvem sua palavra e a colocam em prática não diz outra coisa senão: “Bem-aventurados os pobres!” (Mt 5,3); “Vinde a mim todos os que estais cansados sob o peso de vosso fardo” (Mt 11,28).

Entre os anúncios que os profetas proclamaram e o anúncio de Jesus, existe grande diferença. Os profetas parecem muito mais concretos, mais próximos da realidade¹⁰⁶. Indicam fatos precisos: “O Senhor quer fazer-te uma casa” (2Sm 7,11); “Eis que uma virgem conceberá e dará a luz a um filho, e lhe darás o nome de Emanuel” (Is 7,14) etc. Mas, Jesus possuía a certeza de seu anúncio ser o próprio reinado atuando na história.

Os profetas parecem mais próximos do evento que anunciam, por não o viverem ainda e o descreverem, baseando-se em imagens que trazem consigo. “Neste caso, entre o evento previamente descrito e o evento realizado na história, existe uma desproporção, e, por vezes, uma distância sensível”¹⁰⁷.

Guillet, afirma que, com Jesus, é diferente.

Quando ele anuncia o irromper do Reino não fala de um evento que se vai inserir na sucessão de nossa história, o qual podemos situar por meio de uma

¹⁰⁵ Cf. COSTA, Conhecer Jesus, p. 77.

¹⁰⁶ Cf. GUILLET, Jesus Cristo e sua fé, p. 34.

¹⁰⁷ GUILLET, Jesus Cristo e sua fé, p. 34.

data ou uma referência em nosso mundo. O Reino de Deus é, sem dúvida, uma data, aproximadamente o ano 30 de nossa era, um lugar e um caminho que parte de Nazaré e termina no Calvário¹⁰⁸.

Porém, para os ouvintes de Jesus, essa realidade permanece velada ainda. Não pode ser percebida senão às apalpadelas. Desse evento, que irrompe no mundo, chamado “reino de Deus”, Jesus é a testemunha imediata e a ele se refere com absoluta segurança como a uma realidade atual, imediatamente comprovada¹⁰⁹. “O Reino, na concepção e atuação de Jesus, pelo próprio dinamismo de sua força interna, tem que tomar corpo e se incorporar na história, porque é uma realidade que se constrói no aqui e agora do tempo presente”¹¹⁰. “Hoje se realizou esta escritura que acabastes de ouvir” (Lc 4,21). Há também outras citações que expressam essa certeza que Jesus possui da presença do Reino como, por exemplo: “Se é pelo dedo (cf. Lc; Mt: pelo espírito) de Deus que expulso os demônios, então o reino de Deus já chegou para vós” (Q/Lc 11,20//Mt 12,28). “A libertação dos possessos, mediante a palavra eficaz de Jesus, pode ser interpretada como sinal da irrupção do reino de Deus, que põe fim ao reino de Satanás”¹¹¹.

O evangelista Lucas gosta muito do “hoje” e valoriza, com isso, a presença do reino de Deus. “Hoje a salvação entrou nesta casa” (Lc 19,9); “Hoje estarás comigo no paraíso” (Lc 23,43). Lucas generaliza, assim, um modo de falar que certamente é o de Jesus e que exprime com exatidão a originalidade de sua mensagem. “O reino de Deus vem, porque Jesus ali está, porque ele fala, porque ele anuncia, porque os homens o escutam”¹¹².

Como poderia Jesus saber essas coisas? De onde vinha tamanha convicção a ponto dele mesmo fixar uma data, com tanta certeza, e deixar tão vaga e imprecisa a figura que vai assumir?¹¹³

Aí está a sua originalidade: saber, com tanta convicção, que o Reino está próximo e dizer tão pouco de sua realização concreta. Ele não o reconhece através de sinais, interpretando indícios, julgando situações, como faziam os profetas. Ele o sabe com a mesma certeza que tem de sua identidade e de não

¹⁰⁸ GUILLET, Jesus Cristo e sua fé, p. 34.

¹⁰⁹ Cf. GUILLET, Jesus Cristo e sua fé, p. 34.

¹¹⁰ COSTA, Conhecer Jesus, p. 86.

¹¹¹ FABRIS, Jesus de Nazaré, p. 107.

¹¹² GUILLET, Jesus Cristo e sua fé, p. 34-35.

¹¹³ Cf. GUILLET, Jesus Cristo e sua fé, p. 35.

depende de nenhum outro homem. Mas o deixa vir e incorporar-se no mundo, sem precisar saber, de antemão, a forma de que se vai revestir¹¹⁴.

Acredita-se que esse tenha sido o motivo para Jesus referir-se ao Reino por meio de parábolas, usando imagens simples do cotidiano do povo. Existe uma identificação profunda entre Jesus e o reinado de seu Pai. Nós nos encontramos ainda do lado de fora desse Reino que Jesus anuncia, mas ele já se encontra totalmente dentro dele:

No interior do Reino. Mais profunda e diretamente, no interior de Deus. Jesus fala do Reino que vem, com a certeza de que o Reino vem, porque ele, Jesus, ali está. Fala com a mesma certeza do Pai que sabe presente¹¹⁵.

Um perigo que corremos é o de não sermos coerentes com a verdade do Evangelho, enquanto tentamos dividir a Boa-Nova de Jesus em duas mensagens que parecem irreconciliáveis entre si. Por um lado uma mensagem profundamente ética, que propõe normas gerais, que podem ser observadas em todos os tempos e em todos os lugares. Por outro, uma mensagem toda escatológica, que sugere as melhores atitudes a serem tomadas diante da chegada do reino de Deus¹¹⁶.

A fim de superar esta oposição que parece fatal para a coerência do ensinamento do Filho de Deus, observamos que as duas mensagens – ética e escatológica – repousam numa unidade mais profunda, a do radicalismo teocêntrico¹¹⁷. H. Schürmann, em seu estudo sobre a hermenêutica do anúncio de Jesus, deu a solução. “Mesmo que contenha motivos de ordem escatológica, o ensinamento ético de Jesus permanece essencial e profundamente determinado pelo teocentrismo”¹¹⁸. Como diz Guillet, em outros termos: “Jesus não se limita a mostrar qual o comportamento apropriado para a situação criada pela vinda do Reino de Deus, mas também como deve ser o comportamento diante de Deus”¹¹⁹.

3.9 A novidade de Jesus: O reino escatológico de Deus como próximo e iminente

A nota distintiva do anúncio de Jesus é a afirmação inequívoca de que o reino de Deus/ dos Céus “está próximo”.

¹¹⁴ GUILLET, Jesus Cristo e sua fé, p. 35.

¹¹⁵ GUILLET, Jesus Cristo e sua fé, p. 35.

¹¹⁶ Cf. GUILLET, Jesus Cristo e sua fé, p. 35.

¹¹⁷ Cf. GUILLET, Jesus Cristo e sua fé, p. 35.

¹¹⁸ GUILLET, Jesus Cristo e sua fé, p. 35.

¹¹⁹ GUILLET, Jesus Cristo e sua fé, p. 35.

A mensagem-chave de Jesus contém um indicativo que resume toda a teologia cristã, e um imperativo que recapitula toda a ética cristã. Seu indicativo é a proclamação do reino, isto é, a revelação do amor incondicional de Deus com todos. Seu imperativo é um chamado a voltar-nos para este reino iminente e a deixar entrar seu poder em minha vida. Na experiência de Jesus, Deus era aquele que vinha como amor incondicional, como aquele que tomava a iniciativa e entrava na história humana de um modo e em um grau desconhecido dos profetas ¹²⁰.

A ideia da iminência do Reino aparece em Mc 1,15; 9,1. No primeiro texto, Jesus anuncia que o Reino está “ao alcance da mão”, quase pode ser tocado ¹²¹. No segundo, declara que alguns de seus ouvintes “não morrerão antes de ver a chegada do Reino” ¹²².

Jesus não se preocupa em definir em termos diretos e precisos o que vem a ser o reino de Deus, porque, com respeito à soberania de Deus, partilha com seus ouvintes a noção comum, cujas raízes mergulham na tradição bíblica tal como se atualizava nas sinagogas. “O que soa como novo e original é a sua proclamação segura de que Deus se manifesta e atua como Senhor presente” ¹²³.

Jesus deixou-se batizar por João Batista e reconheceu que estava para acontecer uma irrupção do Reino. Calando-se a voz de João Batista, abre-se-lhe o espaço para o anúncio do Reino. Jesus se distancia de todas as concepções anteriores. A ideia central para ele consiste na relação original e única que estabelece com o Reino e com o Deus do Reino, que, carinhosamente, chama de Pai.

A experiência que Jesus faz de Deus norteia todo o seu agir e o seu querer. Com isso, moldou todo o núcleo de sua mensagem a respeito do reino de Deus. O reino de Deus é a causa de Jesus. Da experiência com o Pai, Jesus intuiu ser necessário que todos os homens tivessem essa intimidade com Deus e que Deus queria conduzir Israel. Diz John Fuellenbach: “O reino de Deus, para Jesus, seria o amor incondicional de Deus, que não conhece limites quando vem realizar a promessa da salvação para cada pessoa e

¹²⁰ FUELLENBACH, Reino de Deus, p. 742.

¹²¹ Cf. TAYLOR, Evangelho según San Marcos, p. 131.

¹²² Segundo Taylor, Mc 9,1 expressa o que Jesus acreditava em uma etapa de seu ministério, quando esperava a rápida irrupção do domínio de Deus; a sentença de 9,1 pode ter sido pronunciada no período entre 1,15 e 6,13.

¹²³ FABRIS, Jesus de Nazaré, p. 106.

a criação inteira”¹²⁴. E Libanio: “Deus reina com poder salvífico, de maneira concreta, no interior da história humana”¹²⁵.

A novidade de Jesus, ao falar sobre o advento do Reino, é o anúncio de que o reinado escatológico de Deus esperado no Antigo Testamento está irrompendo. Passou o tempo da espera e chegou o tempo da realização.

A boa nova que Jesus anuncia é a seguinte: “O momento se plenificou; O Reino de Deus chegou perto. Convertam-se, dando crédito à boa nova”. O tempo de espera acabou. Durante séculos, o povo oprimido pela exploração e pela dominação política esperou que se instaurasse “o Reino (o regime) de Deus”, ou seja, uma sociedade em que realmente vingasse a vontade de Deus, que é bom e justo (Sl 11,7; 116,5) ¹²⁶.

Essa é uma “Boa Notícia” para os ouvintes de Jesus, mas também exige dos que a ouvem uma escolha moral decisiva: converter-se e crer no evangelho de Deus (cf. Mc 1,15). A presença do Reino, na pessoa de Jesus, na sua palavra e atividade, é o seu “segredo” (Mc 4,11), que se fundamenta no Plano de Deus¹²⁷.

Jesus desloca o acento do Reino para a figura de Deus, como Pai, seu e nosso, que age nas próprias obras de Jesus (Jo 10,37-38)¹²⁸. O reino de Deus se torna presente, visível e palpável na pessoa de Jesus de Nazaré. Em Jesus, acontece o tão esperado Reino.

Através de Jesus, Deus dá à humanidade algo totalmente novo (Mc 2,21; Lc 16,16; Mt 11,12s.), nele está o cumprimento das palavras dos profetas (Lc 7,22; Lc 4,18), o tempo escatológico já irrompeu (Mc 1,15). A quebra do poder do diabo e dos demônios (Lc 11,20 = Mt 12,28; ver Mc 3,27; Lc 10,18), a pregação da salvação, o perdão dos pecados e as curas das doenças: tudo isto são sinais de que o reino de Deus está presente[...] não ainda como acontecimento cósmico, mas escondido na ação do Messias oculto, que só se revela a olhos e ouvidos crentes (Lc 10,23-24), mas que para os incrédulos, se torna escândalo (ver Mt 11,6)¹²⁹.

Para Marcos, a novidade que Jesus traz pode ser concebida de duas maneiras. Primeiro, o reino de Deus se faz presente através das ações poderosas de Jesus: nas curas que realiza, na alimentação das multidões famintas, no resgate dos discípulos no mar, e nos exorcismos, que dominam a primeira parte da narrativa marcana. Esses milagres são manifestações concretas do poder régio de Deus, que já se faz presente na

¹²⁴ LATOURELLE; FISICHELLA, Dicionário de Teologia Fundamental, p. 742.

¹²⁵ LIBANIO, A redescoberta do Reino na Teologia, p. 54.

¹²⁶ KONINGS, Marcos, p. 10.

¹²⁷ Cf. BAUER, Dicionário de Teologia Bíblica, p. 953.

¹²⁸ Cf. LIBANIO, A redescoberta do Reino na Teologia, p. 54.

¹²⁹ SCHNACKENBURG, Reino de Deus, p. 952.

atividade de Jesus. Segundo, numa série de parábolas que se encontra no capítulo 4, Jesus explica que o reino de Deus já se faz presente de maneira oculta para os que crêem.

O reino de Deus, pregado por Jesus, é o oferecimento da salvação por Deus na última hora (ver Lc 12,56), a única, mas real possibilidade para participar do reino escatológico de Deus, que está iminente. Este reino é puramente religioso e universal, visto que a todos os homens que se convertem e crêem (Mc 1,15) Ele oferece a misericórdia de Deus e promete a salvação plena¹³⁰.

Segundo Jesus, o reino de Deus está entre/dentro das pessoas (ἐντὸς ὑμῶν) (Lc 17,20-21). É abordado por meio do entendimento (νουνεχῶς) (Mc 12,34) e entrou através da aceitação, como a de uma criança¹³¹ (παιδίον) (Mc 10,15). É renascimento espiritual (γεννηθῆ ἔξ ὕδατος καὶ πνεύματος) (Jo 3,5), que consiste em fazer a vontade de Deus (ὁ ποιῶν τὸ θέλημα τοῦ πατρὸς) (Mt 7,21). É um reino que será herdado pelos pobres (πτωχοί) (Lc 6,20) e justos (δικαίοι) (1Cor 6,9). Opõe-se ao anti-reino, o reino de satanás (Lc 11,18).

Em Mc 1,21-28, “o endemoninhado é consciente da ameaça que supõe a pessoa e a pregação de Jesus e reconhece implicitamente que Jesus é o Messias”¹³². O endemoninhado reconhece que Jesus é ὁ ἅγιος τοῦ θεοῦ, ou seja, “o Santo de Deus” (v. 24). Jesus é o “Santo” porque, em sua pessoa, o reinado de satanás, o poder do Mal na terra, é superado¹³³. Taylor acredita que “seja provável que o endemoninhado use a expressão ὁ ἅγιος τοῦ θεοῦ com significado messiânico e que expresse com ela o sentido da presença de um ser sobrenatural”¹³⁴.

O Jesus histórico prega, anuncia, atualiza o reino de Deus, porém, esse Reino vai além da historicidade de sua vida terrena. O Reino faz-se presente em todos os tempos e espaços, além de tudo o que fez e disse.

¹³⁰ SCHNACKENBURG, Reino de Deus, p. 953.

¹³¹ TAYLOR opina que o significado mais natural da expressão ὡς παιδίον, quer dizer, com simplicidade e naturalidade, sem exigências. É mais provável que esta sentença contenha somente uma ideia, a saber, que quem não recebe o Reino como dom, com simplicidade característica das crianças, não entrará nele quando chegar o momento de sua realização final (TAYLOR, Evangelio según San Marcos, p. 505).

¹³² TAYLOR, Evangelio según San Marcos, p. 190.

¹³³ MALLONEY, Mensagem urgente de Jesus para hoje, p. 66.

¹³⁴ TAYLOR, Evangelio según San Marcos, p. 191.

A fé cristã pós-pascal, à luz do ressuscitado-glorificado, identifica Jesus Cristo com o Reino, de tal modo que, onde houver a mínima presença do Reino, aí estará o Senhor presente¹³⁵.

“Jesus anuncia a proximidade do Reino. Mas não fica claro se ele quer dizer que o Reino já está presente ou está para chegar”¹³⁶. Mas, independente do momento da chegada ser no presente ou no futuro, é necessária a vigilância perseverante. Jesus nos convida à conversão, a voltar nossa mente e coração para Deus, e cooperarmos com a vontade de Deus para que sua vontade se torne realidade no mundo. A vontade de Deus presente e atuante denomina-se “reino de Deus”.

3.10 A oração para a vinda do Reino: “Venha a nós o teu Reino”

Pelo que precede, percebemos que o Reino, como o entende Jesus, “não é de ordem política, como supunham quase todos os judeus, e como haviam compreendido os discípulos de Cristo” (Mt 20,21-28 par.)¹³⁷.

Em Mt 6,10, o primeiro pedido que Jesus nos ensina a fazer é que o reino do Pai venha¹³⁸. Suas primeiras palavras, em Mt 4,17 (=Mc 1,14-15), falaram desse Reino. Ele está próximo e, por isto, há certa urgência em nos converter a ele, para participarmos da Boa-Nova anunciada por Jesus.

É o reino de Deus, não o nosso. Esse Reino é do jeito que Deus gostaria que existisse em nosso mundo. Reino é mundo de nosso Pai. Ele é justiça, paz, serviço desinteressado, perdão, alegria, discernimento, partilha¹³⁹.

O anti-Reino ou o Reino que não é do Pai é: dominação, egoísmo, exclusão, violência, ganância, acumulação etc.

O Pai Nosso tem que ser rezado tendo como horizonte hermenêutico as parábolas do Reino (Mc 4,30-34; Mt 13,24-30; 13,44-50). “A oração permite reconhecer o conteúdo do reino de Deus”¹⁴⁰.

¹³⁵ Cf. LIBANIO, A redescoberta do Reino na Teologia, p. 55.

¹³⁶ KONINGS, Marcos, p. 11.

¹³⁷ PANIMOLLE, Reino de Dios, p. 1631.

¹³⁸ GOPPELT afirma que: na oração do Pai Nosso se pede pela instalação do reino de Deus. Nela o reino é esperado como consequência da modificação das estruturas do mundo. No Pai Nosso busca-se em primeiro lugar o reino de Deus, cf. o dito de Mt 6,33 (Teologia do Novo Testamento, p. 103).

¹³⁹ BLANKENDAAL, Seguir o Mestre, p. 11.

¹⁴⁰ GOPPELT, Teologia do Novo Testamento, p. 103.

Jesus é o rei do reino de Deus. Por isto, para entendermos o Reino, necessitamos olhar para a pessoa de Jesus, pois ele é o grande artífice desse Reino que irrompe. Observando o seu agir, saberemos como construir esse Reino.

Jesus nos revela qual foi o segredo dele para ser este rei. Fez a vontade do Pai. Em toda sua vida, Jesus ficou escutando o Pai¹⁴¹. Quando Jesus tinha que tomar alguma decisão importante, subia ao monte para ouvir o Pai, para saber do Pai o que havia sonhado para o mundo. Por isso, Jesus acrescenta: “Seja feita a tua vontade, como no Céu, assim também na terra” (Mt 6,10).

3.11 Conclusão

Em algum momento depois de juntar-se ao movimento de João Batista e de ser batizado, Jesus separou-se do grupo e começou seu próprio ministério de profeta itinerante do reino de Deus.

Jesus inicia seu ministério proclamando que aproxima-se a soberania régia de Deus e irrompe o tempo da salvação que culminará no reino Escatológico de Deus, onde Deus será tudo em todos (1Cor 15,28). E para participar desse Reino que se inicia é necessária a conversão.

A conversão anunciada por Jesus é bem diferente da conversão pregada por João Batista, pois não é outra coisa que o acreditar na Boa-Nova, que significa acreditar na própria pessoa de Jesus. Nenhum profeta veterotestamentário, como também João Batista, ousou pedir que o povo acreditasse na sua pessoa, mas, sim, na palavra de Deus que anunciavam. Com Jesus, porém, é diferente. Ele prega que as pessoas deveriam acreditar na sua pessoa e na verdade que trazia consigo. Jesus realiza uma revolução teológica onde Deus teria que ser visto sobre outra ótica. Só acreditando que ele era o Messias que deveria vir na plenitude dos tempos e aderindo a sua pregação poderia se fazer realmente a experiência do Reino definitivo.

Ao anunciar a vinda do reino de Deus, Jesus não introduz um termo novo. Não anuncia a existência de um reino de Deus, mas o fato de que ele agora vem. Jesus esperava a chegada do reinado de Deus para um futuro eminentemente próximo.

A diferença entre João Batista e Jesus consiste no fato de que o Batista pedia a conversão *antes* que chegasse o momento decisivo de Deus. O machado do castigo

¹⁴¹ Cf. BLANKENDAAL, Seguir o Mestre, p. 11.

divino já estava à raiz da árvore (Mt 3,10), e, por isso, era necessário uma mudança de vida para não serem lançados no fogo (Mt 3,10). Jesus pede também a conversão porque *agora*, com ele e através de dele, se realiza a revelação definitiva de Deus ou a Boa-Nova de Deus. Jesus pela sua pregação quer levar o ouvinte a acreditar na sua pessoa e mudar seu coração para receber a nova realidade que irrompe, o Reino.

Enquanto os apocalípticos esperavam o reino de Deus no fim dos tempos, Jesus proclama que o fim dos tempos acaba de chegar. Jesus afirmava que o sonho dos judeus deixava de ser sonho para ser uma realidade. O governo de Deus não é visto como um evento de um futuro distante, mas como um processo que se inicia com as palavras de Jesus que atraem todos que as ouvem para esse Reino aqui e agora. Nas palavras de Jesus não aparece a ameaça do julgamento vindouro, como na pregação de João, mas o convite a participar do banquete do Reino. A diferença entre os discípulos de João Batista e os de Jesus é que os primeiros jejuam enquanto os últimos celebram (Mc 2,18-19).

O Reino que Jesus anuncia não é fruto do esforço humano, do cumprimento ou não da Lei de Moisés, da observância dos preceitos sabáticos e do ritualismo sobre o que é puro ou impuro. O Reino é puro dom de Deus, oferecido a todos que aderem à pessoa de Jesus.

4 O sentido do Reino anunciado por Jesus

Neste capítulo, aprofundaremos o que já mencionamos no capítulo anterior: Jesus anuncia o reino de Deus. Que sentido esta expressão tem em sua boca e na compreensão das primeiras testemunhas?

4.1 Os sinais da presença do reino de Deus

Tomado em seu sentido original jesuânico, as curas (exorcismos e curas em geral) eram sinais efetivos da presença libertadora e salvadora do reino de Deus. Por isso, exigiam serem descobertas como tais sinais. As curas realizadas com “poder” constituíam a grande novidade e diferencial em relação aos demais taumaturgos do primeiro século. As curas, que poderiam ser mal entendidas, afinal, provocavam nas pessoas que as presenciavam certo fascínio diante de fenômeno tão maravilhoso e surpreendente.

A) *Os exorcismos eram sinais da vitória do reino de Deus sobre Satanás*, representante do poder da maldade, o anti-reino (Mc 3,22-27; Lc 10,17-20). As possessões demoníacas, sinal da existência alienada e miserável desse povo¹, acenavam para a presença de forças opressoras que impediam o povo de viver sua história e levavam-no à própria destruição. O acontecimento do reino de Deus, sinalizado pelos exorcismos, queria significar a cura radical da vida, tanto individual quanto social desse povo oprimido².

Nos Evangelhos e na fonte Q, são relatados seis exorcismos³:

a) Marcos (e paralelos)

1. Mc 1,23-28: O possesso na sinagoga (par. Lc 4,33-37)
2. Mc 5,1-20: O possesso geraseno (par. Mt 8,28-34; Lc 8,26-39)
3. Mc 7,24-30: A filha da mulher siro-fenícia (Mt 15,21-28)
4. Mc 9,14-29: O possesso epilético (Mt 17,14-21; Lc 9,37-43)

¹ Cf. VIDAL, Los três proyectos de Jesús, p. 207.

² Cf. VIDAL, Los três proyectos de Jesús, p. 207.

³ Cf. VIDAL, Los três proyectos de Jesús, p. 203.

b) Fonte Q

Lc 11,14/Mt 12,22-23: O possesso mudo

c) Mateus (texto próprio)

Mt 9,32-34: O possesso mudo

B) *As curas eram os sinais do tempo da salvação esperada* (Q/Lc 7,18-23 par.). Elas, junto com os exorcismos, demonstravam a verdade da proclamação da chegada do Reino⁴. As curas são sinais efetivos da grande transformação que o Reino, que irrompe, causa no mundo, eliminando tudo aquilo que oprimia e humilhava o povo e o impedia de viver a vida abundante dos tempos messiânicos (cf. Jo 10,10).

Por trás de todo tipo de enfermidade, e não somente nas psicopatias e possessões demoníacas, via-se uma potência, uma maldade incontável que ameaçava a vida. A cura equivalia à libertação do mal, fonte de desordem manifestada na enfermidade (Lc 13,16)⁵. “Nos enfermos, estava representado todo o povo enfermo e dominado pelo pecado, aos quais se oferecia o dom da liberdade e da sanção completa” (Mc 2,17)⁶. As curas e os exorcismos sinalizavam a presença atuante e poderosa de Deus agindo na história e apontavam para o ano jubilar (Lv 25,8-55)⁷, que havia sido inaugurado com a irrupção do reino de Deus.

As curas nos Evangelhos e na fonte Q são dezenove⁸, a saber:

a) Marcos (e paralelos)

1. Mc 1,29-31: A sogra de Pedro (Mt 8,14-15; Lc 4,38-39)
2. Mc 1,40-45: O leproso (Mt 8,1-4; Lc 5,12-16)
3. Mc 2,1-12 (originalmente 2,2-5a.10b-12): O paralítico (Mt 9,1-8; Lc 5,17-26)
4. Mc 3,1-6: O homem com o braço atrofiado (Mt 12,9-14; Lc 6,6-11)
5. Mc 5,21-24. 35-43: A ressurreição da filha de Jairo (Mt 9,18-19.23-26; Lc 8,40-42.49-56)

⁴ VIDAL, Los três proyectos de Jesús, p. 207.

⁵ Cf. VIDAL Los três proyectos de Jesús, p. 208.

⁶ VIDAL, Los três proyectos de Jesús, p. 208.

⁷ Não parece provável que Jesus tenha assumido expressamente a instituição do ano jubilar como aparece em Lv 25. É mais provável que Jesus faça uso de conceitos-chaves referentes ao ano jubilar judaico presentes especialmente nas profecias, como, por exemplo, Is 61,1-2 que é citado em Lc 4,18-19 (cf. VIDAL, Los três proyectos de Jesús, p. 209).

⁸ Cf. VIDAL, Los três proyectos de Jesús, p. 203-204.

6. Mc 5,25-34: A mulher com fluxos de sangue (Mt 9,20-22; Lc 8,43-48)
7. Mc 7,32-37: O surdo-gago (Mt 15,30-31)
8. Mc 8,22-26: O cego de Betsaida
9. Mc 10,46-52: O cego Bartimeu (Mt 20,29-34; Lc 18,35-54)

b) Fonte Q

1. Lc 7,1-10/ Mt 8,5-13: O servo do centurião romano (par. Jo 4,46-54)

c) Mateus (texto próprio)

1. Mt 9,27-31: Os dois cegos

d) Lucas (textos próprios)

1. Lc 7,11-17: A ressurreição do filho da viúva de Naim
2. Lc 13,10-17: A mulher encurvada
3. Lc 14,1-6: O enfermo hidrópico
4. Lc 17,11-17: Os dez leprosos
5. Lc 22,51b: A cura da orelha do servo do sumo sacerdote

e) João (sem paralelos nos Sinóticos)

1. Jo 5,2-9: O paralítico na piscina de Betesda
2. Jo 9,1-7: O cego de nascença
3. Jo 11,1-44: A ressurreição de Lázaro

4.2 As parábolas como chave hermenêutica para o reino de Deus

As parábolas formam, sem dúvida, o núcleo essencial da pregação de Jesus. Mesmo com o passar dos tempos, nos tocam sempre com sua atualidade e sua humanidade. Por meio das parábolas, Jesus aproxima-se do pensamento de seus interlocutores e os faz ver algo que, sozinhos, não conseguiam perceber. Ele quer mostrar como algo transparece numa realidade que pertence ao campo de experiência deles, mas que ainda não tinham percebido⁹. As parábolas são pontes que aproximam o ouvinte do mistério que até então estava distante dele.

⁹ Cf. RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 171.

Segundo Konings,

a aprendizagem dos discípulos abrange até o modo de falar ao povo a respeito do Reino que Jesus vem anunciar. Devem abrir os olhos ao povo, para que perceba a presença escondida deste Reino; devem torná-lo esperto, para que enxergue o que não se vê com os olhos¹⁰.

As parábolas eram uma forma de ensinamento homilético, muitas vezes utilizada pelos pregadores rabínicos. Os ouvintes não-judeus, que não tinham conhecimento do método palestinese de ensino, devem ter encontrado dificuldade em assimilar algumas dessas parábolas, e são eles, e não os discípulos diretos de Jesus, que podem ter tido dificuldade em decifrar todos os detalhes da *comparação*¹¹.

Uma chave para o entendimento das parábolas de Jesus é a ênfase no sentido religioso e o objetivo que tinha Jesus ao pregar o reino de Deus. Deve-se considerar ainda a atitude e concepção daqueles a quem Jesus se dirigia, falando-lhes do reino de Deus em parábolas. Seus ouvintes concebiam o reino de Deus como o grande objeto de sua esperança e oração.

“Os evangelhos Sinóticos chamam ‘parábolas’ todas as formas do discurso figurativo de Jesus, quer sejam provérbios, imagens retóricas ou narrativas mais longas”¹². Isso corresponde à terminologia da Septuaginta, que traduz o hebraico *mashal* (plur. *meshalim*) que pode significar, *parábola*, *provérbio*, *exemplo ou adágio*, sendo traduzido para o grego por παραβολή, termo que deriva de παραβάλλειν, “comparar”¹³.

As parábolas são basicamente “comparações” que revelam ou ilustram aspectos da vida. Elas velam e desvelam segundo a capacidade e disposição do ouvinte; por isso, a parábola se apresenta com o “enigma” ou adivinhação (Sl 49,5; 78,2). Por isso, é palavra ativa, que interpela e exige resposta do ouvinte¹⁴.

A palavra παραβολή aparece cinquenta vezes no Novo Testamento e sempre se refere à pedagogia de ensino de Jesus nos evangelhos Sinóticos. Jesus faz uso das parábolas para falar das coisas celestes, comparando-as com coisas da terra. As parábolas são a forma usada por Jesus para falar ao povo (13,34-35). Jesus fala às

¹⁰ KONINGS, Marcos, p. 21.

¹¹ Cf. VERMES, Jesus, o Judeu, p. 27-28.

¹² FORWARD, Jesus, p. 90.

¹³ Cf. ORTIZ, Dicionário do Grego do Novo Testamento, p. 229.

¹⁴ ALONSO SCHÖKEL, Bíblia do Peregrino. Nota de rodapé referente a Mt 13, p. 2347.

multidões de modo que possa ser entendido¹⁵. Jesus retira da natureza e do cotidiano das pessoas os elementos para sua pregação. “O ensinamento de Jesus em parábolas faz conhecer os mistérios do Reino (Mt13)”¹⁶. Jesus dá aos elementos uma re-significação profunda que os torna aptos para serem usados em analogia ao reino de Deus.

O tema central das parábolas é o reino de Deus, que chega sutilmente e vai se afirmando e solidificando na história humana. Jesus entende o reino de Deus de modo diferente dos judeus, que representavam a vinda do Reino como algo fulgurante e imediato. Para Jesus, “o Reino vem quando se dirige aos homens a Palavra de Deus. E deve crescer como uma semente depositada na terra” (Mt 13,3-9.18-23)¹⁷.

As parábolas baseiam-se numa realidade ou num fato da natureza, ou num comportamento humano que nos remete, por comparação, a outra realidade: o reino de Deus. São comparações para transmitir uma práxis, uma verdade ou uma ideia. Partem da vida observada, sob forma interrogativa, para se chegar a perceber a existência do reino de Deus¹⁸.

As parábolas são uma crítica e um julgamento da sociedade e do valor do trabalho. Jesus fica do lado dos camponeses espoliados no trabalho e no produto do trabalho. Ele procura mostrar que a vinda do reino de Deus terá repercussão na economia, na política e, de modo especial, na ideologia da Lei¹⁹.

As parábolas convidam-nos a tomar posição sobre a pessoa e palavras de Jesus. As parábolas, geralmente, têm um caráter interpelativo, não impositivo. São propostas que exigem do ouvinte resposta em vista do Reino. São introduzidas quase sempre do seguinte modo: “O reino dos Céus é semelhante a...” (cf. Mt 13,24.44. 45.47) ou “o reino de Deus é como...” (cf. Lc 4,26) ou ainda “a que compararei?...”(cf. Lc 13,18.20).

O anúncio da proximidade do Reino está no centro da pregação de Jesus. Ele apresenta este Reino como uma semente que está germinando nos corações (cf. Mc 4,1-20) ou como um pequeno grão que vai crescendo para se tornar árvore frondosa (cf. Mc 4,30-32) ou ainda como um tesouro ou uma pérola de grande valor (cf. Mt 13,44-46).

Aquele que anuncia a parábola não quer apenas comunicar uma informação aos seus ouvintes; procura seu assentimento, quer fazer com que tomem partido. Faz questão de responder as dificuldades, e só atingirá seu objetivo

¹⁵ Cf. VITÓRIO, Mateus, p. 62.

¹⁶ VITÓRIO, Mateus, p. 64.

¹⁷ DEVILLE; GRELOT, Reino, p. 678.

¹⁸ Cf. FLORISTÁN, Jesús, el Reino y la Iglesia, p. 256.

¹⁹ GORGULHO; ANDERSON, As parábolas nasceram da terra e do trabalho da Galileia, p. 43.

quando os tiver levado a “uma nova compreensão da situação”. A parábola é um elemento dessa situação, e ela só adquire seu sentido mais autêntico na relação que une a essa situação²⁰.

As parábolas partem da vida concreta e levam a perceber a vida noutra dimensão. Não basta uma simples inteligência abstrata. É preciso tomar posição e mudar de vida. “A profunda compreensão da parábola faz um apelo à fé no Deus que vem com seu Reino através da missão de Jesus”²¹.

As parábolas serviam para colocar os ouvintes diante de “um exemplo de ação humana, e os convidavam a um julgamento delas”²². São provocações para que os ouvintes percebam onde e como está acontecendo o Reino e sejam capazes de confrontar a vida com os valores do Reino, fazendo uma auto-avaliação.

Marcos reúne, num discurso, três parábolas agrárias, em sequência (4,1-34). O fato de Jesus ensinar usando a linguagem agrícola pode refletir condições e costumes galileus. “As parábolas ou comparações são meios de instrução” (Sl 49,5; 78,2 etc.)²³. Nelas se conjugam os fatores da semente, do terreno e também do trabalho do homem.

As parábolas fazem compreender a vitalidade, o dinamismo condicionado do reino de Deus e do seu anúncio. Se por um lado sugerem a vitalidade da mensagem, por outro indicam que a sua força não é a eficácia, mas a fecundidade, e que esta tem suas leis e seus tempos. O fato transcendente se torna de algum modo inteligível pela mediação dos símbolos²⁴.

Não é de estranhar que profetas e autores sapienciais tenham recorrido com tanta insistência ao imagético agrário (Pr 11,18; 22,8 que fala do que semeia; Pr 12,11; 20,4 que menciona o trabalho de cultivar o solo; e, por fim, Pr 31,16 o terreno etc.).

Mais uma vez à margem do lago, acompanhado de seus discípulos, Jesus inicia seu ensinamento a respeito do reino de Deus. Sobe à barca e faz dela seu púlpito para dirigir-se aos ouvintes que aguardavam do Mestre uma “Boa Notícia”. Jesus começa a ensiná-los e, como bom professor, possui um método pedagógico.

4.3 As bem-aventuranças e o reino de Deus

Mateus inicia o discurso das bem-aventuranças declarando solenemente: “Bem-aventurados os ‘pobres no espírito’ (οἱ πτωχοὶ τῷ πνεύματι), porque deles é o reino dos

²⁰ GORGULHO; ANDERSON, As parábolas nasceram da terra e do trabalho da Galileia, p. 43.

²¹ GORGULHO; ANDERSON, As parábolas nasceram da terra e do trabalho da Galileia, p. 44.

²² DODD, The parables of the Kingdom, p. 86.

²³ ALONSO SCHÖKEL, Bíblia do Peregrino, p. 2402.

²⁴ ALONSO SCHÖKEL, Bíblia do Peregrino, p. 2402.

Céus” (Mt 5,3). Seguem-se sete outras fórmulas de estrutura análogas, nas quais se anuncia o cumprimento das expectativas e a plena recompensa dos que são chamados “aflitos” (οἱ πεινθοῦντες), “mansos” (οἱ πραεῖς), que têm “fome e sede de justiça” (οἱ πεινῶντες καὶ διψῶντες τὴν δικαιοσύνην), que são “misericordiosos” (οἱ ἐλεήμονες), “puros de coração” (οἱ καθαροὶ τῇ καρδίᾳ), “promotores da paz” (οἱ εἰρηνοποιοί) e “perseguidos por causa da justiça” (οἱ δεδιωγμένοι ἕνεκεν δικαιοσύνης) (Mt 5,4-10). Com estrutura diferente, segue-se então, a nona bem-aventurança: “Felizes sois quando vos injuriarem” (ὀνειδίσωσιν) (Mt 5,11-12). Na forma lucana, as categorias dos bem-aventurados são quatro, três com estrutura análoga às oito primeira de Mateus: “os pobres”(οἱ πτωχοί), “os famintos”(οἱ πεινῶντες), “os aflitos”(οἱ κλαίοντες) e uma análoga à última de Mateus: “quando vos perseguirem” (μισήσωσιν) (Lc 6,20-23).

A essas classes de excluídos da sociedade se anuncia uma Boa Notícia: o fim da situação atual de privação, sofrimento e tribulações. A consolação para os aflitos, a exultação para os perseguidos, a abundância aos famintos correspondem ao reino de Deus, que é garantido aos pobres²⁵.

Na origem da declaração de felicidade para os pobres, deve-se reconhecer o anúncio inaugural de Jesus, que resume no símbolo do reino de Deus a esperança que percorre toda a história bíblica, desde o êxodo até os profetas do exílio. Deus se revela senhor porque tira da sua condição de escravidão “os pobres, os oprimidos do Egito e liberta os prisioneiros do exílio”²⁶.

Quando se fala de pregação da felicidade para os pobres, deve-se entender que a categoria “pobre” engloba todos os excluídos da sociedade: os aflitos, os aprisionados e oprimidos. Cabe ao rei ideal levar a efeito, em nome de Deus, “a justiça” e o “direito” em favor dos pobres e infelizes (Is 11,1-5; Jr 23,5; Sl 72).

Quando Deus manifesta sua soberania ao mundo e à história, os pobres podem ser proclamados felizes, por serem, em primeiro lugar, os beneficiários da intervenção eficaz e libertadora de Deus (Mq 4,6-7; Sl 146,5-10). “As bem-aventuranças são o ponto de chegada da história bíblica de esperança para os pobres, que gravita em redor da imagem do Reino e senhorio de Deus”²⁷.

As bem-aventuranças revelam que os excluídos são chamados felizes, embora ainda permaneçam a privação, o sofrimento e tribulações, porque Deus está instaurando

²⁵ Cf. FABRIS, Jesus de Nazaré, p. 112.

²⁶ FABRIS, Jesus de Nazaré, p. 113.

²⁷ FABRIS, Jesus de Nazaré, p. 113.

o seu Reino no mundo, e, com isto, haverá uma mudança radical de valores e será excluída da terra a infelicidade. “O reino de Deus tornou-se próximo para os bem-aventurados porque Deus, como soberano justo e poderoso, fez justiça aos oprimidos e defendeu os fracos”²⁸.

4.4 Os milagres, sinais comprobatórios da proximidade iminente do Reino

Formalmente, os milagres são sinais de que o reino de Deus se aproxima com poder. Porém, ainda sem sua manifestação plena. “Enquanto sinais do Reino, os milagres, antes de tudo, são: salvação, realidades benéficas e libertadoras frente à opressão. Os milagres não são só salvação, mas estrita libertação”²⁹. “Os milagres, sejam eles de curas físicas ou mentais são um meio de que Jesus se serve para anunciar o Reino de Deus e para torná-lo visível e concreto”³⁰.

É intrigante a carregada feição miraculosa das ações de Jesus narradas nos Evangelhos. O que significam e qual o alcance e a atuação concreta desses eventos, também, são perguntas de quem se aproxima do texto bíblico.

O nome de Jesus, em hebraico é *Yehoshua*, significa “*Deus é a salvação*. Mas, pode significar, também, “*Deus é a cura*”. Relatos das aptidões de Jesus como agente de cura são encontrados em todas as tradições a respeito dele.

Jesus anuncia a presença do reino de Deus acontecendo na história. Agora mesmo Deus atua, realizando a obra salvadora e libertadora. Jesus mostra os sinais visíveis dessa ação de Deus: cura dos doentes, expulsa os demônios, dá assistência aos pobres e acolhe aos excluídos e marginalizados.

As curas são milagres do reino de Deus. As curas manifestam o Reino e falam da sua presença atuante. Os milagres de Jesus são lugares onde se constrói o reino de Deus. “O milagre mostra que Deus convida a todos, mesmo os acometidos por doenças, a participar do reino”³¹.

²⁸ FABRIS, Jesus de Nazaré, p. 113.

²⁹ SOBRINO, Centralidad del reino de Dios em teologia de la liberación, p. 481-482.

³⁰ NEVES, Jesus Cristo. História e fé, p. 141.

³¹ MALONEY, Mensagem urgente de Jesus para hoje, p. 67.

Os milagres e a conversão são inseparáveis do anúncio da Boa-Nova³². Por meio dos milagres, Jesus proporciona um ensinamento sobre o reino de Deus. “A presença do extraordinário que os milagres comportam é uma consequência do ministério de Jesus, que busca devolver a saúde e a dignidade ao excluído (por doença, por debilidade)”³³.

Jesus cura em dia de sábado (cf. Mt 12,9-14 e par.) e põe em crise a Lei judaica que proíbe expressamente qualquer tipo de atividade em dia de sábado, pois em face à misericórdia de Deus e à exigência do Reino, o sábado se torna relativo. Torna-se um meio a serviço do Reino.

Outra afronta de Jesus à Lei é o fato de curar o doente tocando-o (cf. Mc 1,40-45). Pelo toque voluntário de Jesus e, depois, pela cura e a ordem de apresentar ao sacerdote, leva-o a comprovar que o poder divino (o Reino), mais uma vez, ignorou o Código de Pureza, excessivamente rigoroso³⁴.

É interessante perceber, na cura do leproso (Mc 1,40-45), que o milagre acontece fora do Templo de Jerusalém e sem seus sacerdotes. Eles não podem fazer nada para ajudar o leproso, mas só excomungá-lo quando atingido pela doença.

Pelo gesto taumatúrgico de Jesus, quer seja ele uma cura, quer uma libertação, os protagonistas acham-se mobilizados pela pregação do reino de Deus³⁵. Nos seus gestos poderosos e salvíficos, Jesus revela o senhorio de Deus em favor do homem que se debate e suplica para sair da miséria e da limitação. Mas este poder era, por alguns, percebido com desconfiança:

É também por causa desses gestos poderosos e perigosamente significativos no contexto religioso e político palestinese dos anos 30 que Jesus se tornou suspeito de heterodoxia religiosa e acabou sendo condenado como pretenso “rei dos judeus”³⁶.

A total libertação e realização plena do ser humano, continuamente ameaçadas e comprometidas pela miséria e pela morte, são prefiguradas pelos gestos poderosos de Jesus em favor dos excluídos e marginalizados. Estes gestos, porém, seriam promessas não cumpridas, sempre que não fosse superada, definitivamente, a limitação presente na

³²Cf. MALONEY, Mensagem urgente de Jesus para hoje, p. 31-33.

³³ MENDONÇA, A construção de Jesus, p. 75.

³⁴ Cf. MALONEY, Mensagem urgente de Jesus para hoje, p. 67.

³⁵ Cf. FABRIS, Jesus de Nazaré, p. 153.

³⁶ FABRIS, Jesus de Nazaré, p. 154.

natureza humana e não ficasse satisfeita a necessidade de uma vida plena, feliz e abundante (Jo 10,10).

4.5 Os primeiros destinatários da Boa-Nova do Reino

O reino de Deus é “a última vontade de Deus para este mundo”³⁷. Os destinatários primeiros deste Reino são as vítimas, as pessoas fragilizadas e todas aquelas que o presente exclui. Esses são os bem-aventurados do Reino. O futuro é deles; de todas as pessoas às quais o controle da vida é tirado. Deus as acolherá em suas mãos amorosas e serão sujeitos principais em seu Reino. Um Reino que já é, embora não seja ainda em plenitude.

4.5.1 A predileção de Deus pelos pobres

A implantação do reino de Deus se pretendia ser “Boa-Nova” e ação de esperança para o Israel oprimido, tinha que começar por onde estava a base desse povo humilhado, ou seja, os pobres³⁸. Essa foi a estratégia de Jesus: ir ao encontro do povo que estava desorientado, sofrendo e necessitado de sanção e transformação de sua realidade.

Na Palestina do primeiro século, os que se autodenominavam “justos” (fariseus, saduceus etc.) diante de Deus, diziam que os pobres eram no fundo culpados de sua pobreza porque desobedeciam às leis, ou seja, não faziam a vontade de Deus. Quanto às elites dominantes, estariam em situação privilegiada, justamente porque, ao contrário dos pecadores, eram observantes da lei, do ponto de vista meramente legal, e estavam em “conformidade com a vontade de Deus”. Jesus desarma esse raciocínio.

Ao questionar a lei e acolher, em nome de Deus, aqueles que eram marginalizados, coloca o relacionamento das pessoas com Deus sobre outras bases e tira da elite dominante a possibilidade de legitimar a sociedade dividida em *nome de Deus*.

Jesus suscita a fé dos pobres e oprimidos, desperta a esperança nos desesperançados e os impele a confiar no futuro que já começa a irromper. Ser os primeiros destinatários do Reino é um privilégio dos pobres, justamente por ser pobre,

³⁷ SOBRINO, Cristologia Sistemática, p. 576.

³⁸ Cf. VIDAL, Los três projectos de Jesús, p. 185.

cujos fundamentos não estão nele, mas no amor de Deus com respeito a ele³⁹. Deus possui uma predileção pelos mais fracos e excluídos. Amar o pobre faz parte do querer divino.

Jesus, em sintonia com a genuína tradição profética⁴⁰, anuncia um Reino que se faz presente à medida que os excluídos são atingidos pela ação salvadora de Deus⁴¹. Em Mateus 25,31-46, onde se narra a realização escatológica do Reino, Jesus se identifica, com os famintos, sedentos, estrangeiros, enfermos, presos, afetuosamente, denominados de “um dos menores dos meus irmãos”.

Onde os pobres forem evangelizados e amados, aí acontece o reino de Deus. Como bem salientou Carlos Mesters, “os excluídos e os marginalizados deviam ser acolhidos, novamente, dentro da convivência e, assim, sentir-se acolhidos por Deus”⁴².

Nas bem-aventuranças, Jesus ressalta a predileção de Deus pelos pobres, por ele abençoados. Por isso, eles se constituem em lugar privilegiado da presença de Deus e são identificados com o Cristo pobre. Os pobres tornam-se, assim, presença que reflete a realidade do reino de Deus, à medida que expressam a presença de Cristo e vivem a esperança no reino de Deus. Esta predileção de Deus pelos pobres, revelada por Jesus, os constitui povo de Deus, portador de esperança de salvação e libertação. Os pobres, como parcela do povo de Deus, apresentam características muito singulares, que os tornam sinais da presença do Deus que age em favor dos deserdados. Neste sentido, os pobres, como povo de Deus, atualizam, por sua relação de proximidade com Jesus e com o Reino, a figura veterotestamentária do *servo de Javé*⁴³.

Os “pobres” são proclamados felizes, pelo mesmo motivo pelo qual o reino de Deus lhes pertence: porque Deus toma a peito a sorte deles. Em suma, o “reino de Deus é para os pobres”, não por terem títulos ou qualidades

³⁹ Cf. LIBANIO, A redescoberta do Reino na Teologia, p. 55.

⁴⁰ A tradição profética seguia a cultura do Antigo Oriente Próximo, que dizia que era a função do rei garantir a proteção daqueles que eram considerados desvalidos e excluídos pela sociedade, dentre esses estavam: os fracos e os pobres. Cuidar dos fracos e pobres era a principal função do rei. A base da ética do cuidado dos pobres e desvalidos era a convicção comum de que os deuses tinham uma atenção toda especial para com eles (cf. LOHFINK, Option for the poor, p. 15).

⁴¹ Cf. LIBANIO, A redescoberta do Reino na Teologia, p. 55.

⁴² MESTERS, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Caminhamos na estrada de Jesus. O Evangelho de Marcos, p. 121.

⁴³ O conceito de servo se define relacionalmente por oposição a senhor. Designar-se a si mesmo ou ser chamado por alguém de servo de Deus, no Antigo Testamento, é “consequência natural da concepção de Deus como Senhor” (WESTERMANN, SIERVO, in: JENNI; WESTERMANN, Diccionario teológico manual del Antiguo Testamento, p. 239-261).

especiais que os recomendem junto a Deus, mas porque Deus é “justo”, isto é, liberta e salva os que estão precisando⁴⁴.

O anúncio de Jesus de que o “reino de Deus é dos Pobres” (Mt 5,3// Lc 6,20) é “Boa Notícia” para os desvalidos na terra, pois, a partir de agora, com a irrupção do reino de Deus. Podem contar, de forma mais perfeita, com o amor gratuito e salvador de Deus.

4.5.2 As crianças têm lugar privilegiado (Mt 19,13-15)

Algumas crianças são apresentadas a Jesus, para que lhes imponha as mãos. Provavelmente, alguns pais levaram seus filhos para que Jesus os tocasse, sabendo que realizava curas. Quem sabe conseguiria também impedir que lhes acontecesse algum tipo de mal. Talvez um pedido beirando à superstição.

No contexto histórico, a cena das crianças mostra a atitude bondosa e não convencional de Jesus; o toque de suas mãos valerá como uma bênção. Em ambos circula uma mútua corrente de simpatia. Jesus vê sua filiação refletida nelas e as aproxima, ultrapassando sua inconsciência. No contexto literário, equivale a uma ação simbólica: as crianças encarnam espontaneamente a atitude fundamental para entrar no reino de Deus. Não têm que confessar seus pecados como o publicano, mas não alegam méritos como os fariseus; sua fraqueza as leva à confiança e ao abandono (Sl 131,2) e ao louvor singelo (Sl 8,2)⁴⁵.

No mundo antigo, as crianças eram reverenciadas e queridas, pois eram as continuadoras da linhagem familiar e davam certa segurança na velhice dos pais. Porém, quando eram novas, não possuíam nenhum poder ou privilégio.

Quando afirma que os destinatários do Reino são as crianças, Jesus está ressaltando que são as pessoas que “não têm poder próprio, nem direitos, nenhuma reivindicação possível a tal herança”⁴⁶, somente podem contar com Deus. Depois, abençoa e abraça as crianças e afirma que “delas é o reino de Deus” (Mc 10,14). Jesus leva os discípulos e, também, os pais a darem um salto qualitativo: passar da fé ingênua à fé madura. Jesus deixa claro a todos, a começar pelos discípulos, que as crianças, sempre, terão um lugar privilegiado no reino de Deus.

⁴⁴ FABRIS, Jesus de Nazaré, p. 113.

⁴⁵ ALONSO SCHÖKEL, Bíblia do Peregrino, p. 2516.

⁴⁶ MALONEY, Mensagem urgente de Jesus para hoje, p. 81.

Porém, a atitude de Jesus não bate com os esquemas da época. Num gesto de carinho que vai além do que lhe foi pedido, impõe as mãos sobre as crianças e vai embora⁴⁷.

4.6 A demora da chegada do Reino

Quando rogamos na oração do Pai Nosso: ἐλθέτω ἡ βασιλεία σου, “*Venha o teu Reino*” (Mt 6,10), fica claro que aguardamos a manifestação escatológica de Deus no futuro. “Jesus anunciou o reino de Deus, mas, em lugar deste, veio a Igreja”. Esta frase de A. Loisy, sem dúvida incômoda para os cristãos, se tornou célebre⁴⁸. Poderia ser, tranquilamente, desconsiderada se quisesse insinuar que a Igreja se entende como substituta do reino de Deus. No entanto, Loisy coloca em xeque um problema crucial para a comunidade primitiva: vivia-se na expectativa do fim iminente e da chegada do Reino. Jesus Cristo voltaria em breve, com toda a sua glória, para acolher sua comunidade e inaugurar a soberania de Deus⁴⁹. Entretanto, anos se passaram sem que esta esperança se cumprisse. A comunidade primitiva começa a se perguntar sobre como entender essa demora, e como reagir a isso. A luta com esse problema deixou profundas marcas nos escritos do Novo Testamento⁵⁰.

Uma marca da decepção da não chegada do Reino pode ser observada em 2 Pe 3,4: “Onde está a promessa de sua vinda? Desde a morte de nossos pais tudo permanece como no princípio da criação”. A renovação radical (cf. 2Pe 3,13; Ap 21,1), a libertação prometida pelo Evangelho (Rm 8,18-30), por que não acontecia?

A fé cristã mostrou não depender do pronto atendimento de sua expectativa⁵¹. Ela foi capaz de esperar o tempo de Deus, ciente de que não lhe competia saber “*a respeito daquele dia ou daquela hora*” (Περὶ δὲ τῆς ἡμέρας ἐκείνης ἢ τῆς ὥρας οὐδείς οἶδεν) (Mc 13,32). Ainda que o advento do Reino sofresse atraso, a esperança não se frustraria. Cumprir-se-ia, por ocasião da ressurreição dos mortos. Por isto, Paulo pode tranquilizar a comunidade de Tessalônica, afligida com a ocorrência de alguns casos de

⁴⁷ Cf. VITÓRIO, Mateus, p. 82.

⁴⁸ Exegeta crítico, católico (1857-1940), em sua obra: *L'Evangile et L'Eglise*. Apud C. BOFF, Sinais dos Tempos, p. 32.

⁴⁹ Cf. Mc 13,31-32; 1Cor 15,23-24; 2Ts 2,1-12; 1Jo 2,28 etc.

⁵⁰ Cf. LEPARGNEUR, A protelação da parusia no início da secularização do cristianismo, p. 3-5.

⁵¹ A afirmação de A. Schweitzer, dizendo ser a história da cristandade mais do que a história da demora da parusia é descabida e exagerada (SCHWEITZER, *Geschichte der Leben Jesu Forschung*, p. 407).

morte entre seus membros. Não se encontravam, de modo algum em desvantagem, os que porventura vinham a falecer antes da parusia de Cristo (1Ts 4,13-18). O que dava esta certeza ao apóstolo era o fato de acreditar que Deus “não nos destinou para a ira, mas para alcançar a salvação mediante nosso Senhor Jesus Cristo” (1Ts 5,9). As preocupações relativas à sorte dos mortos, portanto, se revelavam infundadas. Esta convicção, a certeza do amor de Deus em Cristo (Rm 8,38-39), desagravava o problema da demora da parusia e lhe tirava o caráter angustiante. Deus haveria de cumprir suas promessas. A Cruz e a ressurreição de Cristo as asseguram (cf. At 4,2; Rm 5,6).

A esperança pelo reino de Deus continuou viva através dos séculos. Ela não pode ser abandonada. Encontrava-se por demais enraizada no Evangelho, perfazendo o específico do anúncio jesuânico (Mc 1,15; 4,26) e expressando algo muito próprio da pregação da Igreja.

A escatologia cristã não se resume numa esperança individual e pós-mortal, nem tampouco, tem como objetivo primeiro a beatitude pessoal numa nova forma de existência⁵². Por mais que a esperança pela ressurreição dos mortos seja importante, se encontra inserida numa expectativa mais abrangente, onde Deus assumirá o pleno governo do mundo e fará novas todas as coisas (Ap 21,4-5). Ressurreição dos mortos, libertação de todos os males (Mt 6,13), a conversão da tristeza em alegria, a satisfação dos que têm fome e sede de justiça (Lc 6,21) – tudo isto está implícito na vinda, do reino de Deus. Com ele, vem a salvação do mundo.

4.7 O paradoxo do “já” e do “ainda não” do reino de Deus

O ensinamento de Jesus sobre a vinda do Reino levou os estudiosos a inúmeras interpretações diferentes. Alguns acrescentam que Jesus acreditava na vinda futura, porém, iminente, do Reino. O reino de Deus é uma realidade difícil de ser definida. Para alguns é uma realidade futura. Para outros, já se estabeleceu na história.

John Stott afirma que, para o cristianismo do Novo Testamento, é fundamental a perspectiva de que nós estamos vivendo “tempos intermediários”⁵³, entre o passado e o futuro, entre a primeira e a segunda vinda de Cristo, entre o que foi feito e o que resta por fazer, entre a realidade presente e o destino futuro, entre o Reino que veio e o Reino

⁵² Cf. BRAKEMEIER, O Reino de Deus e Esperança Apocalíptica, p. 7.

⁵³ Cf. STOTT, Ouça o Espírito, ouça o mundo, p. 421.

que virá, entre o “já” em relação à instauração do Reino e o “ainda não” da sua consumação.

Para Albert Schweitzer, Jesus esperava a consumação do Reino durante sua vida e ficou desapontado quando isto não aconteceu. Reagindo, C. H. Dodd sugeriu uma “escatologia realizada”, na qual todas as expectativas escatológicas teriam se realizado em Jesus. Segundo ele, não há, no ensinamento de Jesus, nada mais claramente original do que a declaração de que o reino de Deus está aqui. Uma esperança havia se tornado realidade! O papa Bento XVI afirma que o Sermão da montanha é “escatológico”, se quiser, no sentido de que o reino de Deus é percebido “na sua vinda”. Assim, é perfeitamente possível falar de uma escatologia “em processo de realização”⁵⁴. A interpretação de Dodd, porém, não foi convincente. Contra ela está o fato de que a maioria das palavras sobre o Reino, nos Evangelhos, remete ao futuro.

Para J. Moltmann⁵⁵, por sua missão e ressurreição, Jesus fez entrar na história o reino de Deus. E o Reino, como futuro escatológico, tornou-se um poder que determina o presente. O reino de Cristo remete para o reino de Deus.

Para W. Kasper⁵⁶, o centro e o horizonte da pregação de Jesus é a Boa-Nova do advento do reino de Deus. Jesus anunciou e fez os discípulos anunciarem um Reino que já está presente, mas invisível aos olhos dos seus antagonistas.

Para J. P. Meier⁵⁷, o reino de Deus constitui o centro do anúncio de Jesus. A mensagem do reino de Deus é indissociável da pessoa de Jesus. Os ditos de Jesus projetam o Reino em direção ao futuro.

Paulo e outros cristãos primitivos esperavam o Reino para um futuro próximo, iminente até. Em 1Ts 4,13-18, Paulo pode ter tido uma visão de “fim do mundo”, quanto à vinda do Senhor, imaginando que ele, e todos os outros seguidores que ainda vivessem, seriam arrebatados para as nuvens, junto com os mortos, ao encontro do Senhor. “É possível que Paulo tenha se equivocado, seriamente, com relação ao ensinamento de Jesus”⁵⁸. Se assim foi, parece que Paulo tenha confundido os *detalhes*

⁵⁴ RATZINGER, Jesus de Nazaré, p. 188.

⁵⁵ Cf. MOLTMAN, L'Église dans la force de l'Esprit, une contribution à l'écclésiologie messianique, p. 254.

⁵⁶ KASPER, Le Dieu des chrétiens, p. 211.

⁵⁷ MEIER, Um judeu marginal, p. 353-426.

⁵⁸ Cf. FORWARD, Jesus, p. 88.

de uma vinda iminente do Senhor com a *realidade* dessa vinda. O mais provável é que Jesus acreditasse que sua obra fosse resgatada por Deus, quando o Reino fosse instaurado. Porém, para nós, sempre fica uma lacuna, sobre o que Jesus quis dizer quando falou do reino de Deus.

4.8 A Igreja como tardança do reino de Deus

No início do capítulo, citamos a frase irônica de Loisy, dizendo que Jesus pregou o Reino e o que veio foi a Igreja. Agora podemos ver que a Igreja exerce, com toda a justiça, o revezamento da pregação de Jesus.

A Igreja é chamada à dupla tarefa de anunciar e significar em palavras e gestos o Reino, especialmente pela predileção pelos pobres, e de reconhecer a presença do Reino em todos os lugares em que os pobres são evangelizados, libertados⁵⁹.

A Igreja autêntica existe como a concretização do reinar de Deus e não pode existir desvinculada deste Reino. É na vida da Igreja – novo povo de Deus – que o reinar de Deus tem forma e exercício. A Igreja é o agrupamento dos cidadãos do Reino. O reinar de Deus na vida humana cria a comunidade, a Igreja.

A Igreja é uma antecipação, no tempo, do mundo vindouro. Ela está no mundo, mas não faz parte do mundo. Sua essência e sua missão devem ser entendidas à luz do Reino, presente e atuante nela. A Igreja é vista em relação com o “cumprimento do mistério escondido desde séculos na mente de Deus” (Cl 1,16; Ef 3,3-9; 1Cor 2,6-10), que nós denominamos de reino de Deus.

A Igreja, porém, não é o reino de Deus no agora de nossa história⁶⁰. Se assim fosse, ela estaria isenta da necessidade de reforma institucional e sua missão consistiria em arrebanhar todos para dentro dela para que se salvassem. O fato da Igreja não ser o Reino, não significa que ele não esteja presente e atuante no seio da Igreja. O Reino está presente na Igreja e sua presença a conserva e a mantém viva. Podemos dizer que a Igreja é o resultado da presença do Reino no mundo.

O Reino é anunciado ao mundo pela Igreja. Não pode haver Reino sem Igreja (comunidade dos que reconhecem a ação de Deus) e nem Igreja sem Reino. Isso porque Jesus ligou o reino de Deus, que primeiramente era privilégio do povo de Israel, à

⁵⁹ LIBANIO, A redescoberta do Reino na Teologia, p. 53.

⁶⁰ O Vaticano II exprimiu isso na *Lumen Gentium*, n. 5 e novamente reafirmou na *Gaudium et Spes*, n. 45. Essas afirmações do Magistério vêm sanar um sério equívoco eclesiológico pré-Vaticano II, segundo o qual a Igreja se identifica com o reino de Deus aqui na terra.

comunidade de seus discípulos. Esse novo povo de seguidores de Jesus dá continuidade ao povo veterotestamentário. São sinais visíveis da intenção de Deus e portadores de salvação divina.

A Igreja, enquanto tardança do Reino é, primordialmente, uma Igreja servidora, e seu serviço deve estender-se a toda a humanidade, em especial em favor dos pobres. Sua missão principal consiste em anunciar em palavras e gestos a predileção pelos pobres e denunciar tudo o que fere a sua dignidade. Consiste em fazer aquilo que Jesus fez, enquanto ele não chega, para que, chegando, encontre-nos vigilantes e atuantes.

A Igreja é a intérprete da mensagem do Reino, sem ela, a mensagem corre o risco de se tornar uma mera ideologia, menos uma Boa Notícia, um Evangelho de Deus para os homens.

O Reino está presente também fora da Igreja. A missão da Igreja é servir ao Reino, e não, tomar seu lugar⁶¹.

4.9 Conclusão

Jesus não pregou o messianismo, mas, sim, o reino de Deus. O reino para Jesus é uma realidade concreta, presente e atuante na história da humanidade.

O Reino é explicado por Jesus por meio de parábolas que partem da vida concreta e levam a perceber a vida em outra dimensão totalmente nova. As parábolas são um convite a tomar uma posição sobre a pessoa, as palavras de Jesus e ao seu Reino.

Nesse Reino que se inaugura com Jesus, os excluídos e marginalizados são os seus destinatários. Aos esquecidos da sociedade Jesus chama de bem-aventurados (Mt 5, 1-12) porque o Reino é primeiramente deles. A pregação de Jesus anuncia uma mudança radical de valores que extirpará definitivamente a infelicidade sobre a terra. Será um Reino solidário onde Deus se torna próximo e faz justiça aos oprimidos e marginalizados.

A partir dos milagres e parábolas de Jesus percebemos que ele anunciou o reino de Deus como realidade histórica e teológica a vir, a acontecer, mas nunca definiu tal realidade. Por reino de Deus, Jesus esperava a vinda efetiva do novo tempo tão esperado pelos judeus apocalípticos. Jesus afasta-se do nacionalismo judaico dos saduceus, do

⁶¹ Cf. FUELLENBACH, Reino de Deus, p. 744.

nomismo dos fariseus, da política dos zelotas, e pede aos judeus que pensem em Deus e no seu Reino de uma maneira nova (conversão).

A tardança do Reino não deve ser para o seguidor de Cristo motivo para desanimar, mas, sobretudo, momento oportuno para elevar a Deus a súplica esperançosa para que não tarde a vir o Reino, como bem expressa a oração do Pai Nosso (Mt 6,10).

Por fim, verificamos que a Igreja, novo povo de Deus, surge como a concretização do reinar de Deus. Na Igreja o reinar de Deus ganha forma bem concreta. A Igreja é antecipação, no tempo, do mundo que há de vir. Há uma profunda identificação do Reino anunciado por Jesus com a Igreja (comunidade de discípulos e continuadora da obra de Jesus). A Igreja visibiliza o sentido mais profundo do Reino anunciado por Jesus, o serviço. A missão da Igreja é servir ao Reino e aos seus destinatários (pobres, crianças etc.).

5 O reino de Deus e a “conversão pastoral” da Igreja na América Latina

Apresentamos neste capítulo algumas sugestões para aprofundar, à luz da atualidade, a dimensão comunitária e eclesial da exigência de conversão em vista do reino de Deus.

5.1 A realidade latino-americana

A realidade latino-americana clama pelo reino de Deus. A realidade injusta de pobreza em que vive a maioria dos seres humanos clama por mais qualidade de vida, por justiça e libertação.

Em nossa realidade latino-americana, existem povos injustamente crucificados e oprimidos e que têm esperança e sede de vida digna e plena. A situação atual nos leva a constatar que não difere muito daquela realidade na qual surgiu a noção de reino de Deus. Por isso, a realidade histórica hodierna faz com que o reino de Deus seja, hoje, mais útil que outros conceitos para elaborar teologicamente a realidade. A realidade latino-americana clama pela vinda do reino de Deus. O pensar teológico surge nessa realidade de injustiça e opressão como foco de luz que ilumina a realidade para compreender a Revelação de maneira adequada, percebendo na realidade de tantos crucificados a presença do “reino da Vida” que desmascara as ações perversas do anti-reino, o mundo de pecado¹.

A partir da década de 60, inicia-se, na América Latina, novo modo de pensar a Teologia, mais contextualizado e inserido na realidade singular latino-americana. Esse é o “novo” modo de se fazer teologia na América Latina. Grandes nomes foram despontando como Gustavo Gutiérrez, Juan Luis Segundo, Carlos Mesters, João Batista Libanio, Ignacio Ellacuría, Leonardo Boff etc. Cada um deu sua importante contribuição ao repensar teológico e, com isso, cresce cada vez mais a reflexão teológica sobre o reino de Deus e os pobres. Sobrino concebe o reino de Deus a partir da

¹ Cf. SOBRINO, Centralidad del Reino de Dios en la Teología de la Liberación, p. 474.

articulação entre reino de Deus e pobres². Para ele, a vida cristã centrada no Deus da vida supera a dicotomia, o dualismo e possibilita o serviço profético em favor do Reino. Ele mergulha nas tensões entre fé e vida que orientam a práxis cristã. O Deus do Reino se dirige de modo prioritário ao mundo dos excluídos e empobrecidos.

Morrer crucificado, no contexto latino-americano, não consiste em simplesmente morrer, mas em ser morto. Para Sobrino, sobreviver constitui a maior dificuldade e a morte lenta, o destino mais próximo³. Sobrino se pergunta: “Como conciliar o paradoxo ‘o senhorio de Cristo’ e a miséria nesse mundo?”⁴.

A pobreza desumaniza ricos e pobres. Aos pobres traz toda sorte de carências. Desestruturam a vida emotiva, as relações de alteridade. Impede a vocação essencial do ser humano de desenvolver-se e expandir a capacidade de ir além do instinto de sobrevivência. Leva-os à violência contra os mantenedores da miséria. Aos ricos desumaniza, ao considerar os pobres incapazes, desqualificados socialmente⁵.

A partir da constatação da realidade desumana e das diversas exclusões que recaem sobre os pobres latino-americanos, vamos observar alguns sinais da presença salvadora de Deus nessa realidade e do seu reino, com a predileção especial pelos mais necessitados de sua ternura e compaixão.

5.2 A Igreja latino-americana ante a realidade dos pobres

Como a Igreja latino-americana vê a realidade do pobre na América Latina? O que significa trabalhar pela justiça em nome do amor solidário com os povos oprimidos? Como colocar a serviço da justiça e da promoção humana as capacidades intelectuais, religiosas, científicas e tecnológicas?⁶

Os pobres são os reveladores do rosto de Deus desfigurado pela injustiça social, opressão que não podem ficar sem “um grito de basta”. A Igreja precisa ser para esse

² Cf. SOBRINO, Jesus, o Libertador, p. 33.

³ Cf. SOBRINO, A Fé em Jesus Cristo, p. 13.

⁴ SOBRINO, A Fé em Jesus Cristo, p. 18.

⁵ Na obra sua intitulada *Francisco de Assis: Vigor e ternura* o teólogo Leonardo Boff comenta que os governos dos países latino-americanos, controlados pelas classes dominantes, brutalizadas em seus sentimentos de humanidade, desconsideram em seus planejamentos econômicos, culturais, urbanos, sanitários, os pobres que constituem a maioria desses países. Além disso, qualquer organização e movimento de pobres são logo controlados e reprimidos com brutal violência. Tal situação gera certa ojeriza e traz pavor à sociedade: os pobres se apavoram pelas contínuas ameaças que sofrem, os ricos com o medo da revolta vingativa por parte dos pobres (cf. BOFF, L., *Francisco de Assis*, p. 68-69).

⁶ Cf. SOBRINO, O Princípio Misericórdia, p. 25-27.

povo, sem muita expectativa de vida e desesperançado por dias melhores, a anunciadora de uma Boa Notícia, que há mais de dois mil anos, pela primeira vez, ecoou na boca de um pobre de Nazaré, chamado Jesus que diz: “Bem-aventurados vós, os pobres, porque vosso é o reino de Deus” (Lc 6,20). A Igreja, enquanto discípula de Cristo, deve reproduzir no mundo a mesma prática de Jesus para credibilidade de seu anúncio. Segundo Neutzling, reproduzir a prática de Jesus consiste em “dar testemunho do amor do Pai por todo ser humano através do histórico, conflitivo e preferencial amor pelos pobres”⁷.

O Documento de Puebla afirma que

os pobres se situam em condição desumana de sobrevivência, clamando por dignidade, por direitos fundamentais, por relações igualitárias na sociedade e por mecanismos de participação mais efetivos. Esse clamor eleva-se até o coração de Deus (cf. DP 27-70).

“O pobre nasce inserido num sistema social no qual, estrutural e historicamente, foi-lhe tirada a capacidade de vestir-se, alimentar-se e desenvolver-se fisiológica, psicológica e intelectualmente”⁸. Na atual sociedade de consumo em que nossa economia se encontra mergulhada, o valor do ser humano está baseado “no seu saldo bancário”. O poder aquisitivo é quem dita o padrão social e dá a dignidade à pessoa. “Eu valho quanto posso produzir e adquirir”. A competitividade do mercado de trabalho também é muito excludente: seleciona os melhores e exclui os demais. Neste contexto, a pobreza como carência de condições para produzir e reproduzir a vida, com o mínimo de dignidade humana, torna-se, inegavelmente, a chaga mais dolorosa da história humana. Os pobres, sem os meios necessários para sobreviver, não são produto do acaso, mas, sim, gerados por estruturas econômicas, sociais e políticas injustas (DP 30).

O episcopado latino-americano assume a dor e os sofrimentos de milhares de vítimas da história. Lembra que “existem muitos estudos sobre a situação do ser humano latino-americano. Neles se descreve a miséria que marginaliza grandes grupos humanos em nossos povos. Essa miséria, como fato coletivo, se qualifica de injustiça que clama aos Céus” (DM 1). Puebla recorda: “O mais devastador e humilhante flagelo é a situação de pobreza desumana em que vivem milhões de latino-americanos” (DM 29). Os rostos dos “filhos e filhas de Deus” são crianças machucadas pela pobreza, jovens frustrados em situações infra-humanas, camponeses explorados, operários mal

⁷ NEUTZLING, O Reino de Deus e os Pobres, p. 104.

⁸ FENGER, Pobreza, p. 708.

remunerados, desempregados... (cf. DP 32-39). E o documento conclusivo de Santo Domingo, em 1992, amplia esses rostos, como sinal de que a família humana não está avançando, mas retrocedendo.

Seguindo a tradição presente em Medellín, Puebla e Santo Domingo, o Documento de Aparecida, em 2007, destaca os rostos sofredores da América Latina (DAP 407-430). Ele reconhece nos injustiçados as “feições sofredoras de Cristo” (DP 31) e a atitude de misericórdia prevalece sobre o sacrifício (cf. Os 6,6; Mt 9,13).

A realidade sofrida da América Latina levou os teólogos e a Igreja a uma reflexão teológica sobre a pobreza⁹. A partir da Escritura, repensou-se o significado do termo pobre e a concessão do reino de Deus em favor deles. Medellín interpreta:

“Cristo não só amou os pobres, senão que ‘sendo rico se fez pobre’, viveu na pobreza, centralizou a missão no anúncio aos pobres em vista da libertação e fundou a Igreja como sinal desta pobreza entre os homens” (DM 6).

5.3 A Igreja Povo de Deus e o Reino

Na América Latina, os pobres, os encarcerados, os marginalizados, os desempregados, os sem-terra, os índios etc. devem ser vistos, não apenas como os destinatários do Reino, mas também como seus protagonistas, representantes qualificados de Deus no mundo. São o Povo da Nova Aliança. São o Povo de Deus!

O fio condutor deste capítulo teológico-pastoral é a compreensão da Igreja como Povo de Deus, cuja meta é o Reino (LG 9b). Em função de sua origem em Deus e de sua meta, que é o Reino, o povo latino-americano é profundamente missionário (AG 2a). A missão não é uma ação de indivíduos isolados egoisticamente, mas o empenho de um povo do qual Deus se torna próximo e alia-se a ele para que possa realizar seu projeto de amor interrompido pelos poderes da morte que, na América Latina, são gritantes (fome, pobreza, violência, descaso político etc.).

O povo de Deus da Nova Aliança, a Igreja, é povo de todos os povos e culturas. A sua missão é a reconstrução do projeto original de Deus através da restauração do rosto desfigurado do mundo (LG 8c). As razões de esperança desse Povo da Nova Aliança são o núcleo de sua proposta missionária: a construção de um mundo novo “a caminho do Reino definitivo” (DGAE 2003-2006, p. 5)

⁹ Cf. GUTIÉRREZ, Beber em seu próprio poço, p. 148.

O Concílio Vaticano II, sabiamente, retoma essa perspectiva bíblica, ao descrever a Igreja como “Povo de Deus” (LG 2). Esse novo Povo de Deus é constituído por todos os povos e nações e tem uma missão para toda a humanidade (LG 13a). Essa universalidade é um corretivo contra o pluralismo relativizante da pós-modernidade e contra qualquer etnocentrismo ou racismo. A universalidade do povo de Deus aponta para o fato de que ninguém está excluído do Projeto de Deus. A soma da humanidade se torna o povo escolhido por Deus (cf. GS 45).

5.4 Por uma práxis pastoral reinocêntrica centrada na missionariedade

O conceito de reino de Deus carece ser mais bem explicitado na reflexão teológica brasileira. No âmbito da teologia neopentecostal, percebemos o surgimento de uma teologia da prosperidade, ao mesmo tempo utilitarista e alienante. Diante dessa realidade complexa, percebemos a total ausência de uma teologia pastoral que preconize os valores do reino de Deus e a sua expansão no mundo. Quando os valores do Reino não são compartilhados e vivenciados, tem-se a ideia de que a conversão se dá apenas no coração, deslocando, assim, qualquer iniciativa dos cristãos de serem instrumentos do reino de Deus para a transformação da sociedade e sua estrutura pecaminosa.

A base para uma práxis pastoral que tenha como elementos o seguimento de Jesus e o reino de Deus passa por alguns pontos. Esses pontos foram elencados no Documento de Aparecida. Quando o Documento trata do “Projeto Pastoral”, ressalta a necessidade de uma Pastoral Social estruturada, orgânica e integral, como presença profética e serviçal da Igreja no mundo. Reforça a atenção que se deve ter à pastoral urbana, que se adeque ao estilo próprio da vida urbana, e a busca de um novo modelo eclesial, com paróquias estruturadas em rede de comunidades e grupos que favoreçam a comunhão e participação de todos.

O nosso grande desafio no campo da pastoral é mudar de uma pastoral de manutenção, meramente sacramentalista, para uma pastoral missionária, centrada no reino de Deus, por isso, reinocêntrica. Precisamos amadurecer nossa fé eclesial. Crer em Jesus Cristo é fácil. A leitura da Bíblia e a Catequese nos levam a crer em Jesus Cristo. Mas somente a fé em Jesus Cristo não basta. Temos que alcançar não somente a fé “em” Jesus Cristo, mas ousar ter a fé “de” Jesus Cristo. O que significa então ter a fé “de” Jesus Cristo? Ter a fé de Jesus Cristo significa ser sensível às necessidades dos pobres e

dos excluídos e lutar contra as injustiças que tolhem a liberdade e a dignidade do ser humano.

A catequese tem um importante papel a desempenhar na formação das consciências dos futuros agentes de pastoral e pastores da Igreja. Ela, enquanto escola de formação de discípulos missionários de Cristo, precisa procurar cada vez mais ser uma catequese reinocêntrica, onde ensine o cristão, desde a mais tenra idade, a adquirir os valores do Reino.

5.5 A renovação estrutural da Igreja e a conversão pastoral

O Documento de Aparecida cunhou a expressão "conversão pastoral". Todos são chamados a buscar esta atitude de conversão pastoral. Por isso, o novo de Aparecida, na verdade, já não é tão novo assim, uma vez que faz resplandecer aquilo que o Concílio Vaticano II já havia falado, sobre o sacerdócio comum dos fiéis (LG 10; 32). Ou seja, pelo Batismo, todos fazem parte do sacerdócio de Cristo e são, por isso, de certa forma, co-responsáveis pela vida eclesial¹⁰.

A constatação de que a vida da Igreja em nosso continente está amparada em estruturas "caducas", envelhecidas, leva à necessidade desta conversão. Chamada à missionariedade, a Igreja, através de seus pastores e fiéis, percebe-se ainda muito estática, fazendo meramente pastoral de conservação, profundamente sacramentalista.

E quais seriam estas "estruturas caducas"? Elencamos aqui algumas que, a nosso ver, precisam de renovação, pois não há mudança eclesial sem mudanças de estrutura¹¹:

- a) acomodação geral na Igreja, por meio da "pastoral de manutenção", ou seja, manter o que nós temos, sem preocupação missionária;
- b) clericalismo, que abafa a atuação dos leigos e o surgimento de novos carismas na Igreja;
- c) modelo de paróquias, enquanto "feudos", sem compromisso maior com a pastoral orgânica e sem atender as novas periferias, que surgem nos centros urbanos;

¹⁰ O Catecismo da Igreja Católica, no n. 871, citando por inteiro o Código do Direito Canônico, Cân. 204 § 1, diz: "Os fiéis de Cristo são aqueles que, incorporados em Cristo pelo Batismo, constituem o povo de Deus, e que, por esta razão, participam a seu modo na função sacerdotal, profética e real de Cristo, sendo chamados a exercer, cada qual segundo a sua própria condição, a missão que Deus confiou à Igreja para cumprir neste mundo".

¹¹ Fonte: <http://padregil.blogspot.com/2008/08/tpicos-de-aparecida-ii-converso.html>. Acessada em 30/07/2010.

d) modelo centralizador de Igreja, desrespeitando as culturas locais.

A missão de comunicar vida é a razão de ser da Igreja (cf. DAp 373). Por isso, ela é chamada a desinstalar-se. “A Igreja necessita de forte comoção que a impeça de se instalar na comodidade, no estancamento e na indiferença, à margem do sofrimento dos pobres do continente” (DAp 362).

Se “missão” supõe “envio”, todo envio pressupõe deslocamento e saída. “Nós somos agora, na América Latina e no Caribe, seus discípulos e discípulas, chamados a navegar mar adentro para uma pesca abundante. Trata-se de sair de nossa consciência isolada e de nos lançarmos, com ousadia e confiança (*parresía*), à missão de toda a Igreja” (DAp 363). A conversão missionária da qual fala o Documento de Aparecida em uma de suas páginas centrais (cf. DAp 365-372: Conversão pastoral e renovação missionária das comunidades) é, substancialmente, saída. Na saída de si, do círculo da própria comunidade e dos limites da própria terra, se realiza para a Igreja essa conversão. Paradoxalmente, é nessa saída que a Igreja encontra sua razão de ser e sua própria identidade.

O motivo da conversão missionária não é novo. A *Redemptoris Missio* já afirmava que,

a ação evangelizadora da comunidade cristã, primeiramente no próprio território e depois, mais além, como participação na missão universal, é o sinal mais claro da maturidade da fé. Impõe-se uma conversão radical da mentalidade para nos tornarmos missionários - e isto vale tanto para os indivíduos como para as comunidades (RMi 49).

Relacionar essas afirmações com a seguinte passagem do Decreto *Ad Gentes*, pode ressoar intrigante e desafiador:

A graça da renovação não pode crescer nas comunidades, a não ser que cada uma dilate o campo da sua caridade até aos confins da terra e tenha igual solicitude pelos que são de longe como pelos que são seus próprios membros (AG 37).

O Vaticano II aponta decididamente para a dimensão universal da missão como fator determinante para a verdadeira conversão, entendida como saída de si.

A renovação da Igreja será uma difícil tarefa para os responsáveis. Implica o que se chama, no documento, de uma conversão pastoral. Esta diz respeito, primeiramente, à mudança de mentalidade por parte dos bispos, padres, religiosos e leigos. Isso não acontece da noite para o dia, pois exige tempo, paciência e constância. Mas, concerne também às estruturas eclesiais que deverão possibilitar maior comunhão e participação.

Para que haja autêntica conversão pastoral, é necessário que haja renovação estrutural dentro da própria Igreja. Renovação estrutural implica deixar de lado tudo aquilo que não favorece à evangelização; deixar de lado a pastoral de manutenção, ou de verniz, para assumir a pastoral decididamente missionária (cf. DAp 365; 370).

A missão da Igreja tem sua origem na abertura de Deus Trindade que se concretizou, historicamente, na Criação, na Encarnação e na Redenção. Na teologia cristã, essa abertura é chamada “missão de Deus”. Missão é sinônimo de abertura. Nossa concepção cristã de Deus está fundada no Deus dinâmico, que desaloja e coloca o povo a caminho. Por isto, o Deus cristão é, essencialmente, Deus-Relação. Quando entra na história humana, se revela como Deus-Missão. É um Deus que se revela, se abre, se despoja, sofre e se doa. Eis as razões pelas quais esse Deus é chamado nas Escrituras de Deus-Amor (1Jo 4,16). As palavras da “Primeira Carta de São João exprimem, com singular clareza, o centro da fé Cristã: a imagem cristã de Deus e também a consequente imagem do homem e do seu caminho” (DCE 1).

O Documento de Aparecida, nos nn. 365-372, trata desse importante e fundamental tema que é a conversão em vista do Reino que se aproxima. Convoca todos os leigos e clérigos da Igreja Católica a uma verdadeira conversão pessoal, comunitária e pastoral, que “exige que se vá além de uma pastoral de mera conservação para uma pastoral decididamente missionária” (DAp 370). Essa conversão “desperta a capacidade de submeter tudo ao serviço da instauração do Reino da Vida” (DAp 366).

A Igreja da América Latina, para continuar com seu trabalho evangelizador de levar o Reino aos corações sedentos do Amor de Deus, precisa manter-se em contínuo processo de conversão estrutural a fim de não cair no perigo de se desviar da autêntica fidelidade ao Evangelho. Para isso, precisa ser uma Igreja humilde, na qual pastores e rebanhos somam forças em prol da instauração do reino de Deus. Os novos desafios do mundo atual exigem novas respostas pastorais, por isso, é necessário empenhar esforços para, juntos, construir a “civilização do Amor”, que é sem dúvida, o reino de Deus atuando já aqui na terra e transformando os corações.

Conversão é um convite para Igreja e não, primeiramente, para o mundo. O conteúdo dessa conversão consiste no surpreendente e profundo re-encantamento com a essência do Evangelho, assumido e vivido não como doutrina, mas como “práxis de vida baseada no duplice mandamento do amor”. Estas palavras do papa Bento XVI

indicam um caminho a seguir, aparentemente quase óbvio. “Não temos de dar nada como pressuposto e descontado, todos os batizados são chamados a ‘recomeçar a partir de Cristo’” (DAp 549).

Nesse novo recomeço da reestruturação eclesial, a partir do Reino elencamos aqui algumas iniciativas que podem contribuir no processo:

- a) Ser Igreja em conversão contínua, a fim de se configurar sempre mais à Igreja que Jesus sonhou e os apóstolos desejaram. Igreja alicerçada na Palavra e no Espírito Santo que a impede de se afastar da realidade do povo, rebanho de Cristo.
- b) Ser Igreja comunidade dos filhos de Deus sem fronteiras, a exemplo do Apóstolo Paulo e tantos outros incansáveis missionários que surgiram ao longo da história da Igreja.
- c) Ser Igreja Sacramento do Reino. Que testemunhe ao mundo a presença do Cristo, que vem ao encontro da humanidade sofrida, marginalizada e em extrema pobreza.
- d) Ser Igreja mais orante, fraterna, solidária, dialogante, profética e pobre, como foi o Filho de Deus.
- e) Ser Igreja mais respeitosa, compreensiva e sensível em relação à pluralidade.
- f) Ser Igreja que edifica a si mesma e ao mundo à maneira de Cristo.

O caminhar da missão em direção ao Reino é sempre um caminhar no Espírito que exige um trabalho permanente e penitencial de discernimento entre desejo, esperança, riscos a serem assumidos e realidade. Esse discernimento é feito a partir das origens do caminho, e constitui o elemento essencial para não confundir a fidelidade ao Senhor com a fixação em esquemas limitados. As estruturas caducas que precisam ser abandonadas (cf. DAp 365) estão sedimentadas no profundo de nossa consciência eclesial. Por isto, necessita-se de uma ação insistente, paciente e participativa de mudança de mentalidade, da qual possam surgir “processos constantes de renovação missionária” (DAp 365). Acreditamos que o nosso grande desafio, enquanto cristãos latino-americanos, discípulos missionários de Cristo, é criar em nós e na nossa atual conjuntura eclesial o “espírito missionário”. A abertura ao Espírito Santo é de fundamental importância, pois nos leva a perceber quais realidades da nossa vida pessoal e pastoral precisam ainda de conversão para que a ação pastoral da Igreja atinja seu objetivo último de transmitir o evangelho do Reino a todos os corações.

5.6 A Espiritualidade da “obediência”

Jesus era apaixonado por sua missão e a entendia de maneira muito própria. No centro da missão, estava o projeto do reino de seu Pai, no qual punha toda a sua paixão. Esse reino é dado a nós como graça, mas também como missão. Deve ser construído com todas as forças, embora seja dado por Deus, como dom livre de seu amor. Jesus forma uma comunidade, a futura Igreja, que será a arquiteta desse projeto, com a missão de construí-lo no mundo.

Aqueles que conviveram com Jesus e se abriram à sua pessoa, se apaixonaram por Ele. Hoje se fala muito em fazer experiência. Experimentar para conhecer. Assim também, no campo espiritual, é necessário fazer a experiência do encontro pessoal com Jesus Cristo e, para isso, faz-se necessário entrar na “escola de Jesus”, onde se aprende, de forma mais profunda, o sentido da obediência e da fidelidade a Deus. É necessária a experiência do encontro com Jesus para que o cristão adquira a genuína fé, tornando-se discípulo missionário, cuja característica principal é a obediência. Por ser obediente, coloca-se a serviço da implantação do reino de Deus. “Ouvi!” (Mc 4,3). O reino de Deus começa com o ouvir, o dar ouvidos e o obedecer no seu sentido mais autêntico.

Na escola de Jesus, o discípulo missionário, dentro do espírito do seguimento e da obediência à sua palavra, desenvolve “a espiritualidade da gratidão, da misericórdia, da solidariedade fraterna” (DAp 517).

Da convivência íntima e pessoal com Jesus, o discípulo missionário entra no mistério do Filho de Deus e experimenta a espiritualidade jesuânica, profundamente alicerçada na fidelidade incondicional ao Deus do Reino, seu Pai. O sonho do Reino e a obediência ao Pai revestem de significado a existência humana de Jesus. Ele assume de tal forma o projeto sonhado por Deus, que passa a ser parte integrante do seu próprio existir. A identificação de Jesus com o reino de Deus se dá em virtude da profunda experiência de encontro com o Pai. A partir dessa identificação com o Reino, Jesus discerne a vontade ou o projeto de Deus para Ele e para o mundo. E, na medida em que Jesus discerne e se identifica com o projeto sonhado pelo Pai, também se identifica com os protagonistas desse grande projeto: os marginalizados de seu tempo (os pobres, os doentes, as mulheres etc). No “aproximar-se” dos marginalizados, Jesus revela a maneira de Deus se aproximar da humanidade. Em Jesus, o reino de Deus se aproxima

da humanidade. Jesus se reconhece portador desta Boa-Nova do reino de Deus /dos Céus com tanta clareza que pode dizer: “O reino de Deus se fez próximo” (Mc 1,15).

Assim também, o discípulo missionário precisa passar pela escola de Jesus, para nela experienciar o amor de Deus, e, a partir dessa experiência, tornar-se mais dócil e atento ao que Deus sonhou para ele. No encontro com Jesus, o discípulo missionário vai aos poucos discernindo qual é o projeto de Deus para sua vida e vai se identificando cada vez mais com esse projeto. O encontro pessoal com Cristo amadurece o discípulo, torna-o mais sensível à voz de Deus e o impulsiona a desalojar-se e partir em missão. A missão consiste em anunciar com fé o evangelho do Reino e trabalhar para a construção de um mundo mais justo e solidário, baseado na lei do amor e na feliz esperança do iminente advento do reino de Deus.

Não há como se tornar discípulo missionário sem conhecer o sonho de Jesus, sonho que brota do coração do próprio Deus. Por isso, a espiritualidade do discípulo missionário do Reino, passa necessariamente, por um profundo aniquilamento do seu orgulho próprio. O aniquilamento se dá através de uma profunda conversão a Cristo, que também privou-se da sua própria vontade em detrimento à vontade Pai. Na obediência ao Pai, Cristo nos ensina o caminho da liberdade. Na medida em que nos desapegamos de nós mesmos e nos colocamos em atitude de obediência incondicional ao Pai, mais livre nos sentimos para servir os irmãos. Na obediência, tornamo-nos totalmente livres para servir a Deus através dos crucificados da América Latina, de forma que vejam, no nosso agir, o agir do próprio Crucificado, que se lhes faz solidário no momento em que mais necessitam. No agir do discípulo missionário age o próprio Cristo que, obediente ao Pai, continua a expandir o reino de Deus ao mundo.

A espiritualidade da obediência nos torna livres e fiéis em Cristo, e nos faz servidores do reino de Deus, do qual almejamos fazer parte, quando Cristo vier com seu poder e glória (cf. Lc 21,27). No coração do discípulo missionário, sempre estará aquela feliz certeza de ser servo inútil, “porque fizemos apenas o que deveríamos fazer” (Lc 17,10).

5.7 Conclusão

A seguir apresentamos a título de conclusão deste capítulo, à luz do Documento de Aparecida, algumas características que servem para nortear o agir e a espiritualidade do discípulo missionário de Cristo:

1. *A alegria de ser discípulo missionário.* O eixo da alegria perpassa todo o Documento de Aparecida. Não se trata de um sentimento qualquer, mas de um testemunho de vida. A alegria é um sacramento, uma confissão de fé. Chega de Igreja carrancuda e de murmuração. A alegria convence e atrai. Precisamos ser Igreja de atração. Boa parte do texto final do documento é dedicada à identidade do discípulo de Jesus Cristo, à sua formação, à sua missão e à sua inserção na Igreja.

2. *Dinamismo apostólico.* Significa uma tomada de consciência mais ampla, por parte do episcopado latino-americano, de que a época da cristandade já passou, de que a Igreja não pode se limitar a uma pastoral de manutenção do que já tem e de que, numa sociedade pluralista e secularizada, exige-se uma postura mais dinâmica no anúncio da Boa-Nova do reino de Deus.

3. *Conversão pastoral.* Passou o tempo da acomodação pastoral. Nada de retrocesso nem de conservadorismo. A conversão pastoral consiste em imbuir-se de espírito missionário e abandonar as estruturas caducas (DAp 379). Perceber os sinais dos tempos, criar comunidades vivas, ter projetos pastorais são elementos da conversão pastoral.

4. *Missionariedade.* A Igreja deve estar em estado de missão, com audácia apostólica e criatividade missionária. As paróquias sejam missionárias e façam de cada fiel um missionário e da família, um santuário. Missão porta a porta, até os confins da terra. Esta ideia de que toda a Igreja é missionária afetará diretamente as pastorais, as estruturas e o posicionamento dos grupos sociais dentro da própria Igreja. Se medidas serão tomadas, para que mudanças sejam realmente efetuadas, já é outra questão.

5. *Primado da Palavra.* A condição indispensável para sermos discípulos missionários é a escuta, a interiorização e o anúncio da Palavra de Deus. Ter sempre a Bíblia na mão. Na escola da Palavra surgirá a primavera da Igreja, aumentará o ardor missionário, acontecerá a conversão à santidade. A porta de entrada no santuário da Palavra é a leitura orante da Bíblia.

6. *Experiência do encontro com Cristo.* No início da vida cristã, não está uma doutrina, nem uma ética, mas o encontro pessoal, a experiência transformadora e fascinante da amizade com Jesus Cristo amigo, salvador, profeta, Filho de Deus. Este encantamento levará à valentia apostólica. No encontro com Jesus, o discípulo missionário faz a experiência do olhar misericordioso que vê não tanto o pecado acumulado ao longo da vida de cada um, mas o quanto a pessoa foi capaz de amar: “Seus numerosos pecados são perdoados, porque demonstrou muito amor” (Lc 7,47). Da experiência do encontro com Jesus, brotam o perdão e o amor que impulsionam ao serviço do Reino.

7. *Centralidade do reino de Deus.* Fazem parte da missão e da promoção humana a libertação e o respeito pela dignidade da pessoa. A Igreja está a serviço do reino de Deus que é o Evangelho. O próprio Jesus, promovendo a vida, ensinando o amor, revela o Pai. O Reino é o pão, o irmão e o Pai, como rezamos no Pai Nosso.

8. *Ser Igreja da atração.* A Igreja cresce pela atração, pela conversão de novos fiéis. Quanto mais santa, mais atraente, mais servidora, sendo casa e escola de comunhão, onde os pobres se sentem como em sua casa. Igreja discípula, samaritana, ecumênica, misericordiosa.

9. *Acolhimento da diversidade.* Significa acolher como membros da mesma família de Deus as diferentes etnias minoritárias, indígenas e afrodescendentes, bem como os migrantes, ciganos etc. Tê-los como sujeitos na sociedade e no interior da comunidade eclesial. A prática evangelizadora de Jesus é a prática de encontros com as pessoas mais inesperadas. Passa por cima de todos os preconceitos e de toda discriminação, e vai ao encontro das pessoas. Abre-lhes o coração e provoca abertura por parte delas. Jesus, em sua prática missionária, acolhe, misericordiosamente, o diferente e lhe revela o amor do Pai. Os discípulos missionários também têm que fazer como Jesus: ir ao encontro do diferente e mostrar-lhe que Deus o ama. Por isso, vai ao seu encontro.

10. *O cuidado pastoral.* Os pastores (padres e bispos) são exortados a viver a espiritualidade do “Bom Pastor” (DAp 198), que consiste no “cuidar do rebanho do Senhor”, despertando, com isso, em toda a comunidade eclesial, a sensibilidade e o cuidado com todos e cada um dos membros da grande família de Deus.

11. *A preocupação ecológica.* Criar a “espiritualidade ecológica” conscientizando a todos os cristãos sobre a importância de se preservar o meio ambiente, a Amazônia etc. A espiritualidade ecológica permite criar uma experiência mais profunda com a criação e, por conseguinte, com o próprio Criador.

12. *Prioridade da vida.* A Conferência de Aparecida fez uma corajosa “opção pela vida” (Dap 430). Ela nos ensina que somos discípulos missionários a serviço da vida (Dap 549). Desde a vida no ventre materno, passando pelo meio ambiente, assumindo a vida nova em Jesus Cristo e com olhos fixos na vida eterna, a Conferência de Aparecida colocou a vida como prioridade. Ela convoca todos à cultura da vida e a sermos profetas da vida, porque o projeto de Deus é um projeto de vida (Dap 144).

13. *Laicato consciente e adulto.* Para tornar possível o surgimento desses leigos conscientes e adultos na fé, exigem-se mudanças profundas. E estas mudanças não aparecem tão concretamente no documento, como seria de se desejar. Caberá a Comissão episcopal criar métodos de ação pastoral que possibilitem a maior conscientização dos leigos e a maturidade da fé dos mesmos.

14. *Formação dos discípulos missionários.* Esta formação não é só doutrinal, mas existencial, envolvente a partir da iniciação cristã, com forte toque bíblico. É uma formação na ação, mediante o anúncio e o testemunho, que começa a partir do encontro marcante com Cristo. Escolas de formação são a oração e os grupos de reflexão.

15. *Comunhão e Participação.* A partir da fé do povo, de sua religiosidade e solidariedade, nossa Igreja deve viver a espiritualidade da comunhão e participação, que realiza a integração entre fiéis, ministérios, pastorais, movimentos e comunidades, dando voz e vez a todos, imbuídos de caridade, respeito, diálogo e paz.

16. *Valorização da religiosidade popular.* Aparece em várias partes do documento e realça a fé do povo simples como a grande riqueza da América Latina. Na prática pastoral, temos que rever essa certa supervalorização da “Religião oficial” em detrimento à “religiosidade popular”.

17. *Dimensão social.* Tanto na alocução feita por Bento XVI na abertura da V Conferência, como também no decorrer das reflexões, apareceu a necessidade de que a fé cristã tenha dimensão social, com um claro imperativo ético por uma sociedade mais justa. Os aplausos ouvidos nas reuniões plenárias, quando se defendia a causa dos mais pobres, confirmam, sem mais, o que afirmamos.

18. *Promoção humana*. Esta promoção deve atingir desde o recém nascido até o idoso. Promover envolve a palavra (conscientização), a ação (vida colocada a serviço do outro) e a colaboração (ajuda mútua entre o que serve e aquele que precisa ser servido), comprometendo-se na defesa dos direitos individuais e sociais do homem, dos povos, das culturas e dos setores marginalizados bem como dos desprotegidos e dos presos. O Senhor nos pede que saibamos descobrir seu rosto velado que se revela nos rostos sofridos dos irmãos. Como o papa João XXIII, falando na *Pacem in Terris* a toda pessoa humana de boa vontade, o papa Paulo VI recorda, no final do Concílio Vaticano II, que “para encontrar a Deus, é necessário encontrar o ser humano”.

19. *Inculturação do Evangelho*. Num processo real de inculturação, há dois extremos que é preciso evitar: abdicar da própria cultura e tentar impô-la sobre os outros. Também existem dois caminhos curtos a serem evitados: a pura imitação e a ignorância do diferente. Quando se fala de inculturação, deve-se entender um processo lento, longo e laborioso. Caminho que exige silêncio e escuta, compreensão e respeito, diálogo e abertura.

É urgente que se passe de uma pastoral de mera conservação para uma pastoral decididamente missionária e profética, fazendo com que nossa Igreja deixe as atitudes anti-evangélicas da arrogância, da intolerância, do autoritarismo, do dogmatismo etc., e seja Igreja mais acolhedora, onde reine o perdão, a misericórdia e a compreensão. E, assim, possa ser sinal do reino de Deus presente e atuante no mundo, aguardando, com firme esperança, a chegada do Reino definitivo sonhado por Cristo, vivido pelos Apóstolos e almejado por todos nós, discípulos missionários de Cristo a serviço da implantação do reino de Deus. Por isso, do nosso coração agradecido e renovado pelo Amor de Deus, brota um grito esperançoso e bem-aventurado que diz: “Vem, Senhor Jesus!” (Ap 22,20).

CONCLUSÃO

O reino de Deus unifica e articula, na reflexão teológica, transcendência e história, teoria e práxis. O Reino lança luzes que possibilitam perceber a presença destrutiva do anti-reino e do pecado, presente em toda esfera eclesial e da sociedade.

Após termos percorrido esse longo trajeto de reflexão acerca da conversão e do reino de Deus na pregação de Jesus e de João Batista, concluímos que ainda temos muito que aprender com a pregação dessas duas figuras chaves do Cristianismo. João Batista possui, ainda, muito a nos ensinar no processo evangelizador. Na figura de Batista, o discípulo missionário entende que não é a peça principal na grande engrenagem que movimenta a história e a conduz para sua plenificação no reino de Deus. Com o precursor, entendemos o sentido e a necessidade da conversão para que o reino definitivo seja definitivamente instaurado no mundo.

Certamente, em nosso coração, permanecem muitas angústias e questionamentos que não puderam ser desenvolvidas neste trabalho, mas uma certeza nos conforta, pois o tema do reino de Deus sempre será uma categoria teológica dinâmica e envolta num profundo mistério. Enquanto realidade revelada, o reino de Deus pode ser perscrutado como que às apalpadelas, pois, ao passo que se revela, também se vela. A categoria “Reino” sempre nos escapa. Por isso, seria muito pretensioso, de nossa parte, querer esgotar tal assunto. Nosso objetivo é lançar luzes sobre a realidade do Reino, e acreditamos que, com as devidas limitações, alcançamos nosso objetivo.

A função de João é apontar o Messias que se aproxima, trazendo consigo o reino de Deus. Ele aponta para Jesus, que é “o cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo” (Jo 1,29). Os discípulos missionários aprendem que seu trabalho eclesial deve sempre apontar para Jesus e seu Reino. Assim, nossa práxis pastoral estará sendo reinocêntrica e transformadora da realidade.

A nível de América Latina, percebemos, ao longo do estudo, que sobem gritos e súplicas aos céus, implorando a vinda do reino definitivo. O povo latino-americano clama por justiça e dignidade humana. São gritos de esperança de homens, mulheres,

jovens e crianças que acreditam que Deus não tardará em vir em auxílio de seu povo injustiçado e sofrido.

Uma esperança muito profunda que brota no coração do povo latino-americano é a “missão continental” apontada pelo Documento de Aparecida e dinamizada pelo CELAM, onde a Igreja da América Latina e Caribe se une numa tarefa colegial e solidária em favor dos povos sofridos da América Latina. Mais uma vez, Deus ouviu o clamor do seu povo e se tornou próximo para libertar e salvar o povo que clama vida ao Deus da vida. Nossa esperança é que a “missão continental” dinamize, no seio da Igreja, a missionariedade. Para isto, é necessária a “conversão pastoral”, que possibilitará o repensamento da caminhada eclesial e, ao mesmo tempo, uma abertura maior à contemporaneidade, a fim de ouvir as alegrias e as angústias dos seres humanos sofredores, que são os destinatários do reino de Deus. A conversão pastoral forçará a Igreja a abrir mão de muitas práticas que, ao longo do tempo, se tornaram caducas. Também possibilitará rever aquelas que precisam de nova roupagem para ser sinal do Reino no mundo. Mas, para que isso aconteça, é necessária, primeiramente, a acolhida dessa proposta nas diversas instâncias eclesiais (comunidades, paróquias, dioceses) a fim de que se inicie o grande processo de mudança estrutural. O questionamento que fica é dirigido a cada membro da Igreja latino-americana: até que ponto estamos dispostos a nos abrir à conversão e à mudança que essa transformação exige de cada membro da Igreja em particular e da própria estrutura eclesial?

Só o futuro responderá aos questionamentos que hoje levantamos. Mas, uma certeza nos motiva a continuar buscando ainda mais entender o reino de Deus, que é a certeza da fé, que nos assegura que o Reino não é mera especulação, mas realidade concreta que chegou com a vinda de Jesus ao mundo e que aguarda a recapitulação no final dos tempos. Vivemos no “tempo do fim”, somos chamados a produzir frutos: o fruto que Deus espera de nós é o amor, que nos torna fortes para assumir a cruz e assim participar da autodoação de Cristo. Nisso consiste a verdadeira justiça que Deus espera de cada um de nós e que prepara o mundo para acolher o reino de Deus.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- AGOSTINHO, Santo. *A Cidade de Deus*. Contra os pagãos. Parte II. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ALONSO SCHÖKEL, Luis. *Bíblia do Peregrino*. São Paulo: Paulus, 2002.
- AMBROCZIC, Aloysius M. *The Hidden Kingdom: A Redactional-Critical Study of the References to the Kingdom of God in Mark's Gospel*. Washington: Catholic Biblical Association, 1972.
- AZEVEDO, Dom Walmor Oliveira de. *Comunidade e missão no Evangelho de Marcos*. São Paulo: Loyola, 2002.
- BARBAGLIO, Giuseppe; FABRIS, Rinaldo; MAGGIONI, Bruno. *Os Evangelhos (I)*. São Paulo: Loyola, 1990. 2 vol.
- BAUER, Johannes B. *Dicionário de Teologia Bíblica*. São Paulo: Loyola, 1973. 2 vol.
- BERNABÉ, Carmen. Reino de Deus. In: SAMANES, Cassiano Floristán; TAMAYO-ACOSTA, Juan José. *Dicionário de Conceitos Fundamentais do Cristianismo*. São Paulo: Paulus, 1999.
- BLANKENDAAL, Antônio Francisco. *Seguir o Mestre: Batismo e/ou confirmação e eucaristia de adultos*. São Paulo: Paulinas, 2007. v.II.
- _____. Os rumos da Igreja a partir de Aparecida. Publicação eletrônica. Disponível em: < <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1182195938.41pdf.pdf> > . Acesso em 11/07/2010.
- BOFF, Leonardo. *São Francisco de Assis: ternura e vigor*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BORN, A. van den. *Dicionário Enciclopédico da Bíblia*. 3.ed. Petrópolis: Vozes. 1985.
- BRAKEMEIER, Gottfried. *O Reino de Deus e esperança Apocalíptica*. São Leopoldo: Sinodal, 1984.
- BRESSOLETTE, Claude. Vaticano II. In: LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário Crítico de Teologia*. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2004. p. 1829-1824.
- BROWN, Raymond E. *Introducción al Nuevo Testamento: Cuestiones preliminares, evangelios y obras conexas*. Madrid: Trotta, 2002. (Biblioteca de Ciências Bíblicas Orientales).
- BULTMANN, Rudolf. *Teologia do Novo Testamento*. Santo André: Academia Cristã, 2008.
- _____. *Gesù*. Brescia: Queriniana, 1972.
- CALIMAN C. Identidade histórica da Igreja no Brasil nos últimos 20 anos. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Leigos e participação na Igreja*. Paulinas, 1986. (Estudos da CNBB 45). p. 17-33.
- CERFAUX, As imagens simbólicas da Igreja no Novo Testamento. In: BARAÚNA, G. *A Igreja do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965.
- COMBLIN, José. *A cristologia do evangelho segundo Marcos*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 36-42. (Estudos Bíblicos 64).

- COHN, Norman. *Na senda do milênio*. Lisboa: Presença, 1981.
- COMPÊNDIO DO VATICANO II. Constituições, decretos e declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- COSTA, José de Anchieta Lima. *Conhecer Jesus: A Cristologia ao alcance de todos*. São Paulo: Loyola, 2009.
- CROSSAN, John Dominic; REED, Jonathan L. *Em busca de Deus: debaixo das pedras, atrás dos textos*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- DEVILLE, Raymond; GRELOT, Pierre. Reino. In: LÉON-DUFOUR, Xavier. (Dir.) *Vocabulário de Teologia Bíblica*. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 871-877.
- DI SANTE, Carmine. *Liturgia Judaica: Fonte, estrutura, orações e festas*. São Paulo: Paulus, 2004. (Biblioteca de Estudos Bíblicos).
- DIDAQUÉ. *Catecismo dos Primeiros Cristãos*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- DOOD C.H. *The parables of the Kingdom*. London, 1965.
- DUQUOC, Christian. *Cristologia: ensaio dogmática*. São Paulo: Loyola, 1977. v. 1: O homem Jesus.
- DUNN, J. D. G. *Unidade e Diversidade no Novo Testamento: um estudo das características dos primórdios do Cristianismo*. Santo André: Academia Cristã, 2009.
- FABRIS, Rinaldo. *Jesus de Nazaré: história e interpretação*. São Paulo: Loyola, 1988.
- FEDELI, Orlando. Spe Salvi: a resposta de Bento XVI à revolução. Disponível em <<http://www.montfort.org.br/index.php?secao=veritas&subsecao=papa&artigo=spe-salve-revolucao>>. Acesso em 07/03/2011.
- FENGER, A. L. Pobreza. In: EICHER, P. (org.). *Dicionário de Conceitos Fundamentais de Teologia*. São Paulo: Paulus, 1993.
- FLORISTÁN, Casiano. Jesús, el Reino y la Iglesia. In: TAMAYO ACOSTA, Juan J. *Diez palabras clave sobre Jesús de Nazaret*. Estella: Verbo Divino, 1999.
- FORWARD, Martin. *Jesus: uma pequena Biografia*. 10.ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2007.
- FRIES, Heirich. *Dicionário de Teologia: conceitos fundamentais da teologia atual*. São Paulo: Loyola, 1971. vol. V: Reino de Deus e Virtudes.
- FUELLENBACH, Reino de Deus. In: LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino. *Dicionário de Teologia Fundamental*. Petrópolis: Vozes; Aparecida: Santuário, 1994. p. 738-745.
- GIL, Padre. *Tópicos de Aparecida e Conversão*. Publicação eletrônica. Disponível em: <<http://padregil.blogspot.com/2008/08/tpicos-de-aparecida-ii-converso.html>>. Acesso em 30/07/2010.
- GOPPELT, Leonhard. *Teologia do Novo Testamento*. 3.ed. São Paulo: Paulus; Teológica, 2003.
- GORGULHO, Gilberto; ANDERSON, Ana Flora. As parábolas nasceram da terra e do trabalho da Galileia, Petrópolis, 1990. p. 43-50 (*Estudos Bíblicos* 26).
- GUILLET, Jacques. *Jesus Cristo e sua fé*. São Paulo: Loyola, 1992. 3 vol. (Jesus e Jesus Cristo).
- GUTIERREZ, G. *Teología de la Liberación: perspectivas*. Salamanca: Sígueme, 1972.
- _____. *Beber em seu próprio poço: Itinerário espiritual de um povo*. São Paulo: Loyola, 2000.

JOÃO PAULO II, Papa. Discurso Inaugural. *Conclusões de Santo Domingo*. São Paulo: Loyola, 1993.

KASPER, W. *Le Dieu des chrétiens*. Paris: Cerf, 1985..

KLOPPENBURG, Carlos J. B. *Basiléia, o reino de Deus*. São Paulo: Loyola, 1997.

KONINGS, Johan. *Marcos*. São Paulo: Loyola, 1994. (A Bíblia passo a Passo)

KÜMMEL, Werner Georg. *La Teologia del Nuovo Testamento: Gesù, Paolo, Giovanni*. Brescia: Paideia, 1976.

LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino. *Dicionário de Teologia Fundamental*. Petrópolis: Vozes; Aparecida: Santuário, 1994.

LEMONNYER, Antoine; CERFAUX, Lucien. *Théologie du Nouveau Testament*. Paris, 1963.

LÉON-DUFOUR, Xavier. *Agir segundo o Evangelho*. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. *Leitura do Evangelho segundo João*. São Paulo: Loyola, 1996. 4 vol.

_____. *Les Évangiles et l'histoire de Jésus*. Paris: Du Seuil. 1982.

_____. *Vocabulário de Teologia Bíblica*. Petrópolis: Vozes, 1972.

LEPARGNEUR, Humberto. A protelação da parusia no início da secularização do cristianismo. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 31, p. 3-46, 1971.

LIBANIO, João Batista. A redescoberta do Reino na Teologia. In: VIGIL, José Maria (org.). *Descer da cruz os pobres: cristologia da libertação*. São Paulo: Paulinas, 2007.

_____. Aparecida significou quase uma surpresa. Entrevista concedida à Revista do Instituto Humanitas Usininos. Publicação eletrônica. Disponível em http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=482. Acesso em 10/07/2010.

LOHFINK, Norbert. F. *Option for the poor: the basic principle of Liberation Theology in the light of the Bible*. 2.ed. Berkeley: BIBAL, 1995.

LOHSE, Eduard. *Teología del Nuevo Testamento*. Madrid: Cristandad, 1978.

LORSCHIEDER, Aloísio. Introdução. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio; BOMBONATO, Vera Ivanise. *Revista de Teologia e Cultura. Concílio Vaticano II; análise e prospectiva*. São Paulo: paulinas, 2004.

MALONEY, Elliott C. *Mensagem urgente de Jesus para hoje: o Reino de Deus no Evangelho de Marcos*. São Paulo: Paulinas, 2008.

MATERA, Frank J. *Ética do Novo Testamento: os legados de Jesus e de Paulo*. São Paulo: Paulus, 1999.

MEIER, John P. *Um Judeu Marginal: repensando o Jesus histórico*. 3. ed. São Paulo: Imago, 2008. 3 vol.

MENDONÇA, José Tolentino. *A construção de Jesus*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

MESTERS, Carlos/CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Caminhamos na estrada de Jesus: o Evangelho de Marcos*. 6.ed. São Paulo: Paulinas, 1996.

MOLTMANN, Jürgen. *L'Église dans la force de l'Esprit: une contribution à l'écclésiologie messianique*. Paris: Cerf, 1980.

- MONLOUBOU, Louis.; DU BUIT, F.M. *Dicionário Bíblico Universal*. Aparecida: Santuário; Petrópolis: Vozes, 1997.
- NELIS, J. Reino de Deus. In: BORN, A. van den. *Dicionário Enciclopédico da Bíblia*. 3.ed. Petrópolis: Vozes. 1985. p. 1289-1295.
- NEUTZLING, Ignácio. *O reino de Deus e os Pobres*. Um ensaio ético-teológico de articulação do Reino de Deus com os pobres a partir de alguns contributos bíblicos recentes. Roma: Pontifícia Universidade Gregoriana, 1985. Tese de mestrado.
- NEUTZLING, Ignácio. *O Reino de Deus e os pobres*. São Paulo: Loyola, 1986.
- NEVES, Joaquim Carreira das. *Jesus Cristo*. História e fé. Braga: Ed. Franciscana, 1989.
- NODARI, Paulo César; CESCONE, Everaldo. *Aprendendo com o evangelho de Marcos: Quem é o mestre? Quem é o discípulo?* São Paulo: Paulus, 2009.
- OLIVEIRA, José Lisboa Moreira de. *Teologia da vocação*. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- ORTIZ, Pedro. *Dicionário do Grego do Novo Testamento*. Trad. Cássio Murilo Dias da Silva. São Paulo: Loyola, 2008.
- PAGOLA, José Antonio. *Jesus: aproximação histórica*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- PALÁCIO, C. *Uma consciência histórica irreversível: dez anos de teologia*. p. 59-83, 1982 (Publicações da CRB).
- PANIMOLLE, S.A. Reino de Dios. In: ROSSANO, P.; RAVASI, G.; GIRLANDA, A. (Org.). *Nuevo Diccionario de Teologia Bíblica*. Milán: Ediciones Paulinas, 1988.
- PELAIA, B. Reino de Dios. In: SPADAFORA, Francesco (Org.). *Diccionario Bíblico*. Barcelona: Editorial Litúrgica Española, 1959.
- PESCH, Rudolf. *Il vangelo di Marco*. Brescia: Paideia, 1980. (Commentário Teológico del Nuovo Testamento).
- PIXLEY, George V. *O Reino de Deus*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- POLITI, Sebastián. *História e Esperança*. São Paulo: Paulinas, 1996.
- RATZINGER, Joseph (Bento XVI). *Jesus de Nazaré: do Batismo no Jordão à Transfiguração*. São Paulo: Planeta, 2007.
- RUIZ DE LA PEÑA. J. L. *La otra dimensión: escatología cristiana*. Santander: Sal Terrae, 1986.
- SCHLOSSER, Jacques, Reino de Deus. In: LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário Crítico de Teologia*. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2004. p. 1500-1504.
- SCHMID, Josef. *L'Evangelo secondo Marco*. 3.ed. Bréscia: Morcelliana, 1966. (Il Nuovo Testamento Commentato 2).
- SCHNACKENBURG, Rudolf. *Jesus Cristo nos quatro Evangelhos*. São Leopoldo: UNISINOS, 2001.
- _____. *El Evangelio según San Marcos*. Barcelona: Herder, 1980.
- _____. *Règne et Royaume de Dieu*. Paris: L'Orante, 1965. (Etudes Théologiques)
- _____. *Signoria e Regno di Dio: un studio di teologia bíblica*. Bologna, 1971.
- _____. *Le message moral du Nouveau Testament*. Lyon, 1963.
- _____. *Vangelo secondo Marco*. Roma: Città Nuova, 2002. 2 vol.

- _____. Reino de Deus. In: BAUER, Johannes B. *Dicionário de Teologia Bíblica*. São Paulo: Loyola, 1973. 2 vol. p. 947-964.
- _____. Reino de Deus. In: LÉON-DUFOUR, Xavier. *Vocabulário de Teologia Bíblica*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- _____. *Evangelho e Reino de Deus*. São Paulo: Paulus, 1997.
- SCHWEITZER, Albert. *Geschichte der Leben-Jesu-Forschung*. 6.ed. Tübingen, 1951.
- _____. *Jesus*. London: SCM, 1971.
- SOBRINO, Jon. *A Fé em Jesus Cristo: ensaio a partir das vítimas*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *O Princípio Misericórdia: descer da cruz os povos crucificados*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. *Jesus, o libertador: a história de Jesus de Nazaré*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *Jesus na América Latina: seu significado para a fé e a cristologia*. São Paulo: Loyola; Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. Centralidad del Reino de Dios en la Teología de la Liberación. In: ELLACURÍA, I.; SOBRINO, J. (orgs.). *Mysterium Liberationis: Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación*. Madrid: Trotta, 1991.p. 467-510. v. 1.
- _____. Cristologia Sistemática. Jesucristo, el mediador absoluto del Reino de Dios, In ELLACURÍA, I.; SOBRINO, J. (orgs.). *Mysterium Liberationis. Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación*. 2.ed. Madrid: Trotta, 1990. p. 575-599. v. 1.
- STOTT, John. *Ouçá o Espírito, ouçá o mundo: Como ser cristão contemporâneo?* São Paulo: ABU Editora, 1997.
- TABORDA, F. *Nova Evangelização, Promoção humana, Cultura cristã: leitura crítica dos três conceitos e sua articulação no Documento de Santo Domingo*. Trabalho apresentado à Equipe de Reflexão Teológica da CRB, dezembro de 1992.
- TAYLOR, Vincent. *Evangelio según San Marcos*. Madrid: Cristandad, 1980.
- THEISSEN, Gerd; MERZ Annette. *O Jesus Histórico: um manual*. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2004. (Bíblica Loyola 33).
- TRILLING, Wolfgang. *O Anúncio de Cristo nos Evangelhos Sinóticos*. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 1981.
- TRIMAILLE, Michel. “Manger et boire” das l’oeuvre de Luc. In M. QUESNEL; Y. M. VERMES, Geza. *O Autêntico Evangelho de Jesus*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2006.
- _____. *Os manuscritos do Mar Morto*. 4.ed. São Paulo: Mercuryo, 1997.
- VIDAL, Sénen. *Jesus, o Galileu..* São Paulo: Loyola, 2009. (Bíblica Loyola).
- _____. *Los Três Proyectos de Jesús y el Cristianismo Naciente*. Salamanca: Sígueme, 2003. (Biblioteca de Estudios Bíblicos 110).
- VINE, W. E.; UNGER, Merril F.; WHITE JR., William. *Dicionário Vine. O significado Exegético e Expositivo das Palavras do Antigo e do Novo Testamento*. 8.ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2008.
- VITÓRIO, Jaldemir. *Mateus*. São Paulo: Loyola, 1996. (A Bíblia passo a passo).
- ZUCK, Roy B. *Teologia do Novo Testamento*. Rio de Janeiro: CPAD, 2008.

WESTERMANN, Claus. Siervo, In: JENNI, E.; WESTERMANN, Claus. *Diccionario Teológico Manual del Antiguo Testamento*. Madrid: Cristianidad, 1983. 2 vol.

YODER, J.H. *La Expectativa Mesiánica del Reino y su carácter central para una adecuada hermenéutica contemporanea*. Buenos Aires, 1975.